

ISABEL MARIA FERNANDES DA SILVA CRUZ

**ENTRE ESTRUTURAS E AGENTES: PADRÕES E PRÁTICAS DE
CONSUMO EM PORTUGAL CONTINENTAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em
Sociologia

Orientação científica: Professor Doutor João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2009

RESUMO

Este trabalho de investigação, centrado na análise das práticas de consumo, ancora-se num enquadramento teórico que integra a *Teoria da Prática* e os seus prolongamentos críticos, em especial a tese do actor plural. A partir deste enquadramento desenvolve-se uma análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social que privilegia a relação das práticas quotidianas (micro) com os sistemas exteriores de nível meso (contextos de socialização e de interacção, as subculturas, entre outros) e de nível macro (instituições sociais, ordens económica, política, cultural, etc.). Pretende-se, assim, compreender os grandes constrangimentos estruturais que (de)limitam as práticas de consumo e, simultaneamente, as culturas subjectivas, os estilos de vida e os projectos que, ao nível inter e intraindividual, exprimem e alargam campos de possibilidades efectivamente vividos. O quadro teórico abarca, também, os contributos das principais correntes ao nível da sociologia do consumo que desenvolve através de uma abordagem empírica focalizada no cruzamento entre estruturas e singularidades. Assim, atende-se ao significado simbólico dos objectos e ao modo como estes reforçam o sistema de disposições, investigando o consumo enquanto construção social. O objectivo central é analisar a pluralidade disposicional, defendida pela sociologia dos indivíduos, a partir das práticas de consumo.

O percurso teórico-metodológico, caracterizado por eclectismo metodológico, inclui a análise dos dados estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, no âmbito dos Inquéritos às Despesas Familiares, entre 1967 a 2006, e da Eurostat, 1999 e 2005. Através desta pretende-se identificar as mudanças ao nível dos padrões de consumo em Portugal e comparar as estruturas do orçamento das famílias portuguesas face às suas congéneres europeias. Procura-se, também, comprovar a relação de condicionamento entre as variáveis socioeconómicas, relativas aos agregados familiares e à sociedade portuguesa, e as práticas de consumo. Privilegia, ainda, os estudos de caso (*listas de despesa* e retratos sociológicos) enquanto abordagem metodológica que permite compreender os processos sociais através dos quais os sujeitos atribuem sentido às suas práticas. A análise das práticas de consumo situa-se, sempre, entre as estruturas e os agentes.

Dos resultados alcançados importa realçar, por um lado, a consolidação das teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida, que evidenciam as relações de condicionamento entre o poder / volume e espécie de capitais, o *habitus*, o campo, a reflexividade e as práticas de consumo. Por outro, uma autonomia (relativa) do consumo cultural.

Abstract

The theoretical framework of this research, focused on consumption practices analysis, integrates the *Theory of Practice* and its critical extensions, particularly the thesis of the plural actor. Based on this framework it develops a pluriperspective analysis of consumption as social practice that emphasizes the relationship of daily practices (micro) with the external systems of meso level (socialization and interaction contexts, the subcultures, among others) and macro level (social institutions, economic order, political, cultural, etc.). Therefore we intended to understand the major structural constraints that (de)limit consumption practices and simultaneously the subjective cultures, lifestyles and the projects which, at inter and intra-individual level, express and expand fields of possibilities actually experienced. The theoretical framework includes also the contributions of the main currents in consumption sociology that develops through an empirical approach focused on the intersection between structures and singularities. So, we consider objects' symbolic significance and the way they reinforce the dispositional system, investigating consumption as a social construction. The main goal is to analyze the dispositional plurality, defended by the individuals sociology, from the consumption practices.

The theoretical and methodological path, characterized by eclectic methodology, includes the analysis of statistical data produced by the National Statistics Institute - INE, under the Family Expenditure Survey, between 1967 and 2006, and Eurostat, 1999 and 2005. The aim is to identify the change in consumption patterns in Portugal and compare the Portuguese family's budget structures with their European counterparts. We also present evidence of the conditioning relationship between socioeconomic variables, relating to households and to Portuguese society, and consumption practices. The study also uses case studies (*spending lists* and sociological portraits) as methodological approach in order to understand the social processes through which individuals attribute meaning to their practices. Consumption practices analysis is always developed between the structures and the agents.

Results corroborate the consolidation of sociological taste and lifestyles theories, which show the relationship between the conditioning power / volume and kind of capital, *habitus*, field, reflexivity and consumption practices. Also, the empirical evidence show the (relative) autonomy of cultural consumption.

Teoria e Prática

Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria. Quem não sabe nada dum assunto, e consegue alguma coisa nele por sorte ou acaso, chama «teórico» a quem sabe mais, e, por igual acaso, consegue menos. Quem sabe, mas não sabe aplicar - isto é, quem afinal não sabe, porque não saber aplicar é uma maneira de não saber -, tem rancor a quem aplica por instinto, isto é, sem saber que realmente sabe. Mas, em ambos os casos, para o homem são de espírito e equilibrado de inteligência, há uma separação abusiva. Na vida superior a teoria e a prática completam-se. Foram feitas uma para a outra.

Fernando Pessoa, in *Palavras iniciais da Revista de Comércio e Contabilidade*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha gratidão a todas as pessoas que directa ou indirectamente concorreram para o êxito deste trabalho. Em particular, às trinta famílias que de modo empenhado e colaborante preencheram, ao longo de um ano, as *listas de despesas*. Entre estas, quero ainda destacar as famílias seleccionadas para a realização das entrevistas. O seu envolvimento e disponibilidade foram determinantes para a materialização desta investigação.

Ao Professor Doutor João Teixeira Lopes quero agradecer a possibilidade de desenvolver e concretizar esta pesquisa sob a sua orientação. O seu saber, profissionalismo e experiência muito contribuíram para ter conseguido levar esta tese a bom termo. A liberdade para definir as linhas orientadoras deste trabalho, a prontidão com que me devolia os seus comentários, críticas e sugestões, a dedicação e o incansável entusiasmo e optimismo que sempre me transmitiu representam estímulos à investigação que jamais poderei esquecer. O meu reconhecimento é incomensurável.

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia a concessão da bolsa de doutoramento (SFRH / BD / 34783 / 2007), que muito beneficiou a produção deste trabalho de investigação.

Ao Professor Doutor Virgílio Pereira e à Professora Doutora Dulce Magalhães, amiga e colega de curso, quero agradecer a ajuda preciosa e o contributo científico que emprestaram à pesquisa desenvolvida. À Professora Doutora Sofia Cruz, amiga recente e companheira de trabalho, agradeço os comentários, sugestões e, principalmente, as longas conversas e conselhos que em muito me ajudaram neste árduo percurso.

Agradeço os úteis comentários e observações que me foram dirigidos por todos os participantes nos seminários “Fins de tarde no Burmester: Questões de Sociologia”, em especial os do Professor Doutor José Madureira Pinto e do Professor António Joaquim Esteves que desde longa data acompanham a minha trajectória académica.

Agradeço a todos que, mesmo não citados, aqui ou ali colaboraram de uma forma ou de outra para alcançar os objectivos desta pesquisa.

À minha família, em especial à minha prima e amiga Zi e à minha “super sobrinha” Marisa, aos amigos(as) de longa data e aos mais recentes quero expressar a minha gratidão pelo apoio e pelo carinho demonstrado ao longo desta caminhada.

Um agradecimento muito especial ao Tó, à Margarida, ao Miguel e aos meus pais. É uma felicidade imensa terminar esta etapa com o apoio, a presença e o amor que me dedicam. Sem eles todo este trabalho não teria sido possível.

Índice

INTRODUÇÃO.....	8
PARTE I – ENTRE O CONSUMO E A PRÁTICA.....	15
Capítulo 1. A SOCIOLOGIA DO CONSUMO: DIVERSIDADE DE PERSPECTIVAS	16
1. O consumo: prática social	17
2. A sociologia do consumo: breve resenha histórica.....	22
2.1 Os modelos da escolha racional versus a questão da insaciabilidade	24
2.2 Thorstein Veblen e o consumo conspícuo: uma abordagem crítica	28
2.3 O contributo de Pierre Bourdieu para a cultura de consumo	32
2.4 A tese de Douglas e Isherwood: uma outra abordagem crítica à cultura do consumidor.....	35
2.5 Outras abordagens teóricas à cultura de consumo	37
3. A sociedade de consumo	41
3.1 A teoria da sociedade de consumo de Colin Campbell	43
3.2 A abordagem à sociedade de consumo de Bauman	46
4. Notas finais	49
Capítulo 2. UMA ANÁLISE PLURIPERSPECTIVADA DAS PRÁTICAS DE CONSUMO FUNDADA NUM DIÁLOGO COM A TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA.....	51
1. Introdução	52
2. O conceito de <i>habitus</i> segundo a <i>Teoria da Prática</i>	53
3. Outras conceptualizações centradas na unicidade do <i>habitus</i>	56
4. Críticas e prolongamentos críticos ao conceito de <i>habitus</i>	61
4.1 A proposta do actor plural.....	68
5. <i>Habitus</i> e Reflexividade: entre o constrangimento e a criatividade dos agentes	76
6. Notas prévias ao Modelo de Análise	83
7. Um Modelo de Análise caracterizado por uma <i>heterodoxia controlada</i>	85
PARTE II – O ECLECTISMO METODOLÓGICO.....	90
Capítulo 1. A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	91
1. Referencial teórico para a análise das práticas de consumo	92
2. Os contributos teóricos para a operacionalização do <i>habitus</i>	93
3. Os contributos teóricos para a articulação dos níveis macro, meso e microsociais	97
4. O percurso metodológico.....	101
Capítulo 2. A ESPECIFICIDADE DA ABORDAGEM QUANTITATIVA.....	103
1. Estudar o consumo a partir da análise das despesas	104
2. Crítica das Fontes.....	106
3. Análise da variação percentual das rubricas de despesas: Principais mudanças na estrutura do orçamento familiar, entre 1967 e 2006	109
4. Primeiras conclusões: A pertinência da <i>Teoria da Prática</i> na análise das práticas de consumo.....	122
5. A análise em componentes principais (ACP) às matrizes de dados do IDF, entre 1967 e 2006	124
5.1 Análise da ACP à matriz de dados do IRDF, 1967-68.....	125
5.2 Análise da ACP à matriz de dados do IRDF, 1973-74.....	127
5.3 Análise da ACP à matriz de dados do IRDF, 1980-81.....	129
5.4 Análise da ACP à matriz de dados do IOF, 1989-90	131
5.5 Análise da ACP à matriz de dados do IOF, 1994-95	133
5.6 Análise da ACP à matriz de dados do IOF, 2000	135
5.7 Análise da ACP à matriz de dados do IDF, 2005-06	138

6. A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do INE	140
6.1 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IRDF, 1967-68.....	141
6.2 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IRDF, 1973-74.....	143
6.3 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IRDF, 1980-81.....	145
6.4 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IOF, 1989-90	146
6.5 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IOF, 1994-95	148
6.6 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IOF, 2000	150
6.7 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IDF, 2005-06	152
7. A estrutura de consumo nos países da União Europeia (UE). Características e tendências a partir da análise dos dados da Eurostat (1999 e 2005)	154
8. A análise em componentes principais (ACP) à matriz de dados da Eurostat, 1999	159
9. A análise em componentes principais (ACP) à matriz de dados da Eurostat, 2005	160
10. Análise à matriz invertida dos dados da Eurostat, 1999.....	162
11. Análise à matriz invertida dos dados da Eurostat, 2005.....	163
12. A sociedade portuguesa: entre tradição e modernidade	165
Capítulo 3. A ANÁLISE DAS LISTAS DE DESPESAS.....	171
1. As <i>listas de despesa</i> : um estudo de caso.....	172
2. Uma caracterização mais pormenorizada das famílias	177
3. Dificuldades na recolha de dados: a questão da fiabilidade.....	182
4. A análise das <i>listas de despesas</i> : a especificidade de cada família.....	186
5. A análise das <i>listas de despesas</i> : uma abordagem global	215
6. Notas finais	221
Capítulo 4. OS RETRATOS SOCIOLÓGICOS.....	223
1. Razões e objectivos para a elaboração dos retratos.....	224
2. Questões polémicas nesta metodologia	225
3. Da selecção dos entrevistados à elaboração dos retratos sociológicos: as principais etapas e as suas características	227
4. Apresentação dos retratos.....	229
4.1 O retrato de Maria – Entre o económico e o cultural: um outro sentido para além do “ter que ter” ou do “ter por ter”	230
4.2 O retrato de Tomás – Do rural ao urbano: o capital escolar e o consumo hedonista.....	238
4.3 O retrato de Carlota – Entre o puritanismo e o hedonismo: o consumo cultural.....	247
4.4 O retrato de José – Entre rupturas e sonhos: o papel do capital económico na promoção de práticas hedonistas	253
4.5 O retrato de Gininha – Entre singularidades e contextos: a autonomia (relativa) do consumo cultural	260
4.6 O retrato de Tadeu – Entre a banda e o fado: um consumo hedonista de raiz cultural popular	268
5. Notas finais	274
PARTE III – CONCLUSÃO	277
BIBLIOGRAFIA.....	290
ANEXOS.....	301

Anexo 1. Livros de Código.....	302
Anexo 2. As Listas de Despesa.....	320
Anexo 3. Guião de Entrevista.....	331

Índice de Quadros

Quadro 1. Principais rubricas de despesa do orçamento familiar entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)	109
Quadro 2. Principais rubricas de despesa do orçamento familiar em função do nível de instrução do representante do agregado, entre 1989 e 2006 - Portugal Continental (%)	111
Quadro 3. Principais rubricas de despesa do orçamento familiar em função do escalão de receita líquida, entre 1967-68 e 1973-74, 2000 e 2005-06 - Portugal Continental (%)	114
Quadro 4. Despesa em hotéis e restaurantes (C11) entre 1989 e 2006 - Portugal Continental (%).....	116
Quadro 5. Despesa em cultura e lazer (C09), entre 1989 e 2006 - Portugal Continental (%).....	117
Quadro 6. Despesa em cultura e lazer (C09) em função do nível de instrução do representante do agregado, entre 1989 e 2006 - Portugal Continental (%).....	118
Quadro 7. Despesa em comunicações (C08), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%).....	118
Quadro 8. Despesa em outros bens e serviços (C12), entre 1967 e 2006 - Portugal Continente (%)	119
Quadro 9. Despesa em saúde (C06), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)	119
Quadro 10. Despesa em móveis, artigos decoração, equipamento doméstico (C05), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%).....	120
Quadro 11. Despesa em vestuário e calçado (C03), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%).....	121
Quadro 12. Despesas em bebidas alcoólicas e tabaco (C02), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)	121
Quadro 13. Despesa em ensino (C10), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)	122
Quadro 14. Despesa em alimentação (C01) nos países membros da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)	154
Quadro 15. Despesa em alimentação (C01) nos países membros da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)	154
Quadro 16. Despesas em habitação (C04) nos países membros da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)	155
Quadro 17. Despesa em habitação nos países que integraram a UE em 2004, em 1999 e 2005 (%)	156
Quadro 18. Despesa em transportes (C07) nos países membros da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)	156
Quadro 19. Despesas em transportes (C07) nos países que integraram a UE em 2004, em 1999 e 2005 (%)	157
Quadro 20. Despesa em cultura lazer (C09) nos países da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)	157
Quadro 21. Despesa em cultura e lazer (C09), nos países que integraram a EU em 2004, em 1999 e 2005 (%)	158

Índice de Figuras

Figura 1. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IRDF 1967-68, eixo 1 e 2	126
Figura 2. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IRDF 1973-74, eixo 1 e 2	128
Figura 3. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IRDF 1980-81, eixo 1 e 2	130
Figura 4. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IOF 1989-90, eixo 1 e 2	132
Figura 5. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IOF 1994-95, eixo 1 e 2	134
Figura 6. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IOF 2000, eixo 1 e 2	136
Figura 7. Projectção da variável principal normalizada (SPSS)	137
Figura 8. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IDF 2005-06, eixo 1 e 2	140
Figura 9. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IRDF 1967-68, eixo 1 e 2	142
Figura 10. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IRDF 1973-74, eixo 1 e 2	144
Figura 11. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IRDF 1980-81, eixo 1 e 2	146
Figura 12. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IOF 1989-90, eixo 1 e 2	148
Figura 13. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IOF 1994-95, eixo 1 e 2	150
Figura 14. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IOF 2000, eixo 1 e 2	152
Figura 15. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IDF 2005-06, eixo 1 e 2	153
Figura 16. Plano de projecção dos dados relativos à matriz da Eurostat 1999, eixo 1 e 2	159
Figura 17. Plano de projecção dos dados relativos à matriz da Eurostat 2005, eixo 1 e 2	161
Figura 18. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida da Eurostat 1999, eixo 1 e 2	163
Figura 19. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida da Eurostat 2005, eixo 1 e 2	164

Índice de Tabelas

Tabela 1. Matriz das famílias	173
Tabela 2. Número de famílias segundo os grupos etários	178
Tabela 3. Número de famílias segundo o capital escolar	178
Tabela 4. Número de famílias segundo o lugar de classe	179
Tabela 5. Lugares de classe das famílias segundo o volume de capital escolar	180
Tabela 6. Rendimento das famílias segundo o volume de capital escolar	180
Tabela 7. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F1.....	187
Tabela 8. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F2	188
Tabela 9. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F13	190
Tabela 10. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F14	192
Tabela 11. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F25	192
Tabela 12. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F26	193
Tabela 13. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F3	195
Tabela 14. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F4	195
Tabela 15. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F11	196
Tabela 16. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F12	198
Tabela 17. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F15	198
Tabela 18. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F16	199
Tabela 19. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F21	200
Tabela 20. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F28	201
Tabela 21. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F30	201
Tabela 22. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F5	203
Tabela 23. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F7	204
Tabela 24. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F8	205
Tabela 25. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F9	206
Tabela 26. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F10	206
Tabela 27. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F17	207
Tabela 28. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F19	208
Tabela 29. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F20	209

Tabela 30. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F22	210
Tabela 31. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F27	211
Tabela 32. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F29	211
Tabela 33. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F31	212
Tabela 34. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F32	213
Tabela 35. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F33	214
Tabela 36. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F34	215

INTRODUÇÃO

As práticas de consumo assumem particular relevância nas sociedades contemporâneas que são, por excelência, sociedades de consumo. Assim, estas sociedades apresentam como traços característicos, entre outros, a possibilidade de uma massa relativamente indiferenciada da população dispor de rendimentos para adquirir bens e serviços até aí inacessíveis; o facto do consumo constituir a principal forma de reprodução e de diferenciação social, sobrepondo-se ao efeito decorrente do sexo, da idade, do grupo étnico, do *status*, entre outras variáveis; pela prevalência dos desejos emocionais sobre as motivações utilitárias; pela projecção de um significado subjectivo nos objectos que ultrapassa os seus atributos reais; pelo aumento exponencial da oferta de bens e serviços; e por novos padrões de consumo. É, ainda, uma sociedade caracterizada por um maior igualitarismo, pela laicização dos costumes e das instituições, por uma maior permissividade nos comportamentos e nos valores, pela ampliação dos direitos sociais. As mudanças no domínio do simbólico encontram-se, também, associadas ao desenvolvimento socioeconómico. Este repercute-se no nível de bem-estar das populações e torna-se visível através da estrutura do orçamento familiar. Assim, as despesas relativas aos bens essenciais (alimentação) perdem importância. Em oposição, ganham relevo as despesas com a habitação, com transportes e com cultura e lazer (bens de luxo).

Este trabalho de investigação pretende aprofundar o conhecimento sobre os padrões de consumo, na sociedade portuguesa contemporânea, iniciado no âmbito do mestrado, e alargá-lo ao domínio das práticas quotidianas. Ele tem como objecto de estudo os padrões e as práticas de consumo em Portugal Continental. Para alcançar este objectivo a análise desenvolve-se em torno da *Teoria da Prática* e dos seus prolongamentos críticos, em especial da tese do actor plural. Com base neste enquadramento teórico realizamos uma análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social que privilegia a relação das práticas quotidianas (micro) com os sistemas exteriores de nível meso (contextos de socialização e de interacção, as subculturas, entre outros) e de nível macro (instituições sociais, ordens económica, política, cultural, etc.). Situamos a prática entre as estruturas e os agentes. Neste sentido, integramos na análise os constrangimentos estruturais (instituições sociais, ordem económica, política, cultural, entre outras) e as relações de condicionamento que as variáveis socioeconómicas (género, idade, nível de instrução, rendimento, etc.) e os contextos de socialização e de interacção (familiar, escolar, laboral, esfera amical e de lazer) exercem sobre as práticas de consumo, enfatizando, ainda, a importância das culturas subjectivas, dos estilos de vida, dos projectos, das escolhas, dos desejos e a capacidade criativa dos indivíduos. Realçamos, assim, a *subjectividade* que caracteriza a sociedade de consumo.

Nesta linha de investigação, a presente pesquisa tem um duplo objectivo. Por um lado, baseado da análise dos dados dos Inquéritos às Despesas Familiares, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, entre 1967 a 2006, identificar o que mudou ao nível das estruturas de consumo em Portugal e, recorrendo aos dados da Eurostat, de 1999 e 2005, comparar as estruturas do orçamento das famílias portuguesas face às suas congéneres europeias. Por outro lado, a partir das *listas de despesas* e dos retratos sociológicos aprofundar a relação de condicionamento entre os diferentes contextos de socialização e de interacção e a incorporação das disposições, do *habitus*. Deste modo, enquadrámos a pluralidade disposicional e os contributos da sociologia dos indivíduos, atendendo à multiplicidade de cenários de interacção em que se movem. Identificamos as relações sociais de interdependência que se revelam determinantes na incorporação dos esquemas de acção, dos modos de fazer, de pensar, de sentir e de dizer em função de contextos sociais específicos. Reconhecemos os *outros significativos* ao nível da família, da escola, do trabalho e da esfera amical e as influências destes na inculcação do *habitus*. Analisamos o papel desempenhado pelos objectos nos diversos rituais quotidianos. Atendemos ao seu significado simbólico e ao modo como reforçam o sistema de disposições. Em suma, estabelecemos relações entre todos estes elementos condicionantes e as práticas de consumo, em função dos contextos de interacção e das variáveis tempo e espaço. Este segundo momento é caracterizado pela articulação dos níveis macro, meso e pela aplicação de uma abordagem teórico-metodológica centrada na *abdução* (introduz a indução e a dedução). O objectivo central é analisar a pluralidade disposicional, defendida pela sociologia dos indivíduos, a partir das práticas de consumo.

O quadro teórico inclui, ainda, os contributos das principais correntes ao nível da sociologia do consumo que desenvolvemos através de uma abordagem empírica focalizada no cruzamento entre estruturas e singularidades. Privilegiamos a análise do consumo enquanto construção social. Neste sentido procuramos atender ao significado simbólico dos objectos e ao modo como estes reforçam o sistema de disposições. Centrados na análise das singularidades (*listas de despesas* e retratos sociológicos) desenvolvemos uma abordagem metodológica que possibilite compreender os processos sociais através dos quais os sujeitos atribuem sentido às suas práticas.

A prática de consumo, ao encontrar-se associada à sobrevivência biológica dos indivíduos, é tão antiga quanto estes. A sua relação de proximidade e de condicionamento pela cultura constitui uma outra característica que importa, desde já, salientar. De facto, a necessidade dos bens (materiais e não materiais) é fortemente

regulada pelas estruturas mentais que induzem práticas que se inscrevem num sistema de regras de percepção cultural. Através do consumo transmitem-se crenças, perpetuam-se valores, geram-se práticas identitárias e distintivas que revelam as dinâmicas socioculturais e alimentam a memória colectiva. Ao longo dos tempos as práticas de consumo afastam-se cada vez mais da mera destruição do objecto para a satisfação de uma necessidade básica, diversificam-se, tornam-se mais complexas e impregnadas de sentidos e de valores que se reportam a desejos, a sonhos e às necessidades relativas à compreensão, à realização pessoal e à transcendência.

Esta mudança ao nível das práticas de consumo é paralela a fenómenos históricos como o desenvolvimento das cidades e do comércio, à revolução agrícola e à industrialização e à emergência da sociedade de consumo. Ela prende-se, também, com mudanças ao nível da dimensão cultural da sociedade, nomeadamente com o aumento do nível de escolaridade da população, com novas formas de lazer, com a expansão da ideologia individualista, com os valores e a ética hedonista e consumista.

Deste modo, um outro objectivo deste trabalho é incrementar a investigação na área da Sociologia de Consumo, pouco desenvolvida em Portugal, e contribuir para alargamento do debate dos principais impasses em que a mesma se encontra encerrada. A maioria destes prende-se com a situação de fronteira entre a economia e a psicologia, decorrente da partilha de muitos dos conceitos centrais (valor de troca, de uso e significado simbólico dos bens; necessidade, desejo, insaciabilidade e prazer, entre outros).

Na sociologia do consumo a utilidade de um bem é sempre analisada por relação a um quadro cultural. Assim, as práticas de consumo não se restringem à relação económica (preço, troca, etc.) elas são, também, uma questão de sentido, de valor, de comunicação, de papéis e de *status*, de posição na hierarquia social. Deste modo são integradas na análise as dimensões tempo e espaço (critérios situacionais), os valores que os indivíduos projectam nos objectos (práticos, consumistas, hedonistas) e através destes a dimensão afectiva, a criatividade e as representações imaginárias associadas aos bens de consumo. Ganha relevo a dimensão cultural por relação aos determinantes de pendor mais económico. Torna-se pertinente atender às subculturas e às especificidades do sistema cultural em cada sociedade e investigar o consumo enquanto forma de reprodução e de comunicação social característica da sociedade de consumo.

A conceptualização da necessidade e do desejo é outra das questões centrais na sociologia do consumo. A necessidade dos bens está intimamente associada ao sistema socio-cultural e a um conjunto de prescrições implícitas, inculcadas ao longo do processo de socialização. Através deste o indivíduo é levado a *desejar fazer* o que

é necessário para que o sistema se auto-reproduza. Assim, as escolhas de consumo são condicionadas pelas disposições incorporadas e o desejo corresponde à satisfação da necessidade. De referir, também, que a sociedade de consumo impõe que o indivíduo apreenda os desejos por necessidades. O desejo corresponde a uma versão ainda mais perfeita da realidade e à capacidade de associar, através da actividade imaginária e criativa, um cenário de maior prazer a uma experiência passada de consumo. Deste modo, refutam-se os pressupostos da teoria económica convencional. O consumidor deixa de ser um mero receptor de uma experiência disponível, já construída e com significado, para se considerar que o consumidor (re)constrói a sua própria experiência de consumo. Ganha centralidade na análise o conceito de reflexividade. Privilegia-se a cadeia de interacções entre o indivíduo e os diferentes objectos de consumo, as redes de influência, as relações com os objectos. Integram-se elementos subjectivos na realidade consumida. Assim, o desejo decorre quer de processos sociais, quer de psicológicos.

A origem do prazer deixa de residir nos sentidos e funda-se na emoção. Os estímulos decorrem da imaginação e esta favorece a ampliação das experiências agradáveis. Consequentemente, as expectativas emocionais e hedonistas tornam-se determinantes na escolha dos bens e serviços consumidos. A insaciabilidade e a procura incessante de novos bens (materiais e não materiais) estão associadas ao hiato entre realidade e a imaginação e negam o carácter materialista do consumo moderno. Assim, o princípio do prazer sobrepõe-se ao princípio da realidade, na sociedade de consumo. Nesta sociedade, o *tempo da necessidade* dá lugar ao *tempo de oportunidades*. Um tempo aleatório, aberto à emergência do novo, transitório, constituído por instantes, por episódios com prazo fixado e por inícios ininterruptos.

Estas são, como referimos, questões centrais abordadas pelas diferentes perspectivas teóricas no âmbito da Sociologia do Consumo. Subjacentes a elas estão os conceitos de consumidor, de cultura de consumo, de consumismo e de sociedade de consumo. Consideramos, também, que a análise destes conceitos deve ser desenvolvida em articulação com a teoria social contemporânea. Em particular, com a *Teoria da Prática* e com os seus prolongamentos críticos. Deste modo, a análise das práticas de consumo torna-se mais densa e profícua.

Apresentamos seguidamente, de modo sumário, a estrutura deste trabalho de investigação constituída por três grandes partes. A primeira, desenvolvida entre o consumo e a prática, é composta por dois capítulos.

No capítulo relativo ao “estado da arte” da sociologia do consumo desenvolvemos as diferentes perspectivas teóricas e os conceitos centrais nesta área do conhecimento.

O diálogo que estabelecemos com a teoria social contemporânea, em torno da *Teoria da Prática* e dos seus prolongamentos críticos é desenvolvido no capítulo dois. Este capítulo integra o modelo de análise, caracterizado por uma *heterodoxia controlada*, elaborado para esta investigação que tem como pressuposto teórico de partida a tese do actor plural. Assim, privilegiamos neste estudo a relação entre o poder / volume e espécie de capitais, o *habitus*, o campo, a reflexividade e as práticas de consumo.

A segunda parte desta investigação, relativa ao trabalho empírico desenvolvido e caracterizada por um eclectismo metodológico, é composta por quatro capítulos.

No primeiro, apresentamos o referencial teórico em que se ancora a abordagem metodológica. Debateremos, também, a pertinência e a eficácia de algumas propostas de pesquisa empírica centradas quer na operacionalização do *habitus*, quer na articulação dos níveis macro, meso e microssociais, quer na *sociologia à escala individual*, quando aplicadas à esfera do consumo.

O segundo, revela a especificidade da abordagem quantitativa decorrente da análise das práticas de consumo a partir das despesas. Inclui a análise da variação do valor percentual das principais rubricas que compõem a estrutura do orçamento familiar em Portugal Continental, entre 1967 e 2006; as primeiras conclusões e a formulação de novas hipóteses de trabalho. Integra, ainda, a Análise em Componentes Principais (ACP) à matriz de dados dos diversos inquéritos promovidos pelo INE e a identificação das principais mudanças verificadas ao nível das práticas de consumo que permitem caracterizar a sociedade portuguesa neste domínio. Contém, também, a análise da matriz de dados da Eurostat, de 1999 e 2005, que possibilita a comparação da estrutura do orçamento das famílias portuguesas face às suas congéneres europeias.

O terceiro e quarto capítulos correspondem aos estudos de caso, à análise qualitativa centrada nas *listas de despesas* e nas entrevistas biográficas, a partir das quais elaboramos os retratos sociológicos. São os capítulos em que desenvolvemos uma abordagem metodológica que privilegia a análise das singularidades e procura aprofundar a compreensão dos processos sociais de atribuição de sentido às práticas. Abrangem novas hipóteses e o debate de algumas dificuldades na recolha de dados relativos aos comportamentos de consumo, bem como de questões polémicas em torno dos pressupostos teóricos em que se funda a *sociologia à escala individual*. Fornecem elementos para alcançar um dos objectivos centrais desta investigação.

Designadamente, para investigar a pluralidade do actor social a partir da análise das práticas de consumo.

Na terceira parte deste trabalho enunciamos as principais conclusões decorrentes quer da abordagem quantitativa quer da qualitativa. É com base nestas que aprofundamos o conhecimento das práticas de consumo em Portugal Continental e que identificamos as potencialidades e limites de uma abordagem ancorada num modelo de análise caracterizado por uma *heterodoxia controlada*.

Esta pesquisa sobre padrões e práticas de consumo em Portugal Continental, situada entre as estruturas e os agentes, representa um avanço na compreensão profunda das principais mudanças operadas ao nível do consumo e da sua relação com as dinâmicas estruturais e os processos de transformação verificados na sociedade portuguesa nas últimas quatro décadas.

PARTE I – ENTRE O CONSUMO E A PRÁTICA

Capítulo 1. A SOCIOLOGIA DO CONSUMO: DIVERSIDADE DE PERSPECTIVAS

1. O consumo: prática social

O consumo, tal como qualquer outra prática, não pode ser conceptualizado como decorrente da “natureza” dos Homens, isto é, naturalmente determinado, adoptado de modo acrítico e irreflectido pelo actor, facticidade interiorizada sem que isso pressuponha recriação, reconstrução e apropriação. Não é, também, determinado por qualquer factor ou entidade metafísica, nem pelas características individuais ou singulares ou pelo *livre arbítrio*, embora esteja dependente da trajectória de vida de cada actor, do seu estilo de vida, dos gostos, do modo como cada um constrói a sua própria identidade. Finalmente não é determinado por uma cultura homogénea já que o actor é plural, isto é, vive numa pluralidade de espaços e contextos sociais que influencia e pelos quais é influenciado. Consequentemente, a análise do acto de consumo pressupõe que o mesmo seja conceptualizado enquanto prática relacional, isto é, do actor por relação aos contextos e espaços sociais (de pertença, quotidianos); do actor por relação aos outros actores (outro significativo / outro generalizado); do actor por relação à sua própria trajectória (horizontal, ascendente ou descendente); do actor por relação aos objectos de consumo e ao seu significado simbólico. E, por outro lado, enquanto prática situada no tempo (histórico, ciclo de vida) e no espaço (social e físico). Propomo-nos, assim, realizar uma análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social.

O consumo, prática ancestral, encontra-se associado à sobrevivência biológica dos indivíduos. Contudo, a análise das práticas de consumo não pode confinar-se à mera funcionalidade dos bens. As práticas de consumo são, também, percebidas na sua dimensão supérflua, ostentatória e/ou de abundância. Como referimos anteriormente, é necessário atender ao seu significado simbólico, já que consumimos para comunicar com os outros, com o nosso próprio passado, com os nossos ideais e aspirações. Ao consumirmos, procuramos sentido e através do consumo afirmamos uma identidade e uma pertença social. De facto, ao considerarmos que os bens fazem parte de nós próprios atribuímos-lhe um papel na construção e manutenção da identidade pessoal. É igualmente verdade que as práticas de consumo asseguram uma certa visibilidade e estabilidade às categorias através das quais os indivíduos são classificados numa sociedade. O sistema de consumo rege-se por convenções, que conduzem a lógicas de conformidade, mas, também, por estratégias de actores e de grupos sociais que pretendem distinguir-se uns dos outros (Heilbrunn, 2005).

O significado associado ao consumo afasta-se cada vez mais do sentido de destruição do objecto para incluir um conjunto de práticas identitárias através das quais os indivíduos manipulam e trocam sentidos e valores. De facto, os

comportamentos de consumo contribuem para a transmissão de crenças e de práticas sociais e estão impregnadas de dinâmicas socioculturais. Deste modo, o consumo mantém uma espécie de dinâmica da memória colectiva. Por um lado, está ligado a um conjunto de esquemas culturais relativos à compra ou à utilização de bens e serviços e, por outro, perpetua valores transmitidos pela família, pela escola, pelos *media*, etc. Assim, o consumo é uma questão de classificação que revela de uma lógica cultural que, como um sistema prescritivo, impõe obrigações e interdições. A cultura do consumo relaciona modos de fazer, princípios de compra, de avaliação, de rejeição, com modos de ver, de representar, de categorizar os objectos. Neste sentido, a cultura é um mecanismo que possibilita pensar e, assim, consumir os bens. Da mesma forma, a necessidade dos bens depende do modo como estes se inscrevem num sistema de regras de percepção cultural. Consequentemente, as fronteiras do consumo remetem para as fronteiras socio-culturais. Em suma, as estruturas mentais induzem práticas sociais que funcionam como verdadeiros reguladores na medida em que inscrevem o indivíduo na cultura ou o excluem se ele transgride as prescrições implícitas do sistema cultural.

Ao inscreverem-se numa lógica cultural, as práticas de consumo encontram-se submetidas às regras de estruturação da cultura, definidas por Lévi-Strauss (1974). Designadamente, às regras de interdição, que definem o que é formalmente estabelecido numa cultura; às regras de permissão, relativas ao que está autorizado; e às regras de prescrição, que designam as regras de comportamento implicitamente aceites por um grupo. Actualmente, algumas marcas propõem uma inversão das regras culturais, transformando regras de interdição em regras de prescrição, para se tornarem mais atractivas (fast-food: comer com as mãos).

Um outro contributo de Lévi-Strauss prende-se com a fórmula do *bricolage* a que o autor recorre para fazer referência aos múltiplos processos através dos quais os indivíduos atribuem novos significados aos objectos. O *bricolage* pressupõe, por um lado, um distanciamento que permite atribuir aos bens outras funções e, por outro lado, uma semelhança entre diversos objectos preexistentes graças a uma combinação criativa feita de arranjos e transformações. O *bricolage* consiste em reorganizar o valor funcional de cada um dos elementos através da definição de novas relações entre os elementos do sistema existente. Deste modo, a acção é sobre as relações e não sobre os elementos preexistentes. Neste sentido, o consumo pode ser concebido como uma reapropriação e uma forma de criatividade e de expressividade pessoal que reflecte uma necessidade de sentido e um vector de autonomia do indivíduo.

Nas sociedades modernas, caracterizadas por uma distensão progressiva dos laços sociais e, de um modo geral, pela perda de referências, a reapropriação individual e simbólica do objecto ao nível das práticas de consumo é potenciada. Nestas sociedades, o consumo tornou-se onnipresente através de um duplo fenómeno de extensão e de interiorização. De facto, as actividades estruturantes nesta sociedade regem-se pela lógica do consumível e das marcas. As marcas imiscuem-se na vida íntima dos cidadãos através de um mecanismo de infiltração, que estabelece relações afectivas duradouras a partir de lógicas de fidelização. Elas representam verdadeiros híbridos sociais, quase objectos e quase sujeitos, que substituem o outro no processo de construção identitário. Este é um dos paradoxos do objecto de consumo que, ao implicar a sociabilidade, se substitui ao laço social. Neste sentido, o consumo permite ao indivíduo (re)tomar contacto com os outros e com si-mesmo. Restabelece o laço e a conectividade numa estrutura social e num itinerário pessoal por natureza descontínuo. Assim, nas sociedades materialistas as relações com os bens podem ser entendidas como a extensão ou um substituto simbólico das relações pessoais (Heilbrunn, 2005).

A sociologia do consumo analisa as práticas de consumo enquanto factos sociais, produtos dependentes dos contextos grupais, culturais e de estratificação e das relações sociais que neles se estabelecem. Ela observa as relações entre o consumo e a reprodução social, a formação da intersubjectividade, os problemas de dominação sociopolítica, a sua repercussão nas formas de vida, o seu impacto na coesão social, na produção de igualdade ou desigualdade social, a sua função económica e o contexto de troca mercantil em que se produz (Alonso, 2005).

O reconhecimento da centralidade do consumo no processo de reprodução social e o estabelecimento de relações entre este e a cultura, o facto de o consumo corresponder a uma das características da sociedade contemporânea e de, através dele, podermos discutir a natureza da realidade, contribuíram de modo decisivo para a pertinência que este adquire no âmbito da sociologia, a partir da década de 1980. É, também, a partir desta data que a dimensão expressiva dos produtos, como por exemplo o sonho, a aventura, o risco, são utilizados pelo marketing e pela propaganda. Numa sociedade caracterizada pelo hedonismo auto-ilusivo, privilegiam-se os ingredientes românticos para convencer os consumidores de que os bens favorecem os seus *daydreams* (Barbosa, 2008:54).

O consumo é uma actividade central na vida dos indivíduos, ocupando parte do seu tempo, da sua energia física e psíquica e com implicação emocional. Para Heilbrunn (2005) o consumo engloba actividades que incluem práticas muito diversas que vão desde o “lèche-vitrines”, acto de consumo sem consumir, a outros rituais

relacionais que um consumidor pode ter face a um objecto, como por exemplo ordená-lo, acariciá-lo, rejeitá-lo, etc. O autor refere, ainda, que se abstrairmos da utilização pura dos produtos, as práticas de consumo remetem para três grandes categorias. O abastecimento relativo a todos os tipos de aquisição e de objecto (a compra, a dádiva, a herança, o presente, etc.). O uso relativo aos diferentes modos de interacção funcional e ergonómica com os objectos (ordenar, coleccionar, etc.). O despejo relativo a todas as práticas de desinvestimento do objecto (rejeição, transformação, reciclagem, etc.). As práticas de consumo podem ser, também, analisadas a partir da sua finalidade e da estrutura dessa actividade. Assim, uma actividade de consumo pode ser instrumental e não ter um fim em si mesmo (ver fotos); ou, pelo contrário, ser uma finalidade no seu todo (jogar no euromilhões). Além disso, a actividade pode centrar-se em objectos (ver um filme) ou inserir-se num quadro interpessoal (“vestir-se de acordo com a moda”). A ideia principal é que o consumo é uma experiência que é fonte de valor para o consumidor na medida em que se insere na acção (Heilbrunn, 2005:24-25).

As conceptualizações de consumidor elaboradas pelas diversas disciplinas transformam-no num constructo, um produto social. A distinção entre as diferentes abordagens pode ser feita quer pelo modo como se define o consumidor, ser racional, animal social, ser de desejos; quer pela natureza do processo, racional, afectivo, comportamental; quer pela sequência dos elementos estudados, génese das necessidades, compreensão das preferências, lógicas das escolhas, entre outros; quer, finalmente, pelos instrumentos e métodos que são utilizados, quantitativos e/ou qualitativos (Heilbrunn, 2005).

De igual modo, são diversas as perspectivas de análise desenvolvidas em torno do consumo. Holbrook (1999) elaborou uma tipologia dos valores do consumo centrada em três dimensões. A orientação da actividade para si (ler um livro) ou para o outro (comprar produtos “amigos do ambiente”). O carácter intrínseco (a actividade de consumo é um fim em si. Por exemplo ouvir musica enquanto se passeia pela praia) ou extrínseco (ler um jornal financeiro para decidir investir na bolsa) da actividade. E o carácter activo (pressupõe uma implicação cognitiva e energética. Por exemplo ir à opera ou fazer desporto) ou reactivo (exaltar-se com um programa de televisão) da actividade. Esta tipologia foi adoptada por Ladwein (2003) que enfatizou a correspondência entre estas três dimensões e oito valores de consumo. Assim, a eficiência corresponde ao valor de consumo de uma actividade orientada para si, com carácter extrínseco e activo. A excelência ou satisfação corresponde ao valor de uma actividade orientada para si, com carácter extrínseco e reactivo. O status corresponde ao valor de uma actividade orientada para o outro, com carácter extrínseco e activo. A

estima ou avaliação corresponde ao valor de uma actividade orientada para o outro, com carácter extrínseco e reactivo. O jogo corresponde ao valor de uma actividade orientada para si, com carácter intrínseco e activo. A estética corresponde ao valor de uma actividade orientada para si, com carácter intrínseco e reactivo. A ética corresponde ao valor de uma actividade orientada para o outro, com carácter intrínseco e activo. A espiritualidade corresponde ao valor de uma actividade orientada para o outro, com carácter intrínseco e reactivo.

Num outro sentido, Desjeux (1998) considera que o consumo é, essencialmente, uma questão de escala. Assim, o autor distingue cinco níveis de análise dependentes entre si. O nível biológico corresponde à análise das necessidades fisiológicas. O nível micro-individual inclui variáveis pessoais (personalidade, história pessoal, motivações conscientes e inconscientes) e variáveis de situação que presidem à escolha de consumo (influência do humor; do ambiente do shopping, etc.). O nível micro-social abrange as interações entre indivíduos (códigos, ritos), as escolhas de grupo (casal, família ou sub-cultura), os mecanismos de influência (boatos) e de afirmação da identidade social (ostentação, identitárias, etc.). O nível meso-social enfatiza as questões societais associadas ao consumo e relativas ao movimento consumista, às práticas de lobbying, etc. Finalmente o nível macro-social centra-se nos fenómenos culturais, no impacto do género sobre as escolhas de consumo, na questão da transmissão de valores e das práticas de consumo.

O consumo é, também, analisado a partir dos objectos. Eles constituem elementos do mundo exterior produzidos e manipulados pelo Homem. Possuem, também, uma vida social que lhes confere ou retira valor, lhes muda o sentido (valor sentimental, de culto, de uso). Como refere Kopytoff (1986) os objectos gozam de identidade social, têm influência interpessoal e trajectórias através das quais o seu significado se transforma. Existe uma plasticidade do seu significado que decorre de dois tipos de trajectórias. A biografia particular do objecto, centrada nos diferentes donos, contextos e usos. A história social do objecto, relativa às alterações históricas de longo termo e transformações de escala.

Consideramos, ainda, os contributos de Csikszentmihalyi e Rochberg-Halton (1981) que distinguem *objectos de acção*, cujo sentido decorre da manipulação, da experiência, do saber-fazer, de *objectos de contemplação*, por exemplo fotos e obras de arte. Para os autores, os bens instrumentais constituem fontes de prazer, de satisfação, referem-se a valores hedonistas ou experimentais. Os bens simbólicos conferem sentido e continuidade à vida pessoal. Estes bens desempenham quatro papéis fundamentais. Constituem mediadores de conflitos internos, do Eu; exprimem qualidades pessoais; são indicadores de *status* e promovem a integração social. Ao

serem individualmente apropriados os objectos alteram de modo significativo a cadeia de elementos estruturais do contexto socio-económico, o sistema de crenças, a organização do trabalho, etc. A sacralização dos bens constitui um fenómeno de *fetichismo*, dado que remete para as propriedades mágicas de um objecto. A *sacralização* e o *fetichismo* reforçam a impossibilidade de reduzir o consumo a uma simples articulação entre os valores de uso e os valores de imagem.

Finalmente, importa realçar que a era do consumo corresponde ao ciclo que tem início nos benefícios do industrialismo, na simplicidade e na funcionalidade, e nos transporta até à ornamentação supérflua. Vai do funcionalismo ao pós-modernismo.

2. A sociologia do consumo: breve resenha histórica

As abordagens teóricas ao consumo bem como os modelos de comportamento propostos no âmbito das mesmas são muito diversas. Esta diversidade evidencia o facto do consumo não constituir o objecto central de análise em muitas destas perspectivas teóricas. De facto, são ainda raras as teorias que conceptualizam a natureza da sociedade de consumo e que se centram no consumo, nas razões por que consumimos, no âmbito da sociologia do consumo (Barbosa, 2008).

Algumas abordagens privilegiam o desejo insaciável e ostentatório do consumo através do conceito de *pleonexia*, de *consumo conspícuo* e de *bens de posicionamento*. É, também, em resposta à dialéctica económica da insaciabilidade das necessidades que se afirma a perspectiva eco-humanista do consumo como patologia social. A dicotomia liberdade de escolha versus responsabilidade está também presente na sociologia do consumo. Às perspectivas que privilegiavam a liberdade de escolha, sinónimo de emancipação face às rotinas monótonas e estupidificantes, sucederam-se as que enfatizam a responsabilidade. A responsabilidade surge associada à regulação normativa e à coerção social e também à ideia de responsabilidade condicional, apenas em circunstâncias claramente definidas e precisas, e limitada a um grupo de eleitos. A passagem de um grande número de responsabilidades, que antes se sociabilizavam, para os indivíduos prende-se com a chegada da sociedade de consumo. A substituição da coerção pela estimulação, dos padrões de conduta obrigatória pela sedução e a regulação normativa pelo advento de novos desejos e necessidades é, também, enfatizada. Diferentes perspectivas privilegiam a questão do signo e da sua importância nas relações sociais. Outras salientam a análise das relações entre as preferências e as

práticas culturais e o estabelecimento de hierarquias sociais. Recentemente, uma nova tese centrada na questão do omnívoro cultural surge no âmbito da investigação sobre as práticas culturais. Outros autores, ainda, salientam a relação entre novas tecnologias e a solidão do consumidor.

É, contudo, a partir da confluência de diferentes correntes intelectuais, que na segunda metade do séc. XX, emerge uma escola de pensamento centrada no carácter simbólico dos bens de consumo, no papel simbólico que estes desempenham na mediação e comunicação do significado pessoal, social e cultural. Entre estes contam-se Simmel (1950) e Bourdieu (1979) com a crítica social, Baudrillard (1981) e a filosofia pós-estruturalista, Sahlins (1976) e Douglas (2004) da antropologia social, Fred Hirsh (1995) e a economia posicional e Daniel Miller (1995) e a cultura material.

O interesse e a diversidade de abordagens na análise do consumo multiplicam-se a partir de 1970, ano em que surge o *Journal of Consumer Research*. Através do consumo põe-se em evidência um processo existencial que engloba dimensões afectivas, hedonistas, simbólicas e, portanto, sociais. As práticas de consumo são, simultaneamente, práticas significativas e identitárias a partir das quais os indivíduos produzem significado e se definem. Emerge, assim, a noção de *consumo experimental* que postula por um lado uma disjunção entre o acto de compra, *stricto sensu*, e as práticas de consumo e, por outro lado, a consideração das motivações não racionais na análise das mesmas. Neste sentido, o consumo hedonista caracteriza-se pela sobreposição dos desejos emocionais às motivações utilitárias e pela projecção de um significado subjectivo nos objectos que ultrapassa os seus atributos reais.

Os debates de cunho moralizante centrados em temas como o materialismo, a exclusão, o individualismo, o hedonismo, a lassidão moral, a falta de autenticidade, a desagregação dos laços sociais e a decadência, proliferam desde o início do séc. XVII.

Correspondendo a níveis analíticos diferentes, desenvolvem-se no âmbito da sociologia do consumo, teorias relativas à sociedade e à cultura de consumo e/ou de consumidores e teorias do consumo. As primeiras centram-se na natureza da realidade social, analisando as características que lhe são específicas e a razão do consumo ocupar um lugar central na sociedade contemporânea ocidental (Campbell, 2000, 2005). As teorias do consumo, definido como processo social que tem início antes da compra e termina com a eliminação da mercadoria, analisam outras dimensões da vida social, como por exemplo os processos sociais e subjectivos que estão na base das escolhas; os valores, as práticas, os mecanismos de fruição e os processos de mediação social derivados do consumo (Featherstone, 2000); o impacto da cultura material na vida dos indivíduos e o modo como se estabelece a relação entre consumo e outros domínios da vida social (Slater, 2001; Bauman, 2008).

2.1 Os modelos da escolha racional versus a questão da insaciabilidade

Para a perspectiva económica o consumo é um processo de troca mercantil. Ao nível micro ele corresponde ao comportamento de um consumidor racional e soberano em situações de escolha mais ou menos puras. Ao nível macro traduz-se na repercussão do volume de procura sobre o conjunto de rendimentos ou sobre os ciclos de actividade económica geral. Neste sentido, os sistemas de necessidades, os níveis de vida ou as estruturas de consumo não são integrados nos processos de consumo como factores institucionais da vida económica, sendo determinados por instâncias económicas tidas como absolutas. Assim, o consumo e a reprodução social correspondem a um processo flexível e a sua reprodução é mais mecânica do que social. Importa salientar, que é ao nível das teorias microeconómicas da procura que o individualismo metodológico teve uma aplicação mais sistemática e extensiva (Alonso, 2005).

Durante muito tempo, as teorias do consumo estiveram confinadas a uma abordagem microeconómica centrada nos processos de decisão individuais ou sobre a análise das estruturas de consumo em função de variáveis como o poder de compra, o rendimento ou a pertença social. O processo de decisão individual, na abordagem económica, é conceptualizado como uma escolha racional baseada na capacidade do indivíduo para hierarquizar as suas preferências, para avaliar as ofertas e para otimizar a sua satisfação em função de recursos limitados. Assim, por um lado questiona-se, se a satisfação decorre do produto ou de diferentes componentes do produto (preço, qualidade, marca, design, etc.). E, por outro, se o consumidor privilegia a lógica de optimização da utilidade ou da redução do risco percebido. Considera-se que os riscos podem ser sanitários ou físicos; funcionais (qualidade do produto); psicológicos (satisfação obtida pela aquisição do produto); financeiros (impacto no orçamento) ou sociais (status conferido pelo manuseamento do bem). A análise dos riscos constitui um dos factores que aproxima a abordagem económica da abordagem social.

A teoria do consumidor, após Samuelson (1938), restringiu-se amplamente às funções decorrentes da procura de bens de consumo com base em preferências reveladas no mercado. Segundo Jackson (2005) a razão destas preferências permanece pouco clara entre os economistas. Uma tentativa mais sofisticada para compreender as bases económicas das preferências do consumidor foi desenvolvida por Lancaster (1966). Para o autor as preferências dos consumidores têm origem não nos bens mas nos atributos que estes possuem e no valor que estes têm para os consumidores. O modelo de Lancaster sugere que é possível inferir as preferências

das escolhas que os consumidores fazem no mercado mas continua a não clarificar o que está subjacente à estrutura social ou socio-psicológica das preferências dos consumidores.

Importa, também, referir que a economia, ao centrar a sua análise nos conceitos de necessidade e de utilidade, não integrou o desejo. Este corresponde ao principal motor do consumo. Considerar que os desejos são íntimos, singulares e distintivos constituiu a principal ilusão do indivíduo. Na realidade, os desejos são flutuantes e polarizam-se em torno de objectos evidenciados por outros indivíduos. Para Girard (1972, 1978), o desejo só pode ser concebido de modo triangular. O indivíduo deseja um determinado objecto por que o(s) outro(s) o deseja(m) e, ao desejarem-no, o designam como desejável. Assim, não existe espontaneidade no desejo mas um *jogo de olhares*. O desejo forma uma estrutura triangular composta por um sujeito (imitador), um mediador (imitado) e um objecto.

Os modelos de escolha racional, baseados nas teorias antropológicas da mudança social, consideram que a mudança constitui um determinante fundamental do comportamento humano. Neste sentido, e considerando que o comércio de bens e serviços económicos é apenas um dos aspectos da mudança social, ao longo da nossa vida trocamos uma variedade de bens (tempo, prendas, trabalho, apreciações críticas, etc.), na expectativa de que estas trocas beneficiem o nosso próprio interesse.

A análise económica do consumo, desde Keynes, Marx e até hoje, baseia-se na insaciabilidade ou na existência de uma propensão natural para o consumo que definem o indivíduo e explicam a relação directa entre aumento do rendimento e consumo. Esta abordagem produtivista, resultante de um consenso entre cientistas sociais, coloca a produção no centro e garante a hegemonia política da economia. Deste modo, o consumo é, segundo Miller (1995), relegado para segundo plano. Não obstante, a insaciabilidade, que é uma das características da sociedade de consumo moderna, resulta de um processo histórico que inclui transformações que remontam ao séc. XVI e atingem o apogeu no séc. XVIII.

Para alguns economistas a insaciabilidade do desejo constitui a base conceptual do problema económico e corresponde ao pressuposto central da economia, designadamente a existência de recursos limitados face a aspirações ilimitadas. A insaciabilidade é interpretada quer como consequência da sofisticação e personalização dos desejos e necessidades e/ou da vontade individual de progresso económico e social, quer como exigência do sistema capitalista para a sua própria sobrevivência. A ideia que emerge deste pressuposto é que quanto mais o indivíduo consumir, em termos económicos, melhor. Contudo, a relação entre consumo e bem-estar para além de não explicar a complexidade das motivações do consumidor, ela

não é linear. Alguns autores, como Illich (1977), Bauman (2008) e Kasser (2002), afirmam que a procura de bem-estar constitui uma tarefa difícil na sociedade moderna, com repercussões nefastas ao nível do meio ambiente e do bem-estar psicológico e social dos indivíduos. Esta é uma crítica reforçada pela perspectiva eco-humanista que sugere que os actuais padrões de consumo não favorecem a satisfação das necessidades. Neste contexto, o conceito de consumo sustentável ganha força ao defender o desenvolvimento da habilidade de viver melhor consumindo menos e, simultaneamente, reduzindo o impacto no meio ambiente (Jackson, 2005).

Consideramos, também, a teoria de Neef (1991) que relaciona o bem-estar com a satisfação de 9 necessidades humanas. Nomeadamente a necessidade de subsistência, de protecção, de compreensão, de afectividade, de participação, de ociosidade, de criatividade, de identidade e de liberdade. Estas necessidades, universais na psique humana, encontram-se associadas, em cada cultura, a diferentes conjuntos de factores de satisfação, facto que traduz a complexidade da relação entre bens económicos e satisfação de necessidades. O autor distingue, ainda, *necessidades materiais*, como por exemplo as relativas aos alimentos e à habitação, de necessidades *não materiais*, relativas aos afectos, à participação, à compreensão, à ociosidade e à identidade. Salienta, contudo, que na cultura ocidental, a satisfação destas últimas necessidades está associada a consumos materiais.

Outros contributos provêm da associação do papel simbólico dos bens à actualização das necessidades mais elevadas que os seres humanos experienciam e que, segundo Maslow (1954), correspondem às necessidades de compreensão, de significado e de transcendência. As pesquisas sobre o significado sagrado do dinheiro (Belk et al, 1989) e as sobre os aspectos sagrados e profanos do consumo (Belk e Wallendorf, 1990) revelam que os consumidores estão permanentemente implicados num processo de sacralização e dessacralização dos bens materiais. No mesmo sentido, McCracken (1988) argumenta que os consumidores estão envolvidos num exercício contínuo de *deslocação de ideais*, através do qual investem significado simbólico nos bens de consumo. Campbell (1987, 2004) sugere, também, que o consumo desempenha um papel vital ao promover o sonho e através dele a possibilidade dos indivíduos explorarem questões metafísicas fundamentais sobre eles próprios e sobre o mundo.

De referir, ainda, os contributos de Giddens (1996) que considera possível estabelecer uma hierarquia dos desejos e fazê-la corresponder a fases da vida. Para o autor, os desejos orgânicos são os primeiros e pressupõem “o desenvolvimento da capacidade para a «gestão de tensões» [«sistema de segurança básico»], pela qual a criança se torna activamente capaz de adequar os seus desejos às exigências e

expectativas de terceiros”, e são centrais para o desenvolvimento da sua personalidade. Embora nesta fase a criança ainda não detenha “a perícia linguística necessária para monitorizar a sua aprendizagem conscientemente”, estes comportamentos serão “facilmente verbalizados – ou seja, «tornados conscientes» - por crianças mais velhas ou adultos” (Giddens, 1996:135). A monitorização reflexiva da acção depende do domínio da linguagem mas isso não exclui, como defende Mead (1934), que a reflexividade se baseie na reciprocidade das relações sociais.

Giddens aponta 3 razões pelas quais o conceito de motivação é importante para a teoria social. A primeira resulta do facto dos elementos motivacionais poderem actuar como causas desconhecidas da acção, como “impulsos inconscientes, inacessíveis à monitorização reflexiva da racionalização do comportamento”. A segunda porque os motivos estão na origem de interesses definidos. “(...) o sentido mais significativo na análise social é o de «interesse social», onde a resposta dos outros serve como meio para o prosseguimento de interesses particulares”. A terceira salienta que a teoria da motivação é útil para a da reprodução da estrutura. Numa crítica à concepção de Parsons relativamente à correspondência dos motivos com a «interiorização» de valores consensuais, Giddens mostra que a mesma é inadequada por dois motivos. Em primeiro lugar porque apenas consegue tratar a divisão de interesses na sociedade quando estes representam uma segmentação entre interesses dos actores individuais e os da comunidade social. Em segundo lugar porque “o empenhamento motivacional numa dada «ordem» torna-se equivalente à adesão moral a essa «ordem», não atendendo às questões da acomodação, à dominação e reprodução através de desigualdades de poder inerentes à interacção social (Giddens, 1996:147).

Importa, ainda, realçar os contributos da abordagem semiótica dos valores de consumo, que para além da tradicional dicotomia entre valor de uso e valor de troca, põe em evidência quatro tipos de valoração dos bens de consumo. A primeira decorre da análise marxista do valor de uso e do valor de troca e centra-se nas noções de apropriação e de alienação. A segunda privilegia a instabilidade do valor dos objectos salientando que a valorização de um bem depende de critérios situacionais e de variáveis sociológicas como por exemplo o género. Centra-se numa lógica da interacção ou da relação. O valor parte do sujeito (desejo) e projecta-se nos objectos, tornando-os objectos de valor. A terceira identifica quatro grandes tipos de valores de consumo, objectivados socialmente. Sob o ponto de vista do consumidor, a valoração depende das expectativas, funcionais e existenciais, e das funções. Assim, os valores práticos, ergonómicos (tempo e conforto), opõem-se aos valores hedonistas e lúdicos (diversão, aventura) e os valores consumistas ou críticos, centrados na optimização da

relação qualidade / preço, da segurança, opõem-se aos valores utópicos, dominados pelo sonho e pela evasão. Finalmente, a quarta enfatiza a sedução e o simulacro associados à troca mercantil. Com o desenvolvimento do capitalismo os signos substituíram os bens e a superprodução de signos conduziu a uma perda de referências (Heilbrunn, 2005). Mais do que consumir produtos para exprimir as diferenças entre eles, os indivíduos tornaram-se veículos de expressão das diferenças entre os objectos, o *fetichismo da subjectividade* de Bauman (2008). Aprofundamos a perspectiva deste autor ainda neste capítulo, quando analisarmos as abordagens teóricas à cultura de consumo.

Por último queremos salientar que analisar o consumo enquanto objecto de estudo pressupõe aceitar a ideia que as práticas de consumo, mesmo sendo complexas e difusas, não são aleatórias. E, assim, reconhecer que é possível identificar um certo número de mecanismos e variáveis que condicionam estas atitudes e comportamentos. No mesmo sentido, deve-se admitir que os consumidores são seres reais, dotados de uma história, de afectos, de desejos, de constrangimentos económicos, temporais, etc. E considerar, ainda, a possibilidade de opor à passividade do consumidor “um modo próprio de caminhar através da floresta de produtos impostos” (Heilbrunn, 2005:113), que traduz a convicção numa criatividade escondida e na capacidade de cada consumidor inventar um novo sentido.

2.2 Thorstein Veblen e o consumo conspícuo: uma abordagem crítica

A proposta de Veblen (1970), pioneiro na sociologia do consumo, associa a riqueza à honra, numa lógica de acumulação e de ostentação que perpétua a comparação entre pares e funda um sistema de estratificação dominado pela burguesia, a classe de lazer. Esta, através do efeito *trickle down* que constitui um sistema de difusão descendente, impõe os seus gostos, hábitos e preferências ao nível do consumo aos restantes grupos sociais. Este efeito é, segundo Heilbrunn (2005), susceptível de crítica no que se refere à identificação dos líderes de opinião, nomeadamente nas questões da moda e das inovações.

Outra crítica à perspectiva de Veblen, realizada por diversos autores, entre os quais Shove e Warde (1997), Gronow e Warde (2001) e Shove (2003), prende-se com o facto de estes considerarem que uma grande parte do consumo ocorre de modo *não conspícuo*. Os autores argumentam que uma parte habitual, quotidiana de tomada de decisão de consumidores individuais, o consumo *ordinário*, não está, de facto,

orientado para a exibição individual. Trata-se, antes, da conveniência, do hábito, da prática e de respostas individuais às normas sociais e aos contextos institucionais em que as mesmas têm lugar. Assim, consideram que o conceito de *consumo não conspícuo*, que tem uma ressonância clara com a experiência quotidiana de consumo, é importante para compreender o comportamento do consumidor. Como razões referem que, por norma, não gastamos a nossa vida quotidiana conscientemente empenhados num consumo *conspícuo* e que a maior parte do consumo quotidiano é invisível, mesmo para nós próprios. Não obstante, os autores reconhecem que alguns dos consumos *ordinários* (por exemplo com a casa, com o automóvel) remetem para a exibição e para a afirmação de um estatuto social. Enfatizam, também, que muitas das escolhas quotidianas estão encerradas numa complexa arquitectura de decisões que incluem componentes históricas, sociais, institucionais e até mesmo políticas. Neste sentido, consideram que os consumidores estão muito longe de ser intervenientes intencionados no processo de consumo, capazes de exercerem qualquer escolha racional ou irracional na satisfação das suas próprias necessidades e desejos. Reforçando a teoria crítica de Bourdieu, afirmam que, frequentemente, os consumidores se vêem bloqueados em padrões insustentáveis de consumo, quer por normas sociais que estão para além do controlo individual, quer por constrangimentos institucionais dentro dos quais a escolha individual é produzida. É, também, nesta arquitectura institucional da escolha quotidiana que autores como Wilhite (1996) e Ger (1998) situam a patologia social atribuída à actual sociedade de consumo. Neste sentido, defendem que só uma intervenção e mudança ao nível da sociedade são viáveis para o problema do consumo excessivo. Retomamos, um pouco mais à frente, esta questão quando abordarmos o conceito de consumo sustentável.

A associação entre o consumo e a ostentação dos bens e a afirmação de status foi, também, analisada por Simmel (1950). Na análise que realizou aos modos de difusão dos comportamentos de consumo privilegiou a questão da moda, enfatizando a existência de tensões no processo de difusão da mesma. O autor considera que a moda é apenas uma expressão de *status*. Através dela combinam-se o desejo de conformidade e o individualismo, a igualdade social e a diferenciação individual, a que se junta o desejo de mudança.

O conceito de *consumo de posição*, de Hirsch (1995), sugere que o consumo de *bens de posição* aumenta a partir do momento em que as necessidades materiais estão satisfeitas. Estes bens, que se definem pela escassez social, permitem que o indivíduo se posicione socialmente por relação aos outros. Neste sentido, e dado que a economia posicional implica os indivíduos numa luta perpétua pela procura de status, os comportamentos de consumo não podem ser estudados como irracionais ou

patológicos. Pelo contrário, o autor considera que eles correspondem a uma expressão de características comportamentais que têm desempenhado um papel importante na sobrevivência das espécies ao longo das gerações. Refere, ainda, que a procura de comportamentos de status é importante para a compreensão da motivação dos consumidores.

O papel e a influência da pertença social do indivíduo sobre as suas escolhas e práticas de consumo constituem uma questão central na sociologia do consumo. Depois de identificar, numa lógica de marketing, as variáveis que são, simultaneamente, discriminativas e preditivas das escolhas de consumo, o problema reside na definição do nível de agregação destas variáveis (religião, cultura, classe, clube desportivo, família, etc.). Importa saber em que medida o reagrupar destas variáveis é condicionada pelas características do indivíduo e como se determina a influência do grupo sobre as escolhas individuais. A classe social surge, historicamente, como a primeira variável de segmentação. A classe social está, também, associada à reprodução de gestos, de práticas e de uma ideologia de consumo, a um *habitus* de classe.

A análise estatística realizada por Engel (1887), com base no orçamento familiar belga, permitiu estabelecer leis relativas à variação da procura em função do nível de rendimento do agregado, a Lei de Engel. Para Engel quanto mais pobre é uma família, maior é a importância relativa das despesas com alimentação. Os resultados da análise revelaram, também, que a importância relativa das despesas com vestuário e com habitação é aproximadamente a mesma qualquer que seja o rendimento da família. E, ainda, que a parte relativa a despesas diversas aumenta com o rendimento.

Maurice Halbwachs (1913) analisa o consumo sob uma outra perspectiva e põe em causa a tese apresentada por Engel. Para Halbwachs, são as relações sociais que produzem as necessidades, as práticas sociais e, assim, a estrutura de consumo dos diferentes grupos sociais. O consumo explica-se pelo nível de vida. Esta noção não significa apenas poder de compra mas mede o grau de integração na vida social, traduz um conjunto de necessidades específicas e de consumos diferenciados. Consequentemente, o rendimento por si só não explica a estruturação do orçamento familiar de diferentes categorias sociais.

A análise de Halbwachs inscreve-se num quadro mais amplo, da análise das classes sociais. Contrariamente a Marx, o autor baseia a sua sociologia sobre o estudo das necessidades. As necessidades e a sua tradução em consumo são o reflexo da cultura de cada categoria social e do grau de participação destas na vida social. Deste modo, o consumo é uma construção social e traduz a representação

colectiva que a sociedade faz de si mesma. Em função do lugar que ocupam, a sociedade determina a natureza e a quantidade de necessidades individuais.

Para Baudrillard (1981) os objectos constituem sistemas de significados, são operadores de transmissão de um património ideológico, de valores, de gestos e de rituais. É esta capacidade de integrar dimensões psíquicas, ideológicas e comportamentais que explica o poder dos bens de consumo relativamente à sensibilidade e à sociabilidade. O autor recorre à semiologia para enfatizar o aspecto simbólico associado à actividade de consumo. O consumo de signo, *commodity sign*, é o consumo específico da sociedade de consumo. Esta é uma sociedade da super-produção dos signos e da reprodução das imagens que se traduz na perda de significado estável e na estetização da realidade. Nela predomina o signo tornado mercadoria. É com base nesta característica que os neomarxistas enfatizam o papel da cultura na reprodução do capitalismo contemporâneo. Para Baudrillard a alienação capitalista deslocou-se do domínio da produção para o domínio do consumo. Na sua análise o autor questiona a noção de necessidade real e a distinção entre esta e a necessidade fictícia, afirmando que todas as necessidades são construídas socialmente.

Barbosa sugere que o *commodity sign* de Baudrillard possa ser considerado uma confirmação do poder e da influência do hedonismo auto-ilusivo na sociedade e no consumo contemporâneo. Segundo a autora, o capitalismo cria necessidades para se poder auto-reproduzir e em resposta o indivíduo, através do sonho, exercita a sua reflexividade e a capacidade crítica através da associação livre dos signos a produtos diferentes. Assim, o *commodity sign* corresponde a uma distorção do capitalismo pela anulação do valor de uso e de troca dos produtos (Barbosa, 2008:55).

A abordagem interaccionista é favorável ao consumo sustentável na medida em que viabiliza a possibilidade de pensar uma estratégia para produzir significado pessoal e cultural que seja mais ecológica. O interaccionismo simbólico considera que a procura de significado corresponde a uma parte significativa do comportamento do consumidor. Deste modo, como argumentam Baudrillard (1981) e Douglas e Isherwood (2004), o desejo de refrear o consumo é ingénuo e moralista, já que os bens de consumo constituem elementos centrais na procura do bem-estar humano.

O conceito de consumo sustentável funda-se na relação entre consumo e bem-estar. Esta relação, que ocupa um lugar central na actual agenda política e de investigação, tem vindo a ser analisada sob diferentes perspectivas. Uma abordagem enfatiza a importância das inovações tecnológicas e do preço justo na promoção de uma mudança ao nível do consumo, sem que isso pressuponha necessariamente consumir menos (United Nations Development Programme – UNDP, 1998). Outras

encetam uma crítica mais radical que remete o consumo sustentável para a *gestão da ganância* (Slessor 1997; Trainer 1996). Mesmo não existindo consenso relativamente ao significado deste conceito, a questão central desta abordagem é saber como ou em que medida o consumo é benéfico para o indivíduo. Assim, podemos agrupar as diferentes perspectivas em duas grandes categorias que passamos a caracterizar. Os que defendem que o aumento do consumo é sinónimo de aumento do bem-estar tendem a considerar os consumidores como livres para escolher a opção que proporciona uma vida melhor, de acordo com gostos e preferências individuais. Os que argumentam que o aumento do consumo é lesivo para o meio ambiente e não contribui para a satisfação das necessidades humanas, advogam que podemos reduzir o consumo de modo significativo sem pormos em risco a qualidade de vida. Para esta perspectiva, a sociedade de consumo moderna enferma de uma *patologia social* que incita ao consumo através das normas sociais, da ganância ou do marketing e da propaganda sem escrúpulos. Assim, o consumo sustentável surge como uma possibilidade de viver melhor consumindo menos e, neste processo, reduzir o impacto no meio ambiente (Wachtel, 1989). Os efeitos da indústria ecológica no desenvolvimento sustentável são considerados insuficientes para alcançar este objectivo. Enfatiza-se a necessidade de atender às questões de consumo, tais como a dimensão e o padrão de consumo; as expectativas e comportamentos do consumidor; a natureza dos processos de tomada de decisão dos consumidores e a importância de mudar as atitudes, os comportamentos e as expectativas dos consumidores em favor de produtos limpos, reduzindo os impactos ambientais. Importa, contudo, não esquecer os condicionalismos do contexto social e cultural na definição e no constrangimento da escolha individual. Neste sentido alguns autores sublinham a importância de uma intervenção política para fomentar, apoiar e sustentar comportamentos morais e sociais (Dawkins, 2001).

2.3 O contributo de Pierre Bourdieu para a cultura de consumo

Bourdieu estuda e analisa, a partir de material empírico, a centralidade das práticas de consumo na criação e manutenção de relações sociais de dominação e de submissão, questão central no seu livro *La Distinction* (1979). A análise que realiza centra-se nos mecanismos de reprodução social, salientando o modo como as sociedades mantêm as estruturas de ordem entre os grupos sociais e as relações de poder de um grupo face a outro(s). Estabelece, também, uma relação entre os grupos

dominantes e o monopólio de bens posicionais. Esta relação, que pode ser vista como um prolongamento do trabalho de Veblen, pressupõe que os padrões de comportamento do consumidor proporcionam o mecanismo para a definição e manutenção da distinção de classe, nas sociedades modernas. Neste sentido, os grupos sociais não só condicionam as escolhas ao nível do consumo, como também constituem intermediários culturais, são transmissores de um saber estético. Assim, numa crítica clara à abordagem subjectivista do gosto, Bourdieu afirma que este depende da herança socio-cultural interiorizada pelo indivíduo. Para o autor, o gosto constitui um mecanismo central na organização e na distribuição de recursos simbólicos. Consequentemente, desempenha um papel crucial na reprodução social. No mesmo sentido, o valor de troca e de uso dos objectos é estruturado através do modo como os indivíduos apreendem os aspectos socio-simbólicos desses bens, pela associação de um sentido pessoal aos bens de consumo. Este facto associa o desenvolvimento da cultura de consumo à estilização e à estetização das práticas.

Na proposta de Bourdieu, a identidade social define-se e afirma-se na diferença através das práticas de classificação. Estas estão ligadas a um modo de interiorização das práticas que vão permitir distinguir uma classe, ao conceito de *habitus* que desenvolvemos no capítulo seguinte, dada a sua centralidade na nossa análise. De facto, o *habitus* representa uma espécie de esquema implícito de preferências relativas à pertinência e à validade das escolhas. Ele não remete apenas para um sentido do estilo mas inscreve-se e incorpora-se nas práticas e nas posturas corporais, linguísticas, nos modos de andar, de falar, de fazer o corpo falar, etc. Daí que o autor considere a existência de um *habitus* individual, variante estrutural do *habitus de classe* ou de grupo, através do qual se exprime a singularidade da posição, no interior da classe e da trajectória. Bourdieu constata que existe uma concordância entre as diferentes práticas e as obras de um indivíduo. Este facto confirma a associação entre traços distintivos de um indivíduo e um estilo de vida particular. É, também, porque os esquemas incorporados podem ser transpostos de um universo para outro que as práticas adquirem uma afinidade, um estilo de vida. Para Bourdieu é através de uma lógica da prática, que os indivíduos se esforçam por melhorar a sua posição no espaço das posições sociais, manipulando bens e representações culturais da sua posição no campo social.

A homogeneidade dos gostos e das preferências culturais conceptualizada por Bourdieu, relativa à homologia dos campos, tem vindo a ser questionada pela tese do omnívoro cultural. Um conjunto de pesquisas desenvolvidas por diversos autores, entre os quais Peterson (1992, 1996), Levine (1998), Warde (2007) e Katz-Gerro (2008), revelam que, nos países ocidentais, uma fracção da população com elevado

status social aprecia e experimenta uma variedade de formas culturais. Para Warde (2007:143) este amplo envolvimento reflecte a emergência de valores de tolerância e mina o snobismo. O autor questiona a relação entre uma ampla participação cultural e um suposto modo cultural de ser singular e distintivo, o omnívoro cultural. Neste domínio, parece-nos pertinente salientar a distinção que Lahire (2004) estabelece entre consumidores culturais dissonantes e consonantes, que reforça a sua tese do actor plural. Nos primeiros encontramos combinadas actividades e géneros culturais com diferentes graus de legitimidade. Nos segundos deparamos com actividades e géneros que são exclusivamente legítimos ou ilegítimos. Lahire (1998) retoma a tese do *habitus* individual de Bourdieu, enfatizando a capacidade do indivíduo para recriar uma constelação de produtos para além do simples *habitus* de classe. Neste sentido, a cultura torna-se numa espécie de self-service onde cada um subsiste em função dos seus gostos e humores e de modo, frequentemente, imprevisível. Por outro lado, a proposta de Katz-Gerro (2008) para se estudarem os padrões de consumo omnívoro ao longo do tempo reforça a ideia de que o actor plural já se encontra presente na análise de Bourdieu. A autora enfatiza, ainda, o efeito dos *mass media* e das migrações geográficas sobre a acessibilidade, de segmentos cada vez mais amplos da população, às formas estéticas elitistas e populares. Deste modo, a relevância do conceito de omnívoro cultural enquanto factor de exclusão é minorada. Simultaneamente, questiona-se a relação entre padrões de participação cultural e a pertença social.

Barbosa (2008) apresenta-nos no livro *Sociedade de Consumo* uma síntese de características distintivas e de temas associados aos conceitos de sociedade de consumo e de cultura de consumo, elaborada a partir dos contributos de Baudrillard, Bourdieu, Featherstone, Campbell, Douglas e Isherwood, entre outros autores. Nas diversas abordagens, a sociedade de consumo surge articulada com a sociedade capitalista e de mercado. É caracterizada pela acumulação de cultura material sob a forma de mercadorias e serviços, pela compra enquanto forma principal de aquisição de bens e serviços, pelo consumo de massas e para massas, que é, também, um consumo de moda ou de novidade, por uma taxa de eliminação dos bens idêntica à de aquisição, por uma elevada taxa de consumo individual e pela conceptualização do consumidor como agente social, legalmente reconhecido nas transacções económicas. A cultura de consumo surge associada à ideologia individualista e à valorização da liberdade e da escolha individual. É caracterizada pela insaciabilidade, pelo consumo como principal forma de reprodução e comunicação social, pelo signo como mercadoria, pelo fim da distinção entre alta e baixa cultura, pela cidadania

expressa na linguagem de consumidor e pela *estetização* e *comoditização* da realidade.

Barbosa (2008) critica Bourdieu por considerar que, na sociedade de consumo contemporânea, a posição dos bens é instável e a sua duração variável. Neste sentido, para autora, a moda corresponde a um processo de “obsolescência cultural programada” (Barbosa, 2008:42). A autora afirma que quer a teoria crítica quer os neomarxistas esquecem que embora os consumidores possam ser comparados com os operários e, assim, considerados como manipuláveis pelos capitalistas, na esfera do consumo o limite entre persuasão e controle é muito mais difícil de definir. Barbosa salienta, também, que o não-consumo não é punido nem obrigatório.

Barbosa considera difícil identificar uma teoria sobre a sociedade de consumo, de consumidores ou sobre a cultura de consumidores nos contributos de autores como Bourdieu, Douglas e Isherwood. Para aprofundar o conhecimento sobre a cultura do consumidor ou a sociedade de consumo, a autora propõe que se desenvolvam estudos, em diferentes sociedades contemporâneas, no sentido de comparar os mecanismos de diferenciação e de comunicação social, as estratégias de obtenção de prestígio, de exclusão e de delação de pessoas através da manipulação de bens posicionais. Estas investigações permitiriam identificar estratégias de uso e exposição de bens, processos de distinção social e agentes sociais específicos à sociedade de consumo contemporânea (Barbosa, 2008:41-43). Para Barbosa foi Campbell o único autor a elaborar uma teoria da sociedade de consumo. Desenvolveremos os seus contributos num outro ponto deste capítulo.

2.4 A tese de Douglas e Isherwood: uma outra abordagem crítica à cultura do consumidor

Douglas e Isherwood (2004) questionam os pressupostos económicos em que se funda a teoria do consumidor. No livro *O mundo dos Bens*, obra de referência no âmbito da cultura material, os autores analisam o modo como as mercadorias são utilizadas para estabelecer as fronteiras da relação social. A tese apresentada coloca o consumo para além do puro comércio e integra sempre uma dimensão cultural e económica. O postulado central estabelece uma relação de determinação entre a utilidade de um bem e um quadro cultural. Assim, o consumo é tanto uma questão de preço, de troca e de relação económica quanto de sentido, de valor e de comunicação. Para além do consumo físico dos bens (utilidade e satisfação), estes constituem marcadores sociais no interior de um sistema de informação. Consequentemente, o

consumo é um sistema de trocas que posiciona os indivíduos através do *status* e de papéis codificados. Assim, importa compreender de que modo o objecto consumido é susceptível de ser um meio de comunicação que induz lógicas de identidade, de inclusão e de exclusão. A componente de informação dos bens aumenta à medida que subimos na hierarquia social e torna-se um meio para o estabelecimento de relações sociais e de exclusão (domínio das artes). Deste modo, o consumo constitui uma forma aprazível de cumprir as obrigações sociais.

Os autores salientam que os objectos criam e prolongam crenças, fornecem às crenças uma realidade, uma facticidade, uma existência que nunca teriam sem eles. Através da sua utilização em rituais, os bens materiais asseguram uma certa visibilidade e uma certa estabilidade às categorias em função das quais os indivíduos são posicionados numa dada sociedade. Assim, e numa perspectiva antropológica, os rituais produzem a forma e a substância das relações sociais. McCracken (1988) identifica três tipos de rituais de consumo. Os rituais de troca de objectos (prendas); os rituais de posse (coleccionar, ordenar / hierarquizar) e os rituais de desinvestimento (vender uma casa para comprar outra; rejeitar objectos associados a experiências negativas). Os indivíduos esforçam-se por participar activamente no processo de transferência de sentido. Consequentemente, desenvolvem estratégias que obstem à sua marginalização pelo sistema e procuram controlar o significado cultural dos objectos que é, em geral, consensual.

Mary Douglas e Isherwood sugerem, também, que qualquer teoria das necessidades deveria incluir o pressuposto segundo o qual os bens são necessários para implicar e mobilizar os outros para os projectos individuais. Para Bourdieu, Douglas e Isherwood o consumo é uma actividade mediadora. Contudo, por um lado é difícil identificar em que medida a utilização das mercadorias serve para delimitar as relações sociais e, por outro, afirmar que a existência de uma economia de prestígio, que pressupõe investimento de tempo, dinheiro e conhecimento, é característica da cultura do consumidor. De facto, o uso da cultura material para fins estritamente simbólicos, quer como elementos distintivos ou como signos, é um processo comum em várias sociedades.

Numa crítica dirigida a Douglas e Isherwood, Heilbrunn (2005) alerta para o facto de os autores não atenderem à relação entre mudança simbólica e desigualdade social, nem à influência que a cultura material pode ter na consolidação da desigualdade social. Uma outra fragilidade prende-se com o facto de não terem em conta, na análise, a influência que as estruturas de mediação (publicidade, imprensa, etc.) têm sobre o processo de transferência de sentido, nem o modo como os indivíduos avaliam e são avaliados pelos outros.

2.5 Outras abordagens teóricas à cultura de consumo

A cultura do consumo é um fenómeno simultâneo à industrialização, à urbanização, à globalização, ao capitalismo, ao colonialismo e à “wage labour”. Segundo Ringberg (2005), embora no ocidente persista a noção de que foi a produção que gerou o consumo, nos últimos 20 anos, diversos historiadores mostraram que a cultura do consumo precedeu a revolução industrial. Assim, ela foi mais a causa do que o efeito.

Featherstone (2000), no seu livro *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*, reúne diferentes teorias sobre a cultura do consumidor que se encontram associadas à pós-modernidade. Para o autor a cultura assume um novo significado decorrente da saturação dos signos e das mensagens, tudo é cultura. Assim, cultura do consumidor, cultura pós-moderna ou cultura do capitalismo tardio são sinónimos. A cultura do consumidor pressupõe que, na dimensão cultural da economia, a simbologia e o uso de bens materiais sejam comunicadores e que, na economia dos bens culturais, os princípios de mercado (oferta, procura, acumulação de capital, competição e monopólio) actuem no interior da esfera dos estilos de vida, dos bens culturais e das mercadorias.

Na análise realizada, Featherstone considera as teorias relativas à produção do consumo, aos modos de consumo e ao consumo de sonhos, imagens e prazeres. Para a primeira teoria a cultura do consumidor resulta da expansão capitalista (Taylor e Ford). A necessidade de criar novos mercados e de educar os indivíduos para o consumo gera mecanismos de sedução e manipulação ideológica, de que são exemplo o marketing e propaganda. Nesta perspectiva a cultura é considerada simultaneamente como emancipadora (maior igualitarismo e liberdade individual) e desintegradora (afastamento face a valores e relações sociais consideradas mais autênticas). Das teorias centradas nos modos de consumo, Featherstone salienta, por um lado, a associação entre formas socialmente estruturadas de uso dos bens, que pressupõem investimentos em tempo, dinheiro e conhecimento para serem utilizados apropriadamente e a transferência das propriedades simbólicas para os seus proprietários. Por outro lado, destaca as relações sociais distintas que fazem prevalecer uma economia de prestígio no interior da cultura do consumidor. Das teorias de consumo de sonhos, imagens e prazeres, Featherstone realça a dimensão dos prazeres emocionais associados ao consumo, celebrados no imaginário da cultura do consumidor e objectivados de modo particular em espaços físicos (shopping, parque temático, etc.) que geram sensações físicas e prazeres estéticos. A partir destas teorias o autor enfatiza a existência de forças contraditórias na sociedade

contemporânea, que estimulam a produção e o trabalho árduo ao mesmo tempo que prometem o prazer e a satisfação das necessidades e desejos através da superação da escassez. Featherstone conclui que, na pós-modernidade, persistem economias de prestígio (pressupõem investimentos em tempo, dinheiro e conhecimento para que o manuseamento dos bens confira status) e simbólicas (proporcionam sonhos e satisfação emocional individual através dos signos, imagens e mercadorias simbólicas).

Slater (2001), afirma que a cultura do consumidor é uma cultura de consumo e corresponde ao modo dominante de reprodução social desenvolvido no ocidente, ao longo da modernidade. Ela está relacionada com valores, práticas e instituições como o individualismo, a escolha e as relações de mercado. Na sua análise, Slater privilegia as relações, as estruturas, os sistemas e instituições no interior das quais se definem reciprocamente os nossos desejos e necessidades e a organização social dos recursos disponíveis. Assim, a sua perspectiva analítica caracteriza-se pelo recurso a indicadores sociológicos para definir a cultura do consumidor. Ao definir e orientar as práticas sociais, os valores culturais, as ideias, as aspirações e identidades relativamente ao consumo, Slater descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade materialista, pecuniária, onde o valor social das pessoas decorre do que elas possuem. Simultaneamente, a cultura do consumo é definida como um universo onde predomina a autonomia de escolha e a soberania do consumidor. Pressupõe, também, a difusão de valores associados ao consumo (satisfação, cliente, qualidade, eficácia, produtividade, resultados, etc.) que se estendem a novas áreas (educação, saúde e cultura). Em suma, a cultura do consumidor é a cultura de uma sociedade de mercado, onde o acesso aos bens é determinado pela distribuição dos recursos materiais e culturais (gosto, estilo de vida, etc.) e das relações de mercado (salário e classe social).

Para o autor, a cultura do consumidor é universal (liberdade e igualdade) e impessoal (mercado de massas). Ela associa liberdade com escolha e vida íntima, tornando privado o acto de consumo. Deste modo, as preferências individuais sobrepõem-se aos valores culturais, pondo em causa a coesão social. Esta é uma crítica social à perspectiva de Slater.

Slater conceptualiza as necessidades como ilimitadas e insaciáveis. A insaciabilidade é interpretada quer como consequência da sofisticação e personalização dos desejos e necessidades e/ou da vontade individual de progresso económico e social, quer como exigência do sistema capitalista para a sua própria sobrevivência. Refere, ainda, que na sociedade contemporânea a identidade social é construída pelos indivíduos a partir de escolhas individuais. Assim, o único

constrangimento é escolher. Deste modo, o poder de escolha transforma-se num elemento central da cultura do consumo, salientando a importância crescente da cultura no exercício do poder. Este facto leva a questionar se existe liberdade de escolha ou apenas submissão desta a interesses económicos (marketing e propaganda); se o consumidor é súbdito ou soberano, activo ou passivo, criativo ou determinado. Realça-se, assim, a oposição entre os autores que defendem que a cultura está ao serviço de interesses económicos e os que advogam que a cultura organiza a economia (valor cultural determina o valor dos bens). Para Slater não se deve reduzir as teorias da cultura do consumidor às questões de preferência do consumidor. O autor considera que é necessário atender à história dos tempos modernos.

Bauman (2008), considera que as vidas dos consumidores são vidas de experimentação contínua. “Cobrir a aposta é uma regra de ouro da racionalidade consumista” (Bauman, 2008:121). O autor considera provável que, na actualidade, o equilíbrio de poder entre o *princípio do prazer* e o *princípio de realidade* se tenha invertido e que este último princípio tenha retrocedido. Neste sentido, na *moderna sociedade de consumidores*, compete aos indivíduos a tarefa de estabelecer as realidades que compõem o *princípio de realidade* assim como atingir os objectivos ditados pelo princípio do prazer (Bauman, 2008:126). São, também, os indivíduos que estabelecem os limites da sua própria responsabilidade face aos outros humanos e definem a linha entre as intervenções morais possíveis e impossíveis, assim como decidem quanto do seu próprio bem-estar estão dispostos a sacrificar para cumprir com as suas responsabilidades morais face aos outros. Bauman, pensa que a privatização e subsidiariedade da responsabilidade não é tão danosa para as atitudes morais do Eu e dos actores sociais. Segundo o autor, o seu impacto foi mitigado e os danos circunscritos por agências comerciais desejosas por substituírem a sociedade no desempenho destas tarefas. Assim, continua a alertar-se para a responsabilidade substituindo a complexidade de tarefas por um conjunto de indicadores directos relativos ao que “se deve” e “não se deve fazer”. A responsabilidade e a escolha responsável são transferidas para o âmbito da auto-realização e para o cálculo de riscos. Consequentemente, ser responsável significa “*responsabilidade de si mesmo* (“*lo mereces*”)” e as *escolhas responsáveis* não são mais que os movimentos necessários para servir os interesses e satisfazer os desejos do Eu. Substitui-se a *responsabilidade pelos outros* pela *responsabilidade pelo próprio e face ao próprio* através da proclamação de que certas acções, que incluem escolhas morais, são eticamente neutras e, assim, estão isentas de toda a avaliação ética e da censura.

Nesse processo, o outro desaparece enquanto que objecto de responsabilidade ética e de preocupação moral (Bauman, 2008:127-128).

Bauman refere que a cultura contemporânea se caracteriza pelo abdicar da identidade individual e dos laços interpessoais em favor da liberdade individual. A identidade, simultaneamente caracterizada pela gratuidade e pela obrigatoriedade, constitui um processo permanente de construção e de destruição. O autor considera-a uma condenação para o indivíduo, já que todo o “consumidor tem necessidade de se converter em produto” (Bauman, 2008:151). A cultura de consumo exerce uma pressão permanente sobre os indivíduos no sentido de mudarem de identidade, de se despojarem do passado e de renascerem. O ostracismo e a exclusão constituem a penalização para o incumprimento desta norma. É nas *comunidades de guarda roupa*, onde a pertença é subjectiva, e no mercado, que fornece os símbolos identitários, que os consumidores conseguem diminuir a pressão decorrente da obrigação de se esforçarem quotidianamente por se apropriarem de uma identidade. Bauman salienta, também, que a possibilidade de mudança entre egos, manipulação de identidades, torna a incerteza menos ameaçadora e a felicidade mais completa. Deste modo, as obrigações imposta pela cultura de consumo são dissimuladas em privilégios.

Uma outra característica da *vida de consumo*, salientada por Bauman, prende-se com o facto dos processos de aprendizagem e de esquecimento serem céleres. De facto, a economia de consumo e o consumismo só persistem se a satisfação for momentânea, se a ideia de satisfação das necessidades for refutada. O consumidor satisfeito constitui uma verdadeira ameaça. Assim, é necessário renovar constantemente as necessidades e os objectos que lhe estão associados. Esta ideia é, também, defendida no livro *Choque do Futuro*, por Alvin Toffler (...). O autor refere a *mentalidade da eliminação* como um factor fundamental para a regeneração do mundo dos bens.

Bauman defende que o consumo é obrigatório e que existe punição para os não-consumidores. Estes correspondem aos novos pobres, os *não consumidores*. A norma que estes transgridem é a norma de *competência* ou *atitude do consumidor*, não a do emprego, já que consumir é a obrigação social mais importante (Bauman, 2008:170). Estes correspondem a uma nova categoria, a *infraclasse*, classificada nas estatísticas como “pobres ou abaixo da linha de pobreza” (Bauman, 2008:93). Para o autor a distância entre os que são seduzidos a agir e são capazes de satisfazer os seus desejos e os que foram seduzidos mas são incapazes de cumprir a norma é cada vez maior e mais intensa. Na sociedade de consumo, a sedução é, simultaneamente, niveladora e distintiva.

A *subjectividade* da sociedade de consumidores é equiparada por Bauman à *mercadoria* na sociedade de produtores, considerando-a um “*fetiche*: um produto absolutamente humano elevado à categoria de autoridade suprahumana devido ao esquecimento ou ao menosprezo da sua origem humana e da cadeia de acções humanas que não só conduziram à sua aparição, como foram sua condição *sine qua non*” (Bauman, 2008:28-29). A *subjectividade* dos consumidores está repleta de escolhas de consumo, quer do sujeito quer de potenciais compradores do sujeito. As suas escolhas correspondem a uma *idealização* dos vestígios materiais – coisificados – e traduzem a *materialização* da verdade interior do Eu (Bauman, 2008:29). O *fetichismo da subjectividade* funda-se, também, numa mentira que decorre da obstinação do sujeito humano face aos constantes embates da coisificação. Tal como o *fetichismo da mercadoria* escondeu a essência humana da sociedade de produtores, o *fetichismo da subjectividade* oculta esta realidade transformada em mercadoria, que caracteriza a sociedade de consumidores. A elevada taxa de resíduos (objectos inúteis) e a proximidade entre emergência e fim do desejo promovem o *fetichismo da subjectividade*. Os bens não oferecem resistência ao sujeito que os manipula, dá forma e utiliza. Assim, o consumidor transforma-se em sujeito soberano e renova-se continuamente o “terreno epistemológico e praxiológico do *fetichismo da subjectividade*” (Bauman, 2008:31). A substituição do produto inútil por outro constitui um hábito apreendido e interiorizado e uma forma de lidar com a frustração. Por outro lado, a quantidade de formas que podemos adoptar é infinita. Este poder supera a força de determinação causal e pode, eventualmente, limitar o poder do passado sobre as opções do presente. Assim, hoje podemos ser completamente diferentes do que fomos ontem.

3. A sociedade de consumo

A origem da sociedade de consumo encontra-se associada a fenómenos históricos como o desenvolvimento das cidades e do comércio na Idade Média, a industrialização e mesmo a revolução agrícola. Prende-se com mudanças ao nível da cultura material, que decorrem da expansão para o oriente, e com mudanças ao nível da dimensão cultural da sociedade que ocorrem entre os séculos XVI e o XVIII. Entre estas podemos citar o aumento do nível de escolaridade da população, novos estilos literários, novas formas de lazer, construção de uma nova *subjectividade* e a expansão da ideologia individualista (Barbosa, 2008). A emergência da sociedade de consumo é

paralela à possibilidade das famílias disporem de rendimentos para adquirirem bens e serviços até aí inacessíveis (Alonso, 2005).

Na abordagem histórica à sociedade de consumo são centrais as questões do *quando* e do *que* mudou. O enfoque produtivista, prevalecente no ocidente, coloca a produção no centro e garante a hegemonia política da economia, relegando o consumo para segundo plano (Miller, 1995). Contudo, nos últimos 20 anos, estudos desenvolvidos por historiadores mostram que a Revolução Comercial e de Consumo precedeu a Revolução Industrial e foi um ingrediente central da modernidade e modernização das sociedades ocidentais (Barbosa, 2008, Ringberg, 2005). Outros indicadores do desenvolvimento da sociedade de consumo são a multiplicação de lojas com montras e reclames, no início do séc. XIX, e a proliferação dos grandes armazéns. Estes marcam a transição entre o pequeno e o grande comércio, caracterizada por uma oferta diversificada de bens num mesmo local e pelo preço fixo (Heilbrunn, 2005).

A partir dos anos 1960, o conceito de sociedade de consumo ganha centralidade e caracteriza-se pela riqueza generalizada, pela redistribuição parcial, pela ascensão social, pela integração e pelo princípio de bem-estar que se estende a uma massa relativamente indiferenciada da população cada vez mais afastada da pobreza (Alonso, 2005). À medida que o poder de compra aumenta a experiência da escolha, enquanto fenómeno social, generaliza-se e abrange diferentes classes sociais. Rapidamente a escolha torna-se o centro do consumismo. A industrialização favorece a maleabilidade e a inovação crescentes, promovendo a cultura da novidade e da inovação. A estandardização gera, simultaneamente, produtos novos e a uniformização da oferta. A moda e o marketing incrementam a distinção entre o valor de signo e o valor de uso, associando significados sociais e simbólicos aos objectos. A relação dos consumidores com a mercadoria industrial altera-se. Para Weber (1983) a racionalização conduz ao desencantamento do mundo. A espontaneidade, a idiosincrasia e a superstição dão lugar à eficácia, à previsibilidade e à replicação. Através do mercantilismo e da *epifania da mercadoria* (Benjamim, 2000), em algumas décadas, passa-se da noção de objecto à noção de objecto de consumo, que traduz uma perda da autenticidade do mesmo. Ao transformar-se em mercadoria o objecto de consumo torna-se mais familiar e mais flexível. Por outro lado, a difusão de princípios de marketing baseados na sacralização da novidade gera processos de aceleração da obsolescência dos bens logo após a sua introdução no mercado. Assim, o paradigma do consumismo pode ser traduzido pela equação que associa a adequação entre a aquisição de bens e a satisfação, a democratização do desejo e o culto do novo (Heilbrunn, 2005).

Os cientistas sociais conceptualizam o *moderno processo de civilização* a partir da experiência da crise da comunidade. Ao fazê-lo identificaram a civilização com um sistema centralizado de coerção e de educação que progressivamente foi sendo transferido para os indivíduos, cabendo a estes a tarefa de autocontrolo que antes era realizada pelos controlos comunais. Assim, condicionaram a descrição do advento da condição pós-moderna, coincidente com a consolidação da sociedade de consumidores, ao resultado de um processo de *des-civilização*. E, conseqüentemente, descobriram ou inventaram um método alternativo para preservar a ordem social. Este método, menos comprometedor e menos conflituoso, confere maior liberdade de acção aos detentores do poder já que a *liberdade de opção individual*, incluindo a escolha da própria identidade, se encontra condicionada às opções consideradas não prejudiciais para a nova totalidade: o Estado Nação de aspecto comunitário (Bauman, 2008).

A passagem para uma sociedade de consumidores é muitas vezes referida como representando o triunfo final do direito do indivíduo à autoafirmação, entendida enquanto soberania indivisível do sujeito libertado, o *homo eligens* (Bauman, 2008:89). A *nova obrigação*, a obrigação de eleger ou de escolher, é apresentada como *liberdade de opção* (Bauman, 2008:105). Deste modo diminui-se a possibilidade de oposição, resistência ou revolta. Porém, o Eu moderno decorre da interiorização das restrições e pressões externas (Norbert Elias, 2004). Assim, através de um processo de socialização bem sucedido leva-se o indivíduo a *desejar fazer o que é necessário* para que o sistema se auto-reproduza (Bauman, 2008:97).

O conceito de sociedade de consumo surge associado quer à reprodução física, ao consumo de *bens de necessidade*, quer à reprodução social, ao consumo de *bens de luxo*. A ênfase num ou noutro sistema de reprodução depende da perspectiva dos autores, já que o consumo é um elemento presente em todas as sociedades. Uma característica distintiva na sociedade de consumo é que ele constitui a principal forma de reprodução e de diferenciação social, sobrepondo-se a outras variáveis, como por exemplo o sexo, a idade, o grupo étnico e o status, e transformando a escolha da identidade e do estilo de vida em actos individuais e arbitrários (Barbosa, 2008).

3.1 A teoria da sociedade de consumo de Colin Campbell

A teoria da sociedade de consumo e a teoria do consumo elaboradas por Campbell (2000, 2005) centram-se quer na natureza da realidade, quer na

compreensão da razão pela qual consumimos. O autor coloca o romantismo e a mudança na concepção das fontes de prazer, na estrutura do hedonismo, da subjectividade moderna, na origem da actual sociedade de consumo e do consumo moderno. Nesta sociedade, os desejos sucedem-se num processo constante e permanente que traduz uma insaciabilidade face a novos produtos, e que tem origem na passagem do hedonismo tradicional para o moderno. É esta passagem que aproxima o romantismo e o consumismo. No hedonismo tradicional o prazer procede dos sentidos e resulta da satisfação de estímulos exteriores. É em função do prazer gerado que as experiências são valoradas. Assim, a memória desempenha um papel importante na antecipação do prazer que decorre da imaginação. O hedonismo moderno funda-se na emoção e o prazer é procurado através da estimulação emocional e não apenas através da estimulação sensorial. Os estímulos decorrem da imaginação e esta favorece a ampliação das experiências agradáveis. As imagens são produzidas e modificadas pelos indivíduos para seu próprio consumo. A imaginação não tem limites e é controlada pelo próprio indivíduo. Contrariamente à fantasia, o sonho auto-ilusivo, o *daydream*, que constitui um mecanismo de controlo da imaginação, tem uma relação de possibilidade e de probabilidade com a realidade. Este facto, aliado ao poder de autocontrolo, torna-o imensamente sedutor e convincente. Assim, no contexto do hedonismo moderno, a actividade central do consumo é a procura do prazer imaginativo associado a um produto, o prazer das experiências auto-ilusivas construídas a partir de significados associados. Este pressuposto, que condiciona a manipulação activa e simbólica dos bens e serviços adquiridos ao desejo individual, reduz o marketing e a publicidade a meros sistemas informativos onde se geram novas possibilidades de *daydreams*. Nesta perspectiva, as expectativas emocionais e hedonistas tornam-se determinantes na escolha dos bens e serviços consumidos. É, também, deste modo que o autor explica quer a ênfase na novidade quer na insaciabilidade e que nega o carácter materialista do consumo moderno, reforçado pela eliminação constante das mercadorias e pela procura permanente da novidade. Esta procura constante de novos bens, os objectos de desejo, decorre da desilusão provocada pelo hiato entre realidade e imaginação.

Importa precisar o conceito de desejo, no quadro conceptual proposto pelo autor. O desejo é um estado difuso de atracção face a um objecto particular. Distingue-se da ânsia, na medida em que esta corresponde a um estado mais generalizado de privação de algo que não conseguimos identificar. O desejo de alcançar uma versão ainda mais perfeita da realidade e a capacidade de associar, através da actividade imaginária e criativa, um cenário de maior prazer a uma experiência passada de consumo levam Campbell a refutar os pressupostos da teoria

económica convencional, defendendo que o desejo pelo novo se sobrepõe ao que é familiar. Assim, contrariamente à abordagem económica, anteriormente desenvolvida, que considera o indivíduo como um mero receptor de uma experiência disponível, já construída e com significado, a abordagem hedonista considera que a realidade consumida integra elementos subjectivos, já que o consumidor (re)constrói a sua própria experiência de consumo. Ela privilegia a cadeia de interacções entre o indivíduo e os diferentes objectos de consumo, as redes de influência, as relações com os objectos, etc. Em suma, a abordagem hedonista considera as dimensões afectivas e as representações imaginárias veiculadas pelos bens de consumo. De salientar, ainda, que para o autor o desejo tem origem em processos sociais e psicológicos. Por vezes, o desejo de cumprir a norma pode colidir com o desejo mais subjectivo por um dado bem, originando uma tensão entre a ilusão e a realidade. Esta tensão gera uma inquietação permanente no indivíduo e uma procura contínua da novidade. Assim, a experiência de consumo é sempre uma desilusão e o ciclo nunca acaba. Este facto leva Campbell a considerar que a expansão do desejo e das despesas para além da dimensão social constitui a questão central do consumismo moderno. E dela decorre a centralidade da subjectividade do desejo.

Uma prática e uma ideologia marcadamente individualista, o sentimento e a emoção são quatro das características centrais do consumismo moderno. Este corresponde, na perspectiva do autor, a uma actividade que esbate a questão da crise das identidades ao fornecer aos indivíduos inúmeras possibilidades de conhecimento e de reconhecimento do *self*. A identidade é definida através do gosto, das preferências pelas diversas experiências de vida. Sem discutir a origem das preferências, Campbell afirma que elas se localizam no *self*. Para o autor a emergência da autoridade do *self* é potenciada, na sociedade actual, pela incerteza, pela mudança e pelo questionamento que caracteriza as instituições sociais, enquanto fontes de autoridade. Mesmo que a estabilidade do *self* seja menor quando ancorada no consumo, este fornece ao indivíduo a possibilidade de se autoconstruir e, assim, reforça a crença de que o *self* existe. Assim, através da relação entre práticas de consumo e a identidade, o autor explora a relação entre o sistema de consumo e as premissas metafísicas. Embora considere que os indivíduos precisam da resposta dos outros para terem a certeza do seu próprio desejo e gosto, Campbell questiona a relação entre o consumo familiar e o desejo individual de consumir ou o consumo para os outros. A ideia que o indivíduo tem de si mesmo constitui um indicador do seu próprio desejo, da autoridade do *self*. Só o *self* sabe o que experiencia e as experiências fornecem estímulos que dão prazer e segurança ontológica.

Campbell, tal como Bauman, caracteriza o consumismo moderno pelo carácter individualista e pelo lugar que a emoção e o desejo ocupam na subjectividade individual, que supera a satisfação de necessidades. A *revolução consumista* equivale ao momento em que o consumo se torna central na vida dos indivíduos. Em que os desejos e aspirações se convertem na principal força motora da sociedade que coordena a reprodução social, os processos identitários e as políticas de vida. O autor considera central o direito dos indivíduos determinarem os bens que são objecto de desejo. Ao mesmo tempo, salienta o facto de o desejo só poder ser identificado subjectivamente.

Numa crítica as teses de Campbell, Heilbrunn enfatiza um dos paradoxos da sociedade de consumo. O autor refere que a sociedade de consumo se reproduz ao impor o novo e o inédito quando apenas reconhece o que já existe. Deste modo, torna o desejo inactivo, constringendo-o, e obriga o indivíduo a apreender os desejos por necessidades. Numa alusão ao romantismo após Fernando Pessoa, considera-se nefasta a associação que este estabelece entre o que nos é necessário e o que nós desejamos (Heilbrunn, 2005:21-24).

3.2 A abordagem à sociedade de consumo de Bauman

Bauman (2008) analisa o impacto da sociedade de consumo sobre as diferentes categorias sociais. Para o autor, a característica distintiva desta sociedade é o efeito desagregador do consumo na vida das pessoas, resultante da sua desvinculação relativamente a qualquer função pragmática ou instrumental. O consumo constitui um fim em si mesmo dado que as necessidades adquiriram uma nova plasticidade que liberta o indivíduo de qualquer justificação. A sua legitimidade decorre do prazer que lhe está associado. Assim, o desejo, evasivo e efémero, é o motor da sociedade de consumo e ancora-se na comparação, na vaidade, na inveja e na necessidade de aprovação. Através dele são associadas ao consumo dimensões de auto-expressão, do gosto e da classificação.

Nesta sociedade os riscos e as contradições sociais e institucionais são subjectivados e individualizados. À *individualização*, decorrente do enfraquecimento dos laços sociais, está associada a *desregulação* e *desrotinização* do comportamento que caracteriza a estrutura da sociedade e da cultura consumista (Bauman, 2008, 73). Nenhum vínculo duradouro nasce do consumo. Assim, a *responsabilidade pelo outro* foi neutralizada ou silenciada. Na *moderna sociedade de consumidores* a multidão substitui o grupo, a hierarquia, a autoridade e os líderes. A multidão é efémera e

depende da definição de prioridades instáveis. A virtude fundamental de um membro da sociedade de consumo é a sua participação activa no mercado. Assim, recorrer ao crédito para fazer funcionar a economia corresponde a uma *obrigação patriótica* e a um hábito interiorizado através do processo de socialização. Esta prática, que constitui uma *segunda natureza*, corresponde a uma estratégia de vida e transforma-se num *axioma de vida inquestionável*, por vezes incentivado pelo próprio Estado (Bauman, 2008:110).

A sociedade de consumo ao impor a obrigação de procurar o prazer e a felicidade, como um exercício de liberdade e um acto de autoafirmação, põe fim à oposição entre o prazer e o *princípio de realidade*. Para Bauman, a sociedade de consumo funda-se no princípio do prazer. Este encontra-se associado à riqueza que proporciona o prazer imediato e a satisfação instantânea. Em clara oposição a Veblen e à noção de *consumo conspícuo*, o autor refuta que a apropriação e a posse de bens, a riqueza sólida e durável, constitui o principal impulsionador do desejo e da aspiração, na actual sociedade de consumo. Nesta, a lógica da necessidade deu lugar à lógica do desejo e do prazer. A urgência em *adquirir* e em *acumular* converte-se em necessidade de *eliminar* e de *substituir*. (Bauman, 2008:57). As fronteiras expandiram-se e as práticas e os objectos de consumo diversificaram-se. O direito ao consumo transformou-se no dever de consumir. A obrigação de escolher ao ser apresentada como *liberdade de opção*, não gera discórdia nem resistência. Contudo, esta escolha encontra-se limitada às possibilidades pré-seleccionadas, predefinidas e prescritas que se encontram disponíveis no mercado. Deste modo, as práticas tornam-se previsíveis, coordenadas e reguladas através de mecanismos diferentes dos utilizados na *modernidade sólida* (Bauman, 2008:107). Na sociedade de consumo moderna, o mercado é a instância de mediação dos vínculos humanos e a pertença decorre da identificação com a multidão. Nesta não existe cooperação, nem complementaridade, nem permutas, nem discórdia ou revolta. A tranquilidade que a multidão confere decorre da dimensão e esta reforça o poder da liberdade de acção na determinação das escolhas. Os que detêm menores possibilidades de definir um objectivo realista, os *desertores* ou *solitários*, vão ficando à margem.

Deste modo as relações interpessoais são (re)estabelecidas segundo o mesmo padrão em que se fundam as relações entre consumidores e objectos de consumo. Na sociedade de consumo ser sujeito pressupõe, antes de tudo, ser convertido em objecto. Assim, a capacidade de *transformar os consumidores em produtos consumíveis* ou de os dissolver entre uma diversidade de produtos, constitui uma característica central da sociedade de consumidores (Bauman, 2008:26).

A sociedade de consumo caracteriza-se, também, por uma concepção *puntilista*, do tempo, constituído por instantes, por episódios com prazo fixado e por incessantes começos. À ideia de *tempo de necessidade* sucede o conceito de *tempo de oportunidades*, tempo aleatório, sempre aberto à imprevisível erupção do novo. Deste modo, substitui-se a *tiranía pré-moderna da eternidade* pela *tiranía do momento*. O presente liberta-se do passado e do futuro e a exaltação da livre escolha não é posta em causa (Bauman, 2008:143). Em suma, a transitoriedade afirma-se como característica e anexa-se aos bens.

Bauman refere que um dos paradoxos da sociedade de consumo é prometer a satisfação dos desejos humanos e, simultaneamente, tornar a infelicidade perpétua. Este feito é alcançado através de um mecanismo que desvaloriza os bens de consumo, desde o momento em que estes são lançados no mercado, e do *efeito de adição*, que associa a satisfação de uma necessidade/desejo à emergência de outra necessidade/desejo (Bauman, 2008:71). É, também, a proximidade entre o centro comercial e a lixeira e a fluidez do trânsito entre estes dois locais que mantém viva a ilusão de realização do desejo. Nesta sociedade caracterizada por uma economia dos excessos e dos desejos, que o autor designa por *economia do engano*, é a abundância de promessas que neutraliza a frustração. Para Bauman, esta é uma economia fundada na *irracionalidade* dos consumidores e no *despertar da emoção consumista* (Bauman, 2008:72). Neste sentido, o autor considera que a utopia consumista não torna as pessoas mais generosas nem mais empenhadas em se ajudarem umas às outras.

As teses de Bauman são objecto de diversas críticas. Umas enfatizam o pessimismo e o pendor moral da sua abordagem, que decorre da associação da crítica moral e filosófica à sociedade de consumo com a teoria sociológica. Outras refutam a perspectiva do autor, afirmando que a emergência do Estado de Bem-Estar Social prende-se com a necessidade de protecção face aos desequilíbrios sistémicos do capitalismo, e que a forte mobilização da sociedade civil no sentido de criar novas redes e formas de segurança, protecção e vigilância da sociedade sobre si mesma visa abranger um maior número de pessoas. Outras, ainda, salientam que na sociedade de consumo coexistem agentes sociais que vivem sob a égide do princípio do prazer e sob a égide do princípio de realidade. Que esta sociedade se caracteriza pela diversidade das acções individuais, das interpretações da motivação e do mundo (Barbosa, 2008:48).

4. Notas finais

Neste capítulo procuramos apresentar o “estado da arte” da sociologia do consumo. Enfatizar a diversidade de perspectivas teóricas, de conceitos e de relações entre os mesmos, no âmbito deste ainda recente ramo da Sociologia, que se situa numa zona de intercepção entre a economia e a psicologia. Esta posição de fronteira decorre da centralidade que conceitos como os de utilidade funcional / signo e marcador social atribuídos aos bens; de valor de uso e valor de troca; de sociedade capitalista e de mercado associados ao de sociedade de consumo; da passagem da noção de objecto à noção de objecto de consumo; de cultura de consumo e de ideologia individualista, caracterizada pela valoração da liberdade e da escolha individual; de necessidades humanas e de cultura, que traduz a complexidade da relação entre bens económicos e satisfação de necessidades; da associação do papel simbólico dos bens à actualização das necessidades; da ênfase no papel desempenhado pelo consumo na promoção do sonho e através dele da possibilidade dos indivíduos explorarem questões metafísicas fundamentais sobre eles próprios e sobre o mundo; da sucessão dos desejos e da insaciabilidade destes face a novos produtos; da estimulação emocional na procura do prazer que decorre da passagem do hedonismo tradicional para o moderno e da aproximação entre o romantismo e o consumismo, em suma, do facto da sociologia do consumo privilegiar o estudo da formação da intersubjectividade, a dimensão expressiva dos produtos (o sonho, a aventura, o risco, entre outros) relacionando-as com o domínio do individual (as emoções, os afectos, etc.) e, assim, de se entranhar nos domínios da economia e da psicologia.

A sociologia do consumo privilegia a relação entre a utilidade de um bem e o quadro cultural. Neste sentido, o consumo é tanto uma questão de preço, de troca e de relação económica quanto de sentido, de valor, de comunicação e de *status* e de papéis codificados, através dos quais os indivíduos são posicionados na hierarquia social. O valor dos objectos depende, ainda, de critérios situacionais (tempo e espaço; contextos de interacção, etc.), de variáveis sociológicas (género, idade, capital escolar, entre outros) e dos valores de consumo projectados pelo sujeito nos objectos (valores práticos, hedonistas, consumistas, utópicos). Através dos valores são integradas na análise a dimensão afectiva, a criatividade dos agentes e as representações imaginárias veiculadas pelos bens de consumo. Deste modo, conceptualiza-se o desejo quer a partir de processos sociais, quer de psicológicos. Perspectiva-se o consumo enquanto principal forma de reprodução e de comunicação social característica da sociedade de consumo.

Esta intersecção de campos ou domínios da realidade reforça a necessidade de desenvolver uma colaboração transdisciplinar que transgrida a divisão do mundo social em “fatias” (sociologia, economia, psicologia, etc.), contribuindo para ultrapassar os principais obstáculos epistemológicos do empirismo (Almeida, 2007). Consideramos, ainda, que na análise das práticas de consumo ganha particular relevância investigar o modo como o social se repercute no indivíduo. Conceptualizar o indivíduo como multideterminado, multifacetado em função da diversidade de contextos em que é socializado e em que se relaciona com os outros, com *si-mesmo* e com o mundo que o rodeia (objectos materiais e não materiais). Neste sentido, desenvolvemos no próximo capítulo um diálogo com a teoria social contemporânea com vista a cruzar perspectivas, a densificar e a diversificar a análise das práticas sociais de modo a aprofundar o conhecimento e a compreensão das mesmas. Privilegiamos especialmente os conceitos de *habitus* e de reflexividade, que analisamos em relação com o poder / volume e espécie de capitais e o campo. O objectivo é integrar a *Teoria da Prática* e os seus prolongamentos críticos, em especial a tese do actor plural, para aprofundar o conhecimento do consumo enquanto prática social. Construir um modelo de análise aberto e plural que potencie a fecundidade heurística e a capacidade analítica através das críticas complementares, do controlo e do enriquecimento mútuo entre perspectivas teóricas distintas.

**Capítulo 2. UMA ANÁLISE PLURIPERSPECTIVADA DAS PRÁTICAS DE
CONSUMO FUNDADA NUM DIÁLOGO COM A TEORIA
SOCIAL CONTEMPORÂNEA**

1. Introdução

O enquadramento teórico para esta investigação, que pretende realizar uma análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social, integra, para além dos contributos teóricos no âmbito da sociologia do consumo, apresentados no capítulo anterior, alguns dos mais significativos quadros teóricos da Sociologia. Propomo-nos desenvolver um diálogo com a teoria social contemporânea e, assim, cruzar perspectivas, densificar e diversificar a análise das práticas sociais de modo a aprofundar o conhecimento e a compreensão das mesmas, privilegiando o consumo enquanto domínio empírico da investigação. Definimos como referenciais teóricos a *Teoria da Prática* (Bourdieu, 2002) e os seus prolongamentos críticos, em particular, a tese do actor plural (Lahire, 1998). Deste modo procuramos gerar uma tensão analítica constante que teste os limites e revele as potencialidades deste enquadramento teórico para a análise das práticas de consumo.

Este trabalho de investigação desenvolve-se a partir da afirmação de Bourdieu “a prática é a única maneira de compreender a prática” (Bourdieu, 2002:137). Está centrado nos conceitos de *habitus* e de reflexividade, bem como nos de capital e campo, relativamente aos quais todos os outros serão analisados. Pretendemos, assim, aprofundar o conhecimento dos constrangimentos estruturais que (de)limitam as práticas de consumo e, simultaneamente, atender às escolhas, aos desejos, aos projectos e aos estilos de vida que traduzem e expandem a esfera do possível, revelando a criatividade dos actores sociais. A análise das práticas de consumo situa-se, sempre, entre as estruturas e os agentes.

A centralidade dos conceitos de *habitus* e de reflexividade torna imperativo concretizar o modo como estes são definidos pelas diversas perspectivas teóricas, quer no âmbito mais geral da Sociologia, quer no domínio mais restrito da Sociologia do Consumo. A ancoragem nestas abordagens pretendemos aprofundar a compreensão e o conhecimento das práticas de consumo. A conceptualização do *habitus* inclui os contributos de Bourdieu (2002) e os prolongamentos críticos mais recentes, salientando os elementos de integração e tensão deste conceito que traduzem o seu carácter, simultaneamente, determinista e aleatório. A estas abordagens encontram-se associados diferentes modos de conceptualizar a reflexividade que procuramos precisar dada a relevância da mesma na análise das práticas de consumo.

Finalmente, importa salientar que um dos principais pressupostos teóricos de partida, nesta investigação, ancora-se na proposta de Lahire segundo a qual “cada actor incorpora uma multiplicidade de esquemas de acção (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de avaliação, de apreciação, etc.) de hábitos

(hábitos de pensamento, de linguagem, de movimentos,...) que se organizam tanto em repertórios como em contextos sociais pertinentes que aprendem a distinguir – e muitas vezes a dar nome – através do conjunto das suas experiências socializadoras anteriores.” (Lahire, 1998:36-37). Assim, propomo-nos, a partir das práticas de consumo, analisar a pluralidade do actor social face a estas mesmas práticas.

2. O conceito de *habitus* segundo a *Teoria da Prática*

A *Teoria da Prática* ao permitir conhecer como se estrutura o sistema de disposições e quais os valores que lhe estão subjacentes torna consciente o *habitus* e constitui um elemento central na *Teoria do Conhecimento*. Assim, o conceito de *habitus* é central na análise do consumo enquanto prática social. A *Teoria da Prática* define o *habitus* como um sistema de disposições transponível e duradouro, isto é, como o princípio gerador de estratégias, de modos de pensar, sentir e agir que permite superar situações “imprevistas e incessantemente renovadas”, mas que não se constitui como “produto de uma verdadeira intenção estratégica”, (Bourdieu, 2002:164). As práticas que o *habitus* produz resultam de um processo de aprendizagem (socialização) que é dominado por um conjunto de regularidades estatísticas que se encontram associadas a um meio ambiente socialmente estruturado, isto é, pelas condições materiais de existência características de uma condição de classe. Assim sendo, o *habitus* produz práticas decorrentes da incorporação da objectividade, isto é, da interiorização dos esquemas colectivos, já que ele contém “os princípios inconscientes do *ethos*, disposição geral e transponível que, sendo o produto de toda uma aprendizagem dominada por um tipo determinado de regularidades objectivas, determina os comportamentos «razoáveis» ou «não razoáveis» (as «loucuras») para qualquer agente submetido a tais regularidades” (Bourdieu, 2002:165). Deste modo, as aspirações e práticas decorrentes do *habitus* apresentam-se como compatíveis e, até mesmo, “pré-adaptadas” às exigências daquelas condições objectivas (“recusar o recusado e amar o inevitável”), (Bourdieu, 2002:166). Esta correspondência é reforçada pelo *efeito de hysteresis* que constitui um *reforço secundário negativo* ao impor sanções às práticas que delas se afastem. Contudo, como também já foi referido, as práticas não são apenas determinadas pela interiorização da objectividade, elas são antes “o produto da exteriorização de uma subjectividade estruturada de modo semelhante”, (Bourdieu, 2002:168). O *habitus* é o operador que põe em relação estes dois sistemas *na* e *pela* produção da prática.

Através dele realiza-se a *metáfora*, isto é, a criação de novos significados através da transferência do sistema de disposições a novas situações.

Ancorados neste pressuposto teórico que compatibiliza as aspirações com as práticas, consideramos nesta investigação as hipóteses formuladas por Ferreira (1998). Uma associa a tendência dos indivíduos para adaptarem as avaliações que fazem da vida às situações em que se encontram, dada a impossibilidade de as alterar. Neste sentido, as escolhas em termos de consumo serão condicionadas pelas disposições incorporadas e o desejo corresponderá à satisfação da necessidade. A outra relaciona a apreciação com a diferença existente entre si-mesmo e os outros. Esta apreciação que legitima a condição e a natureza do Eu decorre da valoração das condições materiais de existência e dos contextos sociais de pertença, do *amar o inevitável* (Bourdieu, 2002). Remete, também, para o conceito de capitais subculturais, que ao conferir um estatuto de superioridade reconhecido interna e externamente, permite estabelecer relações simbólicas assimétricas. De considerar, ainda, o facto destes capitais produzirem efeitos identitários opostos às hierarquias simbólicas dominantes e conferirem aos bens significados específicos (Costa, 1999).

A inculcação do *habitus* faz-se através de um trabalho pedagógico realizado por todos e sobre todos, de um modo inconsciente mas não mecânico. O sistema de disposições transponível e duradouro, gerador de estratégias, de modos de pensar, sentir e agir é “apropriado sob a forma de um princípio gerador de práticas organizadas segundo a mesma razão” (Bourdieu, 2002:186). Esta apropriação inclui esquemas corporais, posturas, gestos, isto é, a *hexis* corporal à qual se encontra associada uma diversidade de significados e de valores sociais que se realizam *na e pela* prática. A criança ao imitar os comportamentos dos adultos nos diversos espaços (público e privado) está a incorporar os princípios fundamentais do arbitrário cultural. “Do mesmo modo que o *ethos* e o gosto (ou se se quiser, a *aisthesis*) são a ética e a estética realizadas, assim também a *hexis* é o mito concretizado, *incorporado*, tornado disposição permanente, maneira duradoura de estar, de falar, de andar, e, por isso, de *sentir* e de *pensar*, sendo deste modo que toda a moral da honra se encontra ao mesmo tempo *simbolizada e realizada na hexis corporal*” (Bourdieu, 2002:189-190). Neste sentido, importa analisar de que modo as práticas de consumo permitem revelar a *aisthesis* e a *hexis* corporal, isto é, uma disposição permanente. Importa, assim, conhecer os contextos de socialização e as disposições incorporadas ao longo deste processo. Identificar a *ética de vida* (Ferreira, 1998) subjacente ao *habitus* incorporado. Reconhecer o(s) valor(es) moral(ais) que preside(m) à acção e definem o que é “certo ou errado, reprovável ou desejável, aceitável ou inaceitável” (Ferreira, 1998:62). Aprofundar o condicionamento que as atitudes, mais conservadoras ou mais

abertas à experimentação e à mudança, que caracterizam respectivamente a *ética de vida puritana* e a *ética de vida romântica*, exercem sobre as práticas de consumo.

Deve ainda ter-se presente que o conhecimento praxeológico, defendido por Bourdieu (2002), propõe-se ultrapassar o objectivismo metódico e evitar o realismo da estrutura através da *Teoria da Prática*. O conhecimento praxeológico é produzido através da análise do “duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (Bourdieu, 2002:145), isto é, a partir do sistema de relações objectivas e das relações dialécticas entre essas estruturas objectivas e as *disposições* estruturadas. A prática, assim conceptualizada, impõe como condição para a sua compreensão pôr em relação a estrutura das condições sociais objectivas de produção do *habitus* com as condições objectivas em que este opera, isto é, com a *conjuntura*. Ao funcionar como um sistema de disposições transponíveis, o *habitus* possibilita a concretização de tarefas muito diferenciadas e gera novos significados decorrentes da aplicação a novas situações. O sujeito é um agente que se encontra implicado num jogo. A crença na sua continuidade (*illusio*) justifica a existência social e liberta-o do seu destino. Nesta perspectiva, a acção humana não é comandada pela estrutura social nem decorre da livre criatividade dos indivíduos. Ela é estruturada e estruturante. Deste modo estabelece-se uma relação entre *habitus* e campo.

Neste sentido importa identificar as relações sociais de interdependência que se revelem determinantes na incorporação dos esquemas de acção, dos modos de fazer, de pensar, de sentir e de dizer em função ou mesmo limitados a contextos sociais específicos. Reconhecer os *outros significativos* ao nível da família, da escola, do trabalho e da esfera amical e as influências destes na inculcação do *habitus*. Estabelecer relações entre estas influências e as práticas de consumo, atendendo aos contextos de interacção. E, ainda, assinalar as relações com múltiplos objectos, mediadas por outros actores, que facilitam a aprendizagem dos seus usos e da sua apropriação. Analisar o papel desempenhado pelos objectos nos diversos rituais quotidianos, atender ao seu significado simbólico e ao modo como reforçam o sistema de disposições.

O campo é o lugar onde se formam, operam e adquirem valor as disposições constitutivas do *habitus*. Cada campo define um valor máximo para os produtos que nele são engendrados e constitui-se como um conjunto de possibilidades de sanções positivas e negativas oferecidas a qualquer agente. No interior de cada campo desenvolvem-se jogos de lutas no sentido de determinar quais são as propriedades incorporadas, as disposições, e as objectivadas, os bens económicos e sociais, que são mais pertinentes e eficientes na relação com esse campo e que constituem o

capital específico do mesmo. O volume e estrutura do capital detido por cada agente constituem-se, assim, em factor explicativo das suas práticas.

Parece-nos, também, importante caracterizar a esfera da opinião e a esfera da *doxa* no que se refere às práticas de consumo. No caso da opinião não só procurar identificar o que é explicitamente posto em questão, como também a possibilidade e legitimidade de dar uma outra resposta, defendida por um grupo diverso. Relativamente à *doxa* pretende-se identificar o que está fora de questão e que é concedido tacitamente por todo o agente ao estado actual de coisas e o agir de acordo com as conveniências. Para as duas esferas importa, ainda, procurar verificar se existem ou não variações em função dos contextos e dos actores em interacção.

A *Teoria da Prática* constitui, como já foi referido anteriormente, o referencial teórico central desta investigação. Na abordagem realizada procuramos salientar algumas das inúmeras potencialidades desta teoria para a análise e compreensão das práticas sociais e, necessariamente, das práticas de consumo. Assim, nesta investigação propomo-nos examinar as relações entre o capital económico, o capital cultural e a estruturação do sistema de disposições, ao nível destas práticas. Consequentemente, algumas das hipóteses estruturais deste projecto centram-se nestas relações analisadas em função dos contextos de socialização e da estrutura do consumo e, necessariamente, com essas práticas. Em particular, na análise da variação da preponderância das variáveis económicas à medida que as variáveis culturais ganham centralidade, ao nível das práticas de consumo.

3. Outras conceptualizações centradas na unicidade do *habitus*

Os contributos de Reynaud (2002) abrem um conjunto de possibilidades explicativas das práticas que consideramos pertinentes para analisar os comportamentos de consumo. O autor realça o facto do sentido da acção individual não se definir nem pelas intenções do actor, nem pelas atitudes que constituem o fundamento da disposição. Ele escapa ao seu actor, a partir do momento em que entra na realidade social. Deste modo o sentido da acção define-se pelas respostas de outrem, pelas respostas que o actor dá a estas respostas e pelo conjunto colectivo em que a acção se insere (bateria de sentidos inscritos nos corpos ou de dispositivos). Assim conceptualizadas, as práticas culturais tornam-se importantes e pertinentes para a análise da sociedade. Elas constituem meios de classificação e perpetuam uma batalha entre a tomada de iniciativa para se afirmar e para se colocar. Também os

juílgamentos de gosto constituem um meio de afirmar e confrontar uma pertença social e contribuem para consolidar as relações sociais e garantem-lhe uma estabilidade redobrada. Neste sentido, a construção do laço social é simultaneamente construção de dependência e de autoridade, traduzindo uma relação de desigualdade. Tal facto leva a que todas as relações de poder sejam semelhantes e pertençam a uma única categoria: a da dominação. Assim, por um lado e graças à metáfora económica do capital cultural e à afirmação de uma estrutura única de campo, funda-se um sistema fechado de reprodução, por outro retém-se a variedade e a rede de relações de poder para analisar a extraordinária diversidade da acção organizada, mas também e, principalmente, as suas capacidades de inovação. Neste sentido o poder impõe categorias de pensamento, de distanciamento da realidade que limitam as possibilidades de acção daqueles que as aceitam. Consequentemente, os *dominados* obedecem porque têm medo das sanções; porque agem em função de um cálculo judicial que lhes mostra vantagens; porque é-lhes difícil ou impossível imaginar uma interpretação da sua situação para além daquela que lhes é oferecida e é-lhes impossível inventar um “sentido novo, isto é, inventar ou relacionar os instrumentos, regras do direito, regras morais, práticas de linguagem” (Reynaud, 2002:III). Contudo, as regras impõem-se porque são aceites como condição de participação social. Mas, uma transformação do direito; uma reforma política; o esforço colectivo através do qual se lança um movimento de ideais pode não ser um voltar ao mesmo, isto é, “o sistema das acções colectivas não se fecha” e a reprodução não é perfeita (Reynaud, 2002:IV). Para o autor, a análise sociológica revela o que há de criação contínua em toda a mudança e os paradoxos desta aprendizagem colectiva. Do mesmo modo, a análise da emergência de uma nova prática de consumo ou a atribuição de um novo significado a uma prática já existente constitui uma oportunidade para analisar o processo de mudança. Para evidenciar os condicionalismos dos contextos, das relações de dependência e de autoridade, de dominação, em que se funda o sistema de reprodução social. E, simultaneamente, para revelar as potencialidade das relações de poder para originar novas acções, mostrando que o sistema de reprodução não é fechado.

Os contributos de Wacquant (2004), mais actuais e próximos da defesa da unicidade do *habitus*, enriquecem a análise do consumo enquanto prática social. Para o autor, o *habitus* transcende a oposição entre objectivismo e subjectivismo, impondo-se como “uma noção mediadora” que torna inteligível “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos

determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente.” (Wacquant, 2004:2). O *habitus* opõe-se, também, quer ao estruturalismo, ao reconhecer que os “agentes fazem activamente o mundo social através do envolvimento de instrumentos incorporados de construção cognitiva”, quer ao construtivismo, ao afirmar que “estes instrumentos foram também eles próprios feitos pelo mundo social” (Bourdieu 1997/2000:175-177 citado por Wacquant, 2004:3-4). Deste modo são, simultaneamente, salientados elementos de integração e tensão no *habitus* reveladores não só da sua complexidade como também do facto de o *habitus* ser simultaneamente estruturado, pelas condições materiais objectivas e condicionamentos sociais e estruturante de acções e representações presentes. Estas características conferem, ainda, ao *habitus* dois princípios: i) o *Princípio de Sociação* que revela que o *habitus*, matriz de percepções, apreciações e de acções incorporadas, é partilhado por todos os indivíduos sujeitos às mesmas condições materiais objectivas e a condicionamentos sociais similares (podemos falar de um *habitus* masculino, um *habitus* nacional, um *habitus* burguês, etc.), e ii) o *Princípio de Individuação* que mostra que a trajectória e a localização de cada indivíduo no mundo são únicas, facto que conduz à incorporação de uma combinação exclusiva de esquemas. Assim conceptualizada “a prática não é nem o precipitado mecânico de ditames estruturais nem o resultado da perseguição intencional de objectivos pelos indivíduos mas antes «o produto de uma relação dialéctica entre a situação e o *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e acções e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas» adquiridos numa prática anterior” (Bourdieu, 1972/1977:261 citado por Wacquant, 2004:2-3).

Importa salientar, ainda, que segundo Wacquant o conceito de *habitus* é para Bourdieu, “em primeiro lugar e acima de tudo, um modo estenográfico de designar uma postura de investigação, ao apontar um caminho para escavar as categorias implícitas através das quais as pessoas montam continuamente o seu mundo vivido” (Wacquant, 2004:5). Para concretizar esta *postura de investigação*, parece-nos relevante atender às características que Wacquant atribui ao conceito de *habitus*, designadamente: i) sintetiza uma aptidão social, daí que seja variável no tempo, no espaço e em função do poder; ii) “é transferível para vários domínios da prática”, daí que seja coerente e revelador de estilos de vida (Bourdieu, 1979/1984); iii) é duradouro sem, contudo, ser *estático ou eterno*, daí que as disposições incorporadas possam estar sujeitas a desgaste; iv) possui *inércia incorporada* decorrente da

importância que assumem as primeiras experiências e v) admite a existência de discordância ou, mesmo, de um hiato entre as condições materiais de existência que lhe deram origem e aquelas em que é actualizado, facto que confere uma autonomia relativa às práticas (Wacquant, 2004:3).

Ancorados nos contributos de Wacquant, teremos em conta na análise das práticas de consumo que o *habitus* é “um conjunto dinâmico de disposições sobrepostas em camadas que grava, armazena e prolonga a influência dos diversos ambientes sucessivamente encontrados na vida de uma pessoa”; *que o habitus* “revela graus variados de integração e tensão dependendo da compatibilidade e do carácter das situações sociais que o produziram ao longo do tempo: universos irregulares tendem a produzir sistemas de disposições divididos entre si, que geram linhas de acção irregulares e por vezes incoerentes”; que permite interpretar quer a crise e a mudança quer a coesão e a perpetuação, já que o *habitus* “não está necessariamente de acordo com o mundo social em que evolui”. É esta incapacidade, “falha ou os momentos críticos de perplexidade e discrepância (Bourdieu, 1997/2000: 191 citado por Wacquant, 2004:4) quando é incapaz de gerar práticas conformes ao meio que o torna um dos principais impulsionadores de mudança económica e inovação social”. E, finalmente, que o “*habitus* opera como uma mola que necessita de um gatilho externo e não pode ser considerado isoladamente dos mundos sociais particulares, ou «campos», no interior dos quais evolui” (Wacquant, 2004:4). Importa, assim, considerar o condicionalismo que os contextos exercem sobre o *habitus* e a possibilidade de existirem hiatos entre as condições em que este é produzido e aquelas em que o mesmo é actualizado. Atender ao efeito destas características do *habitus* na análise das práticas de consumo.

Ao constituir o *princípio não escolhido de todas as escolhas*, o *habitus* preside às acções que se apresentam como estratégias, mesmo quando o não são (Filosofia da acção disposicional). Ele está, também, na origem de um novo conceito de actor económico oposto ao da teoria neoclássica, isto é, ao indivíduo egoísta e isolado que se assemelha a uma “máquina computadorizada que procura deliberadamente maximizar a utilidade na perseguição de objectivos claros” (Wacquant, 2004:4). O novo actor é definido como “ser carnal habitado pela necessidade histórica que se relaciona com o mundo através de uma relação opaca de cumplicidade ontológica e que está necessariamente ligado aos outros através de uma «conivência implícita» sustentado por categorias partilhadas de percepção e de apreciação (Bourdieu 1997/200: 163, 2000/2001 citado por Wacquant, 2004:4). Consideramos pertinente atender a este novo conceito de actor económico na análise das práticas de consumo, confrontando-o não só com as abordagens da economia clássica mas, também, com

outras perspectivas no âmbito da sociologia do consumo. Nomeadamente, considerar na análise das práticas de consumo que os consumidores são seres providos de afectos, de desejos e de uma “estória” e que sobre eles se exercem constrangimentos diversos (económicos, culturais, políticos, etc.).

Para Pereira (2005), um outro defensor de Bourdieu, a *Teoria da Prática* constitui uma proposta de análise sociológica que tem início na *dúvida radical*, se prolonga através da ruptura com a ilusão de transparência do mundo social e prossegue com a identificação das estruturas que caracterizam o espaço social (Pereira, 2005:24). Uma *análise objectiva de segunda ordem*, centrada no sistema de disposições, o *habitus*, complementa a anterior. Deste modo, o senso comum constitui-se em objecto de ciência.

Nesta análise sociológica, Pereira enfatiza a centralidade dos conceitos de *campo*, *capital* e *habitus*. O *campo* é um espaço estruturado de posições autónomas face às características dos agentes. A sua estrutura, definida por um conjunto de propriedades, resulta do *enjeux* e dos *interesses específicos* do campo, da luta entre os agentes ou instituições pela posse do capital específico (Pereira, 2005:25). Definem-se, assim, posições de dominação e de subordinação que decorrem das diferenças de poder, da autoridade específica que caracteriza o campo, e que enfatizam a existência de homologias de posições dos agentes nos diferentes campos e dos diversos campos entre si. Assim, os processos de funcionamento assumem centralidade na análise. O *capital* corresponde a um recurso que é designado pelo campo, em função do qual é definida a posição do agente no mesmo. Ele completa a noção de *illusio* e de investimento ao mesmo tempo que articula os conceitos de *habitus* e de campo. Existem diferentes tipos de capitais, nomeadamente o capital económico, o capital cultural ou informacional, o capital social, o capital simbólico e o capital político, entre outros. Finalmente o *habitus* corresponde ao *social vivificado* (Pereira, 2005:28), à relação de condicionamento decorrente do campo no qual este é estruturado e à relação de conhecimento e de construção cognitiva da prática. No *habitus* encontram-se conjugadas a competência ou *maîtrise prática da prática* e a competência ou *maîtrise simbólica da prática*. Em suma, é porque o *habitus* é construído através da relação prática com os diferentes campos, que o conhecimento do quotidiano é central para a sociologia. Decorre, também, desta relação a importância da noção de tempo, da *experiência do tempo*, na conceptualização dos processos de (re)produção quotidiana das práticas (Pereira, 2005:36). Revela-se, assim, pertinente considerar na análise das práticas de consumo os usos do tempo e do espaço pelos agentes sociais. Esta análise permitirá aprofundar os processos de relação quotidiana entre campos, capitais e *habitus*.

4. Críticas e prolongamentos críticos ao conceito de *habitus*

Consideramos, no seguimento, os contributos de Casanova (1995) para a análise das práticas de consumo. Segundo o autor, no *habitus* coexistem traços associados ao carácter determinista e à faceta mais *indeterminada* ou *aleatória*. As características de pendor determinista enfatizam a função matricial do *habitus*, isto é, que as disposições são estruturadas em função das condições sociais e estruturantes das práticas e representações sociais. Daí que elas sejam simultaneamente duradouras (estrutura) e materiais (socialmente produzidas). A sua espontaneidade, já que são inculcadas de modo inconsciente, não racional. A sua razoabilidade ou sentido prático revelador do carácter sistémico (aspirações e práticas objectivamente compatíveis com as condições objectivas) que confere ao *habitus* um *papel genético social*, que se repercute nas práticas, nas representações sociais e nas representações das práticas (o “*gosto*”). Finalmente, o seu carácter transponível e cumulativo, associado à estratificação das disposições no *habitus* decorrente da socialização primária que lhe confere irreversibilidade e regularidade. A faceta mais *indeterminada* evidencia o carácter estratégico do *habitus* através da dimensão relacional activa, criativa, transgressora e improvisadora e da sua relativa indeterminação, abertura e incerteza. As representações das práticas reveladoras do *gosto*, bem como a percepção e apreciação das práticas sociais denunciadoras de estilos de vida particulares. A sua virtualidade dialéctica na relação com a diversidade das situações que traduz uma componente da experimentação social, de indeterminação e carácter expectante e de singularidade. Por último, o facto de esta faceta ser potenciadora de mudança e actualização das disposições e da distribuição de capitais.

Em sequência desta análise Casanova enfatiza duas potencialidades teórico-metodológica do conceito de *habitus* que se situam ao nível da relação indivíduo / sociedade e ao nível da relação natureza / cultura. No que se refere ao primeiro nível, a centralidade teórica do actor social e, simultaneamente, a diversidade de níveis de análise (societal, classes sociais, meio familiar, indivíduo), afirmam a singularidade e regularidade das práticas sociais. Relativamente ao nível da relação natureza / cultura, a teoria das disposições impõe que estas substituam as *necessidades*, passando-se a falar de *preferências*. Ao fazê-lo torna-se possível articular valores e interesses referindo-os às condições sociais objectivas e considerar que o facto social é, simultaneamente, natural e cultural. Deste modo o facto social torna-se um processo, um efeito e uma causa, isto é, constitui o efeito de *histerese*.

Interessa, também, atender a um conjunto de dificuldades mas também de pistas de desenvolvimento do conceito de *habitus* apresentadas por Casanova (1995). Concretamente, importa problematizar as articulações entre disposições e racionalidade nas práticas dos actores sociais ou, dito de outro modo, procurar saber em que medida o *gosto* resulta de uma articulação entre um sistema de disposições (inconsciente) e de preferências (individuais e racionalmente definidas). A resposta a esta questão pressupõe uma distinção entre o *gosto da necessidade*, determinado pelas condições materiais objectivas, e o *gosto do luxo* que detém um menor grau de determinação. Prende-se, também, com diferenças ao nível do volume de capital social, cultural e simbólico das quais decorre uma maior ou menor autonomia do *gosto* relativamente às condições materiais objectivas, como acima referido. Uma outra possibilidade é questionarmos se, no caso do *gosto do luxo*, estaremos ou não face a uma nova racionalidade e, por outro lado, atendermos à capacidade de agência dos actores sociais.

A questão da cognoscibilidade dos agentes sociais é enfatizada por Lopes (2003) que critica a conceptualização de Bourdieu relativamente às questões de género, onde “emerge o círculo da dominação e perpassa a «subestimação da capacidade reflexiva dos actores»” (Lopes, 2003:174). Esta constitui uma das fraquezas do quadro teórico de Bourdieu reveladora do seu *cepticismo metódico* decorrente de “uma arquitectura sobre a improbabilidade das transformações radicais” (Lopes, 2003:174). Uma outra prende-se com a dificuldade de conciliar o *habitus* com a abordagem da “multiplicidade de identidades num mesmo agente social” (Lopes, 2003:175). Lopes reconceptualiza os conceitos de *habitus* e de *campo*, mostrando que o *habitus* resulta de “processos múltiplos e por vezes contraditórios de construção social e cultural das identidades” (Lopes, 2003:177). Parece pertinente considerar na análise das práticas de consumo a questão da cognoscibilidade dos agentes e a possibilidade de conciliar o *habitus* com a abordagem do actor plural.

Lopes revela, também, as potencialidades da proposta de Bourdieu, nomeadamente enfatizando o caso do *migrante*, identidade pluricomposta (múltipla e/ou de fronteira), que está na origem de um novo conceito de cultura, resultante da recomposição do espaço social. A análise das práticas de consumo constitui, para o autor, uma possibilidade de testar empiricamente o grau de homogeneidade / heterogeneidade do sistema de disposições inculcado no indivíduo.

Para Lopes (2000) as práticas de consumo situam-se, também, ao nível do simbólico. Neste nível o Homem é concebido com duas faces que se comunicam e inter-influenciam. Uma concreta e real, determinada pelas condições materiais de existência. Domínio do previsto, do regular, do homogéneo, do universal. A outra

autónoma, “*reflexiva, inventiv(a) e imaginativ(a)*” (Lopes, 1998:7). Campo da construção e da apreciação do real concreto e simultaneamente da produção de um *real de novo tipo*: imprevisto, insólito, heterogéneo, particular, específico e individual. Face produtora e geradora da mudança, campo para a experimentação e criação de novas formas de ser, estar e se relacionar. No dizer do autor, a sociologia da cultura e do simbólico não possui autonomia total face ao social nem é completamente determinada por este. Consideramos relevante ter em conta, na análise das práticas de consumo, a possibilidade de existir uma autonomia relativa da esfera cultural e simbólica.

Encontramos também, em Lopes, a referência à conceptualização Durkheimiana da liberdade individual, designadamente quando analisa os contributos de Durkheim no domínio do simbólico (Lopes, 1998). Nesta análise o autor realça que para este clássico da sociologia o devir das sociedades resulta da interdependência entre instituições e agrupamentos.

Consideramos, ainda, os contributos de Costa (1999) que analisa o quadro teórico de Bourdieu no que concerne às relações entre estrutura e práticas sociais. O autor considera que, quer na abordagem teórica, quer na estratégia analítica proposta, são as estruturas que determinam as práticas. Nesta conceptualização adquirem particular relevo os conceitos de *habitus* e de *campo*. Do *habitus* decorrem acções e apreciações que são estruturadas pelas condições sociais de existência e estruturantes dos sistemas de práticas e representações. Os *campos* são dotados de autonomia relativa e referem-se a domínios específicos de relações sociais de poder e de competição. Ao cruzarem-se os *habitus* com os *campos*, torna-se evidente que “a produção das práticas sociais é, simultaneamente, reprodução das estruturas sociais que as determinam” (Costa, 1999: 484). Assim, importa considerar na análise das práticas de consumo a relação entre as práticas e a produção e a reprodução das estruturas sociais que as determinam.

Costa salienta, ainda, que Bourdieu, ao subordinar o princípio orientador das práticas sociais à lógica do interesse ou ao *illusio*, que considera sinónimo, reduz drasticamente as possibilidades de orientação da acção. Costa defende a transformação da relação entre estrutura e acção em problema de pesquisa teórica e empírica, centrado na determinação das variações de prevalência entre ambas, das diferentes ponderações e articulações atendendo a cada situação particular (Costa, 1999: 488). Parece-nos pertinente ponderar, na análise das práticas de consumo, a relação entre o princípio orientador das práticas e o *illusio*.

Sem desvalorizar o contributo de Bourdieu, no que se refere à análise da dominação simbólico-ideológica, Costa refere a necessidade de articular os modos e

formas da cultura popular com outras dimensões e mecanismos. Esta nova abordagem permite revelar o modo como a cultura popular se produz e, simultaneamente, (re)interpreta, (re)utiliza, resiste e confronta a cultura dominante. Torna, também, visíveis diversos planos (local e amador *versus* mediático, comercial e institucional) de estruturação dos campos culturais. Finalmente, enfatiza a pertinência de reelaborar o conceito de capital cultural, nomeadamente ao nível da teoria substantiva sobre as culturas populares, de modo a que este se aproxime dos de *capitais de subcultura* ou *capitais subculturais* (Costa, 1999: 177). Estes conceitos caracterizam-se por permitir hierarquizar competências, afirmar critérios de perícia e de julgamento produzidos e fruídos no âmbito de formas culturais específicas, com eficácia nos quadros relacionais e nas situações sociais em que são accionados. São acumuláveis, geradores e selectivos, pois permitem estabelecer relações simbólicas assimétricas. Produzem efeitos identitários e, portanto, de distinção que, por vezes, são opostos às hierarquias simbólicas dominantes. Nestes casos, o domínio da cultura popular confere um estatuto de superioridade que é reconhecido quer interna quer externamente. Assim, importa questionar, através da análise das práticas de consumo, o carácter *legitimista* (Costa, 1999:175) do conceito de cultura proposto por Bourdieu. Esta crítica enfatiza a necessidade de atender aos contextos em que as práticas de consumo se desenvolvem.

Costa considera, ainda, que a abordagem teórica da cultura proposta por Bourdieu não abrange as dimensões comunicacionais e interactivas que, juntamente com as obras culturais e os padrões culturais interiorizados e accionados, constituem os planos constitutivos deste conceito. De acordo com a corrente interaccionista, defende a importância de articular a cultura, com a comunicação e a interacção. Esta articulação permite, por um lado, caracterizar a cultura como simultaneamente reguladora e regulada pelos processos de comunicação que se desenvolvem em contextos de interacção por ela padronizados e nos quais ela emerge enquanto criação simbólica e, por outro lado, romper com o modelo individualista e unilateral do emissor-receptor (Costa, 1999: 337-8).

Também para Costa as questões relativas ao meio social, designadamente os fenómenos de localidade, as redes sociais, os quadros de interacção ou colectivo social organizado, não foram suficientemente elaboradas pelo *novo movimento teórico*, no qual se incluem autores como Giddens, Bourdieu, Habermas e Alexander (Costa, 1999:489). O *meio social* constitui um nível intermédio entre as práticas e as representações individuais e os sistemas sociais e culturais, no qual se estabelecem relações e processos sociais que não podem ser ignorados. Importa pois atender aos contextos e às interacções que neles se desenvolvem, ultrapassando a dicotomia

demasiado redutora entre micro e macro, nomeadamente em investigações centradas nos valores sociais, no consumo enquanto prática e nos estilos de vida. Esta perspectiva de análise é partilhada por Elias que conceptualizou em diferentes níveis as configurações sociais, Layder relativamente à existência de diferentes contextos substantivos entre a estrutura formal e a interacção, Luhmann que conceptualizou a existência de sistemas organizacionais entre as sociedades e as interacções, Mouzelis e as hierarquias de relações sociais ou Smelser que sistematiza teoricamente as estruturas de meso-nível (grupos, organizações, movimentos sociais e instituições), (Costa, 1999: 489-91). A proposta de considerar o *meio social* como um nível intermédio entre as práticas e as representações individuais e os sistemas sociais e culturais, parece-nos muito interessante e pertinente ao nível teórico-metodológico. Enfatiza-se, assim, a importância dos contextos na análise das práticas de consumo que correspondem ao nível meso da análise.

Costa afirma, também, ser necessário ultrapassar a dicotomia grosseira entre os conceitos de modo de vida e de estilo de vida, pois toda a relação com elementos materiais é mediada simbolicamente e todo o processo simbólico tem uma base material. O modo de vida é um conceito utilizado para a análise das dinâmicas sociais da identidade cultural por revelar as modalidades, variáveis mas também padronizáveis, em que os actores sociais activamente relacionam as condições de existência socialmente estruturadas com a multiplicidade de situações, avaliações e condutas que compõem o quotidiano. Nesta perspectiva o referido conceito não abrange as situações e as trajectórias de classe, podendo ser diverso para indivíduos pertencentes a uma mesma classe social. Assim, a operacionalização do conceito de modo de vida deve incluir várias dimensões (Costa, 1999: 287). Este conceito pode, também, surgir associado aos conceitos de classe social, meio social, vida quotidiana e mundo vivido.

O conceito de estilo de vida pressupõe sempre uma “relação activa dos indivíduos com as condições sociais e culturais em que se inserem” (Costa, 1999: 403). Daí a ênfase na dimensão material e no modo como se adquirem recursos, próprios deste conceito, por contraposição ao conceito de modo de vida caracterizado pela dimensão simbólica e pelo modo como são utilizados os recursos.

O conceito de estilo de vida supõe um conjunto de variáveis através das quais o consumidor é definido e é realizada a avaliação do condicionalismo destas mesmas variáveis sobre as práticas de consumo. Este conceito revela, ainda, a tensão existente entre a capacidade do indivíduo recorrer aos bens de consumo para se singularizar e o condicionamento dos seus gostos pela posição social. A sua importância decorre do valor explicativo face às práticas sociais e da sua estabilidade

ao longo do tempo. Prende-se, também, com o postulado segundo o qual o consumo é uma parte inteira do modo de vida dos indivíduos e depende das condições de vida e do contexto social, físico e cultural.

Para Win e Green (citados por Heilbrunn, 2005), o estilo de vida decorre do sistema de valores de um indivíduo, das suas atitudes e das suas práticas de consumo. Os autores referem três níveis de identificação dos estilos de vida. O nível mais profundo corresponde aos valores e aos traços de personalidade. O nível intermédio refere-se às actividades e atitudes. Finalmente, o nível periférico relativo às escolhas de consumo, que reflecte os níveis precedentes (Heilbrunn, 2005:74).

Neste domínio importa referir, ainda, a metodologia dos *socio-styles*, desenvolvida pelo Centre de Communication Avancé – CCA, de Paris, desde o início dos anos 1970. Esta metodologia procura identificar as mentalidades socio-estruturais a partir de um questionário centrado na personalidade, nos hábitos, nas opiniões e nas aspirações dos indivíduos inquiridos. Os tipos de *socio-styles* são definidos a partir de duas escalas de atitudes centradas em comportamentos específicos de consumo. A primeira é definida em torno do eixo prazer-fantasia / austeridade-ascetismo. A segunda é definida em torno do eixo modernismo-aventura / conservadorismo-segurança. São, assim, definidos 5 grandes tipos de *socio-styles*. Os disciplinados, mais poupados do que gastadores, consomem de modo reflectido e funcional. Os materialistas, mais orientados para a poupança, incluem os utilitaristas (rurais mais idosos), os operários mais conservadores e os homens mais “caseiros”. Os activistas são consumidores impulsivos. Os egocêntricos são muito receptivos à moda e à publicidade. Os extemporâneos são jovens, incluem os consumidores impulsivos que vivem para além dos seus meios, e os refractários que procuram a originalidade. A presente tipologia de *socio-styles* apresenta-se como um instrumento com bastantes potencialidades para a análise das práticas de consumo. Ela estabelece uma relação entre valores e práticas de consumo. Consequentemente, permite caracterizar o *habitus* e o modo como este condiciona as práticas de consumo. Assim, enfatiza as potencialidades da *Teoria da Prática* no âmbito da sociologia do consumo, tornando a análise mais fecunda.

Integramos, também, neste enquadramento teórico os contributos de Giddens (1994). Para este autor a acção humana é caracterizada por uma forte relação entre a ordem da interacção quotidiana e a ordem institucional, facto que a torna simultaneamente constituída e constituinte da estrutura social. Ela é ainda, por um lado, recorrente e reflexiva, contribuindo para a contínua reprodução dos sistemas sociais e, por outro lado, intencional embora a sua motivação seja inconsciente e possam existir consequências não desejadas. O *sujeito*, para Giddens, é detentor de

uma consciência prática, situada entre o pensamento inconsciente e o pensamento discursivo, é a fonte de conhecimento e de orientação na vida quotidiana, sendo composta por um conjunto de regras tácitas e de significados *taken – for –granted*. Este *sujeito* é um *teórico social*, capaz de reflectir estrategicamente sobre as suas acções. Contudo, os *sujeitos* não detêm as mesmas capacidades de mobilização de recursos. Mais ainda, dado que a prática é conceptualizada como estando espaço-temporalmente situada, os cenários de interacção podem potenciar estratégias que libertam a acção da dependência face ao contexto. Tal facto não inviabiliza, contudo, que a acção humana se encontre dependente de uma ordem moral legítima. Este é mais um contributo que enfatiza a importância dos contextos na análise das práticas. O contexto é conceptualizado como sendo simultaneamente constrangedor e libertador das práticas. As estratégias libertadoras da acção dependem dos contextos de interacção e das capacidades de mobilização de recursos pelo sujeito. Assim, a reflexividade, ainda que variável, é uma das características dos sujeitos. Este é um outro aspecto que importa ter presente na análise das práticas de consumo.

Abordaremos, seguidamente, alguns dos contributos de Kaufmann (2001) que nos parecem pertinentes para a análise da relação *habitus*-hábito. A existência de comutatividade nesta relação permitiu superar as clivagens entre interioridade e exterioridade. Tal facto foi possível porque se constatou que a incorporação dos esquemas de pensamento e de acção na memória implícita constitui uma exteriorização, já que estes se inscrevem no espaço familiarizado, de socialização íntima que envolve e contém o indivíduo (Kaufmann, 2001:271). É através desta exteriorização contínua que o Homem se constrói e reconstrói a si próprio quotidianamente, num movimento permanente que lhe indica o que fazer e quem ele é. Assim, a exteriorização-objectivação está no centro desta construção, isto é, da sua própria autoprodução.

Quando a exteriorização-objectivação se transforma em imagem ou obra sai da infra-estrutura individual para os espaços de socialização partilhados, ela deixa de ser exclusivamente do indivíduo embora permaneça uma parte essencial deste. Este «Eu» objectivado autonomiza-se, é socializado em outros contextos e por outros indivíduos transformando-se num outro «Eu» que é incorporado na memória social. De acordo com esta hipótese, que o autor designa de especulativa, a exteriorização-objectivação constitui o processo central a partir do fenómeno social e a subjectividade encontra-se no seio deste mesmo processo. Deste modo, a individualização da memória social pressupõe sempre a subjectividade. Para tentar testar esta hipótese e, assim, produzir um novo conceito de indivíduo, é necessário analisar as relações sociais em sentido lato, isto é, definidas como relações entre “seres humanos e não humanos num mundo

sócio-histórico pré-construído”, e produzir instrumentos teóricos no sentido de provas empíricas (Kaufmann, 2001: 274-5). Pode ser relevante, para a análise das práticas de consumo, considerar a hipótese que coloca no centro da construção do Eu o processo de exteriorização-objectivação e torna a subjectividade numa parte integrante do mesmo.

4.1 A proposta do actor plural

Para Lahire (1998) “as teses da unicidade e da homogeneidade (tanto da cultura como do actor) não têm nenhuma evidência (Lahire, 1998:20). Para fundamentar esta sua afirmação o autor recorre às teorias do cognitive style que defendem que um mesmo estilo cognitivo estaria no princípio das mais diversas condutas cognitivas dos sujeitos”. Ancora-se, também, em Lloyd, que afirma que “é difícil validar historicamente a ideia da existência de uma «mentalidade única» num grupo ou num indivíduo, seja qual for a actividade social considerada”. E, ainda, em Goffman que critica os *mitos comuns da identidade pessoal invariável*, defendendo “um si-mesmo que flutua em cada nova situação” (Lahire, 1998:20). Lahire considera que ambas as teorizações da acção social (unicidade / fragmentação do actor) se assumem como gerais e universais, “como se os actores, sempre e em todos os lugares, devessem corresponder ao modelo do actor que elas fabricaram” (Lahire, 1998:24). O autor coloca em primeiro plano “as condições sócio-históricas que tornam possível um actor plural ou um actor caracterizado por uma profunda unicidade” (1998:24), considerando que esta questão é simultaneamente teórica, na medida em que a produção científica é determinada pelas condições sócio-históricas em que emerge, e histórica, já que revela a importância dos contextos históricos no modo como se conceptualiza a realidade.

Lahire retoma Durkheim para nos mostrar que a existência de regularidades de comportamento (*sistemas de disposições ou de esquemas homogêneos e coerentes*) surge associada a situações históricas particulares. Designadamente as sociedades tradicionais são caracterizadas por uma relação muito coerente e durável com o mundo. É nesta homogeneidade que se ancora a semelhança entre identidade individual e colectiva e que se acentua a importância dos contextos na análise dos comportamentos.

Um outro contributo de Lahire que importa referir centra-se numa breve retrospectiva histórica do modo como a relação entre a sociologia e a psicologia foi

conceptualizada por Durkheim. Segundo o autor, Durkheim demarcou a sociologia da psicologia procurando “prevenir toda a tentativa de redução do social ao psicológico, ao individual, afirmando assim o princípio metodológico explicar o social pelo social” (Lahire, 1998:192). No dizer de Lahire, Durkheim conceptualizou a divisão estrita entre a consciência colectiva e a consciência individual, teorizando a existência de dois seres distintos em cada indivíduo, facto que justifica recorrendo a citações do próprio autor: Uma *individualidade* visível através de “estados mentais que se referem apenas a nós mesmos e aos acontecimentos de nossa vida pessoal; Um colectivo constituído por um sistema de ideias, de sentimentos e de hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas o grupo ou os grupos diferentes dos quais fazemos parte; é o caso das crenças religiosas, das convicções e práticas morais das tradições nacionais ou profissionais, das opiniões colectivas de todo o tipo” (Durkheim, 1989:51 citado por Lahire, 1998:192). É nesta diversidade interna do indivíduo que Lahire vai reforçar a sua proposta de homem plural, que desenvolveremos oportunamente.

Na análise da relação entre a sociologia e a psicologia elaborada por Durkheim, Lahire salienta, também, a afirmação segundo a qual “«a psicologia também está destinada a se renovar em parte» sob a influência da pesquisa sociológica «pois se os fenómenos sociais penetram o indivíduo desde o exterior, há todo um domínio da consciência individual que depende em parte de causas sociais das quais a psicologia não pode fazer abstracção sem se tornar ininteligível» (Durkheim, 1975:35, nota 5, citado por Lahire, 1998:192), ou ainda que «toda a sociologia é uma psicologia, mas uma psicologia *sui generis*. Acrescento que esta psicologia está destinada, creio, a renovar muitos problemas que actualmente a psicologia puramente individual se coloca e até, por reacção, a teoria do conhecimento»” (ibid.:61 citado por Lahire, 1998:192). Com esta referência Lahire aponta para o facto de *tudo ser social*, isto é, até mesmo a constituição da consciência individual é determinada pelos contextos e redes de relação na qual o indivíduo se encontra inserido. Cabe também à sociologia a análise destes processos para assim poder clarificar o modo como os indivíduos constroem o conhecimento da realidade, facto que se vai repercutir sobre o objecto da própria sociologia.

É neste sentido que Lahire afirma que Durkheim refutou a existência de limites empíricos relativamente ao objecto da sociologia, afirmando a especificidade do método sociológico na abordagem do *sujeito*, isto é, “ao não excluir a priori nenhum objecto, a sociologia pode fazer um progresso a mais em direcção à autonomia científica. (...), a sociologia deve mostrar que não há nenhum limite empírico ao que ela pode estudar (que não há objectos mais sociológicos que outros), mas o essencial reside no modo sociológico de tratamento do «sujeito»” (Lahire, 1998:193). Estes são

alguns dos princípios que vão fundamentar a proposta de Lahire para uma sociologia do indivíduo, que abordaremos posteriormente.

Utilizando “Bourdieu contra Bourdieu para progredir na resolução do problema da unicidade e da pluralidade do actor” (Lahire, 1998:26), Lahire critica o conceito de *habitus* referindo que este, ao ser definido como específico aos campos, não abarca todas as expectativas e experiências dos actores, nomeadamente as que são vividas *fora-de-campo*. Considera ainda que o conceito de *habitus* ao dar primazia às experiências passadas garante a coerência e constância dos sistemas de disposições, afirmando mesmo que o “*habitus* tende a se proteger das crises e dos questionamentos críticos garantindo para si um meio ao qual está previamente tão adaptado quanto possível, quer dizer, um universo relativamente constante de situações próprias a reforçar suas disposições oferecendo o mercado mais favorável para os seus produtos” (Bourdieu: 102, citado por Lahire, 1998:48). A análise da complexidade e heterogeneidade disposicional constitui, como já foi referido, uma das questões centrais nesta investigação. Assim, procuramos, através da análise das práticas de consumo, identificar a diversidade interna do indivíduo. Importa também analisar esta pluralidade do actor por relação aos contextos em que as práticas se desenvolvem.

Do mesmo modo Lahire refuta o “modelo do ajustamento mágico dos *habitus* incorporados às situações”, proposto por Bourdieu. Este modelo baseia-se numa correspondência entre disposição / posição e entre disposição / condições de existência que é apenas teórica, não se verificando empírica ou historicamente. Para Lahire o *habitus* resulta de uma multiplicidade de situações sociais, nas quais o actor se encontra em simultâneo. (Ex: oposição entre socialização familiar / escolar; entre universo familiar/ laborar / hospitalar / militar / imigração; conflito de papéis – mulher / mãe, mãe / profissional). Daí que ele constitua um sistema de disposições com alguma plasticidade, isto é, em crise com algumas situações mas com capacidade para se adaptar sem muito sofrimento já que os esquemas incorporados se conseguem actualizar noutros contextos, noutras situações sociais. Assim, para Lahire existem dois tipos de hábitos. Os hábitos corporais, gestuais, sensório-motores, etc., que quando estão constituídos / interiorizados saem do campo da consciência (conduzir, cozinhar, fazer a higiene corporal, etc., sem estar a pensar como se faz e estando ao mesmo tempo a pensar em outras coisas). Contudo, uma dificuldade, um imprevisto, faz com que estes sejam rectificandos, corrigidos e controlados pelo desencadeamento de hábitos reflexivos com os quais se coordenam e unem, no próprio tempo da prática. Para o autor “as circunstâncias da acção raramente permitem que a consciência e a reflexão se ausentem completamente” (Lahire, 1998:77). Opostos a estes existem os

hábitos reflexivos, deliberativos, racionais ou calculadores. Deste modo Lahire rompe com a dicotomia hábito ou rotina / reflexividade e consciência, afirmando que todo o hábito é construído socialmente através da repetição e do treino quer formal quer informal (processo de socialização: interiorização, naturalização). Consequentemente, o hábito corresponde a um esquema de acção e aos *resumos de experiência*, sendo activado por elementos desencadeantes. A distinção entre hábitos corporais e hábitos reflexivos parece-nos pertinente para a análise das práticas de consumo. Consideramos relevante procurar estabelecer uma relação entre estes dois tipos de hábitos e diferentes tipos de consumo.

O comportamento ou a prática corresponde, assim, à activação de uma dada disposição num dado contexto, conceptualizado como o “produto da interacção entre (relações de) forças internas e externas” (Lahire, 2004:37). As relações de forças internas estabelecem-se entre as disposições incorporadas através das socializações e o grau de apetência que lhe está associado. As relações de forças externas dão-se entre elementos do contexto, isto é, entre os membros da família, com quem convive permanentemente, com os amigos, colegas, vizinhos, etc., com os quais convive de modo mais transitório, e dependem das posições relativas (dominante/dominado; líder/seguuidor; responsável/participante; competente/não competente, etc.) entre elas ou da actividade em que estão envolvidos (situações profissionais, escolares, familiares, de amizade, etc.). Quer as forças internas quer as externas constroem e solicitam o indivíduo de modo variável, daí que este tenha a ilusão de liberdade de comportamento, não tendo consciência dos determinismos que sobre ele se exercem. Entre estes o autor refere: i) o económico (não ter dinheiro); ii) o temporal (não ter tempo) e iii) o espacial (não frequentar mais o mesmo espaço).

Como já foi anteriormente referido, a activação de uma dada disposição num dado contexto resulta do “produto da interacção entre (relações de) forças internas e externas” (Lahire, 2004:330). Consequentemente, a sua análise encontra-se associada às questões do poder e da dominação. O poder decorre das situações e das inter-relações que se estabelecem entre os actores, determinando as suas acções através da reactivação ou da suspensão ou refreamento das disposições incorporadas. Deste modo, e segundo esta teoria da acção, “vivemos constantemente «sob influência» e (...) nada do que somos levados a fazer, a sentir e a pensar é redutível ao que incorporamos” (Lahire, 2004:336). Dito de outro modo, os contextos determinam as acções. Para reforçar esta perspectiva, Lahire retoma de Elias a sugestão do *paralelogramo das forças* (a alteração das relações de força activa ou suspende disposições) e a *deslocação do centro de gravidade do ego* de Ribot (a emergência de outras personalidades resulta de influências externas). Nesta

perspectiva, a margem de *liberdade* detida pelo actor decorre da capacidade de alterar as forças internas e externas que sobre ele agem, isto é, do seu maior ou menor autodomínio e da invenção de técnicas de autocontrolo. “O autoconhecimento (de suas propensões) pode levar 1) a um autocontrole para conter a força da disposição ou 2) a arranjos contextuais que dêem conta dessa disposição para tentar limitar seus efeitos negativos” (Lahire, 2004: 336). Partilhando com Weber a ideia de que “toda a dominação repousa sobre uma parcela de consentimento, de aceitação ou de crença favorável da parte dos dominados”, Lahire defende uma sociologia disposicional centrada no estudo das “técnicas (educativas, publicitárias, políticas, religiosas, ...) de controle e de manipulação de outrem” (Lahire, 2004: 337). O seu objectivo primeiro seria desmontar ou *pôr a nu* o exercício de poder e a manipulação simbólica desenvolvida por publicitários, ideólogos ou conselheiros em comunicação, ao mesmo tempo que promovia um questionamento dos fundamentos da legitimidade da dominação.

As divergências com Bourdieu encontram-se sintetizadas através da oposição que Lahire estabelece entre a teoria da prática e as teorias *intelectualistas* da prática. Uma primeira diferença refere que “a relação prática com a prática é definida como uma compreensão imediata, cega a si mesma (*“douta ignorância”*), uma consciência não consciente, sem conceito, pré-reflexiva, parcial, vaga, não intencional e iniciada na urgência da acção” (Lahire, 1998:144), revelando que o *habitus* é incorporado de modo inconsciente, pré-reflexivo. Contrariamente nas teorias *intelectualistas* da prática esta é orientada racionalmente, intencionalmente, voluntariamente para fins explícitos. Uma segunda diferença, decorrente da anterior, aponta para a existência de hábitos práticos, relativos ao domínio prático e hábitos reflexivos, relativos ao domínio do simbólico que permitem um ajustamento imediato entre o *habitus* e o campo por oposição à ideia de reflexividade, de consciência consciente, sistemática e calculada construída através da escola que, ao possibilitar instrumentos de reflexividade, permite simultaneamente sair da lógica do senso prático e dominar simbolicamente o mundo.

Nesta sua análise Lahire questiona ainda o facto de a *urgência* constituir uma propriedade essencial de todas as práticas. “Sempre nos defrontamos com uma subtil mistura de hábitos sensório-motores e hábitos planeados ou reflexivos, e é totalmente absurdo pressupor que os actores nunca são estratégicos, intencionais, etc., como postular que todos eles sempre o são” (Lahire, 1998:148). Considerar que a prática resulta da conjugação de forças internas e externas parece-nos relevante para a análise das práticas de consumo. Tal como é pertinente questionar a existência da ilusão de liberdade do comportamento social, postulando que esta “é apenas o produto da complexidade da determinação” (Lahire, 1998:200). Ou, ainda, atender a esta nova

conceptualização da relação entre a reflexividade e a prática, que retoma a distinção entre hábitos corporais e reflexivos.

Lahire considera impossível prever quais são as propriedades objectivas de um dado contexto que vão determinar os comportamentos dos actores. A activação de uma dada disposição num dado contexto resulta do “produto da interacção entre (relações de) forças internas e externas” (Lahire, 2004:330).

De salientar, ainda, que para B. Lahire a disposição nem sempre é acompanhada de apetência. As disposições constituem propensões, inclinações e manifestam-se no discurso através da expressão *é mais forte que eu*. Podem assumir a forma: i) individual de uma *paixão* (disposição + forte apetência); ii) de uma simples *rotina* (disposição + ausência de apetência ou indiferença ou iii) *mau hábito* ou *mania desagradável* (disposição + desgosto, rejeição, resistência em relação a essa disposição), (Lahire, 2004: 330). As disposições podem, também, ser fortes ou fracas de acordo com a frequência com que são actualizadas e/ou expostas a condições de repressão.

Lahire distingue, ainda, competência de disposição. A competência remete para saberes e para *savoir-faire* associados a práticas e contextos muito específicos. É uma capacidade, uma potencialidade mobilizada em contextos muito específicos. Quando esses saberes e *savoir-faire* implicam *um mínimo de disposição racional* (treino, prática profissional) eles tornam-se numa disposição geral.

Distingue, também, as disposições a agir das disposições a crer ou *crenças*. Estas últimas correspondem aos *hábitos de espírito* de Pierce, isto é, hábitos discursivos e mentais ou encontram-se associadas a normas sociais definidas no âmbito de múltiplas instituições (familiares, escolares, judiciárias, políticas, médicas, etc.). Permitem, também, compreender os hiatos entre o que os actores dizem e o que fazem, isto é, entre “as crenças e as disposições a agir, ou entre as crenças e as possibilidades reais de acção”, clarificando fenómenos como a “ilusão, a frustração ou a culpa (ou «consciência pesada»”, (Lahire, 2004: 333). Estes hiatos são explicados pela ausência de meios materiais e/ou disposicionais e traduzem a distância entre ideais e disposições para agir (Lahire, 2004: 334).

As disposições são incorporadas através de três tipos de socializações. A *socialização directa* resulta do treino e da participação em actividades quotidianas (família, escola, grupo de pares, trabalho). A *socialização silenciosa* que não decorre de uma “inculcação (voluntária ou involuntária) moral, ideológica ou pedagógica”, mas do efeito produzido pelo modo como o espaço ou uma dada *situação* está organizado ou se apresenta (símbolos colocados nas casas de banho reafirmam as diferenças entre sexos; hierarquização do espaço nas salas de espectáculo reafirma as

diferenças de classe). A *socialização ideológico-simbólica de crenças* através da qual são inculcadas de modo implícito (“difusão por impregnação ou habituação”) ou explícito (“didáctica”), as normas culturais das mais diversas instituições (família, escola, *mass media*), que se traduzem em “maneiras de ver e de dizer o mundo” (Lahire, 2004: 334-335). Estes diferentes tipos de socializações estão na origem de quadros culturais e simbólicos homogéneos ou heterogéneos. Não obstante, dado que estas socializações variam em função das instituições que as enquadram, a probabilidade do património de disposições incorporadas pelo indivíduo ser coerente e harmonioso é baixa. A questão da pluralidade disposicional é focada, presentemente, por relação aos processos de socialização. São consideradas duas situações de transmissão cultural: i) as situações de aprendizagem formal, que ocorrem em contextos socialmente organizados e se prendem com a “«transmissão» expressa (voluntária e intencional) de um conhecimento” (Lahire, 1998:177); ii) as situações de aprendizagem não formal, podem ocorrer em contextos socialmente organizados (família, profissões, escola), e a transmissão não é voluntária nem intencional (currículo oculto, angustias, complexos, etc). Procurar estabelecer uma correspondência entre cada tipo de socialização e as práticas de consumo pode fornecer dados relevantes para a questão da pluralidade das disposições.

Para reforçar que na sociedade moderna os indivíduos vivem numa pluralidade de contextos sociais, aos quais estão associadas diferentes experiências e socializações, Lahire recorre, uma vez mais, aos contributos de Bourdieu, designadamente ao conceito de campo (de forças, de lutas). Este conceito refere-se à forma como se organizam os contextos sociais ou universos sociais (família, escola, profissão, igreja, associação, mundo da arte, da política, etc.). Os espaços institucionais e espaciais que o constituem caracterizam-se por oposições e contradições, por diferenças internas nos tipos de interacção, sendo heterogéneos. Lahire refere que “é bastante raro encontrar configurações familiares absolutamente homogéneas” (Lahire, 1998:36). Consequentemente, o autor considera a teoria dos campos como uma teoria regional do mundo social que cria uma série de problemas científicos. Nomeadamente, ignora que o indivíduo vive em múltiplos campos e também *fora de campo*. O campo é o espaço social cujo eixo de estruturação é o volume e a estrutura do capital cultural e económico possuído. Não considera a possibilidade de os indivíduos se definirem socialmente e se constituírem mentalmente “fora-de-campo”. Negligencia a situação daqueles que se definem socialmente (e se constituem mentalmente) fora de toda a actividade num campo determinado” (ex. domésticas), (Lahire, 1998:35). Considera os “fora-de-campo” (sem diploma, sem rendimento, etc.) a partir de padrões de medida que são padrões sociais de medida de

poder, definindo o seu *habitus* pela falta de posses, pela miséria e pela sua situação de dominados (Lahire, 1998:35).

Lahire considera ser sustentável afirmar que “as saídas do senso prático são frequentes na vida quotidiana” (Lahire, 1998:139), embora o autor não negue a sua dependência relativamente à escolarização (desigualdades sociais). Saliencia, ainda, que a intencionalidade (consciência) e a habilidade incorporada (instinto ou ausência de consciência), dependem do tipo de acção, designadamente da oposição entre a acção de longa duração / acção de curta duração, da acção complexa / acção simples e da acção extraordinária / acção ordinária. Assim, uma teoria da acção deve contemplar, obrigatoriamente, a análise das diferentes formas de reflexão por relação aos diferentes tipos de acção. Designadamente à acção reflexiva, planeada, calculada e também reflectida imediata ou posteriormente e à acção pré-reflexiva, não planeada, não calculada analisada por relação aos tipos de acção e de actores. A distinção entre acção pré-reflexiva e acção reflexiva e a sua relação com os diferentes tipos de acção confere centralidade à questão da reflexividade na análise das práticas e, simultaneamente, integra um novo factor: o tempo. Integrar a dimensão temporal na análise das práticas de consumo afigura-se-nos de extrema relevância na compreensão das escolhas e dos desejos que lhe subjazem. Consideramos, também, que ao integrar a dimensão temporal na análise da relação entre os tipos de acção e as formas de reflexão se reforça a pertinência da distinção entre hábitos corporais e hábitos reflexivos. Estes são, certamente, contributos importantes para aprofundar a compreensão das práticas de consumo.

Admitir que o comportamento social varia em função do contexto e da pluralidade interna do actor, isto é, do conjunto de esquemas heterogéneos de que este é portador constitui um outro pressuposto a integrar na análise das práticas de consumo. Neste sentido importa, também, analisar “em que medida certos esquemas de acções são transferíveis de uma situação a outra, e outros não; avaliar o grau de heterogeneidade ou de homogeneidade do estoque de esquemas incorporados pelos actores durante as suas socializações anteriores” (Lahire, 1998:201). Estas constituem outras pistas de investigação a integrar numa análise que se pretende plural, tensa e reflexiva.

5. *Habitus* e Reflexividade: entre o constrangimento e a criatividade dos agentes

As questões da reflexividade do sujeito e do carácter probabilista da liberdade e da criatividade das suas acções sempre estiveram presentes na análise das práticas sociais, desde as primeiras conceptualizações de *sujeito*, que se enquadram no paradigma do determinismo.

Importa, também, não esquecer que na análise holística de cariz objectivista a acção humana surge determinada por um conjunto de modelos e padrões simbólicos, exteriores aos indivíduos, interiorizados de modo mais ou menos passivo através de processos de institucionalização.

Para Bourdieu (2002) a análise objectivista define os limites de validade da experiência primeira do mundo social ao apontar as condições particulares em que ela é possível. O conhecimento objectivista (nomeadamente a hermenêutica estruturalista) constitui um sistema de relações objectivas que não pode ser reduzido nem às práticas através das quais se realiza e manifesta, nem às intenções e consciência que os sujeitos podem ter das suas coacções e lógica.

O conhecimento objectivista estabelece ruptura com o conhecimento primeiro, prático e tácito, isto é, com os pressupostos que conferem ao mundo social o seu carácter de evidência e naturalidade. É, ainda, a partir desta ruptura que constrói as relações objectivas que estruturam as práticas e as representações das práticas. Deste modo, “A experiência «*dóxica*» do mundo social por definição exclui [o conhecimento] das condições (particulares) que tornam possível essa experiência”, (Bourdieu, 2002:145).

O objectivismo transforma o que é regular, isto é, o que se produz com uma regularidade estatística, em norma racionalmente institucionalizada ou em regra coercitiva inconsciente, resultante de uma “mecânica cerebral e/ou social” desconhecida. Deste modo, confere-se aos grupos e às instituições *disposições* próprias das consciências individuais, tornando-se desnecessária a análise quer da sua génese e eficácia, quer das determinantes da homogeneidade objectiva e subjectiva e da consciência dos membros do grupo em análise. Equipara-se, assim, “o modelo da realidade à realidade do modelo” (Bourdieu, 2002:159-160).

Bourdieu salienta, assim, como limites da análise objectivista a incapacidade de pensar a prática a não ser como execução. Esta incapacidade resulta, por um lado, da não identificação do princípio de produção das regularidades sociais e, por outro, da equiparação dos objectos construídos pela ciência a “realidades autónomas, dotadas de uma eficácia social e capazes de agirem enquanto sujeitos responsáveis

de acções históricas ou enquanto poder capaz de coagir as práticas” (Bourdieu, 2002:156).

Reforçando a ideia anterior, Bourdieu refere que “a construção saussuriana não permite constituir as propriedades estruturais da mensagem enquanto tais” (Bourdieu, 2002:152). Segundo o autor esta limitação é ainda mais visível “a partir do momento em que passamos da estrutura da língua às funções que ela preenche, isto é, aos usos que os agentes dela realmente fazem, damos-nos conta de que o simples conhecimento do «código» só muito imperfeitamente permite dominar as interacções linguísticas realmente efectuadas” (Bourdieu, 2002:153). Uma outra lacuna das análises de cariz objectivista é que nelas não são consideradas as estratégias dos actores na estruturação da vida quotidiana.

Numa das críticas que dirige a Bourdieu, Lahire salienta que as metáforas da “transmissão cultural ou da herança cultural” (capital cultural) constituem “poderosos obstáculos para a apreensão desses fenómenos de incorporação” (Lahire, 1998:175). Na análise que realiza, Lahire salienta que na transmissão de património material a dádiva implica perda pois o objecto dado (casa, carro, livro, quadro, etc.) deixa de ser nosso, embora não se altere neste processo. É um processo rápido (imediato), independente do sentimento que o beneficiário pode ter em relação ao objecto e é consciente pois quem dá sabe o que dá e quem recebe também.

Importa, contudo, salientar, desde já, que na análise realizada Lahire (1998) não atende ao facto do valor dos objectos não se esgotar no seu uso / utilidade, isto é, o autor não se refere ao significado simbólico dos mesmos. Parece não ter também em consideração que o valor social atribuído ao objecto não é sempre o mesmo. Por exemplo, um carro ou uma casa, em segunda mão, normalmente perdem valor. Pelo contrário, o quadro vendido em leilão fica associado a um valor, fazendo com que o objecto se altere. Parece ignorar que o valor do objecto varia em função de quem o dá (valor sentimental), tornando plausível a possibilidade de separar o material do simbólico. Finalmente é visível nesta análise uma contradição: o autor analisa a transmissão sem atender ao contexto em que a mesma tem lugar. Como foi amplamente referido, o contexto é um elemento central na análise das práticas de consumo. Ele corresponde ao nível meso da análise, conferindo inteligibilidade à articulação entre os níveis micro e macro.

No que se refere à transmissão de património cultural, Lahire realça o facto de na dádiva quem dá não fica privado do que deu. “Dar ao outro é enriquecê-lo sem se empobrecer” (Lahire, 1998:175). Neste caso o processo é inconsciente por parte de quem dá e de quem recebe, “a cultura nunca é «transmitida» de modo idêntico, mas deforma-se em função das condições da sua transmissão e da relação social que se

instaura entre o que já «sabe» e o que não sabe” (Lahire, 1998:175). Este processo pressupõe um tempo e uma aprendizagem, a “transmissão cultural pressupõe um tempo (de repetição, de exercício,...) para que «um hábito se instale progressivamente no corpo, sejam hábitos mentais ou gestuais, sensoriais ou intelectuais.(...), (importância dos laços afectivos fortes e das recompensas ou reforços positivos no processo de transmissão)” (Lahire, 1998:176). Uma vez mais é retomada a questão da transmissão cultural. Enfatiza-se, agora, o tempo de aprendizagem e os sujeitos em interacção, quer no que concerne aos hábitos corporais, quer aos reflexivos. Consideramos que são factores a ter em conta na análise das práticas de consumo.

Lahire refere, ainda, que ao conceptualizarem-se as *estruturas objectivas* ou *estruturas sociais* como construções científicas baseadas em dados estatísticos, em “regularidades estatísticas, como probabilidades objectivamente ligadas a um grupo ou a uma classe” (Bourdieu, 1980^a:90, citado por Lahire, 1998:178), dificulta-se a apreensão do processo de incorporação dessas mesmas estruturas. Nas análises de cariz objectivista não são consideradas as estratégias dos actores na estruturação da vida quotidiana. Lahire defende que o processo de incorporação da realidade social conduz a duas apreensões dessa mesma realidade dado que as *estruturas mentais* são produto da incorporação das *estruturas objectivas*.

É em Weber (1983), e nas correntes hermenêuticas, que as questões acima referidas assumem maior visibilidade. Weber conceptualiza o *sujeito* como detentor de competências para dar sentido às suas acções e considera a existência de várias racionalidades. A acção humana é teorizada, pelo referido autor, como indissociável de todos os comportamentos não verbais, isto é, da expressão corporal e da gestualidade, sendo orientada pelo sentido da acção dos outros. No mesmo sentido, Lahire considera que o ponto de vista construtivista de Weber “permite ver que o «interno» e o «externo» de um facto social são fundamentalmente uma questão de construção do objecto e não são definidos de uma vez por todas” (Lahire, 1998:206). Enfatiza-se, aqui, o facto do processo de incorporação da realidade social gerar quer as *estruturas mentais* quer as *estruturas objectivas*, que correspondem a duas apreensões dessa mesma realidade.

Incluimos, também, nesta análise, a proposta de Lopes (2000) que refere que Weber ao propor uma sociologia compreensiva defende que a compreensão da acção humana só é possível se considerarmos os objectos culturais orientados por valores e motivações e enquadrados numa determinada individualidade histórica.

Considerando, seguidamente, os contributos de Pinto (2007), o autor recorre a Bourdieu para desenvolver a ideia de *reflexividade reformista*. Ao fazê-lo, reforça que o modo como Bourdieu identifica e analisa o sistema de determinações objectivas das

práticas (social, científica, sociológica) não é inconciliável “com a identificação e análise das condições da sua transformação” (Pinto, 2007:50). Ainda ancorado em Bourdieu, o autor enuncia duas propriedades do campo científico a saber: o seu fechamento relativo e a facilidade de comunicação e de interpelação entre actores e receptores e a *aceitação tácita* (Pinto, 2007:51). Para o autor importa não esquecer que a força das ideias é condicionada pela dimensão política do campo científico. Ao desenvolver a noção de *auto-análise*, o autor refuta, ainda, a incompatibilidade entre as propostas de Bourdieu e a análise de singularidades. Na verdade o que Bourdieu recusa é basear explicações em “qualidades essenciais imputadas a uma entidade individual (indivíduo como «variável independente»)” (Pinto, 2007:54). Este é um contributo importante para ultrapassar as dificuldades de articulação entre os níveis macro e micro na análise das práticas sociais. Reduz, também, a oposição entre Bourdieu e Lahire, no que se refere à análise das singularidades, a uma falsa polémica.

Pinto propõe-se clarificar o modo como se conceptualiza a *reflexividade* e a *modernização reflexiva* nas sociedades contemporâneas. Salienta duas propostas mais consensuais. Uma visão mais *optimista* defende que as sociedades de *modernidade reflexiva* disseminam disposições capazes de prever os problemas decorrentes da incerteza e do risco e, simultaneamente, de os formular e solucionar com base em conhecimentos científicos. Uma perspectiva menos *optimista* dos processos sociais, em que autores como Stehr e Loyal salientam diversas complexidades, designadamente no “domínio da enunciação pública de problemas sociais”, relativizando a capacidade das *grandes teorias* no que se refere à transparência que as sociedades reflexivas e de risco têm de si mesmas. Pinto desenvolve, também, a proposta de Crane a propósito dos “processos de circulação das formas culturais nas sociedades contemporâneas”, na qual a dicotomia cultura popular/cultura erudita é substituída por três grandes tipos de organização cultural, o *core domain*, o *peripheral domain* e o *urban culture*. O *core domain* inclui os meios de difusão nacionais ou internacionais acessíveis à generalidade dos cidadãos. O *peripheral domain*, de alcance mais restrito, difunde a cultura nacional a subgrupos diferenciados em função da idade e do estilo de vida. O *urban culture*, específico de contextos urbanos, privilegia, quer na produção quer na difusão, as audiências locais (Pinto, 2007:101). As dinâmicas culturais contemporâneas serão caracterizadas por tensões entre os domínios *core* e *urban* ou, como sugere Pinto, *local culture*. Consideramos pertinente esta tipologia para a análise dos processos de circulação das formas culturais, que rompe com a dicotomia cultura popular / cultura erudita. Ao propor um terceiro tipo de organização cultural, o *peripheral domain*, contribui para

reforçar a necessidade de reelaborar o próprio conceito de capital cultural de Bourdieu. Parece-nos, também, pertinente atender às potencialidades desta tipologia na análise das práticas de consumo, nomeadamente no que concerne aos processos de difusão dos bens.

Finalmente, integramos os contributos de Giddens (1996), que afirma que “todos os actores são teóricos sociais, e têm de sê-lo para serem verdadeiros agentes sociais” (Giddens, 1996:14). Assim, as normas não constituem *hábitos cegos* pois, como demonstram a fenomenologia e a etnometodologia, “a condução da vida social envolve continuamente a teorização (...), mesmo os hábitos mais rigorosos, ou as normas sociais mais inabaláveis, envolvem uma atenção reflexiva, contínua e pormenorizada” (Giddens, 1996:14). A proximidade e o distanciamento face às normas e aos recursos sociais são frequentes em todas as sociedades e constituem, mesmo, uma condição dos modos de reprodução social. Ancorado nos contributos de Mouzelis relativamente ao *distanciamento*, Giddens distingue *reflexividade* (qualidade da acção humana) de *reflexividade institucional* (fenómeno histórico). A *reflexividade institucional* refere-se às condições da reprodução do sistema, à promoção ou decadência do modo tradicional de proceder e à criação de poder (capacidade transformadora). A sua expansão institucional está na origem da multiplicação de organizações de todo o tipo.

Assim, “enquanto entidade pluripessoal, a sociedade é criada e recriada constantemente, se não *ex nihilo*, pelos participantes em cada um dos encontros sociais” (Giddens, 1996:29). A sociedade só é possível porque cada membro é um *teórico social prático* (Giddens, 1996:30). O encontro entre indivíduos só é possível porque cada um utiliza, de modo rotineiro e pouco esforçado, os recursos práticos (teorias e conhecimentos sociais = *conhecimento mútuo*) imprescindíveis à concretização desse encontro. Deste modo, o “conhecimento mútuo é, simultaneamente, o meio usado pelos indivíduos para se relacionarem e uma condição para a compreensão do seu comportamento por parte dos cientistas sociais” (Giddens, 1996:30).

Giddens define *conhecimento mútuo* como os *conhecimentos* adquiridos pelos indivíduos, que são considerados membros *capazes* da sociedade, e que possibilitam a comunicação (Giddens, 1996:124). Este conhecimento é aplicado sob a forma de “esquemas interpretativos, através dos quais os contextos de comunicação são criados e mantidos em interacção” (Giddens, 1996:125). O conhecimento mútuo é, por um lado, um *conhecimento de base* na medida em que é considerado um conhecimento adquirido e permanece inarticulado. Por outro lado, não faz parte do “conhecimento de base, no sentido em que é constantemente actualizado, exibido e

modificado pelos membros da sociedade no decurso da sua interacção” (Giddens, 1996:125). Para Giddens a monitorização reflexiva do comportamento é a característica mais central e distintiva da vida humana, embora nem sempre tenha sido reconhecida pelos pensadores sociais.

A monitorização não abrange todos os aspectos da interacção quotidiana. O facto de o indivíduo não ter razões para explicar os comportamentos mais triviais não lhe diminui a sua *competência*. Identificar uma razão pressupõe descrever verbalmente porque se decide adoptar um comportamento, implica *racionalizar* mesmo que isso signifique encontrar falsas razões. Para que a monitorização reflexiva do comportamento se transforme na afirmação de intenções ou na identificação de razões é necessário que os actores procedam a inquéritos introspectivos relativamente ao seu próprio comportamento ou o questionem. A identificação de razões está associada à *avaliação da responsabilidade moral dos actos*, às normas morais e às sanções previstas, sem que isso implique que todas as razões correspondam a *explicações fundamentadas* (Giddens, 1996:132).

As razões tidas como *válidas* pelos actores podem apoiar-se em dois sentidos. Por um lado revelam uma orientação relativamente ao que se faz, por outro a concordância face ao que é definido como comportamento *razoável* (padrão de crença interiorizado). A este propósito Giddens distingue *conhecimento mútuo* de *senso comum*. O primeiro reporta-se “aos esquemas interpretativos pelos quais os actores constituem e compreendem a vida social como significante”. O segundo inclui “um corpo de conhecimento teórico mais ou menos articulado, usado para explicar por que motivo as coisas são como são e acontecem como acontecem nas esferas social e natural” (Giddens, 1996:133). O *conhecimento mútuo* é sustentado pelas crenças de senso comum que decorrem da actividade de *peritos* (“padres, mágicos, cientistas e filósofos”), que contribuem directamente “para a racionalização explícita da cultura” (Giddens, 1996:133). A ênfase na monitorização reflexiva do comportamento enquanto característica distintiva da vida humana constitui um contributo central para a análise da prática. Reforçar que a competência do actor não é diminuída pelo facto desta monitorização não abranger a totalidade da interacção quotidiana representa um avanço que não pode ser negligenciado na conceptualização do próprio conceito de reflexividade e na sua relação com o de *habitus*. Considerar que nem sempre o indivíduo consegue identificar uma razão, mesmo que falsa, para o seu comportamento e associar esta identificação à *avaliação da responsabilidade moral dos actos* afigura-se-nos como uma proposta muito pertinente para a compreensão das práticas de consumo.

A explicação para o comportamento dos outros não se restringe à racionalização do mesmo. Não existe uma distinção clara entre *razões* e *motivos*. Contudo, a motivação reporta-se aos desejos e estes podem ser conscientes ou não, ou poderão ser procurados depois de a acção ter lugar, quando o actor é questionado sobre a mesma. Daí a designação de *motivos inconscientes* (Giddens, 1996:134).

As situações de interacção baseadas num conhecimento mútuo *não problemático* geram a *segurança ontológica* e tornam adquirido este conhecimento. Quando o conhecimento mútuo não é fundado na rotina e as capacidades dos actores não estão articuladas com a motivação para a acção surgem *situações críticas*, que vão implicar uma *gestão dos desejos*. A *segurança do ser* é rotineira e inquestionável e pressupõe, por um lado, “a manutenção de um modo cognitivamente ordenado do «eu» e do «outro»” e, por outro lado, “a manutenção de uma ordem efectiva de gestão de desejos.” As tensões e ambivalências na motivação podem ter origem em qualquer das componentes da *segurança do ser* e podem ser analisadas “como conflitos em e entre «camadas» de estratificação dos desejos” (Giddens, 1996:136). A associação entre *situações críticas*, que põem em causa a segurança ontológica, e a necessidade de gerir os desejos constitui um contributo que importa integrar na análise das práticas de consumo. O desejo é um conceito central nas abordagens mais recentes da sociologia do consumo, como foi salientado no capítulo anterior.

Para concluir esta abordagem ao conceito de reflexividade parece-nos pertinente uma breve alusão ao conceito de consumidor no âmbito da sociologia do consumo. Neste sentido, importa referir que no modelo de escolha racional, da economia clássica, o consumidor é conceptualizado com actor racional que procura maximizar o seu bem-estar, em função das suas preferências individuais e atendendo aos constrangimentos do mercado. Uma outra conceptualização, com origem no movimento de defesa do consumidor, define-o com um grupo dissimulado cuja existência decorre da tomada de consciência e da mobilização. Neste caso, o consumidor é associado a um conjunto de propriedades objectivas (sexo, idade, profissão). Pinto (1990) critica estes conceitos, alertando para a necessidade de atender às condições sociais e históricas em que as práticas de consumo e os modelos que as enformam são constituídos. Para o autor todo o indivíduo é um consumidor, independentemente da sua vontade. Assim, a prioridade é identificar o tipo de racionalidade que preside às escolhas do consumidor, num dado contexto. A questão da obrigatoriedade de consumir assume centralidade na análise das práticas de consumo. Defendemos, contudo, que esta questão não pode tornar subalterno o conceito de reflexividade na análise.

6. Notas prévias ao Modelo de Análise

O diálogo que desenvolvemos com a teoria social contemporânea, ao longo deste capítulo, tem como objectivo construir um modelo de análise que, ao integrar contributos de autores com perspectivas antagónicas, se caracteriza por uma *heterodoxia controlada* (Lopes, 1987). Como já salientamos anteriormente, consideramos que os modelos plurais detêm potencialidades analíticas face aos modelos unidimensionais. Estas potencialidades decorrem, simultaneamente, da abertura e da tensão que emerge da diversidade de conceptualizações consideradas e da reflexividade que as mesmas geram. Nesta investigação assumem particular relevância na análise das práticas de consumo os conceitos de *habitus* e de reflexividade, centrais na *Teoria da Prática*.

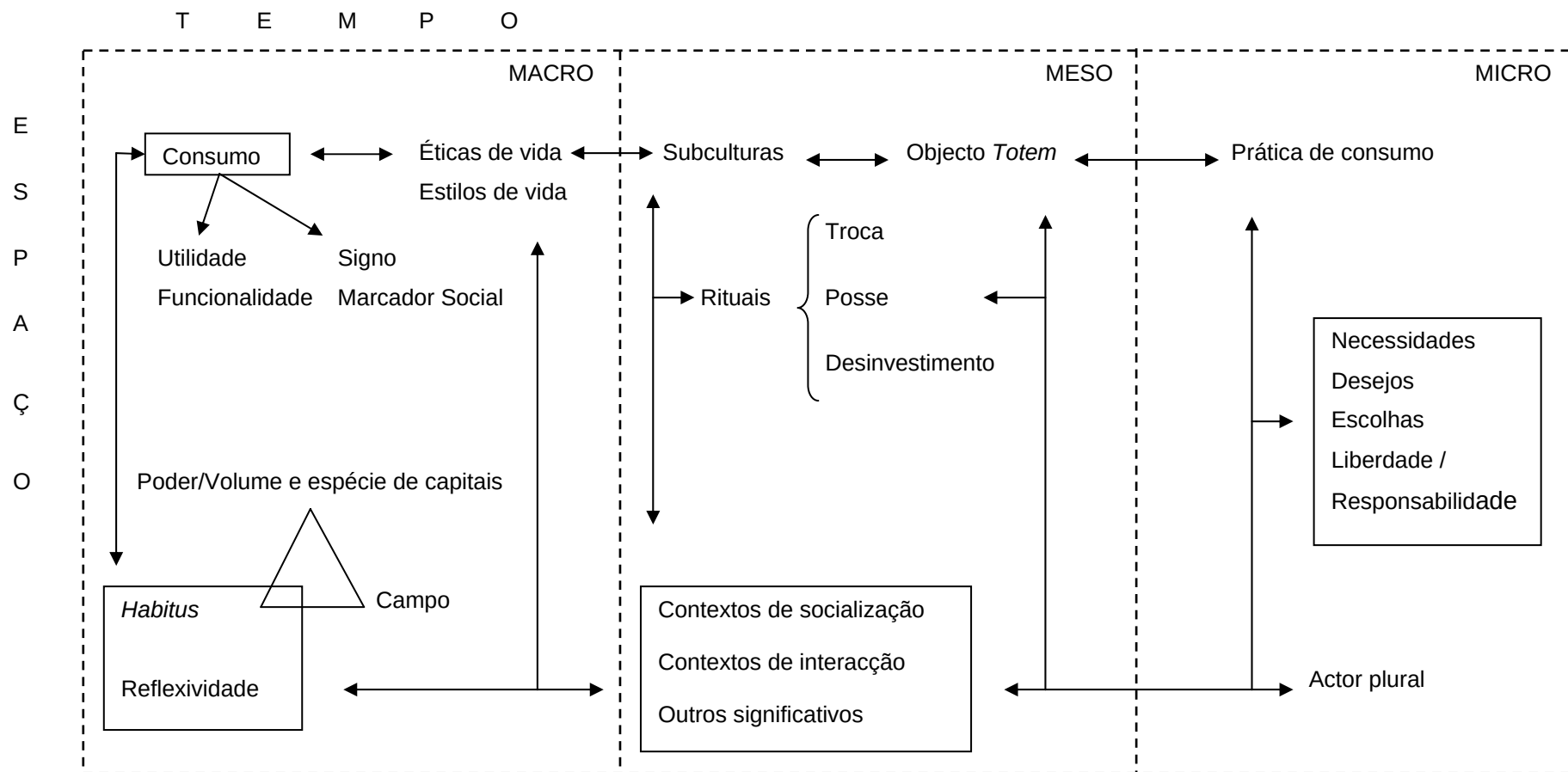
Assim, a *prática* é conceptualizada como decorrente de um sistema de disposições incorporadas, o *habitus*, inculcado através de relações sociais de interdependência, definido em função ou mesmo limitado a contextos sociais específicos e visível na *aisthesis* e na *hexis* corporal. O *habitus* compatibiliza as aspirações com as práticas (Bourdieu, 2002). O *habitus* revela, também, graus variados de integração e tensão dependendo da compatibilidade e do carácter das situações sociais em que foi produzido. Ele não está necessariamente de acordo com o mundo social em que evolui. É nestes *momentos críticos de perplexidade e discrepância* que o *habitus* se o torna um dos principais impulsionadores de mudança económica e de inovação social (Wacquant, 2004). Torna-se, então, pertinente analisar a pluralidade do actor por relação aos contextos em que as práticas se desenvolvem e aos processos de socialização. Atender a que a prática resulta da conjugação de forças internas e externas (Lahire, 2004) e que as potencialidades das relações de poder para originar novas acções mostram que o sistema de reprodução não é fechado (Reynaud, 2002). Importa, ainda, integrar na análise das práticas os usos do tempo e do espaço pelos agentes sociais, de modo a aprofundar os processos de relação quotidiana entre campos, capitais e *habitus* (Pereira, 2005). Ao integrar a dimensão temporal na análise da relação entre os tipos de acção e as formas de reflexão reforça-se a pertinência da distinção entre hábitos corporais e hábitos reflexivos (Lahire, 1998).

Esta conceptualização da prática promove o questionamento da relação entre o *gosto* e o sistema de disposições (inconsciente) e de preferências (individuais e racionalmente definidas), (Casanova, 1995). Neste sentido, a análise das práticas de consumo apresenta-se como uma possibilidade de testar empiricamente quer o grau de homogeneidade / heterogeneidade do sistema de disposições, quer a existência de

uma autonomia relativa da esfera cultural e simbólica (Lopes, 1998). Constitui, também, um campo privilegiado para questionar o conceito de cultura proposto por Bourdieu, enfatizando a necessidade de atender aos contextos em que estas práticas se desenvolvem. Importa, assim, considerar o *meio social* como um nível intermédio entre as práticas e as representações individuais e os sistemas sociais e culturais (Costa, 1999). De salientar, ainda, que o contexto é conceptualizado como sendo simultaneamente constrangedor e libertador das práticas. As estratégias libertadoras da acção dependem, também, das capacidades de mobilização de recursos pelo sujeito, da reflexividade (Giddens, 1996). Os conceitos de reflexividade, de reconhecimento e de identidade devem ser pensados numa relação de proximidade (Costa, 1999). Através das práticas de consumo procuramos analisar as *estratégias de identificação* com o sistema dominante e as *estratégias de diferenciação* desenvolvidas pelos actores sociais. Ponderamos a associação entre *situações críticas*, que põem em causa a segurança ontológica, e a necessidade de gerir os desejos (Giddens, 1996). O desejo é um conceito central nas abordagens mais recentes da sociologia do consumo.

Em suma, ancorados nesta diversidade de perspectivas desenvolvemos uma análise pluriperspectivada do consumo como prática social, situada entre as estruturas e os agentes. Através dela procuramos analisar os limites e as potencialidades deste modelo de análise que integra alguns dos mais significativos contributos teóricos da Sociologia Contemporânea.

7. Um Modelo de Análise caracterizado por uma *heterodoxia controlada*



O modelo de análise desta investigação, caracterizado por uma *heterodoxia controlada*, integra a *Teoria da Prática* e os seus prolongamentos críticos, em especial a tese do actor plural, para aprofundar o conhecimento do consumo enquanto prática social. A fecundidade heurística do modelo decorre quer da sua abertura para concertar novas propostas, quer do acréscimo resultante de críticas complementares e do controlo mútuo, que potencia a sua capacidade analítica. É neste sentido que consideramos existir uma *heterodoxia controlada*. Assim, assume centralidade na análise desta prática a relação entre o poder / volume e espécie de capitais, o *habitus*, o campo e a reflexividade, conceitos que debatemos no capítulo anterior. Ao aprofundarmos esta relação procuramos identificar os grandes constrangimentos estruturais que (de)limitam as práticas de consumo na sociedade portuguesa contemporânea. Pretendemos, assim, relacionar algumas das mudanças ao nível das estruturas sociais, às quais se encontra associada a difusão de novos valores e estilos de vida, com a evolução dos padrões de consumo em Portugal, entre 1967 e 2006. Entre as mudanças registadas importa atender à formação da *sociedade de consumo* e nesta, às mudanças relativas aos níveis de vida e, em particular, à evolução das despesas médias que traduzem um aumento do bem-estar e uma generalização da possibilidade de escolha e uma diversificação das aspirações ao nível do consumo, a camadas mais amplas da população portuguesa. Considerar os processos de recomposição socioprofissional e as mudanças nas estruturas sociais que os mesmos traduzem, designadamente no que concerne à recomposição da estrutura de classes. Interessa investigar a correlação entre a escolarização e a mobilidade social. Analisar o efeito dos trajectos de ascensão social sobre as disposições incorporadas, o modo como estes potenciam a existência de hiatos entre as condições materiais de existência em que o *habitus* foi incorporado e aquelas em que este é actualizado. Deste modo, contemplamos na análise a problemática relativa às variantes do *gosto* (*gosto da necessidade / gosto do luxo*) e à relação entre os grupos dominantes e o monopólio de bens posicionais. Em suma, atendemos à repercussão de todos estes factores ao nível dos valores e das éticas de vida que correspondem, também, a variáveis condicionantes das práticas de consumo.

Ao nível dos valores privilegiamos o efeito gerado pelo cruzamento entre o desenvolvimento económico e a sucessão de gerações, que explica a mudança de valores relacionados com a segurança e as necessidades económicas (valores materialistas) para os valores pós-modernos, relativos à auto-realização e à satisfação subjectiva. Consideramos, ainda, a prevalência de valores seculares e as preocupações decorrentes de valores materialista (criminalidade, insegurança relativamente à condição económica, entre outros), como factores que diminuem ou

mesmo obstam à mudança cultural, nomeadamente no que concerne ao processo de individualização. O objectivo é estabelecer, ao nível empírico, uma relação entre a *ética puritana ou protestante*, caracterizada por valores materialistas e pela poupança, a *ética de vida romântica*, uma ética marcadamente hedonista e consumista, e as práticas de consumo.

Para concretizarmos estes objectivos recorremos a algumas propostas de pesquisa empírica centradas quer na operacionalização do *habitus*, quer na articulação dos níveis macro, meso e microsociais, quer, ainda, na *sociologia à escala individual*, que desenvolvemos no capítulo seguinte, relativo à metodologia. A análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social desenvolve-se privilegiando a relação entre estruturas e agentes. Em particular, a articulação destes níveis sociais enfatiza o condicionamento que os mesmos exercem uns sobre os outros, a dualidade da estrutura. Deste modo pretendemos aprofundar o conhecimento da relação entre as práticas quotidianas, os sistemas exteriores de nível meso (contextos de socialização e de interacção, as subculturas, entre outros) e de nível macro (instituições sociais, ordens económica, política, cultural, etc.). Assim, para além dos constrangimentos de nível macro e meso, procuramos identificar as culturas subjectivas, os estilos de vida e os projectos que, ao nível inter e intraindividual, exprimem e alargam campos de possibilidades vividas pelos agentes sociais. Simultaneamente, incorporamos na análise as dimensões tempo e espaço, privilegiamos a análise do consumo enquanto prática situada no tempo (histórico, ciclo de vida, entre outros) e no espaço (social e físico). Enfatizamos, também, a necessidade de conceptualizar o consumo enquanto prática relacional, isto é, do actor por relação aos contextos e espaços sociais (de pertença, quotidianos), aos outros actores (outro significativo / outro generalizado), à sua própria trajectória (horizontal, ascendente ou descendente) e por relação aos objectos de consumo e ao seu significado simbólico.

Estas opções metodológicas, focalizadas na análise das singularidades e na compreensão dos processos sociais através dos quais os sujeitos atribuem sentido às suas práticas, potenciam a análise da pluralidade disposicional, defendida pela *sociologia dos indivíduos* e possibilitam a identificação de pontos críticos e limitações na análise das práticas de consumo. Para aprofundar a relação de condicionamento entre os diferentes contextos de socialização e de interacção e a incorporação do *habitus* realizamos um conjunto de entrevistas biográficas centradas nos contextos de socialização e de interacção (familiar, escolar, laboral, na esfera amical e de lazer) e no condicionalismo que estes exercem ao nível das práticas de consumo. Estas entrevistas constituem o ponto de partida para a elaboração dos retratos sociológicos,

pondo em prática uma sociologia à *escala individual*. Elas correspondem, também, ao momento de articulação dos níveis macro, meso e microsocial e da aplicação de uma abordagem teórico-metodológica caracterizada pela *abdução*, isto é, por contemplar, simultaneamente, a dedução e a indução na análise das práticas de consumo.

O modelo de análise enfatiza, também, algumas das questões centrais ao nível da sociologia do consumo. Em particular a dicotomia utilidade / funcionalidade por relação ao significado simbólico dos objectos e ao modo como estes reforçam o sistema de disposições. Importa realçar que o significado associado ao consumo se afasta cada vez mais do sentido de destruição do objecto para incluir um conjunto de práticas identitárias através das quais os indivíduos manipulam e trocam sentidos e valores. Deste modo, através dos comportamentos de consumo promove-se a transmissão de crenças e de práticas sociais. As práticas de consumo estão associadas a um conjunto de esquemas culturais relativos à compra ou à utilização de bens e serviços, que perpetua valores transmitidos pela família, pela escola, pelos *media*, etc. Elas estão impregnadas de dinâmicas socioculturais e mantêm uma espécie de dinâmica da memória colectiva. Neste sentido, o consumo é uma construção social e traduz a representação colectiva que a sociedade faz de si mesma. É, igualmente, uma questão de classificação que revela uma lógica cultural que, como um sistema prescritivo, impõe obrigações e interdições. Através do consumo são postos em relação modos de fazer, princípios de compra, de avaliação, de rejeição e modos de ver, de representar e de categorizar os objectos. Estes criam e prolongam crenças, fornecem às crenças uma realidade, uma facticidade, uma existência que nunca teriam sem eles. Através da sua utilização em rituais (de troca, de posse e de desinvestimento), os objectos asseguram uma certa visibilidade e uma certa estabilidade às categorias em função das quais os indivíduos são posicionados numa dada sociedade. Eles transformam-se em *totem* e os rituais produzem a forma e a substância das relações sociais. Esta é uma das razões pela qual os indivíduos se esforçam por participar activamente no processo de transferência de sentido, desenvolvendo estratégias que obstem à sua marginalização pelo sistema e procurando controlar o significado cultural dos objectos. Este é, em geral, consensual. Assim, as fronteiras do consumo remetem para as fronteiras socio-culturais. Esta constatação enfatiza a cultura enquanto mecanismo que possibilita pensar e, simultaneamente, consumir os bens. Realça, também, o efeito que as estruturas mentais exercem ao nível práticas sociais, funcionando como verdadeiros reguladores na medida em que inscrevem o indivíduo na cultura ou o excluem se ele transgride as prescrições implícitas do sistema cultural. Em suma, reconhece a centralidade do consumo no processo de reprodução social e o estabelecimento de relações entre

este e a cultura. Reforça a possibilidade de através do consumo podermos discutir a natureza da realidade.

Outra questão central ao nível da sociologia do consumo prende-se com a conceptualização do consumidor. Através dela retoma-se a articulação dos conceitos de *habitus* e de reflexividade. Reforça-se, assim, a necessidade de atender às condições sociais e históricas em que as práticas de consumo e os modelos pelos quais estas se regem são constituídos. A pertinência de aprofundar a relação entre a reflexividade e a prática, de investigar a dicotomia liberdade de escolha versus responsabilidade. Relativamente a este último conceito importa salientar que, com a emergência da sociedade de consumo, muitas das responsabilidades passaram para os indivíduos. Assim, a estimulação substitui a coerção, a sedução sobrepõe-se aos padrões de conduta obrigatória e o despontar de novos desejos e necessidades impõe-se à regulação normativa. Nesta sociedade, as necessidades são transformadas em desejos que se inscrevem num sistema de regras de percepção cultural e os bens constituem meios para implicar e mobilizar os outros para os projectos individuais. A insaciabilidade do desejo enfatiza a relação entre a sofisticação e personalização dos desejos e necessidades, a vontade individual de progresso económico e social e a exigência do sistema capitalista, que a impõe como forma de assegurar a sua própria sobrevivência. Através desta relação questiona-se, também, a associação entre consumo e bem-estar. É a partir das *listas de despesas* que aprofundamos estas questões, particularmente a relação entre a reflexividade e as práticas de consumo.

Para concluir a descrição deste modelo de análise, importa reiterar o facto deste sustentar uma análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social situada entre as estruturas e os agentes. Assim, ancorados na diversidade de perspectivas incluídas no mesmo procuramos analisar o sistema de consumo enquanto conjunto de convenções, que conduzem a lógicas de conformidade, e, simultaneamente, identificar as estratégias desenvolvidas quer pelos agentes quer por grupos sociais, no sentido de se distinguirem uns dos outros.

PARTE II – O ECLECTISMO METODOLÓGICO

Capítulo 1. A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

1. Referencial teórico para a análise das práticas de consumo

A presente investigação tem o duplo objectivo de identificar o que mudou ao nível das estruturas de consumo em Portugal, através de uma análise aos dados dos Inquéritos às Despesas Familiares – IDF¹, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, entre 1967 a 2006, e de enquadrar o cruzamento da pluralidade disposicional e da sociologia dos indivíduos atendo a quadros/cenários de interacção. Pretende, ainda, recorrendo aos dados da Eurostat, de 1999 e 2005, comparar as estruturas do orçamento das famílias portuguesas face às suas congéneres europeias.

O enquadramento teórico elaborado permite-nos conceptualizar as práticas de consumo como relações de sociabilidade que devem ser analisadas numa tripla perspectiva. As práticas de consumo revelam a *pertença de classe*, isto é, através do consumo afirma-se um estatuto, revela-se a *identidade* de classe, um *habitus*. As práticas de consumo revelam, também, *contaminação cultural*, ou seja, através do consumo o indivíduo procura identificar-se com o grupo social de referência (um outro *habitus*). As práticas de consumo revelam uma *identidade própria*, dito de outro modo, através do consumo o indivíduo define a sua própria *identidade*, um estilo pessoal, construída *nas* e *pelas* diferentes relações que estabeleço com os outros (*possibilidade / impossibilidade de estabelecer relações sociais rentáveis*). Simultaneamente, o que se consome não é independente do contexto em que se dão as relações que se estabelecem com os outros (*lógicas identitárias / lógicas de diferenciação*). Assim, e como referimos inicialmente, é indispensável integrar na análise a posição no campo, a percepção do campo e das relações de poder no interior e entre os campos. Deste modo enfatiza-se a pertinência de ter como referente teórico, na análise das práticas de consumo, a *Teoria da Prática*. Reforça-se, também, a necessidade de aprofundar o conhecimento da relação entre os contextos de socialização e as disposições incorporadas, entre a ética de vida subjacente ao *habitus* e as práticas de consumo. Pretende-se verificar se a análise destas práticas evidencia ou não a pluralidade interna do actor social. Para alcançar estes objectivos é necessário ultrapassar as dificuldades que se prendem com a operacionalização do *habitus*. Esta questão será abordada no ponto seguinte.

Nesta investigação o consumo é analisado enquanto construção social. Neste sentido procuramos atender ao significado simbólico dos objectos e ao modo como estes reforçam o sistema de disposições. Assim, na abordagem empírica enfatizamos

¹ Esta é a designação actual para este Inquérito que já foi denominado como Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), entre 1989 e 2000, e como Inquérito às Receitas e Despesas Familiares (IRDF), entre 1967 e 1981.

a análise das singularidades. Tal como Lahire (2004) consideramos que a partir destas é possível compreender os processos sociais através dos quais os sujeitos atribuem sentido às suas práticas. Para alcançar este objectivo privilegiamos os estudos de caso (*listas de despesa* e retratos sociológicos) enquanto abordagem metodológica que favorece, também, o reconhecimento da pluralidade interna do actor social.

Privilegiamos uma abordagem teórico-metodológica que favoreça uma articulação entre os níveis macro, meso e microssociais. Consideramos, por um lado, que as situações sociais decorrem de determinismos macrosociais e, por outro, que a análise de realidades concretas promove “as dinâmicas da inovação teórica” (Pinto, 1997:81-82). Neste sentido, todo o processo de investigação deve caracterizar-se pela *abdução*, isto é, contemplar, simultaneamente, a dedução e a indução. Para fundamentar esta nossa opção abordaremos, no ponto 3 deste capítulo, os contributos de Giddens relativamente à dualidade da estrutura e à dupla hermenêutica.

2. Os contributos teóricos para a operacionalização do habitus

No enquadramento teórico que apresentamos no cap. I salientamos algumas limitações da *Teoria da Prática*, nomeadamente no que concerne à operacionalização do *habitus*. É chegado o momento de retomarmos esta questão desenvolvendo alguns princípios metodológicos relevantes para a análise do consumo enquanto prática, que certamente nos ajudarão a superar essas mesmas dificuldades. Neste domínio, Wacquant (2004) destaca a necessidade de recorrer a uma tripla elucidação da prática, conseguida através da análise da génese e estruturas sociais do *habitus*, da génese e estruturas sociais do campo e das dinâmicas da sua *confrontação dialéctica* (Bourdieu, 1997/2000). Para alcançar este objectivo, o autor privilegia o recurso à técnica da entrevista, nomeadamente à entrevista biográfica.

No sentido de tentar superar as dificuldades na operacionalização do conceito de *habitus* consideramos, também, a proposta de Casanova (1995) que se desenvolve a dois níveis. No primeiro, o autor propõe que se identifiquem objectivamente actores sociais relevantes e se verifique a existência de correlações entre as condições objectivas e as práticas e representações que definem esses actores. Na presente investigação, e para concretizarmos o nível qualitativo da análise, definimos como actores sociais relevantes um conjunto de trinta agregados familiares, residentes na Área Metropolitana do Porto. Ficam, assim, incluídos na análise os fenómenos de urbanização que, ao encontrarem-se associados a distintos níveis de equipamentos,

traduzem diferenças em termos da oferta e, portanto, ao nível das práticas de consumo. A análise contempla, também, as variáveis sexo, idade, grau de instrução e tipo de agregado. A escolha destas variáveis ancora-se na investigação realizada no âmbito do mestrado e em diversos estudos que as apontam como variáveis relevantes ao nível das práticas de consumo. Esta investigação permitiu, também, identificar um conjunto de rubricas de despesa distintivas ao nível da estrutura do orçamento familiar (*Cultura e lazer, Hóteis, restaurantes, cafés e similares e Outros bens e serviços*). Estas integram a “lista de despesas” que as trinta famílias preencheram ao longo de um ano, juntamente com outras rubricas cuja importância relativa na estrutura do orçamento familiar nos pareceu pertinente aprofundar. Designadamente as relativas às *bebidas, à habitação, aquecimento e iluminação, ao “recheio da casa”, aos transportes, às comunicações e à educação / instrução*. Realizamos entrevistas biográficas a seis destes agregados. Privilegiamos as famílias constituídas por um só indivíduo pois nestas a relação entre contextos de socialização, *habitus* e práticas de consumo será mais facilmente identificada. Nestas famílias todas as decisões de consumo são tomadas pelo mesmo indivíduo. Estas famílias são, ainda, diferenciadas, como já referimos anteriormente, em termos do capital escolar institucionalizado, enquanto forma de capital cultural e escolar altamente valorizada a partir de Bourdieu, no que se refere à análise da dominação simbólico-ideológica. Este tipo de capital é tido como mais revelador da reprodução social do que o próprio capital económico. No segundo nível, importa verificar o carácter sistémico das disposições para determinar seguidamente as variantes do *gosto* e realizar a análise das correspondências. Desde logo o autor alerta para o facto de esta metodologia pressupor que os gostos são pré-determinados. Essa determinação decorre das diferenças de capitais (social, cultural e simbólico) e é maior no que se refere ao *gosto da necessidade* e menor no *gosto de luxo*. Estabelece-se assim uma relação de condicionamento entre o volume de capital que o indivíduo detém e os seus *gostos*. Esta associação reforça a pertinência de questionar se existe ou não uma relação entre a racionalidade e o maior ou menor grau de autonomia do *gosto* relativamente às condições materiais objectivas. Estes são questões que já desenvolvemos no capítulo 1 e que procuraremos aprofundar através da análise das práticas de consumo.

As interrogações formuladas por Casanova relativamente ao modo como se pode operacionalizar o *habitus* no que se refere ao indivíduo, isto é, à centralidade teórica do actor social são, também, pertinentes. O autor questiona como inferir da análise das correspondências as variáveis qualitativas que estão no centro das diferenças de *gosto* entre indivíduos que partilham um mesmo *habitus*, isto é, um mesmo *papel genético social*? Se a análise das correspondências permite identificar

trajectórias individuais que estão na base das diferenças de *gosto*? E neste caso, como se afirmam os traços mais singulares, individuais? Ou ficamos sempre confinados ao nível macro, já que a operacionalização do *habitus* remete sempre para dimensões / níveis de análise societal, classes sociais, meio familiar? A resposta a estas questões certamente não poderá ignorar a potencialidade teórico-metodológica do conceito de *habitus*. Assim, Casanova salienta ao nível da relação indivíduo / sociedade a centralidade teórica do actor social e, simultaneamente, a diversidade de níveis de análise (societal, classes sociais, meio familiar e indivíduo), afirmando a singularidade e regularidade das práticas sociais. Ao nível da relação natureza / cultura, a teoria das disposições determina que estas substituam as *necessidades*. Ao fazê-lo a análise centra-se nas *preferências* permitindo articular valores e interesses referindo-os às condições sociais objectivas, e revela que o facto social é natural e cultural, isto é, que constitui um processo, um efeito, uma causa (*Efeito de histerese*). Procuramos através da análise empírica encontrar resposta para algumas destas questões e, assim, contribuir para ultrapassar as dificuldades na operacionalização do *habitus*.

Ao conceptualizar o objecto da sociologia enquanto análise do *social incorporado (individualizado)*, das *variações interindividuais e intra-individuais* em função dos contextos, “domínios de práticas, esferas de actividade, tipos de interacções”, (Lahire, 2004:322), Lahire privilegia, como metodologia de investigação, os estudos de caso. Para a sua aplicação define um trabalho interpretativo que é constituído por um conjunto de etapas: i) analisar os diversos *trilhos* retirados do material empírico para reconstruir as disposições sociais; ii) verificar se existem ou não variações nos comportamentos e atitudes em função dos contextos e definir os limites dos contextos de actualização e de não actualização das disposições; iii) aplicar o *princípio de especificação dos contextos, das práticas, das relações*, isto é, questionar quais as propriedades sociais dos contextos de actualização / não actualização das disposições (carácter colectivo / individual, muito / pouco impositivo do contexto da acção; natureza das relações interpessoais; posição do indivíduo face à organização da actividade) e iv) identificar, se possível, a origem das diferentes disposições (contextos de socialização), (Lahire, 2004:313). Estas etapas revelam a pluralidade interna do actor social, resultante da diversidade de crenças, valores e de disposições incorporadas. Propomo-nos seguir esta metodologia na análise das entrevistas biográficas, realizadas junto de 6 famílias, e assim avaliar as suas potencialidades na operacionalização do *habitus*.

No presente estudo, a aplicação da técnica de entrevista integra uma nova metodologia, proposta por Lahire (2004), para analisar a trajetória individual (um só

actor) em relação aos diferentes contextos (familiar, escolar, laboral, associativo, religioso, etc.). A entrevista biográfica, tal como as histórias de vida, constitui um instrumento fundamental para revelar as pequenas contradições (heterogeneidade comportamental) que não aparecem clara nem conscientemente aos olhos do actor. Contudo, o recurso à biografia pode ter riscos, já evidenciados por Passeron, designadamente confundi-lo com “receitas oferecidas pela biografia literária, hagiográfica ou epidíctica ou pela intenção utópica de exaustividade” (Lahire, 2004:34). Ou ainda pela aplicação do *princípio da monocoerência*, isto é, na conversão de uma trajectória a um único elemento. Por vezes acontece, também, a redução da complexidade individual a uma dualidade de pólos estruturais (“amor e glória, orgulho e ambição, impulso e cálculo”), (Lahire, 2004:319). Para Lahire o importante no estudo das variações intra-individuais dos comportamentos é identificar as disposições pertinentes a observar. O autor põe em evidência que o percurso de um indivíduo, embora linear, “está sujeito a forças sociais não necessariamente coerentes, quando é levado a optar por estudos, a orientar-se profissionalmente, a decidir sobre o local e a natureza de suas férias...” (Lahire, 2004:35). Devem ser, então, seleccionados “os momentos de «rupturas biográficas»” (Lahire, 2004:35), correspondentes a mudanças, mesmo que pouco significativas, na trajectória dos indivíduos (escolha do curso, do companheiro(a), saída de casa dos pais, mudança de emprego, actividade desportiva, morte de alguém próximo, etc.). É nestes momentos, a que Passeron chama de *nós* ou *bifurcações*, que as disposições incorporadas “podem entrar em crise ou podem ser reactivadas e sair do estado de vigília” (Lahire, 2004:35). Para obstar às falhas de memória na reconstituição destes acontecimentos, Lahire propõe a inclusão de perguntas precisas e contextualizadas no guião da entrevista, promovendo “um trabalho sistemático de questionamento e posicionamento e favorecendo memórias úteis, que permitem a anamnese de cenas e experiências muito antigas” (Lahire, 2004:35). Ainda neste sentido, retoma a teoria dos mortos sociais de Goffman (1988) para lembrar que nas entrevistas biográficas os sociólogos podem captar as *racionalizações protectoras* que tendem a naturalizar as trajectórias individuais e a colocar em estado de vigília certas disposições. Em suma, Lahire defende a criação de novos dispositivos metodológicos que permitam observar directamente ou reconstruir indirectamente (por fontes diversas) a variação dos comportamentos segundo os contextos sociais. Na perspectiva do autor a probabilidade de aparecerem excepções à *disposição geral* aumenta com a diversidade de situações abordadas ao longo das entrevistas, tornando possível a identificação dos contextos de actualização / não actualização das disposições. Neste sentido, a “transferibilidade é sempre relativa” (Lahire, 2004:314). Assim, Lahire

propõe uma nova biografia histórica caracterizada pela experimentação e reflexão metodológica. Através dela seria possível analisar o modo como as instituições (nomeadamente as religiosas e judiciais), os dispositivos e as redes de relações sociais participam na produção da identidade singular autónoma, tal como é conceptualizada por Elias e Douglas (2004).

Nesta investigação, através da análise das entrevistas biográficas procura-se estabelecer uma relação entre os diferentes contextos de socialização (nível meso) e as práticas de consumo (nível micro). As *listas de despesa* representam, nesta investigação, um outro instrumento de articulação entre os diferentes níveis de análise. Através delas procuraremos identificar o efeito das variáveis socioeconómicas, das culturais e das biográficas sobre as práticas de consumo, privilegiando a relação entre os níveis macro e microsocial. Simultaneamente, procuraremos reconhecer nas escolhas ao nível das práticas de consumo estratégias de identificação e de diferenciação das famílias. Neste último caso, a abordagem metodológica privilegia a análise das singularidades e procura, através destas aprofundar a compreensão dos processos de sociais de atribuição de sentido às práticas desenvolvidos pelos sujeitos, seguindo a proposta de Lahire (2004), como temos vindo a salientar.

3. Os contributos teóricos para a articulação dos níveis macro, meso e microsociais

Para Giddens (1996) é errado associar a microanálise ao conceito de acção e a macroanálise “às situações em que há inexistência de controlo por parte do indivíduo. O mais importante é atender às ligações e às disjunções entre situações de co-presença e «conexões intermédias» entre indivíduos e colectividades de vários tipos” (Giddens, 1996:15). Giddens afirma que quanto mais rotinizada for a situação de interacção co-presente mais forte será a reprodução dos sistemas de poder.

As práticas quotidianas (decisões locais de compra) estão em relação com sistemas exteriores globais (ordens económicas) e vice-versa. Assim, os processos de reprodução social estão relacionados de diferentes formas relativamente à sua «*extensão*» *espácio-temporal* no que se refere à distribuição de poder e à reflexividade institucional. O estudo da reprodução social deve ter início no momento em que a interacção se constituiu já que “toda a vida social é uma realização activa; cada momento da vida social carrega a marca da totalidade” (Giddens, 1996:17). A totalidade é, para Giddens, “um composto de impulsos e de ordens totalizantes diversas” (Giddens, 1996:17). O autor precisa o conceito de estrutura referindo que

este pressupõe o conceito de sistema e que só os sistemas sociais ou as colectividades possuem propriedades estruturais. A estrutura está fortemente associada à institucionalização porque decorre de práticas regulares. A “estrutura dá forma a influências totalizantes na vida social” (Giddens, 1996:16). Desde logo, o autor realça que o conceito de dualidade de estrutura não pressupõe a “fusão de um actor situado com a colectividade”. São antes diversas as formas como os indivíduos se relacionam com as colectividades e cada situação ou *ambiente de acção* é percebido como uma *objectividade* (Giddens, 1996:15-17).

O indivíduo comum é portador de conceitos que intervêm nas suas práticas. Para Giddens, hermenêutica significa ser capaz de descrever o que um indivíduo faz num determinado contexto. Dito de outro modo, pressupõe saber o que o(s) agente(s) “sabem e aplicam na constituição das suas actividades. Isto é ser capaz (em princípio) de «ir em frente» - conhecimento mútuo partilhado pelos participantes e pelos observadores científico-sociais” (Giddens, 1996:21). Este facto pressupõe que o conhecimento produzido pelas ciências sociais é apropriado e incorporado na actividade quotidiana. Esta é a parte lógica da dupla hermenêutica. A parte empírica corresponde à reflexividade institucional que está intimamente relacionada com as ciências sociais na modernidade. Enquanto fenómeno empírico, a reflexividade institucional é incontornável. O investigador perde o controlo sobre os resultados da investigação no momento em que estes se tornam públicos. Contudo, as relações possíveis entre conhecimentos científicos e de senso-comum são múltiplas. Segundo Giddens, os investigadores devem defender as descobertas científicas “vis-à-vis àqueles cujas actividades cobrem, e face a outros também, mas isto é, em primeiro lugar, uma questão ético-política, resultado da reivindicação de «saber mais» do que os não especialistas sobre o modo como as coisas acontecem” (Giddens, 1996:21-22). O debate suscitado por estas questões reforça, ainda, a distinção entre a *hermenêutica simples* e a autonomia das ciências face às crenças e conceitos de senso-comum. “Os conceitos e descobertas das ciências da natureza não permanecem separados do mundo social ou de intervenções conceptuais e tecnológicas que os seres humanos fazem da natureza” (Giddens, 1996:23). Embora não esteja provado que a tese da dupla hermenêutica, própria das ciências sociais, impossibilite a existência de interacções entre ciência e *cultura leiga*, é inegável que a “relação entre o cientista natural e o seu campo de investigação não é constituída nem mediada pelo conhecimento recíproco” (Giddens, 1996:23). A incorporação das descobertas e das representações sociais produzidas pelos investigadores sociais nas práticas quotidianas tem como consequência um menor prestígio das ciências sociais face às ciências naturais. Tal facto embora lhes retire a relevância não diminui a

importância do seu impacto nas instituições modernas, uma vez que a dupla hermenêutica significa “reflexão sistemática e informada sobre as condições da actividade social” (Giddens, 1996:23-24).

Giddens considera que o estabelecimento da interacção enquanto ordem moral pode corresponder à *actualização de direitos e ordenação de obrigações*. Para o autor, esta correspondência não se verifica quando a obrigação de responder de forma *apropriada* não é respeitada e nenhuma sanção é aplicada. Tal facto leva a que “na produção da interacção todos os elementos normativos [tenham] de ser tratados como séries de reivindicações, cuja realização está dependente da actualização bem sucedida das obrigações por meio de respostas de outros participantes” (Giddens, 1996:126). Um outro erro é pensar que “a existência de uma obrigação moral implica necessariamente uma adesão a ela” (Giddens, 1996:126-127). O indivíduo pode *calcular os riscos* e ponderar a possibilidade de escapar às sanções, uma vez que toda a transgressão é negociável na medida em que envolve a reacção de terceiros. Outro erro, ainda, decorre do facto de não se considerar as relações de poder quer na interpretação da norma, quer no confronto entre diferentes interpretações. Torna-se, assim, importante precisar a relação existente entre as noções de *acção* e de *poder*. Giddens afirma que o “poder refere-se à capacidade transformadora da acção humana” (Giddens, 1996:128), representando a capacidade de um agente para mobilizar os *meios* necessários para atingir os resultados definidos para uma dada acção. Por outras palavras, o poder é a capacidade que o agente tem de alterar o curso de um fenómeno. No sentido mais estrito e relacional, o poder é *uma propriedade da interacção*, revelando o poder de uns sobre os outros, significando *dominação* (Giddens, 1996:128-129). Qualquer que seja o sentido atribuído ao conceito em análise, Giddens considera que o poder se reporta sempre a *capacidades* detidas, mesmo que não sejam utilizadas, poder armazenado. O autor refere, também, que nem sempre o poder pressupõe a existência de conflito. Esta relação só se verifica quando o poder se encontra associado a interesses. Finalmente, deverá ser sempre recusada a associação entre *interesse* e *situações da natureza*. Neste sentido, importa associar as questões do poder à *produção de significado na interacção* (Giddens, 1996:130). Para Giddens a crítica que a etnometodologia faz à teoria de Parsons centra-se no facto de os actores serem caracterizados como *bonecos não pensantes* e a interacção como decorrente de “valores «interiorizados», enquanto disposições de necessidades da personalidade” (Giddens, 1996:131). Contudo, nesta crítica não é considerada a *acomodação mútua do poder e das normas na interacção social* que constitui uma *tarefa-chave* da teoria social. “A elaboração reflexiva dos quadros de significado é caracteristicamente desequilibrada em relação à detenção do

poder”decorrente do domínio de códigos linguísticos superiores ou de diferentes capacidades para o diálogo resultantes do uso de “«conhecimento técnico», da mobilização da autoridade ou «força»” (Giddens, 1996:31). Assim, para Giddens, quer na interacção quotidiana quer ao nível de culturas e ideologias globais, o significado atribuído à realidade social depende do modo como o poder está distribuído. Neste sentido, Giddens define a linguagem como um canal da actividade social prática diária. Os actores produzem significados nos actos comunicativos e essa é a condição fundamental da vida social. Para compreendermos o significado dos actos comunicativos não basta recorrer ao léxico, é imprescindível atender ao contexto. A linguagem constitui um meio de actividade prática através do qual o mundo social se constitui *como «significante», «relevante» ou «inteligível»*. Ela é, também, utilizada pelo cientista social para analisar e descrever as mesmas capacidades daqueles cujo comportamento estuda. Giddens salienta que a produção destas descrições “depende da incumbência hermenêutica de penetrar nos quadros de significado que os próprios actores não especialistas utilizam na constituição e reconstituição do mundo social” (Giddens, 1996:177). Em suma, a proposta de Giddens pressupõe que a produção da sociedade é realizada através das *capacidades constitutivas e activas dos seus membros*, valendo-se de recursos e encontrando-se dependente de condições das quais os membros não têm consciência ou só se apercebem de modo insignificante. Consequentemente, o autor salienta os três aspectos da produção da interacção, designadamente a constituição do significado, a moralidade e as relações de poder. As diferentes formas de significado e moralidade que estão presentes na interacção exprimem a reprodução dos modos de dominação e associam-nas a segmentações de interesses que orientam lutas relativas a interpretações diversas nos quadros de significado e das normas morais. Enfatiza, ainda, a centralidade do conceito de dualidade de estrutura ao considerar que esta é, simultaneamente, uma condição e uma consequência da produção da interacção (Giddens, 1996:179-180).

Assim, na análise das práticas de consumo privilegiamos a relação das práticas quotidianas com os sistemas exteriores de nível meso (contextos de socialização e de interacção, as subculturas, entre outros) e de nível macro (instituições sociais, ordens económica, política, cultural, etc.). O desafio é verificar se quando descemos aos níveis meso e micro a pluralidade do actor social se confirma ou não.

4. O percurso metodológico

O princípio orientador desta investigação reside, como temos vindo a referir repetidamente, na afirmação “a prática é a única maneira de compreender a prática” (Bourdieu). Assim, privilegiando as práticas de consumo enquanto objecto de estudo propomo-nos investigar o conhecimento sobre as mesmas. Ancorados nos prolongamentos críticos da *Teoria da Prática*, nas propostas de articulação dos níveis macro, meso e microsociais e nas principais abordagens ao nível da sociologia do consumo procuramos analisar a pluralidade disposicional, defendida pela sociologia dos indivíduos.

O percurso metodológico que desenvolvemos tem início com a análise da variação do valor percentual das principais rubricas de despesa que compõem a estrutura do orçamento familiar em Portugal (Continente), entre 1967 e 2006. Com esta análise pretende-se comprovar a relação de condicionamento das variáveis idade, nível de instrução, o rendimento, a categoria socioeconómica, tipo de Agregado Doméstico Privado (ADP), número de titulares de receita, nível de desenvolvimento socioeconómico do país, entre outras, sobre as práticas de consumo.

Seguidamente, através da aplicação da Análise em Componentes Principais (ACP) à matriz de dados dos diversos inquéritos promovidos pelo INE, procuramos pormenorizar a investigação centrada nas variantes do *gosto* e, simultaneamente, identificar as rubricas de despesa que estabelecem a distinção. É esta abordagem de nível macro e forte pendor quantitativo, desenvolvida nestes dois primeiros momentos, que permite identificar as principais mudanças verificadas ao nível das práticas de consumo e, assim, caracterizar a sociedade portuguesa neste domínio.

Passaremos, depois, aos estudos de caso onde desenvolveremos uma análise qualitativa centrada nas *listas de despesas* e nas entrevistas biográficas a algumas das famílias incluídas nos mesmos. As *listas de despesa* constituem mapas mensais para o registo dos montantes despendidos pelas famílias. Com a análise das *listas de despesa* pretende-se aprofundar o conhecimento relativamente à estrutura do orçamento destas famílias privilegiando a relação de condicionamento entre poder/volume e espécie de capitais e as variantes do *gosto*. Atenderemos, ainda, aos contextos (sociais, culturais, económicos, políticos, etc.) e às relações que neles têm lugar privilegiando a análise das práticas de consumo enquanto factos sociais. Visa-se, assim, investigar as práticas quotidianas de consumo destas famílias centrando a atenção na reflexividade dos sujeitos sobre as mesmas.

A selecção das famílias para a realização das entrevistas biográficas dependerá dos resultados obtidos na análise das *listas de despesa*, nomeadamente

no que concerne à relação entre as práticas de consumo e os contextos de nível meso (contextos de socialização e de interacção, as subculturas, entre outros) e macro (instituições sociais, ordens económica, política, cultural, etc.) em que as mesmas têm lugar. Lembramos que um dos objectivos centrais desta investigação é testar a pluralidade do actor social a partir da análise das práticas de consumo. Neste sentido, importa examinar a relação de condicionamento entre os diferentes contextos de socialização e de interacção e a incorporação do *habitus* ou das disposições. Para alcançarmos este objectivo realizamos um conjunto de entrevistas biográficas às famílias escolhidas, centradas nos contextos de socialização e de interacção (familiar, escolar, laboral, na esfera amical e de lazer) e no condicionalismo que estes exercem ao nível das práticas de consumo. A análise destas entrevistas constitui o ponto de partida para a elaboração dos retratos sociológicos pondo em prática uma sociologia à *escala individual* (Lahire, 1998, 2004). Elas correspondem, também, ao momento de articulação dos níveis macro, meso e microsocial e da aplicação de uma abordagem teórico-metodológica caracterizada pela *abdução*.

Nos capítulos seguintes apresentamos uma caracterização e descrição detalhada de cada um dos momentos que compõem o percurso teórico-metodológico definido para esta pesquisa, dos resultados obtidos e da influência destes na própria trajectória de investigação.

Capítulo 2. A ESPECIFICIDADE DA ABORDAGEM QUANTITATIVA

1. Estudar o consumo a partir da análise das despesas

A abordagem quantitativa corresponde à análise aos dados dos Inquéritos às Despesas Familiares – IDF, produzidos pelo INE, entre 1967 a 2006, e constitui um dos objectivos desta investigação. Esta análise desenvolve-se a dois níveis. Primeiramente, uma análise da variação percentual das despesas na estrutura do orçamento das famílias e, depois, uma outra correspondente à aplicação da Análise em Componentes Principais (ACP) à matriz de dados em análise. Pretende-se identificar as variáveis determinantes ao nível dos comportamentos de consumo, as componentes principais e as rubricas de despesa que estabelecem a distinção ao nível das estruturas de consumo dos diferentes grupos sociais. Esta análise, de nível macro, visa identificar as mudanças ao nível das estruturas do orçamento familiar, relacionando-as com o desenvolvimento socioeconómico registado no país, no mesmo período. Neste sentido, e incorporando a proposta de Maurice Halbwachs (1913), desenvolvida no capítulo II, procura-se estabelecer uma relação entre consumo e nível de vida. Esta relação permitirá identificar a natureza e a quantidade de necessidades individuais determinadas pela sociedade em função do lugar na hierarquia social, enfatizando o consumo enquanto construção social. Deste modo, será possível articular, na análise das práticas de consumo, o nível macro com o nível microsocial. Com esta análise pretende-se, ainda, verificar a importância da ideologia consumista da escolha, enquanto motor económico de crescimento, de eficácia e de diversidade, na sociedade portuguesa. Constatar a relevância dos valores hedonistas ao nível das práticas de consumo. Finalmente, com o objectivo de comparar a sociedade portuguesa com as suas congéneres europeias, procedeu-se à análise dos dados da Eurostat, incluídos no Eurostat yearbook, *Europe in figures*, relativos aos anos de 1999 e 2005, seguindo a mesma metodologia.

Importa, desde logo, tornar clara a opção de estudar as práticas de consumo a partir da análise das despesas. Primeiro, esta escolha encontra fundamentação nas abordagens teóricas no âmbito da sociologia do consumo, apresentadas no capítulo II. Segundo, as despesas permitem, do mesmo modo que outros indicadores possíveis, analisar questões centrais da sociologia do consumo (desigualdades sociais, relação entre consumo e cultura, entre outras). Terceiro, porque é possível iniciar a investigação a partir de uma análise secundária de dados que se encontram disponíveis (INE e Eurostat), economizando recursos. Razões, por si só, suficientes para justificar esta escolha.

A utilização secundária de dados impõe alguns condicionalismos à análise, que não devem ser ignorados. Em particular, nesta investigação, importa salientar o facto

da análise dos comportamentos de consumo não constituir um dos objectivos prioritários na recolha de dados. Assim, não são considerados na definição da amostra e na recolha de dados aspectos centrais na análise sociológica do consumo, como por exemplo a hierarquização do espaço geográfico, considerar margens de erro que possibilitem aumentar o nível de desagregação das rubricas de consumo e o cruzamento destas com variáveis menos frequentes na amostra, variáveis de caracterização socio-económica sociologicamente relevantes, alguma estabilidade nas variáveis e nos valores definidos para as mesmas, ao longo do tempo. Apesar de todos estes condicionalismos, os dados recolhidos pelo INE detêm potencialidades que serão evidenciadas pelos resultados da pesquisa realizada e que justificam plenamente a sua utilização na análise da problemática do consumo. A título de exemplo, podemos referir, desde já, que a taxinomia utilizada nos inquéritos promoveu o questionamento centrado nos conceitos de *gosto da necessidade* e de *gosto do luxo*, na distinção entre consumo de *bens materiais* e *não materiais* e na relação entre o consumo familiar, o consumo que decorre do desejo e do gosto individual e o consumo centrado nos outros. Finalmente, importa referir que a (re)utilização de dados estatísticos constitui uma prática corrente e metodologicamente aceitável desde que se conheçam as condições que presidiram à recolha dos mesmos (Durand e Weil, 1990).

Na verdade, são múltiplas as potencialidades resultantes da análise dos dados estatísticos relativos às despesas das famílias. Nomeadamente, a partir delas é possível identificar as variáveis determinantes dos comportamentos de consumo, estabelecer relação entre estas variáveis e consumos-tipo, relacionar as estruturas do consumo com o nível de desenvolvimento socio-económico do país, inferir a natureza e a quantidade de necessidades individuais decorrentes da posição social, associar consumos a éticas de vida, entre outras possibilidades de pesquisa.

A perda da importância relativa das despesas referentes às necessidades básicas, *gosto da necessidade*, ao nível da estrutura de consumo, e a relevância dos bens de luxo, *gosto do luxo*, evidencia a existência de condicionantes ao nível das práticas, questionando o carácter individual das escolhas em termos do consumo. Os nossos gostos, as escolhas que fazemos em termos dos bens e serviços, o nosso estilo de vida é condicionado pela idade, pelo rendimento, pelo nível de instrução, pela categoria sócio-económica, pela etapa do ciclo de vida, pelo tamanho da família e, também, pelo grau de urbanização do local de residência. Não podemos esquecer que o consumo depende da oferta de bens e serviços existentes. Para além desta relação directa e mais imediata que é possível estabelecer, a partir dos dados estatísticos, entre as variáveis de caracterização socio-demográfica dos indivíduos e as escolhas

ao nível das práticas de consumo, importa considerar as teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida. Importa, também, atender aos contributos da *Teoria da Prática* para a análise dos comportamentos de consumo, à centralidade do conceito do conceito de *habitus*, princípio gerador de estratégias, de modos de pensar, sentir e agir, e aos conceitos de reflexividade e de identidade. As potencialidades desta análise e a sua relevância para a compreensão das práticas de consumo foram já desenvolvidas no capítulo I. A inclusão destas perspectivas teóricas na análise traduz-se pela conceptualização do consumo enquanto prática relacional, isto é, do actor por relação: i) aos contextos e espaços sociais; ii) aos outros actores; iii) à sua própria trajectória; iv) à sua própria identidade; v) aos objectos de consumo e ao seu significado simbólico. E, por outro lado, enquanto prática situada no tempo (histórico, ciclo de vida) e no espaço (social e físico). É esta perspectiva que presidirá à análise dos dados estatísticos publicados pelo INE.

2. Crítica das Fontes

O INE recolhe dados relativos ao consumo, desde 1967-68, com o objectivo de fornecer informação relevante sobre a utilização de bens e serviços pelas famílias na satisfação das suas necessidades, de actualizar os ponderadores do índice dos preços no consumidor e as estimativas de Consumo Privado das Contas Nacionais. A periodicidade destes inquéritos é quinquenal.

A 1ª edição deste inquérito, designado como Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias – IRDF, inclui cinco grandes rubricas de despesa. A designação e os itens de despesa que as constituem evidenciam a importância que estes consumos assumem na estrutura do orçamento familiar. Desde logo a distinção entre o *gosto da necessidade* e o *gosto do luxo* é enfatizada. Constituem, ainda, indicadores relevantes no que se refere à diversidade de bens e serviços existentes na época e ao modo como estes são integrados e trabalhados ao nível da produção de dados estatísticos. Esta é uma forma de produzir conhecimento sobre a realidade social. As quatro primeiras rubricas reportam-se às despesas com *alimentação e bebidas*, com *vestuário e calçado* e com a *habitação*, separando as despesas com as *rendas* e a *água*, das com *aquecimento, iluminação e artigos domésticos*. O modo como são definidas as rubricas de despesa relativas à *habitação* e os itens nelas incluídos evidencia as determinações decorrentes das condições materiais de existência e dos contextos, no que se refere à oferta e procura de bens e serviços. Importa salientar

que na década de 1960 as condições habitacionais e o acesso a redes de fornecimento de água e electricidade eram bastante díspares no território português. A quinta rubrica de despesa, *gastos diversos*, constitui uma categoria residual e grosseira que engloba despesas tão diversas quanto as relativas a *cuidados pessoais e saúde*; *transportes e comunicações*; *instrução, cultura e divertimentos*; *Tabaco e despesas do fumador* e *Outros bens e serviços* (anexo 1). Importa realçar, de novo, que a definição das rubricas e a sua constituição, ao traduzir a diversidade de bens e serviços existentes no período em análise, constitui um indicador do nível de desenvolvimento socio-económico do país e, assim, das assimetrias que o caracterizam quer em termos geográficos, quer da hierarquia social e que são visíveis através da importância relativa que os mesmos assumem na estrutura do orçamento familiar.

As edições seguintes deste inquérito são marcadas por alterações quer ao nível das designações, quer ao nível das metodologias de recolha dos dados estatísticos relativos ao consumo. De Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias, edições entre 1967-68 e 1980-81, a Inquérito aos Orçamentos Familiares, edições entre 1989-90 a 2000, a última designação atribuída é Inquérito às Despesas das Famílias, edição de 2005-06. As alterações mais significativas prendem-se, sem dúvida, com o número de rubricas de despesa que integram estes inquéritos, com as despesas incluídas nas mesmas, com as variáveis independentes consideradas e com os valores que estas assumem. Elas traduzem as mudanças verificadas na sociedade portuguesa e, em particular, nos estilos de vida dos indivíduos. Em termos metodológicos, todas estas alterações significam dificuldades acrescidas na realização de estudos comparativos, centrados numa análise diacrónica.

Os inquéritos realizados entre 1980-81 e 1994-95 integram nove grandes rubricas de consumo. Surgem agrupadas as despesas com *alimentação, bebidas e tabaco*, e as despesas com *habitação, aquecimento e iluminação*. Mantém-se a rubrica relativa a *vestuário e calçado*. Individualizam-se as despesas com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção*, com *serviços médicos e de saúde*, com *transportes e comunicações* e relativas a *distracções, espectáculos, instrução e cultura*. São criadas, também, duas novas rubricas com designações genéricas e carácter residual, *Outros bens e serviços* (higiene e cuidados pessoais; outros artigos; despesas em restaurantes, cafés, hotéis; viagens turísticas tudo incluído; serviços financeiros e outros serviços) e *Outras despesas* (taxas diversas e outras despesas).

O ano 2000 constitui um novo marco no que se refere à uniformização das rubricas de despesa incluídas neste tipo de inquéritos. A partir desta data o INE

adota a Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP) que é utilizada nos diversos países da União Europeia. É, assim, facilitada a comparação entre a estrutura do consumo das famílias portuguesas e a das suas congéneres europeias. Esta comparação enfatiza a importância da cultura e dos contextos sociais e políticos por relação à dimensão económica, ao nível das práticas de consumo. São, actualmente, doze as grandes rubricas de despesa. Separam-se as despesas com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01) das com *bebidas alcoólicas e tabaco* (C02); as despesas com *transportes* (C07) das com *comunicações* (C08); as despesas com *lazer, distração e cultura* (C09) das com *ensino* (C10) e as despesas com *hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11) das com *Outros bens e serviços* (C12). Mantêm-se as rubricas relativas às despesas com *vestuário e calçado* (C03), com *habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04); com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas de manutenção da habitação* (C05) e com *saúde* (C06). Esta nova classificação ao autonomizar certas rubricas de despesa, como por exemplo as relativas às *comunicações* e aos *hotéis, restaurantes, cafés e similares*, evidencia alguns dos traços característicos de uma nova estrutura de consumo que se encontra associada à *moderna sociedade de consumo*, onde prevalecem valores hedonistas.

No período em análise, não se registam grandes alterações no que se refere às variáveis independentes incluídas pelo INE, nestes inquéritos. De realçar apenas que nem sempre foi recolhida informação em função de escalões de receita líquida, nem do número de titulares de receita, por agregado doméstico. Importa referir, ainda, que o INE recolhe informação relativa ao género mas não publica estes dados já que no apuramento dos mesmos são privilegiados os tipos de agregado doméstico. Este procedimento metodológico impossibilita o estabelecimento de uma relação directa entre despesas e género. As variações mais significativas na metodologia de recolha de dados correspondem aos valores das variáveis considerados na análise. Como exemplo refiram-se os valores definidos para os grupos etários, para os níveis de instrução, para os tipos de agregado doméstico e para a categoria socio-económica. Nesta última variável as alterações têm sido mais significativas pois as diferenças, em termos da diversidade de valores assumidos, traduzem alterações nos critérios que subjazem à sua definição. A este nível podemos mencionar a dicotomia sector público e privado, juntamente com outros activos e inactivos, na edição de 1994-95, e a dicotomia activos e inactivos, na edição de 2000. Estas alterações tornam grosseira a tipologia desta variável que traduz simultaneamente o efeito do rendimento, da profissão e do estatuto social e, portanto, retiram-lhe significado em termos da estrutura social. Os critérios e as prioridades que presidem à definição da metodologia

de recolha de dados reforçam o carácter secundário da análise dos comportamentos de consumo. De facto, eles não constituem o principal objectivo dos inquéritos realizados pelo INE.

3. Análise da variação percentual das rubricas de despesas: Principais mudanças na estrutura do orçamento familiar, entre 1967 e 2006

A análise quantitativa realizada aos dados do INE relativos ao Continente, entre 1967 e 2006, permitiu constatar que as despesas com *alimentação* (C01), *habitação* (C04) e com *transportes* (C07) dominam a estrutura do consumo das famílias (quadro 1). O valor percentual e a posição relativa destas despesas, variável no período em análise, indiciam um aumento do nível de desenvolvimento socioeconómico do país e, consequentemente, do nível de vida das famílias. Uma outra conclusão aponta para o facto de, em consequência das mudanças registadas na estrutura do orçamento familiar, a mesma se ter tornado mais equilibrada, ao longo do período em análise. De facto, em 2005-06, é menos díspar o valor percentual das três primeiras rubricas de despesa.

Quadro 1. Principais rubricas de despesa do orçamento familiar entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68		1973-74		1980-81		1989-90		1994-95		2000		2005-06	
C01	45,87*	1 ^a	38,46	1 ^a	36,26	1 ^a	29,43	1 ^a	21,00	1 ^a	18,58	2 ^a	15,5	2 ^a
C04	14,25	2 ^a	13,57	2 ^o	9,19	4 ^a	12,12	3 ^a	20,28	2 ^a	19,69	1 ^a	26,5	1 ^a
C07	5,41**	6 ^a	6,85	5 ^a	12,77	2 ^a	14,68	2 ^a	17,17	3 ^a	14,96	3 ^a	12,9	3 ^a

* Inclui bebidas (alcoólicas e não alcoólicas)

** C07 = Transportes + Comunicações

Fonte: INE

A importância das despesas referente às *necessidades básicas*, nomeadamente com *produtos alimentares* (C01), diminui significativamente, passando de 1^a para a 2^a maior despesa, com valores percentuais de 45,87% e 15,5%, respectivamente. O facto desta mudança se verificar apenas na viragem do século, reforça o atraso na entrada da modernidade, característico da sociedade portuguesa. Simultaneamente, enfatiza o forte pendor tradicionalista da estrutura do orçamento familiar, dominada pelo *gosto da necessidade*. Revela, também, que a ideologia

consumista da escolha (possibilidade de escolher despesas supérfluas) só recentemente se estendeu aos grupos sociais mais desfavorecidos.

As despesas com *habitação* (C04) registam um aumento significativo, passam de 14,25% para 26,5% do total das despesas, correspondendo à principal despesa na estrutura do orçamento familiar, em 2005-06. Tal facto traduz o significado atribuído à *habitação* pelas famílias portuguesas e a transformação de Portugal num país de proprietários, em sequência das políticas de crédito à habitação e à bonificação das taxas de juro relativas aos empréstimos para a construção e aquisição de casa. Devemos atender, também, às particularidades do mercado de aluguer e às políticas activas dos governos para este sector. Realça, também, o recente processo de urbanização e o contributo dos emigrantes neste domínio (Barreto, 2000:62). A intervenção do Estado, incentivando o recurso ao crédito, pode ser considerada como uma medida que visa *fazer funcionar a economia*, obrigando os consumidores a recorrerem ao crédito, sem qualquer limite. Para Bauman (2007), esta obrigação corresponde a uma das principais *acções patrióticas* e a um empenho de socialização, que visa converter o recurso ao crédito num hábito e numa estratégia de vida admissível, num *axioma de vida inquestionável* (Bauman, 2007:112). Esta perspectiva, que enfatiza o consumo como construção social, evidencia o papel do Estado enquanto instância de socialização nas sociedades modernas.

As despesas com *transportes* (C07) aumentam de 5,41% para 17,17% entre 1967 e 1995. As políticas de crédito ao consumo, vigentes a partir da década de 1980 e nos anos 90, fomentam a compra de automóvel, estendendo-a a camadas mais alargadas da população. É o período correspondente à massificação deste bem, na sociedade portuguesa. Importa, também, salientar que é muito recente a rede de novas estradas e auto-estradas, em Portugal. Estas despesas reflectem, também, entre outros aspectos, a mudança ao nível da organização do espaço (local de residência / local de trabalho / local de lazer) e o significado simbólico associado ao *automóvel*. Este, tal como a *habitação*, tornou-se indispensável, sem contudo ter perdido o carácter distintivo. Similarmente, constata-se que o hábito de recorrer ao crédito, fomentado por uma política de crédito ao consumo, se enraizou rapidamente na sociedade portuguesa, nomeadamente no que se refere à aquisição de viatura própria. A importância relativa das despesas com *transportes* no orçamento familiar supera as despesas com *habitação*, colocando-a na segunda posição na década de 1980. A partir do ano 2000 verifica-se um decréscimo no valor percentual desta rubrica que se mantém em 2005-06, estabilizando no terceiro lugar na estrutura do orçamento familiar, a partir de 1995. Este decréscimo parece traduzir, por um lado, um nível de

satisfação desta necessidade e, por outro, realçar a intervenção do Estado ao nível do sector dos transportes (limitar os aumentos a um valor próximo da inflação).

Analisemos, seguidamente, o efeito da variável nível de instrução (Ni), do capital escolar institucionalizado, sobre a estrutura do orçamento familiar (quadro 2). Esta variável, muito valorada a partir de Bourdieu, na análise da dominação simbólico-ideológica, é considerada mais reveladora da reprodução social do que o próprio capital económico. Os dados relativos a esta variável só se encontram disponíveis para os anos de 1989-90 e seguintes. Este é mais um efeito decorrente do facto da análise dos comportamentos de consumo não constituir um objectivo prioritário do IDF. Uma outra limitação prende-se com a diversidade de valores, entre cinco e nove, definidos para esta variável, entre 1989 e 2005-06 (ver anexo 1). Este facto dificulta a análise diacrónica, limitando-a aos valores extremos (Nenhum e Superior). Apesar de todos estes condicionalismos, os dados revelam que o nível de instrução evidencia a existência de desigualdades sociais no país.

Quadro 2. Principais rubricas de despesa do orçamento familiar em função do nível de instrução do representante do agregado, entre 1989 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1989-90		1994-95		2000		2005-06	
	Ni1	Ni9	Ni1	Ni5	Ni1	Ni5	Ni1	Ni6
C01	42,51	16,64	36,59	13,35	27,03	9,66	22,77	10,58
C04	11,17	14,32	18,89	24,06	21,62	19,34	32,67	24,09
C07	6,31	18,69	10,50	17,53	9,45	16,22	4,97	13,27

Fonte: INE

De facto, embora se confirme a tendência para a diminuição da importância relativa das despesas com *alimentação* (C01), ao longo do período em análise, ela é muito distinta para os dois níveis de instrução extremos. Esta variável torna ainda mais evidentes as disparidades que se escondem atrás dos valores médios globais apresentados no quadro 1. Importa recordar que o valor médio global para esta despesa varia entre 29,43% e 15,5%, e que os valores, para o nível de instrução mais baixo, oscilam entre os 42,51% e os 22,77%, enquanto que a variação é entre os 16,64% e os 10,58%, para o nível de instrução mais elevado. De salientar, ainda, que neste último caso se verifica um ligeiro aumento do valor percentual (de 9,66% para

10,58%), entre os anos 2000 e 2005-06. Esta ocorrência, ainda que pouco significativa, pode traduzir um aumento global do nível de preços dos produtos alimentares, que segundo as Nações Unidas, se verifica desde 2005 (<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7774167.stm>). Os dados do próximo IDF ajudarão a confirmar ou não esta tendência. De realçar, também, que a diferença dos valores percentuais desta despesa, entre os dois graus de instrução considerados, tem vindo a diminuir ao longo do período em análise (de 25,87% em 1989-90 para 12,19% em 2005-06). Este facto corrobora a existência de um aumento do nível de vida das famílias portuguesas e, simultaneamente, que o carácter distintivo desta despesa é cada vez menor na actualidade. Confirma-se, assim, que o aumento do nível de desenvolvimento socio-económico se repercute numa maior autonomia do gosto face às condições materiais objectivas. Todos estes resultados reforçam, também, que esta variável condiciona as práticas de consumo.

A análise dos valores relativos às despesas com *habitação* confirma que a importância relativa desta despesa tem vindo a aumentar (passa de 11,17% para 32,67% nos agregados com Ni1 e de 14,32% para 24,09% nos agregados com Ni6), principalmente nos agregados sem qualquer grau de instrução, onde esta despesa triplicou de 1989 para 2006. Revela, ainda, que a diferença do valor percentual entre os dois níveis de instrução considerados é pouco expressiva (valor máximo é de 8 pontos percentuais) e, a partir de 2000, é nos agregados com nível de instrução mais baixo que esta despesa se torna mais significativa. De referir, também, que nos agregados com o nível de instrução superior esta despesa diminui em 2000, para voltar a assumir em 2005-06 um valor semelhante ao registado em 1994-95 (cerca de 24% do total das despesas). Este é, certamente, um dos efeitos das políticas relativas à habitação, quer no que se refere ao arrendamento, quer ao crédito e da repercussão da crise económica sobre as taxas de juro. Estes factores tornam-se particularmente gravosos para os grupos sociais mais desfavorecidos, diluindo a dicotomia entre proprietários e locatários.

Os valores relativos às despesas com *transportes* evidenciam a oposição entre os utilizadores dos transportes públicos e os detentores de viatura própria. Também neste domínio, são notórias as desigualdades sociais. Permitem, igualmente constatar que é na primeira metade da década de 1990 que estas despesas se tornam particularmente importantes para as famílias com níveis de instrução mais baixos (o seu valor quase duplica entre 1989 e 1995). Realçam, ainda, que o decréscimo da importância relativa destas despesas, no orçamento das famílias com nível de instrução superior, se inicia em 1995. Neste grupo o nível de satisfação desta necessidade é alcançado mais rapidamente em função de uma situação económica

mais vantajosa. Este desfasamento, ao nível temporal, constitui um outro indicador da prevalência de desigualdades que decorrem das condições materiais de existência e do efeito das mesmas em termos das práticas de consumo. Contudo, como salientamos no enquadramento teórico, nem sempre os indivíduos têm consciência dos determinismos que sobre eles se exercem. A ilusão de liberdade de comportamento decorre do facto de as práticas resultarem do *produto de forças internas e externas* que constroem e solicitam o indivíduo, de modo variável (Lahire). A tendência para a diminuição do valor percentual desta despesa acentua-se, em 2005-06, em ambos os níveis de instrução considerados. Esta diminuição aponta para uma perda da importância relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar que nos parece estar relacionada quer com as políticas de intervenção estatal, ao nível do sector dos transportes, quer com o desenvolvimento e diversificação da própria rede de transportes (Estado e privados). Desta vez, regista-se uma redução de 9,45% para 4,97% (mais de metade). Este é o valor percentual mais baixo que esta despesa assume no orçamento das famílias sem qualquer grau de instrução, no período entre 1989 e 2006.

No sentido de complementar os dados anteriores, que não abrangem os anos de 1967 a 1974, apresentamos os valores relativos à variável Escalão de Receita Líquida (ER), (quadro 3). Através deles poderemos realizar uma análise que contemple os primeiros anos em que os dados relativos às despesas das famílias foram recolhidos e os anos mais actuais. Esta é mais uma estratégia para contornar as dificuldades decorrentes das constantes alterações ao nível da metodologia de recolha de dados. A escolha desta variável prende-se, por um lado, com o facto de ela medir, ainda que indirectamente, o efeito que o grau de instrução e a profissão têm ao nível das práticas de consumo. Por outro lado, com a constatação do seu carácter distintivo, ao nível das estruturas de consumo, visível através dos valores percentuais registados para famílias que se posicionam nos antípodas da hierarquia social.

Os dados confirmam a persistência de padrões elevados de desigualdade social em Portugal e, simultaneamente, revelam disparidades que a análise dos dados globais não permite identificar. A título de exemplo queremos salientar que para o escalão de receita líquida mais baixo (IR1), em 1967-68, o valor percentual da despesa com *produtos alimentares* é de 55,98%, enquanto que o valor médio global é de 45,87%. Para as famílias com maior volume de capital económico (ER4) o valor percentual desta rubrica de despesa é de 29,83%, neste mesmo ano. Em 2005-06 verifica-se, também, uma discrepância entre os valores registados para o ER1 e o ER6, respectivamente 23,58% e 11,21% e o valor médio global (15,5%). Estes valores reforçam a ideia de que na sociedade portuguesa continuam a coexistir

comportamentos e padrões de consumo característicos da modernidade contemporânea e de uma sociedade tradicional e pouco desenvolvida (Barreto, 2000:68) Questiona-se, também, a associação entre o desenvolvimento económico e a diminuição das desigualdades sociais (Barreto, 2000:68).

Quadro 3. Principais rubricas de despesa do orçamento familiar em função do escalão de receita líquida, entre 1967-68 e 1973-74, 2000 e 2005-06 - Portugal Continental (%)

	1967-68		1973-74		2000		2005-06	
	ER1	ER4	ER1	ER5	ER1	ER8	ER1	ER6
C01	55,98	29,83	53,33	20,68	31,64	14,71	23,58	11,21
C04	13,25	16,29	14,29	17,79	25,08	18,23	29,39	23,59
C07	2,14*	10,34*	1,43	11,73	3,26**	17,51	5,77	13,99

*C07 = Transportes + Comunicações

** Dados a utilizar com cuidado (coeficiente de variação > 15% mas até 25%)

Fonte: INE

O valor percentual das despesas com *habitação* passou de 13,25% para 29,39% (mais do que duplicou) nos agregados com menor volume de capital económico, entre 1967 e 2006. Os dados confirmam que actualmente esta é uma despesa mais significativa para as famílias com mais baixos recursos do que para as mais abastadas. Assim, parece lícito associar o aumento da importância relativa desta despesa com o endividamento das famílias.

A dicotomia utilizadores de transportes próprios / públicos é reafirmada pela variável rendimento (ER). Confirmar-se, também, a diminuição da importância relativa desta rubrica de despesa na estrutura do orçamento das famílias. Para além das razões anteriormente apresentadas para explicar esta mudança, consideramos pertinente explicitar outras muito em uso na actualidade. A primeira, mais óbvia, decorre do facto desta diminuição resultar do aumento da importância relativa de outras despesas, nomeadamente com a *habitação*. Outra, intimamente associada à anterior, prende-se com o crescente endividamento das famílias e a necessidade de reduzir as despesas. A terceira, que complementa a precedente, encontra-se associada à questão do consumo sustentável, isto é, à ideia de gastar menos sendo mais amigo do ambiente. Esta ideia, promovida através de Redes Nacionais de Consumo Sustentável, por políticas governamentais e até mesmo por empresas, visa informar e capacitar os cidadãos para a mudança de hábitos de consumo, através de

acções formativas e de campanhas publicitárias. A título de exemplo poderemos referir o *dia europeu da cidade sem carros* e *galp share lugares vazios*. A crença na possibilidade de mudar comportamentos através de acções formativas e de campanhas de divulgação decorre da conceptualização das práticas de consumo enquanto escolhas puramente individuais. Não partilhamos desta perspectiva que negligencia os condicionalismos do contexto social e cultural na definição e no constrangimento da escolha individual. Defendemos, antes, que a mudança de comportamentos só será viável se ancorada numa intervenção política que promova e suporte comportamentos morais e sociais (Dawkins, 2001).

Esta análise permitiu, ainda, identificar um conjunto de despesas particularmente significativas quer pela importância relativa que têm vindo a assumir na estrutura do orçamento familiar, quer pelo facto de se afirmarem como despesas características de uma nova estrutura-tipo de consumo. Esta tem como traço distintivo o relevo que as determinantes culturais parecem assumir face às determinantes socio-económicas. As despesas em causa são *Lazer, distração e cultura* (C09), *Hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11) e *Comunicações* (C08). As duas últimas despesas estão fortemente associadas a características da sociedade moderna [mudanças ao nível dos papéis sociais (papel da mulher), das sociabilidades, das novas tecnologias de comunicação e de informação, entre outras], e reforçam o carácter determinante da cultura nas escolhas de consumo, como já foi referido.

Retomamos a análise da variação dos valores percentuais das despesas que compõem a estrutura do orçamento familiar pela rubrica *hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11), (quadro 4). Esta é a quarta despesa mais significativa, desde 1989. O aumento do valor percentual, que se regista desde 1967 até 1989 (de 2,85% para 10,4%), é mais significativo nos últimos 8 anos (duplicou de 1980-81 para 1989-90). A partir de 1990, este valor mantém uma certa estabilidade. Contudo, verifica-se uma ligeira tendência para aumentar em 2006. Consideramos esta rubrica um pouco grosseira já que ela inclui itens de despesa que remetem para práticas de consumo quotidianas (cafés, refeições fora de casa = restaurantes) e para práticas específicas do período de férias (hotéis e restaurantes). Consequentemente, não é possível obter dados que revelem se o hábito de realizar refeições fora de casa se enraizou ou não na sociedade portuguesa, enquanto prática quotidiana; saber se esta despesa reforça ou não a distinção entre os grupos sociais. Esta mudança de comportamentos constitui um indicador da passagem de uma sociedade de produtores, onde as refeições em família simbolizavam a cooperação na tarefa de produção (consumir significava partilhar o que se produzia), para uma sociedade de consumidores (Bauman, 2007). Constitui, assim, um indicador relevante para caracterizar a

sociedade portuguesa, em termos do consumo. Como já referimos anteriormente esta despesa está fortemente associada a mudanças que marcam a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. Ela prende-se, também, com as relações de sociabilidade pois uma refeição num restaurante ou num hotel corresponde a um momento de convívio e de interação social a diversos níveis (familiar, amical, laboral, entre outros). Reforçando esta perspectiva, voltamos a referenciar Mireille Moutardier que considera que estes consumos se encontram associados à esfera do lazer e das sociabilidades, extravasando a mera necessidade básica que lhe subjaz, a alimentação. Revela, ainda, a presença de atitudes e valores hedonistas, já que se associa o prazer da diversão à satisfação de uma necessidade básica.

Quadro 4. Despesa em hotéis e restaurantes (C11) entre 1989 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06
C11	2,85*	4,06	5,81	10,04	9,26	9,59	10,96
Posição ocupada	9 ^a	8 ^a	6 ^a	4 ^a	4 ^a	4 ^a	4 ^a

* Dados relativos a "alimentação consumida fora de casa e diversos"
Fonte: INE

De salientar ainda que, ao excluirmos as despesas com hotéis e em restaurantes (viagens com tudo incluído) da rubrica relativa à *cultura e lazer*, diminuimos a sua importância relativa, tornando os dados erróneos. O montante da despesa realizada pelas famílias neste domínio é, assim, subestimado. Este é mais um dos condicionalismos que reforça o carácter secundário da análise dos comportamentos de consumo na definição da metodologia de recolha de dados para o IDF. Lembremos, também, que uma outra limitação destes dados é que as margens de erro aumentam significativamente quando aumentamos o nível de desagregação dos mesmos. Facto que inviabiliza qualquer tentativa de reorganização das rubricas e dos itens que as compõem.

A análise da variação percentual das despesas relativas à *cultura e lazer* (quadro 5) revela um aumento pouco significativo (4,84% para 5,69%), entre 1967-68 e 2005-06. Ela permanece uma despesa quase residual na estrutura do orçamento familiar (inferior a 6%). Contudo, em termos de posição relativa, ela corresponde à sétima maior despesa das famílias, em 2005-06. Uma vez mais, as alterações ao nível da metodologia de recolha de dados dificultam a comparação (ver anexo 1). Como

referimos anteriormente, o conceito de cultura e lazer subjacente a esta rubrica assume algumas particularidades que o distanciam da conceptualização sociológica, em sentido lato. De facto, nem sempre foram integradas nesta rubrica as despesas com a instrução/educação, nem as relativas às férias (hotéis e restaurantes). Assim, o valor percentual desta rubrica de despesa está desvalorizado. Por outro lado, recorrer às despesas para medir a importância das práticas culturais relativamente a outras práticas de consumo parece não ser muito adequado, principalmente nas sociedades contemporâneas que se caracterizam pelo aumento e diversidade de ofertas culturais gratuitas (entradas em museus, espectáculos de rua, etc.). Com estas referências queremos apenas alertar para as limitações destes dados no que se refere à análise das práticas culturais e, simultaneamente, enfatizar a necessidade de pensar em outros indicadores para medir o consumo cultural.

Quadro 5. Despesa em cultura e lazer (C09), entre 1989 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06
C09	4,84*	4,06*	3,38	3,22	3,20	4,81	5,69
Posição ocupada	7 ^a	8 ^a	9 ^a	9 ^a	9 ^a	9 ^a	7 ^a

* Inclui despesas com Instrução/Educação
Fonte: INE

Não obstante as limitações anteriormente referidas, a relevância desta rubrica para a análise do consumo cultural é reforçada quando consideramos a variável grau de instrução (quadro 6). Os dados confirmam que o aumento desta despesa é pouco significativo. Cerca de um valor percentual para ambos os níveis de instrução, entre 1989 e 2006. Contudo, quando comparamos os valores relativos aos dois níveis de instrução, constatamos que a diferença é de seis pontos percentuais, ao longo do período em análise. A distinção torna-se evidente, bem como o condicionalismo decorrente do capital cultural ao nível das práticas de consumo.

Quadro 6. Despesa em cultura e lazer (C09) em função do nível de instrução do representante do agregado, entre 1989 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1989-90		1994-95		2000		2005-06	
	Ni1	Ni9	Ni1	Ni5	Ni1	Ni5	Ni1	Ni6
C09	1,75	7,4	1,78	7,49	2,24	8,26	2,09	8,54

Fonte: INE

A análise da variação do valor percentual das despesas com *comunicações* parece-nos significativa dada a centralidade deste sector nas sociedades modernas (quadro 7). Nesta rubrica estão incluídas as despesas com as telecomunicações (telemóveis e Internet). O telemóvel constitui um exemplo do fetichismo que caracteriza a sociedade de consumo. Ele permite reforçar as características pessoais mais inestimáveis quer através da imagem do *self* quer das relações com os outros (Heilbrunn, 2005). De salientar, ainda, que no ano 2000 quase metade da população portuguesa possui telemóvel (Barreto, 2000).

Os dados revelam que esta despesa tem vindo a aumentar, quer percentualmente (valor em 2006 é cinco vezes superior ao de 1973), quer em termos da sua importância relativa (ascende à décima posição), embora o seu valor permaneça residual (inferior a 3%). O aumento mais acentuado verifica-se de 1995 para 2000 (3,25%), registando-se um ligeiro decréscimo em 2005-06 (2,94%). De salientar que, no ano 2000, 43% dos agregados domésticos possuem computador e 32% têm ligação à Internet. Na área das comunicações a difusão de novos comportamentos tem sido particularmente significativa (telemóveis, computadores) e, até mesmo, incrementada pelo Estado (programa e-escola, computador Magalhães). Importa, assim, acompanhar a evolução desta despesa nos próximos anos.

Quadro 7. Despesa em comunicações (C08), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06
C08	*	0,56	0,77	1,02	1,94	3,25	2,94
Posição ocupada	-	11 ^a	11 ^a	11 ^a	11 ^a	10 ^a	10 ^a

* Sem dados
Fonte: INE

As despesas relativas a *outros bens e serviços* têm vindo a ganhar relevância na estrutura do orçamento familiar, correspondendo à quinta maior despesa (quadro 8). Este ganho de importância não traduz um aumento do valor percentual, o qual regista alterações pouco significativas ao longo do período em análise (valor mais baixo 4,86 em 1980-81 e valor mais elevado 7,69% em 1973-74), e permanece próximo dos 6% a partir do ano 2000. Este facto enfatiza a existência de um grupo de rubricas de despesa (*cultura e lazer, saúde, móveis, artigos decoração, equipamento doméstico e despesas manutenção da habitação e vestuário e calçado*) que, por apresentarem um valor percentual muito semelhante, facilmente alteram a sua posição relativa na estrutura do orçamento familiar, na sequência de uma pequena variação deste valor. Como já foi no ponto relativo à crítica das fontes, esta é uma rubrica de despesa que para além de ser muito grosseira, regista alterações significativas na metodologia de recolha de dados (ver anexo 1).

Quadro 8. Despesa em outros bens e serviços (C12), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90*	1994-95*	2000	2005-06
C12	6,27	7,69	4,86	5,56	5,18	6,10	6,56
Posição ocupada	5 ^a	4 ^a	7 ^a	7 ^a	7 ^a	7 ^a	5 ^a

* Inclui dados relativos a "Outras Despesas" (alteração na metodologia/classificação das rubricas de despesa)
Fonte: INE

O aumento do valor percentual das despesas com saúde, entre 1967 e 2006, traduz o envelhecimento da população portuguesa (quadro 9). A relação entre despesas com saúde e os indivíduos idosos tem sido confirmada em vários estudos (Barreto 2000; Cruz, 1996). Também neste caso, um aumento insignificante do valor percentual, entre 2000 e 2006 (5,18% para 6,05%), repercute-se na posição ocupada na estrutura do orçamento familiar (ascende ao sexto lugar).

Quadro 9. Despesa em saúde (C06), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06
C06	3,99	2,66	2,59	2,97	4,64	5,18	6,05
Posição ocupada	8 ^a	10 ^a	10 ^a	10 ^a	8 ^a	8 ^a	6 ^a

Fonte: INE

As despesas com *móveis, artigos decoração, equipamento doméstico e despesas manutenção da habitação* constituem indicadores dos níveis de conforto, equipamento e dos gastos com a manutenção da habitação (serviços domésticos). Estas despesas registam uma variação do valor percentual que corresponde, grosso modo, às diferentes fases de evolução dos equipamentos domésticos (quadro 10). Entre 1967 e 1974, regista-se uma muito pequena redução do valor percentual desta despesa (de 6,84% para 5,87%). É o período em que as mudanças, quer ao nível dos equipamentos colectivos (água, electricidade, saneamento), quer dos electrodomésticos é lenta. Nos anos seguintes regista-se um aumento (de 5,87% para 8,68%), o mais significativo em todo o período em análise, seguido de um ligeiro decréscimo que se mantém até 1994-95 (7,21% e depois 6,94%). É a fase de expansão e consolidação do equipamento doméstico (electrodomésticos e aquecimento) e de expansão do *consumo individual para os alojamentos* (televisores de alta definição, vídeo, etc.) que se prolonga até ao ano 2000 (Barreto, 2000). A partir deste ano o valor percentual decresce e atinge o valor mais baixo (4,74%) e a posição menos significativa na estrutura do orçamento familiar (oitava despesa).

Quadro 10. Despesa em móveis, artigos decoração, equipamento doméstico (C05), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06
CO5	6,84	5,87	8,68	7,21	6,94	7,15	4,74
Posição ocupada	4 ^a	6 ^a	5 ^a	6 ^a	5 ^a	5 ^a	8 ^a

Fonte: INE

As despesas com *vestuário e calçado* são comumente consideradas como despesas que detêm alguma importância na estrutura do orçamento familiar (quadro 11). Contudo, quando analisados, os dados estatísticos revelam que o valor percentual e a posição relativa desta despesa têm vindo a diminuir ao longo do tempo. Assim, de 3^a maior despesa, com valores percentuais que variam entre os 8,55 % e os 10,12 %, nos anos de 1967 a 1981, passa a ocupar a 9^a posição, no ano de 2005-06, com um valor percentual de 4,12 %. Uma vez mais é necessário atender aos contextos para compreender estas variações, nomeadamente aos efeitos da globalização dos mercados e a especificidade do sector têxtil.

Na análise do consumo de vestuário e calçado tem sido privilegiada a relação entre natureza e cultura (Lévi-Strauss, 1974; Sahlins, 1976), equiparando os objectos

manufacturados a objectos naturais. O vestuário é considerando um *totem* de classificação. Através dele enfatiza-se a pertença a uma comunidade que lhe confere um significado cultural específico.

Quadro 11. Despesa em vestuário e calçado (C03), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06
CO3	8,55	8,81	10,12	9,39	6,26	6,59	4,12
Posição ocupada	3 ^a	3 ^a	3 ^a	5 ^a	6 ^a	6 ^a	9 ^a

Fonte: INE

As despesas com *bebidas alcoólicas e tabaco* têm vindo a diminuir quer em termos do valor percentual (de 5,8% em 1973-74, para 2,27 em 2005-06), quer da posição relativa ocupada na estrutura do orçamento familiar (de 7^a para 11^a despesa, respectivamente). Uma análise mais aprofundada deste decréscimo pressupõe, necessariamente, a sua contextualização face às práticas culturais dos portugueses. O significado cultural que se encontra associado ao consumo de bebidas alcoólicas tem sido realçado por diversos estudos (Magalhães, 2005; Cruz, 1996, 2007).

Quadro 12. Despesas em bebidas alcoólicas e tabaco (C02), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06
C02	*	5,8	4,33	3,74	2,80	2,81	2,27
Posição ocupada	-	7 ^a	8 ^a	8 ^a	10 ^a	11 ^a	11 ^a

* Sem dados

Fonte: INE

Os valores relativos às despesas com o *ensino* surpreendem por serem pouco significativos (quadro 13). O lugar desta despesa na estrutura do orçamento familiar mantém-se inalterável desde 1980-81, ocupando a 12^a e última posição, com um valor de 0,46 % do total das despesas, nesse ano, e de 1,7 % no ano de 2005-06. É uma despesa completamente marginal.

Quadro 13. Despesa em ensino (C10), entre 1967 e 2006 - Portugal Continental (%)

	1967- 68	1973- 74	1980- 81	1989- 90	1994- 95	2000	2005- 06
C10	*	*	0,46	0,61	1,31	1,28	1,74
Posição ocupada	-	-	12 ^a	12 ^a	12 ^a	12 ^a	12 ^a

* Sem dados)
Fonte: INE

Na análise destes dados importa salientar que a educação corresponde a um sector de forte investimento estatal (em 1999, a despesa pública com a educação é de 5,5% do Produto Interno Bruto – PIB, e em 2005 é de 5,4% do PIB). Este é um factor que relativiza a importância desta despesa ao nível do consumo privado. Ela é, de facto, uma despesa subsidiada pelo Estado.

4. Primeiras conclusões: A pertinência da *Teoria da Prática* na análise das práticas de consumo

A análise da estrutura de consumo, centrada na variação da importância relativa das diferentes rubricas de despesa, evidenciou mudanças ao nível das mesmas e permitiu estabelecer uma relação entre estas e o nível de desenvolvimento socioeconómico do país, ao longo do tempo. Patenteou, também, as principais diferenças ao nível das estruturas de consumo dos diversos grupos sociais. Deste modo, reforçou a ideia de que o consumo é uma construção social, dado que a natureza e a quantidade de necessidades individuais são determinadas pela sociedade em função do lugar ocupado na hierarquia social Maurice Halbwachs (1913). Em suma, corroborou a pertinência da *Teoria da Prática* de Bourdieu na análise das práticas de consumo.

Os resultados que apresentamos neste capítulo confirmam que através do *habitus* as aspirações e práticas são apresentadas como compatíveis e, até mesmo, *pré-adaptadas* às condições objectivas. Assim, as escolhas de consumo são condicionadas pelas disposições incorporadas e o desejo corresponde à satisfação da necessidade. Neste sentido, eles fortalecem a ideia de que a estrutura do orçamento familiar traduz mais o consumo para os outros do que o relativo aos desejos individuais, *consumo para si* (Campbell, 2000, 2005). Intensificam, também, a necessidade de aprofundar a relação entre os contextos de socialização e as

disposições incorporadas ao longo deste processo para melhor identificar a ética de vida subjacente ao *habitus* incorporado e a sua relação com as práticas de consumo. A relevância de identificar as relações sociais de interdependência que se mostrem determinantes na incorporação dos esquemas de acção, dos modos de fazer, de pensar, de sentir e de dizer em função ou mesmo limitados a contextos sociais específicos. A importância de reconhecer os *outros significativos* ao nível da família, da escola, do trabalho e da esfera amical e as influências destes na inculcação do *habitus*. Atender, ainda, ao significado simbólico dos objectos nos diversos rituais quotidianos e ao modo como estes reforçam o sistema de disposições. Estas são questões que abordaremos nos capítulos seguintes, relativos aos estudos de (*listas de despesa* e retratos sociológicos).

Na análise das práticas de consumo importa conhecer, também, os elementos motivadores que podem actuar como causas desconhecidas da acção, como “impulsos inconscientes, inacessíveis à monitorização reflexiva da racionalização do comportamento” (Giddens, 1996:147). Para Giddens os primeiros desejos são orgânicos e pressupõem o desenvolvimento da capacidade de *gestão de tensões*, de adequação dos desejos às exigências e expectativas dos outros. Na sociedade de consumidores as necessidades básicas ou essenciais são consideradas primitivas, imaturas ou demasiado tradicionais. Esta sociedade procura substituí-las por “desejos mais flexíveis e expansivos e apetências mais imaginativas e impulsivas.” É, contudo, no domínio das *necessidades do ser* ou de *auto-realização*, enquanto factor de felicidade, que se questiona a eficácia do consumo. Acresce ainda o facto de não existirem evidências relativamente à relação entre aumento do rendimento e sensação de felicidade (Layard citado por Bauman, 2007:68-70). Este facto reforça o debate centrado em temas como o materialismo, a exclusão, o individualismo, o hedonismo, a lassidão moral, a falta de autenticidade, a desagregação dos laços sociais e a decadência. Enfatiza a tese segundo a qual uma economia orientada para o consumo promove a desvinculação, a quebra de confiança, aprofunda a sensação de insegurança e, conseqüentemente, corresponde à principal causa de infelicidade (Bauman, 2007). Numa perspectiva oposta, Baudrillard (1981) e Douglas e Isherwood (2004), defendem que os bens de consumo constituem elementos centrais na procura do bem-estar humano e argumentam que o desejo de refrear o consumo é ingénuo e moralista. Mais recentemente, ancorado na relação entre consumo e bem-estar desenvolve-se o conceito de consumo sustentável, cuja problemática foi anteriormente apresentada. Através deste conceito ganha força a ideia de defender o desenvolvimento da habilidade de viver melhor consumindo menos ao mesmo tempo que se reduz o impacto desta prática no meio ambiente. Conscientes que esta

investigação não responde a muitas destas questões, queremos, contudo, reforçar a importância e pertinência das mesmas no âmbito da sociologia de consumo.

5. A análise em componentes principais (ACP) às matrizes de dados do IDF, entre 1967 e 2006

A Análise em Componentes Principais (ACP) é uma técnica estatística multivariada que pode ser aplicada a qualquer matriz de dados relativa a n indivíduos analisados em função de p variáveis quantitativas. Constituem condições para a sua aplicabilidade o facto de as variáveis não serem independentes e o coeficiente de correlação entre estas não ser nulo. Usualmente, as linhas na matriz correspondem aos indivíduos e as colunas às variáveis de caracterização dos mesmos. Através da aplicação da ACP à matriz de dados, os indivíduos são projectados num subespaço, de dimensão inferior ao original ($q < p$), definido por pares de eixos factoriais ortogonais. Cada um destes eixos enfatiza uma sequência de variáveis iniciais que estão na origem de uma nova variável sintética, a componente principal. As componentes principais são independentes umas das outras (Escofier e Pagès, 1990).

A ACP projecta a matriz de dados e proporciona imagens planas das nuvens relativas aos indivíduos e às variáveis. As *relações de dualidade*, relações fortes, unem ambas as nuvens e traduzem o facto da coordenada de um indivíduo sobre um eixo estar ligada ao conjunto das coordenadas de todas as variáveis sobre o eixo da mesma ordem. Assim, as nuvens de indivíduos representam as distâncias interindividuais. A proximidade entre indivíduos projectados numa das extremidades de um qualquer eixo traduz a existência de valores fortes entre estes e as variáveis representadas nesse mesmo lado do eixo. Do mesmo modo, as variáveis que se encontram fortemente correlacionadas positivamente são projectadas do mesmo lado do eixo. Significa, ainda, que os indivíduos que apresentam valores fracos para as variáveis projectadas neste lado do eixo são projectados na outra extremidade desse mesmo eixo. Como já referimos anteriormente, é com base na oposição que cada eixo estabelece entre nuvens de indivíduos e de variáveis que se definem as *componentes principais*. Estas constituem uma variável síntese de um conjunto de variáveis iniciais, representadas por vectores. É relativamente às componentes principais que a projecção de um indivíduo deve ser interpretada (Escofier e Pagès, 1990).

Importa de novo salientar que o contributo mútuo que os indivíduos e as variáveis proporcionam à interpretação da sua projecção sobre os eixos factoriais

ortogonais é condicionado pelo facto de ser distinta a natureza de um ponto-indivíduo e de um ponto-variável. Assim, a distância entre estes dois pontos deve ser interpretada com muito cuidado já que para além de terem uma natureza diversa, eles evoluem em espaços diferentes (Escofier e Pagès, 1990).

Na ACP que aplicamos às matrizes de dados do INE os indivíduos correspondem aos Agregados Domésticos Privados (ADP), unidade estatística de observação definida pelo INE, correspondente ao agregado familiar. Os ADP são caracterizados por um conjunto de variáveis relativas ao representante do mesmo (idade, nível de instrução, etc.) e ao próprio ADP (dimensão, tipo, etc). Como já foi amplamente salientado, verificam-se alterações constantes na metodologia de recolha de dados. No caso das matrizes de dados da Eurostat, os indivíduos são os diferentes países que compõem a União Europeia (UE). Em ambos os casos, as variáveis correspondem às rubricas de despesa que compõem a estrutura do orçamento familiar e que, como foi já referido, a partir do ano 2000, correspondem à Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP). Importa, referir, também, que limitamos a análise aos dois primeiros eixos. Esta decisão prende-se quer com o facto da inclusão de mais factores não aumentar de modo significativo o seu carácter explicativo, quer pelo aumento da complexidade que esta inserção acarreta.

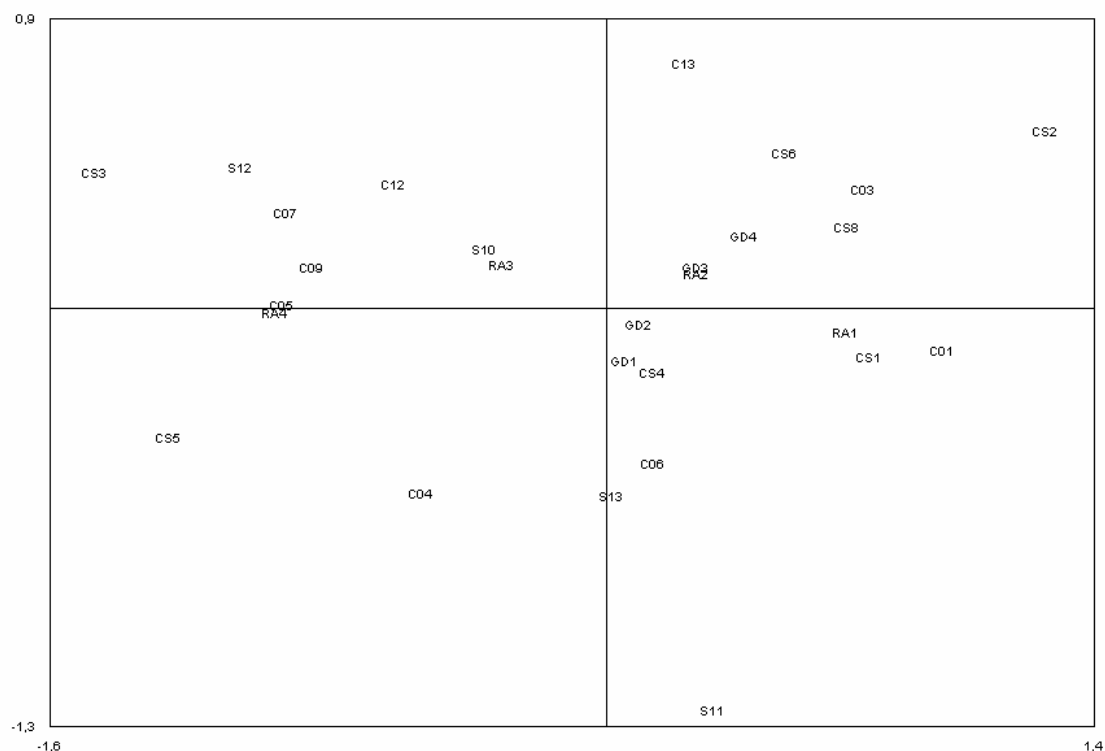
Finalmente importa referir que a ACP que aplicamos às matrizes de dados do INE e da Eurostat foi desenvolvida através do mesmo programa de análise de dados utilizado no âmbito do mestrado (Cruz, 1996). Apesar de se terem verificado avanços significativos ao nível dos programas informáticos que suportam esta análise, consideramos que os *outputs* fornecidos pela versão 2.10 deste programa ACP continuam a permitir alcançar os objectivos propostos, isto é, a realizar uma análise diacrónica da mudança ao nível das estruturas de consumo.

5.1 Análise da ACP à matriz de dados do IRDF, 1967-68

Na ACP realizada à matriz dos dados do IRDF 1967-68, relativos ao Continente, os dois primeiros factores concentram 68,49% da variância da variável estrutura do orçamento familiar (figura 1). O 1º factor, correspondente ao eixo do x, explica 51,32% da variância da variável em análise. No lado direito, positivo deste eixo e no 1º quadrante, podemos identificar a despesa com *vestuário, calçado e outros objectos de uso pessoal* (C03). As variáveis de caracterização representadas neste mesmo quadrante são outros activos n. e. (CS8), mestres, condutores, operários especializados e qualificados e n. e. (CS6) e ADP com 8 ou mais pessoas (GD4). Do

mesmo lado deste eixo, mas já no 2º quadrante, está projectada a despesa com *alimentação consumida em casa, fora de casa e bebidas* (C01). Neste quadrante surgem as variáveis de caracterização ADP agricultores, patrões e isolados (CS1) e o escalão de receita menos de 30 000\$00 (RA1). A projecção em proximidade destes indivíduos (ADP) e destas variáveis (rubricas de consumo) revela a existência de valores fortes entre os mesmos. Assim, é lícito afirmar que para os indivíduos com baixo capital económico e cultural as despesas mais importantes na estrutura do seu orçamento familiar são as despesas com alimentação e com o vestuário.

Figura 1. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IRDF 1967-68, eixo 1 e 2



No 3º quadrante, em oposição a estas despesas, está projectada a despesa com *rendas de habitação e despesas de água* (C04). A variável de caracterização presente corresponde à categoria socioeconómica directores de empresas e chefes de serviços (CS5). Finalmente, ainda neste lado do eixo mas já no 4º quadrante, surgem as despesas com *habitação, aquecimento, iluminação e artigos domésticos* (C05), com *instrução, cultura e divertimentos* (C09), com *transportes e comunicações* (C07) e com *outros bens e serviços* (C12). As variáveis de caracterização presentes são a classe de receita mais de 60 000\$00 (RA3 e RA4), as categorias socioeconómicas

empregados não especializados (S10), forças armadas (S12) e profissões liberais e similares (CS3). A projecção enfatiza, desta vez, a existência de valores fortes entre uma maior diversidade rubricas de despesa (C04, C05, C09, C07 e C12) e os ADP com elevado capital económico e cultural. Estas despesas enfatizam uma maior autonomia do *gosto* relativamente às condições materiais objectivas, correspondem ao *gosto do luxo*. É com base na oposição estabelecida, através deste eixo factorial, entre o *gosto da necessidade* e o *gosto do luxo* que designamos esta componente principal como *eixo do gosto*.

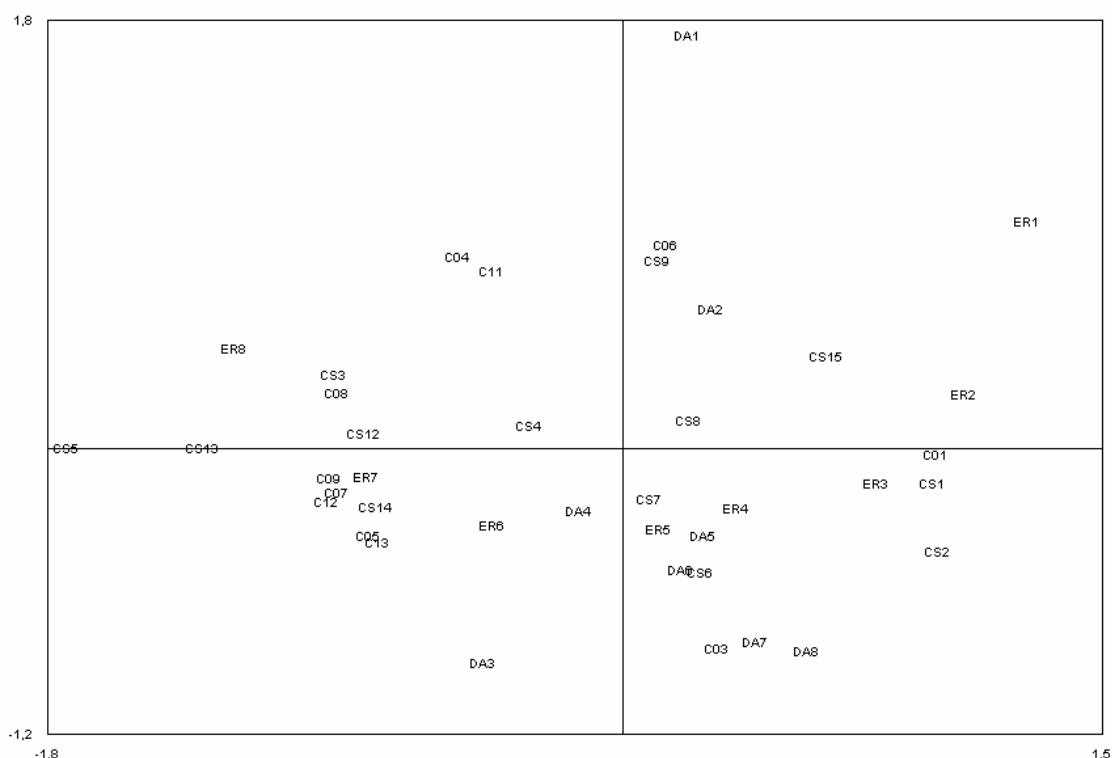
O 2º factor, correspondente ao eixo do y, explica 17,17% da variância da variável em análise. No lado positivo deste eixo, no 1º quadrante, está projectada a despesa com *tabaco e despesas do fumador* (C13). No lado negativo deste eixo factorial, no 2º quadrante, está presente a despesa com *cuidados pessoais e saúde* (C06) e a categoria socioeconómica outros (S13). As rubricas de despesa projectadas nos extremos deste eixo factorial dificultam a identificação de uma variável síntese. Assim, não atribuímos a esta componente principal qualquer designação.

5.2 Análise da ACP à matriz de dados do IRDF, 1973-74

Na ACP realizada à matriz dos dados do IRDF 1973-74, relativos ao Continente, os dois primeiros factores concentram 82,86% da variância da variável estrutura do orçamento familiar (figura 2). O 1º factor, correspondente ao eixo do x, explica 54,70% da variância da variável em análise. No 2º quadrante, mesmo junto ao eixo do x, está projectada a despesa com *alimentos consumidos em casa* (C01). Esta é a única rubrica de despesa que surge no lado positivo deste eixo, facto que reafirma a importância que a mesma assume na estrutura do orçamento familiar, no período em análise. As variáveis de caracterização presentes neste quadrante são os produtores agrícolas, patrões e isolados (CS1) e o escalão de receita com 30 000\$00 e menos de 48 000\$00 (ER3). No lado negativo do eixo do x, no 3º quadrante, encontram-se projectadas as despesas com *higiene e cuidados pessoais* (C13), com *recheio da habitação* (C05), com *outros bens e serviços* (C12), com *transportes* (C07) e com *instrução, cultura e distração* (C09). As variáveis de caracterização representadas neste mesmo quadrante são os escalões de receita com 90 000\$00 e menos de 120 000\$00 (ER6) e com 120 000\$00 e menos de 180 000\$00 (ER7) e os empregados públicos e privados (CS14). Finalmente, no 4º quadrante, surgem as despesas com

comunicações (C08), com *alimentação fora de casa* C11 e com a *habitação, água, combustíveis e electricidade* (C04). As variáveis de caracterização presentes são padrões e isolados não agrícolas (CS4) e o escalão de receita com 180 000\$00 e mais (ER8). Como temos vindo a salientar é com base na oposição que cada eixo estabelece entre os indivíduos (ADP) e de variáveis (rubricas de consumo) que se definem as *componentes principais*. Nesta matriz, é evidenciada uma vez mais a oposição entre o *gosto da necessidade*, as despesas com a alimentação, e o *gosto do luxo*, onde se incluem as despesas com o equipamento e o conforto da habitação, com a cultura e o lazer, entre outras. Assim, consideramos que a designação de *eixo do gosto* é adequada para esta componente principal.

Figura 2. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IRDF 1973-74, eixo 1 e 2



O 2º factor, correspondente ao eixo do y, explica 28,16% da variância da variável em análise. No lado positivo deste eixo, no 1º quadrante, surge a despesa com *saúde* (C06). A variável de caracterização presente é indivíduos não activos, pensionistas, assistidos e rendimentos (CS9). A projecção em proximidade de indivíduos (ADP) e de variáveis (rubricas de despesa) traduz, como já foi referido, a existência de valores fortes entre ambos. Deste modo, reforça-se que as despesas com saúde são significativas para os indivíduos reformados, isto é, para os indivíduos

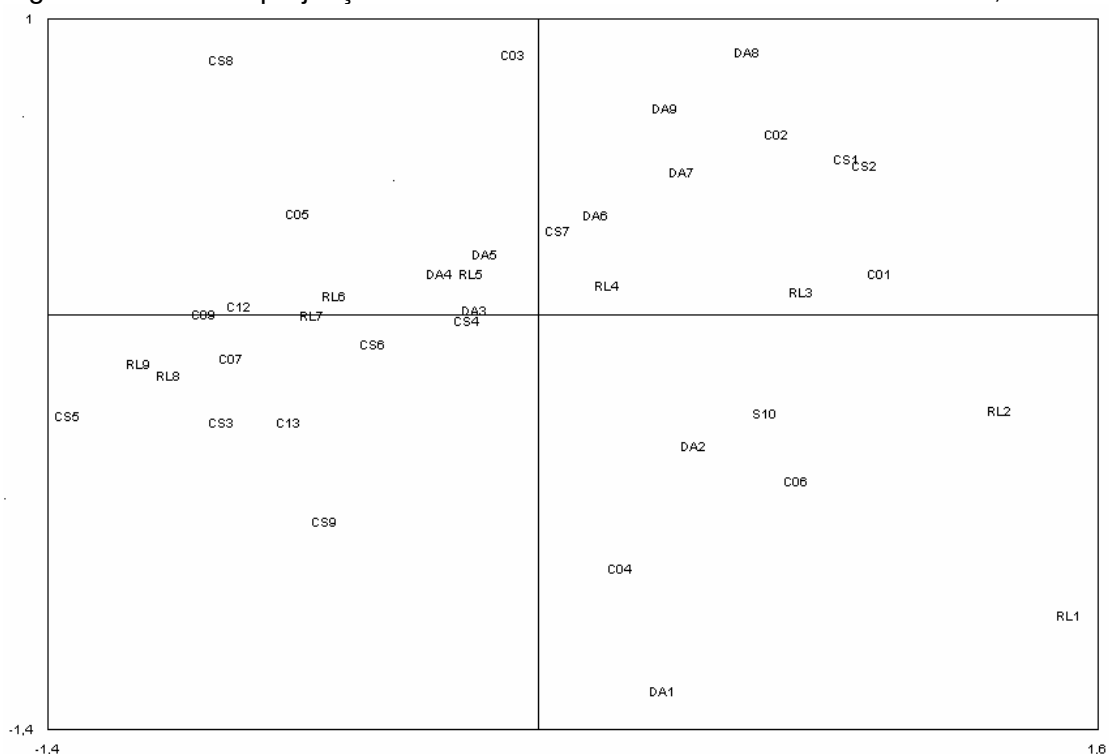
com idade avançada. No lado negativo, próximo deste eixo do y, no 2º quadrante, está projectada a despesa com *vestuário e calçado* (C03). As características aqui presentes são famílias de 8 e 9 indivíduos (DA7) e famílias de 10 e mais indivíduos (DA8). Os agregados de grande dimensão incluem, em geral, crianças e jovens, correspondendo a agregados do tipo casal com filhos. Assim, este factor gera, simultaneamente, uma oposição entre duas rubricas de despesa, a *saúde* (C06) e o *vestuário e calçado* (C03) e dois tipos de ADP (diferenciados pela dimensão e pela idade), que são projectadas nos antípodas deste eixo. Estas ilações, que consideramos plausíveis, enfatizam o contexto (tipo de ADP) em que as práticas de consumo se desenvolvem. A necessidade de atender ao contexto (cultural, socioeconómico, político, etc.) na análise das práticas de consumo, defendida por Costa (1999) e amplamente debatida nos capítulos anteriores, é presentemente reforçada pela ACP. É esta ênfase no contexto que nos leva a designar a componente principal como *eixo do contexto*.

5.3 Análise da ACP à matriz de dados do IRDF, 1980-81

Na ACP realizada à matriz dos dados do IRDF 1980-81, relativos ao Continente, os dois primeiros factores concentram 78,86 % da variância da variável estrutura do orçamento familiar (figura 3). O 1º factor, correspondente ao eixo do x, explica 54,04% da variância da variável em análise. No lado direito, positivo deste eixo e no 1º quadrante, estão projectadas as despesas com *bebidas alcoólicas e tabaco* C02 e, mais próximo do eixo do x, a despesa com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01). Entre as variáveis de caracterização presentes neste quadrante destacamos os produtores agrícolas e trabalhadores familiares não remunerados (CS1) e os trabalhadores agrícolas por conta de outrem (CS2) e o escalão de receita 100 000\$00 a menos de 200 000\$00 (RL3). No 2º quadrante, surgem as despesas com *serviços médicos e despesas saúde* (C06). As variáveis de caracterização representadas são pessoas não activas (S10) e o agregado com 2 pessoas (DA2). De novo, no lado positivo do eixo do x, estão projectadas as despesas com alimentação, correspondentes ao *gosto da necessidade*. No lado negativo deste eixo, no 3º quadrante, surgem as despesas com *outras despesas* (C13) e com *transportes e comunicações* (C07). Das variáveis de caracterização presentes neste quadrante salientamos a categoria socioeconómica trabalhadores de profissões liberais e similares (CS3) e os escalões de receita 600 000\$00 a menos 800 000\$00 (RL8) e

800 000\$00 e mais (RL9). Projectada sobre o lado negativo do eixo do x, está a despesa com *distracções, espectáculos, instrução e cultura* (C09) e, já no 4º quadrante, as despesas com *outros bens e serviços* (C12) e com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação* (C05). A variável de caracterização presente é escalão de receita 400 000\$00 a menos de 500 000\$00 (RL6). A oposição entre o *gosto da necessidade* e o *gosto do luxo* continua a ser enfatizada pelo 1º factor. Assim, é novamente reforçada a designação de *eixo do gosto* atribuída a esta componente principal.

Figura 3. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IRDF 1980-81, eixo 1 e 2



O 2º factor, correspondente ao eixo do y, explica 24,82% da variância da variável em análise. No lado positivo do eixo do y, no 4º quadrante, está projectada a despesa com *vestuário e calçado* (C03). No lado negativo deste eixo, no 2º quadrante, surge a despesa com *habitação, aquecimento e iluminação* (C04) e a variável de caracterização agregado com 1 pessoa (DA1). A projecção em proximidade traduz a importância que as despesas com a habitação assumem no orçamento familiar dos ADP de 1 só indivíduo. Uma vez mais o contexto (tipo de ADP / agregado familiar)

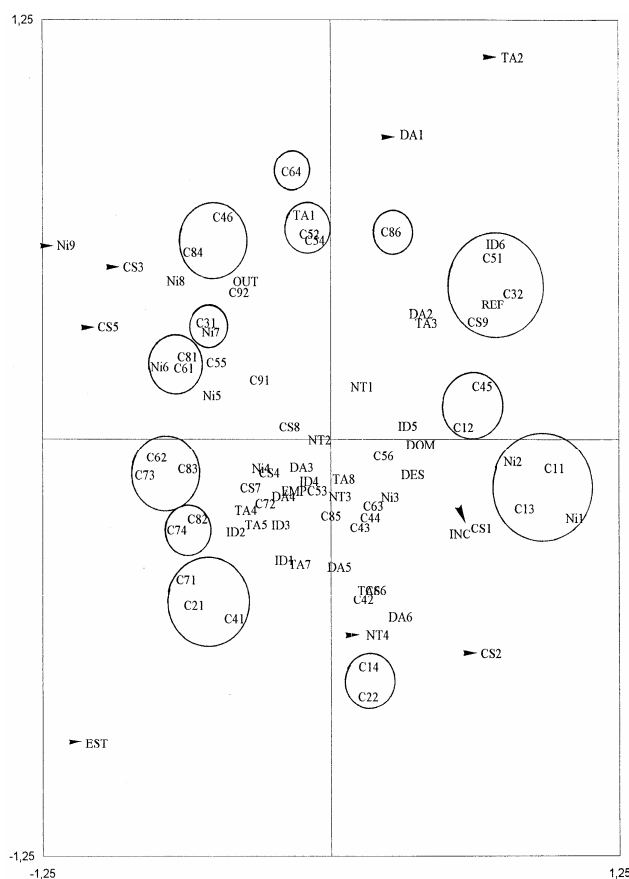
surge como factor caracterizador da prática de consumo. Neste sentido, consideramos que se continua a justificar a designação de *eixo do contexto* para esta componente principal.

5.4 Análise da ACP à matriz de dados do IOF, 1989-90

Na ACP à matriz de dados do IOF, 1989-90, relativa ao Continente, o 1º factor explica 26,05% e o 2º factor explica 16,81%, totalizando 42,86% da variância da variável estrutura do orçamento familiar (figura 4). No lado direito do eixo 1, no 1º quadrante, encontram-se projectadas as despesas relativas a *medicamentos e outros produtos farmacêuticos* (C51); *aquecimento e iluminação* (C32); *bens e serviços para manutenção* (C45) e, mesmo sobre este eixo, *bebidas não alcoólicas* (C12). As variáveis independentes que caracterizam os ADP aqui presentes são idade 65 e + anos (ID6), reformado (REF) e a categoria socio-económica não activos (CS9). Já no 2º quadrante, também junto ao eixo, estão projectadas as despesas com *produtos alimentares* (C11) e com *bebidas alcoólicas* (C13). Junto a estas despesas surgem as variáveis de caracterização sabe ler e escrever sem grau de instrução (Ni2) e não sabe ler nem escrever (Ni1), a categoria socio-económica empresários agrícolas (CS1) e a condição perante o trabalho incapacitados (INC). No lado esquerdo do eixo 1, no 3º quadrante, em oposição a estas despesas, aparecem as despesas com *Móveis; Arte e Decoração; Revestimento Chão e Reparações* (C41), com *vestuário, incluindo reparações* (C21), com *aparelhos, artigos recreativos, acessórios e reparações* (C71), com *instrução* (C74), com *outros artigos* (C82) e, já muito próximo do lado negativo do eixo do x, as despesas com *livros, jornais, periódicos, outras impressões* (C73), com *restaurantes, cafés, hotéis* (C83) e com *utilização de veículos* (C62). Das variáveis de caracterização destacamos apenas a idade entre 25 a 34 anos (ID2) e os tipos de agregado casal com 1 (TA4) e 2 filhos (TA5). Todas as outras variáveis encontram-se próximo do cruzamento dos eixos, numa zona onde o ruído que se faz sentir na projecção é forte. Finalmente, no 4º quadrante, encontram-se projectadas as despesas com *compra automóvel, caravana, bicicleta, moto* (C61), com *higiene e cuidados pessoais* (C81), com *seguros acidente e doença* (C55), com *habitação e despesas de água* (C31), com *outras despesas* (C92), com *viagens turísticas, tudo incluído* (C84) e com *serviços domésticos* (C46). As variáveis de caracterização presentes neste quadrante são o nível de instrução ensino secundário unificado (Ni5) e curso médio (Ni8), a categoria socio-económica Quadros de Direcção, Técnicos Científicos, Artistas

e Similares (CS5) e Trabalhadores Profissionais Liberais e Similares (CS3) e a condição perante o trabalho Outros Casos (OUT). Uma vez mais confirma-se a oposição entre rubricas de despesa relativas a *necessidades básicas* (C12, C11 e C13), projectadas no lado positivo do eixo do x, e as relativas a *bens de luxo* (C61, C62, C71, C73, C74, C83, C84), projectados no lado negativo. Reafirma-se, assim, a designação de *eixo do gosto* para esta componente principal. Confirma-se, também, a existência de valores fortes entre as variáveis e os indivíduos representados em cada um dos lados deste eixo. Este facto reforça, como temos vindo a salientar, o condicionamento que o volume de capital económico e cultural exercem sobre o *gosto*.

Figura 4. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IOF 1989-90, eixo 1 e 2



No lado positivo do eixo 2, no 1º quadrante, está projectada a despesa com *outros serviços* (C86) e, no 4º quadrante, as despesas com *correios e telecomunicações* (C64), com *aparelhos e material terapêutico* (C52) e com *cuidados*

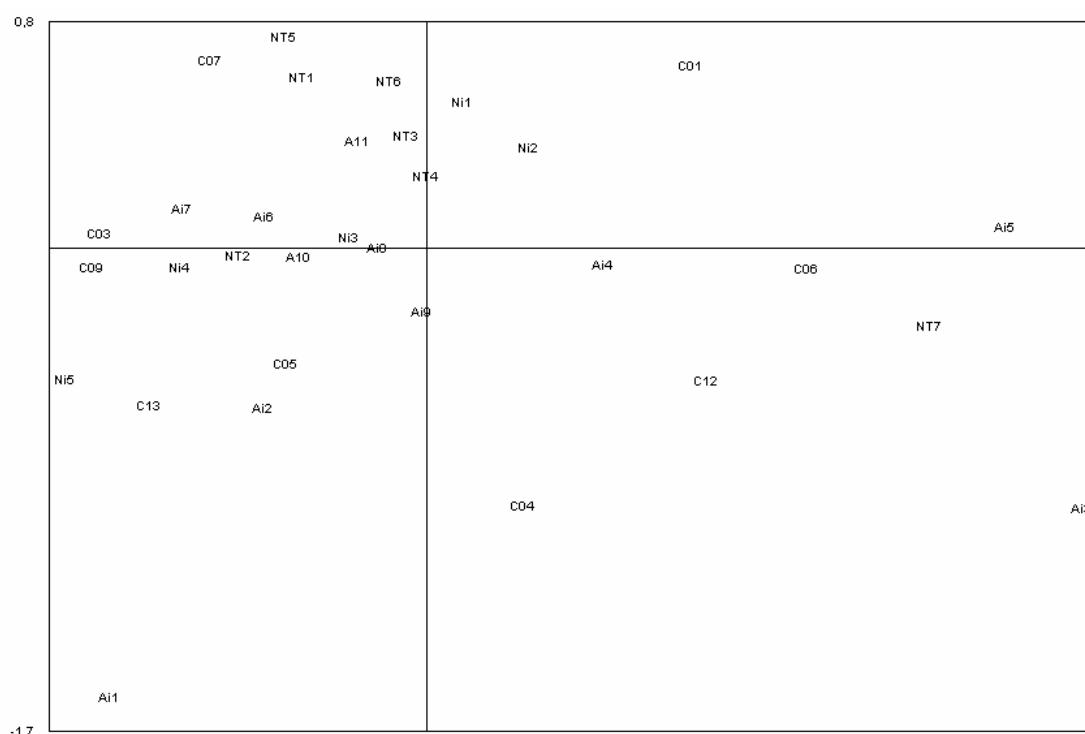
hospitalares e análogos (C54). A variável de caracterização presente é agregado de 1 pessoa (DA1). No lado negativo deste eixo, no 2º quadrante, surgem as despesas com *tabaco* (C14) e com *calçado, incluindo reparações* (C22). Neste mesmo quadrante, estão representadas as variáveis de caracterização 4 e + titulares (NT4), 6 e + indivíduos (DA6) e trabalhadores por conta de outrem na agricultura, silvicultura, caça e pesca (CS2). Reforça-se, assim, a designação de *eixo do contexto* para esta componente principal dado que ela enfatiza a existência de correlações fortes entre os indivíduos (tipos de ADP) e as variáveis (rubricas de despesa). A título de exemplo podemos referir que este factor estabelece relações fortes entre as despesas com *correios e telecomunicações* (C64) e os agregados de uma só pessoa (DA1).

5.5 Análise da ACP à matriz de dados do IOF, 1994-95

Na ACP realizada à matriz dos dados do IOF 1994-95, relativos ao Continente, os dois primeiros factores concentram 73,98% da variância da variável estrutura do orçamento familiar (figura 5). O 1º factor, correspondente ao eixo do x, explica 47,63% da variância da variável em análise. No lado direito, positivo deste eixo e no 1º quadrante, está projectada a despesa com *produtos alimentares, bebidas e tabaco* (C01). No 2º quadrante, mantêm-se presentes as despesas com *serviços médicos e de saúde* (C06) e com *outras despesas* (C12). As variáveis de caracterização representadas são casal sem crianças, ambos com – 65 anos (Ai4), casal sem crianças, pelo menos um com 65 ou + anos (Ai5) e nenhum indivíduo activo a exercer profissão (NT7). Volta a confirmar-se nesta análise a projecção, sobre este lado positivo do eixo, das despesas relativas ao *gosto da necessidade* e a existência de valores fortes entre a variável *saúde* e os indivíduos (ADP) idosos. Assim, esta projecção em proximidade das despesas com alimentação e com saúde traduz a importância que as mesmas assumem na estrutura do orçamento familiar e enfatiza o forte envelhecimento populacional que caracteriza a sociedade portuguesa nas últimas décadas. No 3º quadrante, no lado negativo deste eixo, encontram-se projectadas as despesas com *outros bens e serviços* (C13), *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção* (C05) e, junto ao eixo, as despesas com *distracções, espectáculos, instrução e cultura* (C09). As variáveis de caracterização presentes são indivíduo só 30 ou mais anos e menos de 65 anos (Ai2), ensino secundário (Ni4) ensino superior (Ni5) e representante e cônjuge únicos activos a exercer profissão (NT2). Finalmente, no 4º quadrante, surgem as despesas com

vestuário e calçado (C03) e com *transportes e comunicações* (C07). As variáveis de caracterização aqui representadas são casal com crianças, 1 criança c/ idade $\leq$ a 16 anos (Ai6), casal com crianças, 2 crianças c/ idade $\leq$ a 16 anos (Ai7), representante, cônjuge e outros activos a exercer profissão (NT1) e dois ou mais activos a exercer profissão que não o representante ou cônjuge (NT5). De salientar que nesta análise as despesas com *vestuário e calçado* são projectadas pelo eixo 1 e que se mantém a proximidade entre estas e os ADP que incluem crianças / jovens. Esta associação reforça que aquela despesa é particularmente significativa neste tipo de ADP. Importa, também, referir que no lado negativo deste eixo factorial voltam a estar projectadas as despesas relativas ao *gosto do luxo* (C13, C05, C09) e os ADP com maior volume de capital económico e cultural (Ni4, Ni5). Para estes ADP estas despesas assumem maior significado na estrutura do orçamento familiar do que as despesas relativas ao *gosto da necessidade*, projectadas no extremo oposto deste eixo. Todos estes factos robustecem a designação de *eixo do gosto* atribuída a esta componente principal.

Figura 5. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IOF 1994-95, eixo 1 e 2



O 2º factor, correspondente ao eixo do y, explica 26,35% da variância da variável em análise. A única rubrica de despesa projectada sobre este eixo é

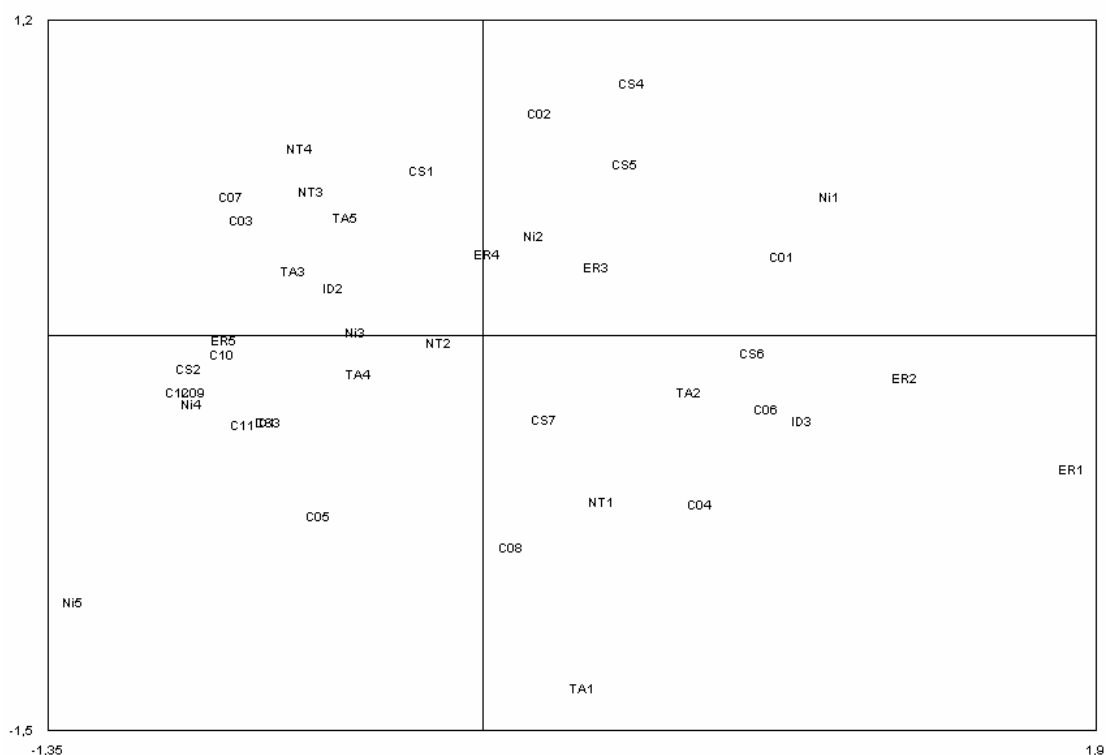
habitação, aquecimento e iluminação (C04), e surge isolada, no lado negativo do mesmo, no 2º quadrante. Esta posição reflecte a importância que esta despesa assume, no período em análise, na estrutura do orçamento familiar. Nesta data ela ascende ao 2º lugar desta estrutura, com um valor percentual de 20,28%, sensivelmente o dobro do registado em 1989-90 (12,12%). Esta mudança reforça, também, o facto de Portugal ser um país de proprietários (Barreto, 2000), e enfatiza a dimensão cultural desta despesa. O contexto situa-se, desta vez, ao nível macro. Assim, consideramos que continua a ser adequada a designação de *eixo do contexto* para esta componente principal.

5.6 Análise da ACP à matriz de dados do IOF, 2000

Na ACP realizada à matriz dos dados do IOF 2000, relativos ao Continente, os dois primeiros factores concentram 79,70% da variância da variável estrutura do orçamento familiar (figura 6). O 1º factor, correspondente ao eixo do x, explica 53,84% da variância da variável em análise. No lado direito, positivo deste eixo e no 1º quadrante, podemos identificar a despesa com *produtos alimentares* (C01). Próximo encontra-se a variável de caracterização nenhum grau de instrução (Ni1). Do mesmo lado, mas já no 2º quadrante, encontram-se projectadas as despesas com *saúde* (C06) e com *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04). As variáveis de caracterização representadas são 65 ou mais anos (ID3), casal sem crianças (TA2) e o escalão de receita de 4500€ a menos de 9000€ (ER2). A ACP revela de um modo cada vez mais evidente que estas duas despesas, *produtos alimentares* e *saúde*, são significativas na estrutura do orçamento das famílias idosas, com um baixo grau de instrução e baixo rendimento. O forte envelhecimento da população portuguesa potencia a sua importância contribuindo para que ela se torne numa das estruturas de despesas característica da sociedade portuguesa contemporânea. Do lado negativo deste eixo, estão projectadas, no 3º quadrante, as despesas com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação* (C05), com *hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11), com *lazer, distração e cultura* (C09), com *outros bens e serviços* (C12) e, já próximo do eixo do x, a despesa com *ensino* (C10). As variáveis de caracterização presentes são menos de 30 anos (ID1), trabalhadores por conta própria, excepto agricultura, pecuária e pesca (CS3), trabalhadores por conta de outrem, excepto operários, agricultura, pecuária e pesca (CS2), o nível de instrução

secundário, 12º ano (Ni4) e o escalão de receita 18000€ e mais (ER5). Finalmente, ainda neste lado do eixo mas já no 4º quadrante, surgem as despesas com *vestuário e calçado* (C03) e com *transportes* (C07). As variáveis de caracterização são, presentemente, outros tipos de agregado (TA5) e 3 titulares de receita (NT3). De novo a designação de *eixo do gosto* parece-nos adequada para um vector que traduz a existência de fortes correlações entre tipos de variáveis (rubricas de despesa) e entre tipos de indivíduos (ADP) que se posicionam nos antípodas deste eixo. Através dele a oposição entre o *gosto da necessidade*, característico de indivíduos com baixo capital económico e cultural, e o *gosto do luxo*, característico de indivíduos com elevado capital económico e cultural é evidenciada.

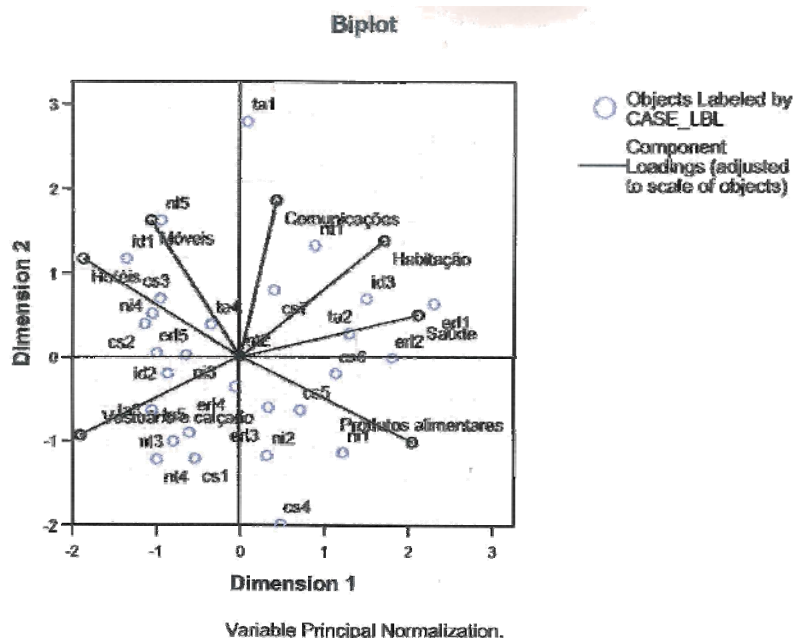
Figura 6. Plano de projecção dos dados relativos à matriz do IOF 2000, eixo 1 e 2



trabalhadores por conta de outrem, operários (CS1). De novo esta prática cultural, o consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco, surge como característica de indivíduos (ADP) pertencentes a categorias socioeconómicas baixas. No lado negativo, próximo deste eixo do y, no 2º quadrante, estão projectadas as despesas com *comunicações* (C08). A característica aqui presente é o ADP composto por um só adulto (TA1). Confirma-se, assim, que esta é uma despesa particularmente significativa para este tipo de agregado. Deste modo é, de novo, reforçada a importância do contexto na análise das práticas de consumo. Assim, a designação de *eixo do contexto* volta a ser reforçada pela ACP.

Procurando testar a validade e fiabilidade da projecção obtida através da ACP, um programa informático antigo como referimos inicialmente, submetemos a matriz de dados do IOF 2000 a um outro programa, mais actual, de análise factorial (SPSS)². De novo a projecção da variável principal normalizada evidencia as despesas com *alimentação* e *saúde* como dominantes na estrutura de consumo das famílias portuguesas, juntamente com as despesas com *habitação* (Figura 7).

Figura 7. Projecção da variável principal normalizada (SPSS)



² Não podemos deixar de fazer aqui um agradecimento público ao Prof. Doutor Virgílio Pereira pelo contributo na análise da matriz de dados, no programa SPSS.

A posição das despesas com *habitação*, nesta projecção, permite que as mesmas sejam identificadas como uma das despesas mais significativa na estrutura do orçamento familiar e, simultaneamente, como uma rubrica distintiva. Deste modo, enfatiza-se o facto de Portugal se caracterizar por ser um país de proprietários (Barreto, 2000). De referir, ainda, que as despesas com *comunicações* e com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação* surgem, também, nesta análise como despesas que estabelecem a distinção ao nível das estruturas de consumo.

Os resultados desta nova análise corroboram os obtidos através da ACP. Ficam, assim, reforçadas as oposições estabelecidas pelas componentes principais, nomeadamente pelo *eixo do gosto*.

5.7 Análise da ACP à matriz de dados do IDF, 2005-06

Na ACP à matriz de dados do IDF, 2005-06, relativa ao Continente, o 1º factor explica 59,48% e o 2º factor explica 19,07%, totalizando 78,55% da variância da variável estrutura do orçamento familiar (figura 8). No 1º quadrante, no lado positivo do eixo do x, estão projectadas as despesas com *produtos alimentares* (C01) e com *comunicações* (C08). Pela primeira vez estas despesas surgem fortemente correlacionadas e projectadas sobre mesmo eixo factorial. Tal facto parece constituir mais um indicador da importância relativa que esta última rubrica de despesa tem vindo a assumir na estrutura do orçamento familiar, e que já salientamos anteriormente. Parece traduzir, também, a difusão das despesas relativas às telecomunicações (telemóveis e Internet) a novos grupos sociais. As variáveis de caracterização presentes neste quadrante são o nível de instrução básico, 1º ciclo (Ni2), e os escalões de receita até 5200€ (ER1), de 5200€ até 10400€ (ER2) e de 10400€ até 15600€ (ER3). Assim, esta despesa ganhou significado na estrutura do consumo das famílias com baixo capital económico e cultural. Consideramos que esta mudança constitui um dos vectores que marcam a entrada da sociedade portuguesa na modernidade. No 2º quadrante, mantêm-se presentes as despesas com *saúde* (C06) e com *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04). As variáveis de caracterização representadas são agregado com 2 ou + adultos, pelo menos um idoso, sem crianças (TA4), reformado (CS4) e outros inactivos (CS5), 65 ou mais anos (ID4) e nenhum indivíduo activo a trabalhar (NT1). A correlação entre estas variáveis é, obviamente, forte. Confirma-se, uma vez mais, que estas despesas são particularmente significativas para este grupo de indivíduos. No 3º

quadrante, no lado negativo deste eixo, encontram-se projectadas as despesas com *ensino* (C10), com *lazer, distração e cultura* (C09) e com *outros bens e serviços* (C12). As variáveis de caracterização que se encontram correlacionadas são o agregado com 2 ou + adultos, com 2 ou + crianças/jovens dependentes (TA7), o nível de instrução secundário e pós-secundário (NI5) e os trabalhadores por conta própria (CS2). Importa salientar que a projecção simultânea, sobre o mesmo eixo, da variável despesa com *ensino* (C10) e do agregado com 2 ou + adultos, com 2 ou + crianças/jovens dependentes (TA7), significa que estes indivíduos (ADP) apresentam valores fortes para aquela variável (rubrica de despesa). Finalmente, no 4º quadrante, surgem as despesas com *hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11), com o *vestuário e calçado* (C03) e com *transportes* (C07). As variáveis de caracterização presentes são 30 a 44 anos (ID2), trabalhadores por conta de outrem (CS1) e os agregados com 2 ou + adultos com 1 criança/jovem dependente (TA6). Em suma, constatamos que de novo a oposição entre o *gosto da necessidade* e o *gosto do luxo* é evidenciada por esta componente principal, *eixo do gosto*.

O 2º factor, correspondente ao eixo do y, explica 19,07% da variância da variável em análise. No lado positivo do eixo, no 1º quadrante junto ao limite superior do gráfico, surge de novo isolada a despesa com *bebidas alcoólicas, tabaco* (C02). Repete-se, assim, a projecção desta despesa sobre este eixo factorial sem que, contudo, se registe qualquer alteração do valor percentual da mesma (inferior a 3% corresponde à 11ª despesa). Será necessário acompanhar a evolução desta despesa nos próximos anos para clarificar e compreender o significado da sua posição nesta ACP. Em oposição a esta despesa, no lado negativo, próximo deste eixo do y, no 3º quadrante, está projectada a despesa com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação* (C05). Esta despesa que traduz um investimento no conforto, na decoração e na manutenção da habitação surge pela primeira vez projectada sobre este eixo factorial. Atendendo a que esta despesa foi, também, identificada na projecção da variável principal normalizada (SPSS), como distintiva ao nível das estruturas de consumo importa continuar a observar a sua evolução nos próximos anos.

Figure 1 is a 2D scatter plot showing the distribution of 24 samples (C01-C11, ID1-ID5, NI1-NI6, TA1-TA7, ER1-ER6) across four quadrants defined by a horizontal axis (0 to -1.8) and a vertical axis (0 to 1). The samples are labeled with their respective codes. The plot shows a clear separation of samples into four distinct groups based on their coordinates.

6. A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do INE

140

mesmos deve ser feita com muita precaução. Procurando minorar estas dificuldades invertemos a matriz de dados que, por ser uma matriz rectangular, pode ser analisada quer pelos indivíduos quer pelas variáveis. Deste modo é possível identificar as semelhanças entre as variáveis e determinar os coeficientes de correlação entre os indivíduos. Se a projecção em proximidade do ponto-variável e do ponto-indivíduo se voltar a repetir a correspondência entre ambos sai reforçada e, assim, ganham outra robustez as ilações retiradas na primeira análise.

Na nova matriz invertida de dados, os indivíduos correspondem às rubricas de despesa e as variáveis aos ADP ou aos países da UE. Dado que as diferentes variáveis de caracterização dos ADP estão fortemente correlacionadas entre si, a variância da variável que é explicada pelo primeiro factor é extremamente elevado em todas as matrizes de dados, INE (entre 87% e 96%) e Eurostat (81% e 84%). Assim, a análise da matriz invertida de dados centrou-se apenas neste 1º factor. A forte correlação existente entre as variáveis de caracterização dos ADP repercute-se, também, sobre a projecção das mesmas nos planos factoriais. Em todos eles, estas variáveis apresentam-se segundo uma linha quase contínua, perpendicular ao 1º eixo factorial.

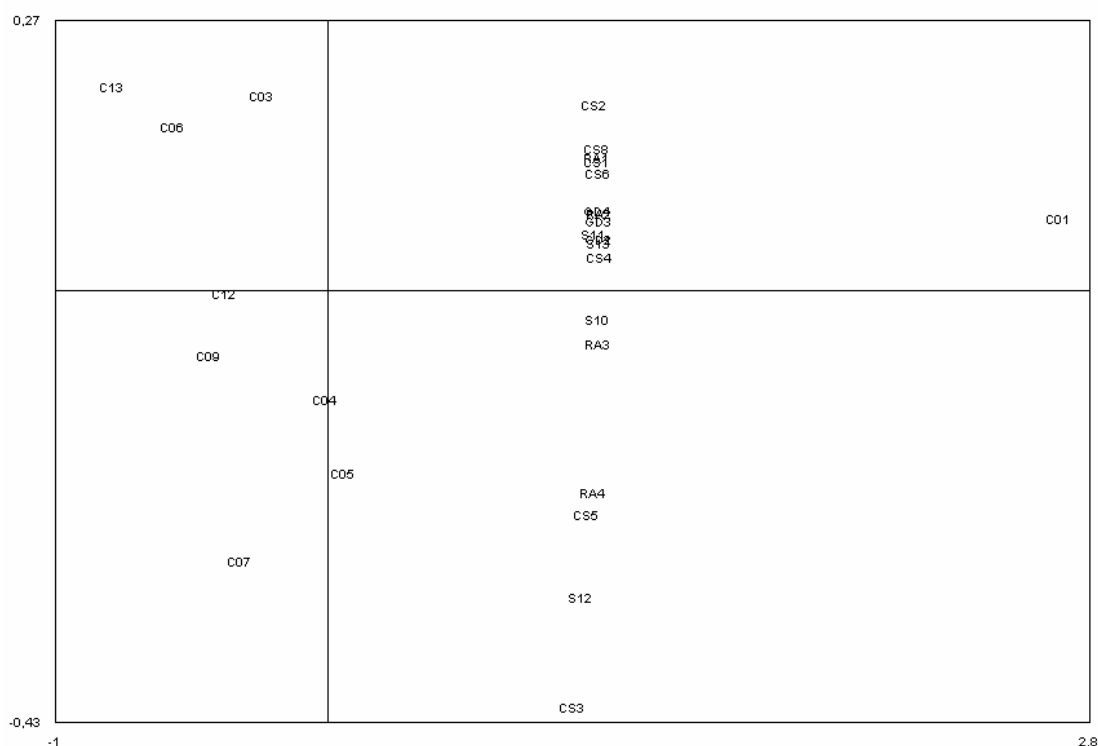
6.1 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IRDF, 1967-68

Na ACP aplicada à matriz invertida dos dados do IRDF de 1967-60 o 1º factor concentra 96,28% da variância da variável ADP (figura 9). Como referimos anteriormente, as variáveis de caracterização dos ADP surgem projectadas segundo uma linha contínua perpendicular a este eixo factorial, o eixo do x. No 1º quadrante estão representadas as variáveis relativas a categorias socioeconómicas pouco qualificadas e indiferenciadas (CS2, CS6, CS8, S11, S13), as classes de receita anual mais baixas (RA1 e RA2) e aos ADP de grandes dimensões (GD3). Consequentemente, podemos afirmar que o volume de capital económico e cultural destes ADP é baixo. A única rubrica de despesa projectada neste quadrante é *alimentação consumida em casa, fora de casa e bebidas* (C01). Assim, confirma-se de novo que o *gosto da necessidade* é condicionado pelas condições materiais de existência. A projecção em proximidade destes indivíduos e destas variáveis reafirma a existência de valores fortes entre ambos e confirma que as despesas com alimentação dominam a estrutura de consumo destes ADP. No 2º quadrante estão projectadas em proximidade as variáveis de caracterização relativas a categorias socioeconómicas mais qualificadas (CS5 e CS3) e as classes de receita anual mais

elevadas (RA3 e RA4). Mesmo sobre o eixo do y, mas ainda neste quadrante, estão projectadas as rubricas de despesa *rendas de habitação e despesas de água* (C04) e *despesas da habitação, aquecimento, iluminação e artigos domésticos* (C05). Apresentando valores fortes entre si, estas são as despesas mais significativas na estrutura de consumo dos ADP que detêm maior volume de capital económico e cultural.

As rubricas de despesa que estão projectadas no lado negativo do eixo do x, nos 3º e 4º quadrantes, são *transportes e comunicações* (C07), *instrução, cultura e divertimentos* (C09), *outros bens e serviços* (C12), *cuidados pessoais e saúde* (C06), *vestuário, calçado e outros objectos de uso pessoal* (C03) e *tabaco e despesas do fumador* (C13). Estas rubricas apresentam valores fortes entre si e valores fracos para todos os ADP projectados na outra extremidade deste eixo factorial. Na verdade elas são pouco significativas na estrutura do orçamento familiar, como já foi referido anteriormente.

Figura 9. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IRDF 1967-68, eixo 1 e 2



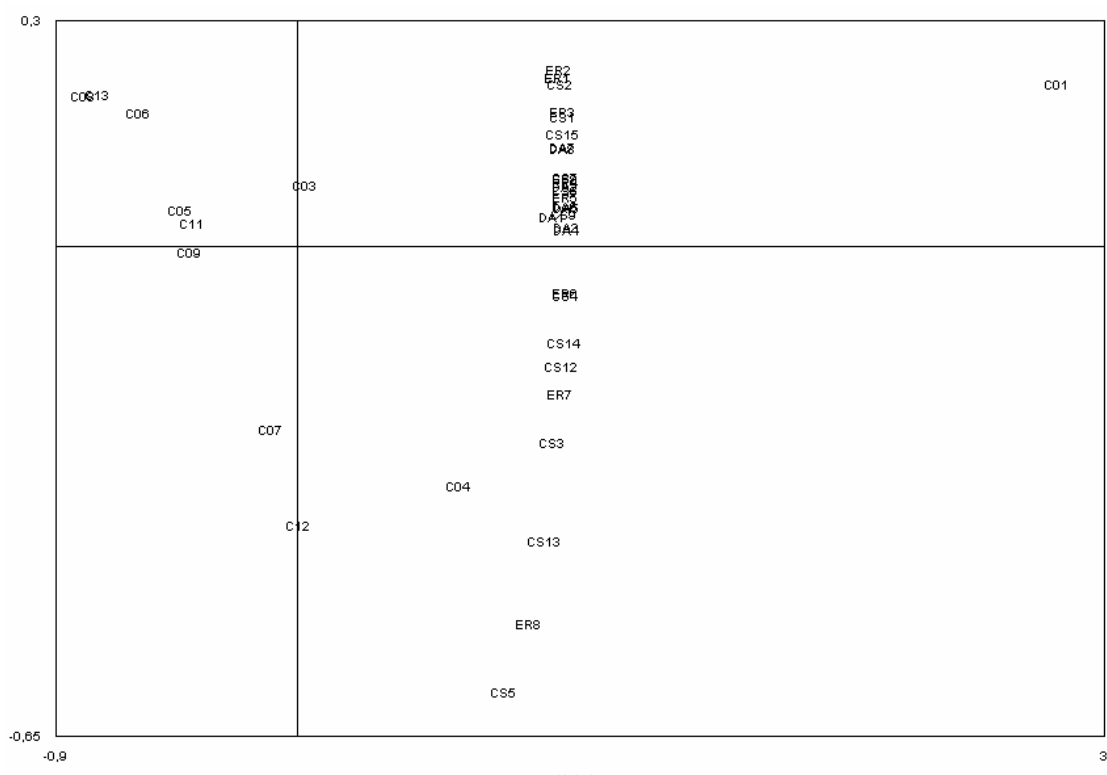
Este eixo enfatiza as despesas cuja importância relativa na estrutura do orçamento familiar varia em função do volume de capital económico e social. Ela

reforça a relação entre os grupos dominantes e o monopólio de bens posicionais (Bourdieu). Simultaneamente, ela estabelece uma relação entre consumo e o nível de vida. Consideramos, tal como propõe Maurice Halbwachs (1913), que esta associação não traduz apenas uma variação no poder de compra das famílias mas revela o grau de integração destas na vida social. Neste sentido, o nível de vida constitui uma das variáveis explicativas das práticas de consumo. Ele evidencia um conjunto de necessidades específicas e de consumos diferenciados que decorrem das relações sociais. É através destas que se define a estrutura de consumo dos diferentes grupos sociais. Assim, designamos esta componente principal de *eixo do nível de vida*.

6.2 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IRDF, 1973-74

Na ACP aplicada à matriz invertida dos dados do IRDF de 1973-74 o 1º factor concentra 94,47% da variância da variável ADP (figura 10). As variáveis de caracterização dos ADP surgem projectadas segundo uma linha contínua perpendicular a este eixo factorial, o eixo do x. De novo, no 1º quadrante estão representadas as variáveis relativas a categorias socioeconómicas pouco qualificadas e indiferenciadas (CS1, CS2, CS7, CS9 e CS15), as classes de receita anual inferiores a 90 000\$00 (ER1 a ER5) e aos ADP de todas as dimensões (DA1 a DA8). As rubricas de despesa presentes neste quadrante são *alimentos consumidos em casa* (C01) e, junto ao eixo do y, *vestuário e calçado* (C03). Embora projectadas em pontos extremos deste 1º quadrante, estas despesas são as mais significativas na estrutura do orçamento destes ADP.

Figura 10. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IRDF 1973-74, eixo 1 e 2



No 2º quadrante surgem as categorias socioeconómicas que detêm um maior volume de capital económico e cultural (CS3, CS4, CS5, CS12, CS13 e CS14) e as classes de receita mais elevadas (ER7 e ER8). Junto destas encontram-se projectadas as despesas com *habitação, água, combustíveis e electricidade* (C04) e, mesmo sobre o eixo do y, as despesas com *outros bens e serviços* (C12). Esta última rubrica de despesa adquire significado na estrutura do orçamento destes ADP.

No 3º e no 4º quadrante estão projectadas todas as restantes rubricas de despesa. Estas correspondem a despesas pouco significativas na estrutura do orçamento dos ADP. De novo, este eixo factorial evidencia um conjunto de necessidades específicas e de consumos diferenciados que caracterizam os diversos grupos sociais. Assim, mantemos a designação de *eixo do nível de vida* para esta componente principal.

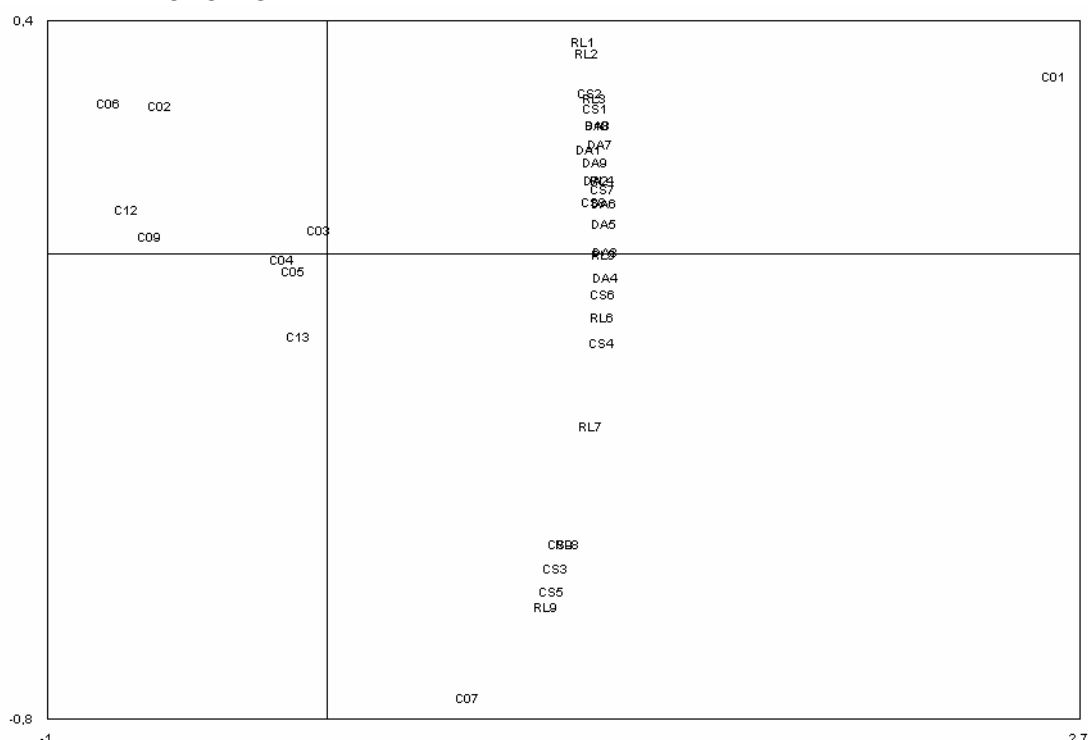
6.3 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IRDF, 1980-81

Na ACP aplicada à matriz invertida dos dados do IRDF de 1980-81, o 1º factor concentra 89,89% da variância da variável ADP (figura 11). Uma vez mais, no 1º quadrante estão representadas as variáveis relativas a categorias socioeconómicas menos qualificadas (CS1, CS2, CS8 e S10), às classes de receita mais baixas (RL1 a RL4) e aos ADP de quase todas as dimensões. As despesas com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01) voltam a ser as únicas representadas neste quadrante, reforçando que o *gosto da necessidade* é fortemente condicionado pelo volume de capital económico e social.

No 2º quadrante voltam a estar representados os ADP com maior volume de capital económico e cultural (CS3, CS4, CS5, CS6 e CS9) e as classes de receita mais elevadas (RL6 a RL8). Projectada neste mesmo quadrante está, pela primeira vez, a despesa com *transportes e comunicações* (C07). Importa salientar que neste período esta rubrica de despesa ocupa a 2ª posição na estrutura do orçamento familiar (quadro 1), e que o seu valor percentual duplicou (12,77%) quando comparado com o verificado em 1973-74 (6,85%). É o início do período de massificação do automóvel que vai ser incrementado pelas políticas de crédito ao consumo, vigentes a partir da década de 1980 e nos anos 90.

No lado negativo deste eixo factorial está projectada, no 3º quadrante, a rubrica *outras despesas* (C13) e, no 4º quadrante, as despesas com *distracções, espectáculos, instrução e cultura* (C09), com *outros bens e serviços* (C12), com *bebidas alcoólicas e tabaco* (C02) e com *serviços médicos e despesas saúde* (C06). Estas despesas permanecem pouco significativas na estrutura dos ADP. As restantes rubricas de despesa, entre as quais as despesas com *habitação, aquecimento e iluminação* (C04) estão representadas junto ao cruzamento dos eixos, numa zona em que o ruído na projecção dos dados é elevado, facto que inviabiliza a interpretação das mesmas. Contudo, importa salientar que neste ano as despesas relativas à *habitação* descem para a 4ª posição, na estrutura do orçamento familiar, registando o valor percentual mais baixo (9,19%), ao longo de todo o período em análise (1967 a 2006). Assim, a sua projecção no plano factorial robustece a análise da variação do valor percentual ao confirmar a perda da sua importância relativa na estrutura do orçamento familiar.

Figura 11. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IRDF 1980-81, eixo 1 e 2



A análise desta matriz de dados evidencia claramente as mudanças que se verificaram ao nível das estruturas de consumo. Simultaneamente, ela corrobora a associação entre as relações sociais e os contextos em que as mesmas se desenvolvem e as estruturas de consumo dos diferentes grupos sociais. Assim, continua pertinente a designação de *eixo do nível de vida* para esta componente principal.

6.4 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IOF, 1989-90

Na ACP aplicada à matriz invertida dos dados do IOF de 1989-90 o 1º factor concentra cerca de 90% da variância da variável ADP (figura 12). Tal como nos outros planos factoriais as variáveis de caracterização dos ADP estão projectadas segundo uma linha contínua perpendicular a este eixo do x. Contudo, no 1º quadrante estão desta vez representadas as variáveis correspondentes a categorias socioeconómicas com elevado capital económico e cultural (CS3, CS4, CS5), os graus de instrução mais elevados (Ni5 a Ni9) e os grupos etários mais jovens (ID1, ID2 e ID3). Mantêm-se

presentes neste quadrante as despesas com *vestuário, incluindo reparações* (C21), com *habitação e despesas de água* (C31). É reforçada a presença das despesas com *compra automóvel, caravana, bicicleta, motos* (C61), com *despesas de utilização de veículos* (C62) e, pela primeira vez surgem as *despesas em restaurantes, cafés, hotéis* (C83). A projecção em proximidade destas despesas com aqueles ADP revela a existência de valores fortes entre ambos. Fortalece-se, assim, a associação entre estas despesas e o *gosto do luxo*, característico dos grupos sociais dominantes. A estrutura do orçamento familiar destes ADP passa a ser caracterizada por um maior número de rubricas de despesa. O valor percentual das diferentes rubricas de despesa deixa de ser tão díspar.

No 2º quadrante estão, agora, projectadas as variáveis correspondentes às categorias socioeconómicas que detêm menor volume de capital económico e cultural (CS1, CS2, CS6 e CS9), um nível de instrução mais baixo (Ni1, Ni2 e Ni3) e os grupos etários mais idosos (ID5 e ID6). A única rubrica de despesa presente neste quadrante é *produtos alimentares* (C11). Esta projecção em proximidade reforça a preponderância que as condições materiais de existência têm sobre o *gosto da necessidade*. Consideramos, contudo, que a projecção destes indivíduos (as rubricas de despesa) e destas variáveis (ADP) no segundo quadrante traduz, também, uma melhoria generalizada das condições de vida dos portugueses (Barreto, 2000).

No extremo oposto deste eixo factorial encontram-se projectadas as despesas com *serviços médicos e de saúde* (C05), *outras despesas* (C09), *distracções, espectáculos, instrução e cultura* (C07) e *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção* (C41). Estas despesas não são distintivas pois correspondem a comportamentos de consumo mais ou menos padronizados para a maioria dos ADP considerados na análise.

TIME	FROM	TO	REMARKS
1409			
1417			
1428			
1436			
1445			
1454			
1503			
1511			
1519			
1527			
1536			
1544			
1550			
1559			
1607			
1616			
1625			
1633			
1642			
1651			
1700			
1709			
1718			
1727			
1736			
1745			
1754			
1803			
1812			
1821			
1830			
1839			
1848			
1857			
1906			
1915			
1924			
1933			
1942			
1951			
2000			
2009			
2018			
2027			
2036			
2045			
2054			
2103			
2112			
2121			
2130			
2139			
2148			
2157			
2206			
2215			
2224			
2233			

6.5 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IOF, 1994-95

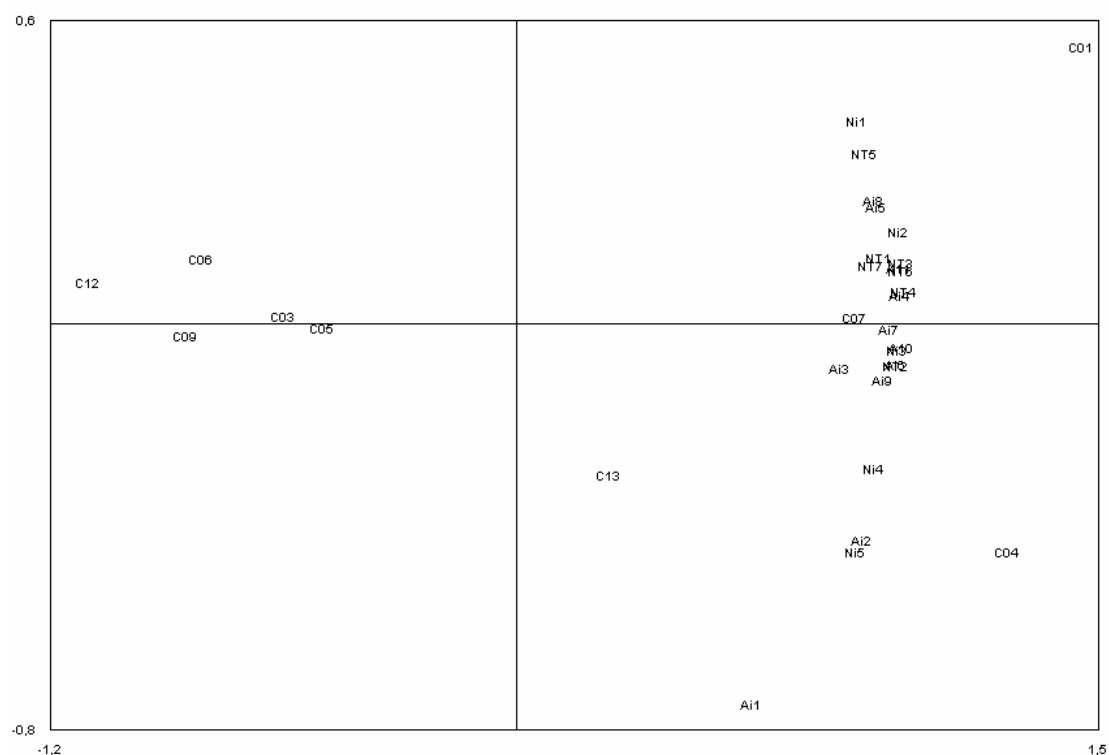
148

ADP compostos por indivíduos idosos (Ai5), aos ADP do tipo casal sem filhos (Ai4) e a outro tipo de ADP (A11) e a quase todos os valores da variável número de titulares de receita (NT). As rubricas de despesa projectadas, em pontos extremos deste 1º quadrante, são *produtos alimentares, bebidas e tabaco* (C01) e *transportes e comunicações* (C07). A projecção no mesmo eixo destas duas rubricas revela a existência de valores fortes entre as mesmas. Neste período elas constituem despesas importantes na estrutura do orçamento familiar. Revela, também, que a massificação do automóvel é já uma realidade, no Continente português.

No 2º quadrante estão representadas os níveis de instrução mais elevados (Ni4 e Ni5), os agregados monoparentais (Ai9 e A10), os ADP do tipo indivíduo só, de todas as idades (Ai1, Ai2 e Ai3) e casal com 1 criança (Ai6) e ADP onde o representante e o cônjuge são os únicos activos a exercer profissão (NT2). As despesas projectadas neste quadrante são *habitação, aquecimento e iluminação* (C04) e *outros bens e serviços* (C13). Repete-se a associação entre estas duas rubricas de despesa e os ADP com elevado volume de capital económico e cultural, verificada em 1973-74. Relembramos que a rubrica *outros bens e serviços* inclui despesas com *higiene e cuidados pessoais*, com *outros artigos*, despesas em *restaurantes, cafés e hotéis*, com *viagens turísticas, tudo incluído*, com *serviços financeiros* e com *outros serviços*. É uma rubrica bastante grosseira mas particularmente significativa para este tipo de ADP. Assim, consideramos pertinente aprofundar o significado e a evolução da mesma na estrutura do orçamento familiar. Para atingir este objectivo é necessário ultrapassar algumas das condicionantes metodológicas (níveis de fiabilidade dos dados), que impedem uma análise detalhada destes diferentes itens de despesa, e redefinir a classificação das rubricas de despesa de modo a torná-las menos grosseiras. Neste sentido, a Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP), adoptada pelo INE a partir do ano 2000, constitui um avanço considerável.

No 3º e no 4º quadrante estão projectadas as despesas com *distracções, espectáculos, instrução e cultura* (C09), com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção* (C05), com *vestuário e calçado* (C03), com *outras despesas* (C12) e com *serviços médicos e de saúde* (C06). Estas despesas são pouco significativas na estrutura do orçamento das famílias. Apenas uma pequena nota para salientar que esta análise reforça a diminuição da importância relativa das despesas com *vestuário e calçado*, entre 1967 e 1995.

Figura 13. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IOF 1994-95, eixo 1 e 2



A associação entre consumos diferenciados e os diversos grupos sociais leva-nos a manter a designação de *eixo do nível de vida* para esta componente principal.

6.6 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IOF, 2000

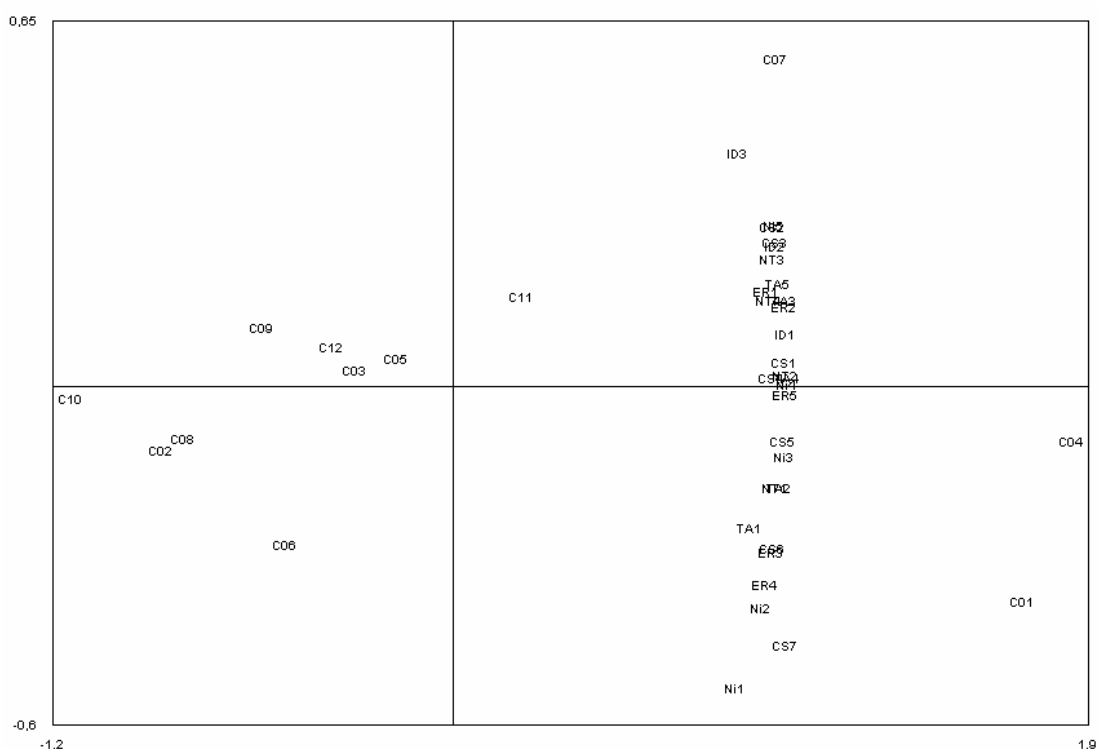
Na ACP aplicada à matriz invertida dos dados do IOF 2000, o 1º factor concentra 91,82% da variância da variável ADP (figura 14). Neste plano factorial as variáveis de caracterização dos ADP presentes, no 1º quadrante, são os indivíduos de todas as idades (ID1 a ID3), todos os indivíduos activos empregados (CS1 a CS4), os ADP com 2 ou mais titulares de receita (NT2 a NT4), os ADP do tipo casal ou monoparental com filhos (TA3 e TA4) e outro tipo de ADP (TA5), os níveis de instrução mais elevados (Ni4 e Ni5) e os escalões de receita inferiores a 9000€ (ER1 e ER2). São, portanto, muito diversas as características dos ADP aqui presentes. As rubricas de despesa projectadas neste quadrante são *transportes* (C07) e *hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11). Esta análise reafirma, uma vez mais, a difusão generalizada do

automóvel a todos os grupos sociais. Mostra, também, que as despesas com *hotéis, restaurantes, cafés e similares* se tornaram relevantes na estrutura do orçamento familiar. Parece-nos pertinente salientar que esta rubrica inclui despesas que podem ser imputadas a tempos de lazer diferentes, ao tempo das férias (*hóteis*) e ao tempo quotidiano (*restaurantes e cafés*). Relembremos que a dimensão temporal é considerada relevante na análise das práticas de consumo. Neste sentido, e dada a importância relativa que esta rubrica de despesa tem vindo a assumir na estrutura do orçamento familiar (4ª maior despesa desde 1989-90), consideramos necessário criar condições que permitam ultrapassar as limitações decorrentes da metodologia de recolha de dados, e viabilizem uma análise mais detalhada da mesma. Só assim será possível verificar em que medida as despesas em *restaurantes e cafés*, que correspondem à *alimentação fora de casa*, constitui ou não uma prática quotidiana e generalizada a todos os grupos sociais. Do mesmo modo, será possível conhecer em que medida se difundiu o hábito das férias em *hotéis*. Esta análise permitirá conhecer, também, qual a importância relativa de cada uma destas rubricas de despesa na estrutura do orçamento familiar.

No 2º quadrante estão projectadas as variáveis de caracterização dos ADP relativas aos indivíduos activos desempregados (CS5) e aos inactivos (CS6 e CS7), aos ADP compostos por um (TA1) ou dois (TA2) indivíduos, com apenas um titular de receita (NT1) e aos níveis de instrução mais baixos (Ni1 a Ni3). As despesas projectadas em proximidade continuam a ser *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01) e *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04). Esta ACP reforça, também, a associação entre o *gosto da necessidade* e um baixo volume de capital económico e cultural.

Representadas no 3º e no 4º quadrantes, no lado negativo do eixo do x, as despesas com *saúde* (C06), *bebidas alcoólicas e tabaco* (C02), com *comunicações* (C08), com o *ensino* (C10) e com *lazer, distração e cultura* (C09) continuam a corresponder a despesas que não caracterizam nenhum dos ADP considerados na análise.

Figura 14. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IOF 2000, eixo 1 e 2

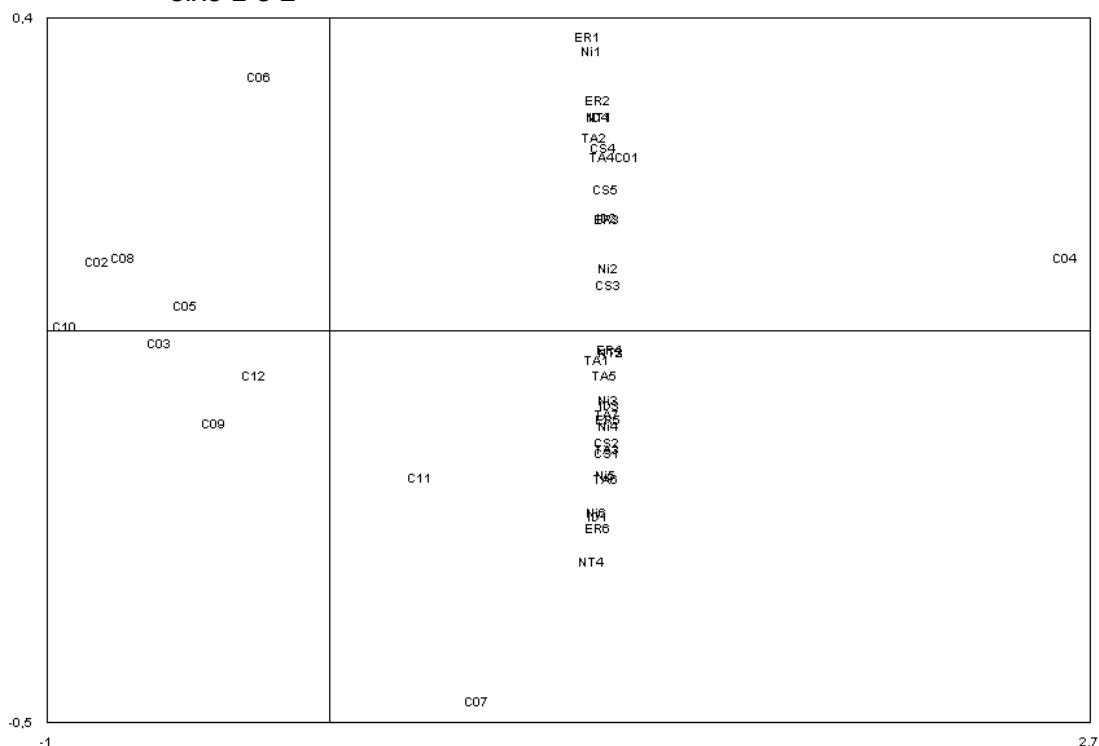


De novo a ACP revela mudanças ao nível das estruturas de consumo que decorrem quer das relações sociais quer dos contextos em que as mesmas têm lugar. Assim, mantemos a designação de *eixo do nível de vida* para esta componente principal.

6.7 A análise em componentes principais (ACP) à matriz invertida de dados do IDF, 2005-06

Na ACP aplicada à matriz invertida dos dados do IOF 2005-06, o 1º factor concentra 94,66% da variância da variável ADP (figura 15). Neste plano factorial as variáveis de caracterização dos ADP presentes, no 1º quadrante, correspondem a ADP compostos por indivíduos activos desempregados (CS3) e aos inactivos (CS4 e CS5), por idosos (ID4), aos níveis de instrução mais baixos (Ni1 e Ni2) e aos escalões de receita inferiores a15600€ (ER1 a ER3).

Figura 15. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida do IDF 2005-06, eixo 1 e 2



As despesas projectadas no 1º quadrante continuam a ser com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01) e *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04). Estas permanecem despesas importantes para os ADP com baixo volume de capital económico e cultural.

No 2º quadrante estão projectadas as variáveis de caracterização relativas às idades mais jovens (ID1 a ID3), aos indivíduos activos empregados (CS1 e CS2), aos níveis de instrução mais elevados (Ni3 a Ni5) e aos escalões de receita superiores a 15600€ (ER4 e ER5). As rubricas de despesa projectadas neste quadrante são, de novo, *transportes* (C07) e *hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11). Nesta análise estas despesas surgem projectadas em proximidade de ADP com elevado volume de capital económico e cultural. Assim, elas são mais importantes na estrutura do orçamento destes ADP e parecem estabelecer alguma distinção, o que não acontecia na ACP relativa ao ano 2000. Este facto reforça a necessidade de aprofundar a análise destas rubricas de despesa.

No 3º e no 4º quadrantes encontram-se representadas as restantes rubricas de despesa, que permanecem pouco significativas na estrutura do orçamento familiar.

O 1º eixo factorial continua a relacionar diferentes consumos com grupos sociais diversos. Consequentemente, mantemos a designação de *eixo do nível de vida* para esta componente principal.

7. A estrutura de consumo nos países da União Europeia (UE). Características e tendências a partir da análise dos dados da Eurostat (1999 e 2005)

A análise quantitativa realizada aos dados Eurostat (1999, 2005) permitiu constatar que são, também, as despesas com *alimentação* (C01), *habitação* (C04) e com *transportes* (C07) que dominam, com valores variáveis quer ao longo do tempo, quer em termos do país em análise, a estrutura do consumo das famílias que residem nos países que integram a UE. Em 1999, a importância relativa das despesas com *alimentação* varia entre os 45,7% (Lituânia – LT) e os 10,1% (Luxemburgo - LU) do total do orçamento das famílias (Quadros 14 e 15). Em 2005, mantém-se a oposição entre estes países mas os valores diminuem para 33,8% (Lituânia – LT) e 9,3% (Luxemburgo - LU). É, assim, reforçada a tendência para a diminuição do valor percentual desta rubrica de despesa nos países que integram a UE.

Quadro 14. Despesa em alimentação (C01) nos países membros da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)

	BE	EL	ES	FR	IE	IT	PT	DK	LU	AT	FI	SE	NL	DE	UK
C01	13,3	16,6	18,3	15,4	15,7	19,0	18,7	13,1	10,1	13,4	14,2	15,4	10,5	11,0	10,5
C01	13,5	15,5	18,0	13,4	12,4	18,6	15,5	11,9	9,3	13,0	12,7	11,4	10,5	11,2	9,9

Fonte: Eurostat 2005, 2006-07

Quadro 15. Despesa em alimentação (C01) nos países membros da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)

	CY	CZ	LV	HU	PL	EE	LT	SK	MT	SI
C01	17,8	23,2	39,1	25,0	32,3	34,0	45,7	29,8	21,1	24,0
C01	15,1	20,6	29,2	22,6	25,3	22,5	33,8	27,0	21,3	16,7

Fonte: Eurostat 2005, 2006-07

Desde logo, é também possível distinguir dois conjuntos de países, designadamente os que constituíram a Europa dos 15 e os que a integraram em 2004. Enquanto no primeiro grupo de países as despesas com *alimentação* (C01) já não ocupam o 1º lugar na estrutura do orçamento familiar e, podem mesmo, descer para a 4ª posição [Alemanha (DE) e Reino Unido (UK), em 1999 e 2005], no segundo grupo de países continuam a dominar a estrutura do orçamento familiar, com a excepção de Chipre (CY). Portugal (PT) regista um valor percentual de 15,5%, igual ao da Grécia (EL). Os únicos países que apresentam um valor superior são a Espanha (ES) e a Itália (IT), com respectivamente 18% e 18,6%. Esta ocorrência parece indiciar que as despesas com *alimentação* são particularmente relevantes nos países de cultura mediterrânea. Simultaneamente, coloca em questão a relação de condicionamento directo entre o nível de desenvolvimento socio-económico do país e as despesas com *alimentação*, a *Lei de Engel*. De facto, os países em questão apresentam níveis de desenvolvimento distintos. Assim, a tese de Halbwachs (1913), que atribui a produção das necessidades às relações sociais, ganha relevo. Deste modo, parece afirmar-se uma autonomia relativa da esfera cultural face à económica.

Os valores percentuais extremos relativos às despesas com *habitação* (C04) registam-se, em 1999, na Alemanha (DE), 31,3%, e em Malta, 9%, e em 2005, na Suécia (SE), 32,2%, e em Malta (MT), 10,73% (quadros 16 e 17). O número de países em que se verifica uma diminuição deste valor é menor (9 países) do que aqueles em que o mesmo aumenta (16 países). As diminuições são na sua maioria de sensivelmente um ponto percentual, com a excepção da Irlanda (IE) em que o decréscimo é de 27,3% para 23,4% (4 pontos percentuais). Os aumentos apresentam uma maior variabilidade, situando-se entre 1 ponto percentual no Reino Unido (UK) e, aproximadamente, 13 pontos percentuais na Polónia (PL) e na Eslovénia (SI). Para muitos destes países, tal como para Portugal, este aumento traduz a ascensão desta despesa ao primeiro lugar na estrutura do orçamento familiar.

Quadro 16. Despesas em habitação (C04) nos países membros da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)

	BE	EL	ES	FR	IE	IT	PT	DK	LU	AT	FI	SE	NL	DE	UK
C04	26,2	21,9	27,5	27,7	27,3	24,7	19,8	28,4	27,4	23,9	28,1	26,8	26,7	31,3	28,3
C04	25,3	24,0	30,3	26,3	23,4	29,6	26,6	29,9	30,1	22,3	27,2	32,2	25,6	29,6	29,6

Fonte: Eurostat 2005, 2006-07

Quadro 17. Despesa em habitação nos países que integraram a UE em 2004, em 1999 e 2005 (%)

	CY	CZ	LV	HU	PL	EE	LT	SK	MT	SI
C04	19,8	17,5	17,7	20,0	19,1	18,0	12,9	15,8	9,0	10,7
C04	21,6	20,1	17,1	19,4	31,3	29,9	18,9	23,4	10,7	23,0

Fonte: Eurostat 2005, 2006-07

As despesas com *transportes* (C07) registam valores percentuais extremos menos díspares do que os verificados para as despesas anteriormente analisadas (quadros 18 e 19). Em 1999, o valor máximo é de 18% no Chipre (CY) e na Eslovénia (SI) e o mínimo é de 6% na Estónia (EE). Em 2005, é em Malta (MT), no Luxemburgo (LU) e na Áustria (AT) que se regista o valor mais elevado, respectivamente 16,6% e 16,2% e 16,1%. O valor mais baixo (8,1%) surge na Polónia (PL) e na Lituânia (LT). No caso das despesas com *transportes* são mais os países em que o valor percentual diminui [11 países, entre os quais Portugal (PT)] do que aqueles em que aumenta (9 países), numa relação quase inversa à registada para a rubrica de despesa *habitação*. Nos restantes cinco países, o valor percentual permanece estável. A variação mais significativa corresponde a um decréscimo de 4 pontos percentuais no Chipre (CY) e a um aumento de igual valor na Estónia (EE). Importa, assim, continuar a acompanhar a variação percentual desta despesa para confirmar se a tendência para a estabilização do seu valor percentual corresponde ou não ao alcançar de um patamar de satisfação desta necessidade.

Quadro 18. Despesa em transportes (C07) nos países membros da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)

	BE	EL	ES	FR	IE	IT	PT	DK	LU	AT	FI	SE	NL	DE	UK
C07	12,5	11,2	12,5	13,9	13,3	13,7	15,0	14,1	15,5	14,4	17,0	13,4	10,3	13,3	13,6
C07	12,9	10,4	10,5	13,5	11,6	11,9	12,9	13,8	16,2	16,1	15,7	14,2	10,9	13,3	13,5

Fonte: Eurostat 2005, 2006-07

Quadro 19. Despesas em transportes (C07) nos países que integraram a UE em 2004, em 1999 e 2005 (%)

	CY	CZ	LV	HU	PL	EE	LT	SK	MT	SI
C07	18,0	11,3	7,6	11,5	9,6	6,0	7,6	8,6	16,5	17,6
C07	14,6	11,1	10,9	14,1	8,1	10,0	8,1	9,2	16,6	15,6

Fonte: Eurostat 2005, 2006-07

A posição relativa destas três principais rubricas de despesa (C01, C04 e C07) na estrutura do orçamento familiar enfatiza, uma vez mais, a influência que o nível de desenvolvimento económico e social do país em análise (Lei de Engel) e o volume de capital económico e cultural das famílias (Bourdieu), exercem sobre as práticas de consumo. Estas variáveis revelam-se centrais na determinação das estruturas do consumo. Importa, contudo, salientar que os resultados indiciam uma autonomia relativa da cultura face às condicionantes económicas. Assim, o contexto afirma-se como uma outra variável central na análise das práticas de consumo.

As despesas com *lazer, distração e cultura* (C09) correspondem à terceira maior despesa da estrutura do orçamento familiar no Reino Unido (UK), no período em análise (quadros 20 e 21). Em 1999, na Bélgica (BE), Dinamarca (DK), Irlanda (IE), Holanda (NL), Áustria (AT), Finlândia (FI), República Checa (CZ), Estónia (EE), Malta (MT) e Polónia PL), ocupam a quarta posição, com valores entre 12,3% e 7%. Em 2005, esta rubrica de despesa mantém a quarta posição nos países Dinamarca (DK), Áustria (AT), Finlândia (FI), Suécia (SE), República Checa (CZ), Estónia (EE), Malta (MT), Polónia PL), Eslovénia (SI) e Eslováquia (SK), com valores que oscilam entre os 13,3% e os 6,2%.

Quadro 20. Despesa em cultura lazer (C09) nos países da "Europa dos 15", em 1999 e 2005 (%)

	BE	EL	ES	FR	IE	IT	PT	DK	LU	AT	FI	SE	NL	DE	UK
C09	10,7	4,5	6,2	7,4	9,2	6,3	4,8	11,2	8,7	12,3	10,7	14,6	10,4	11,9	13,4
C09	9,5	4,2	6,4	6,9	10,1	5,8	5,7	11,4	7,5	12,6	11,2	13,3	10,9	11,1	12,3

Fonte: Eurostat 2005, 2006-07

Quadro 21. Despesa em cultura e lazer (C09), nos países que integraram a EU em 2004, em 1999 e 2005 (%)

	CY	CZ	LV	HU	PL	EE	LT	SK	MT	SI
C09	6,0	11,3	5,7	6,8	7,0	7,0	3,6	8,3	10,0	8,7
C09	6,0	10,6	6,3	8,5	6,2	6,4	4,3	6,6	10,1	9,4

Fonte: Eurostat 2005, 2006-07

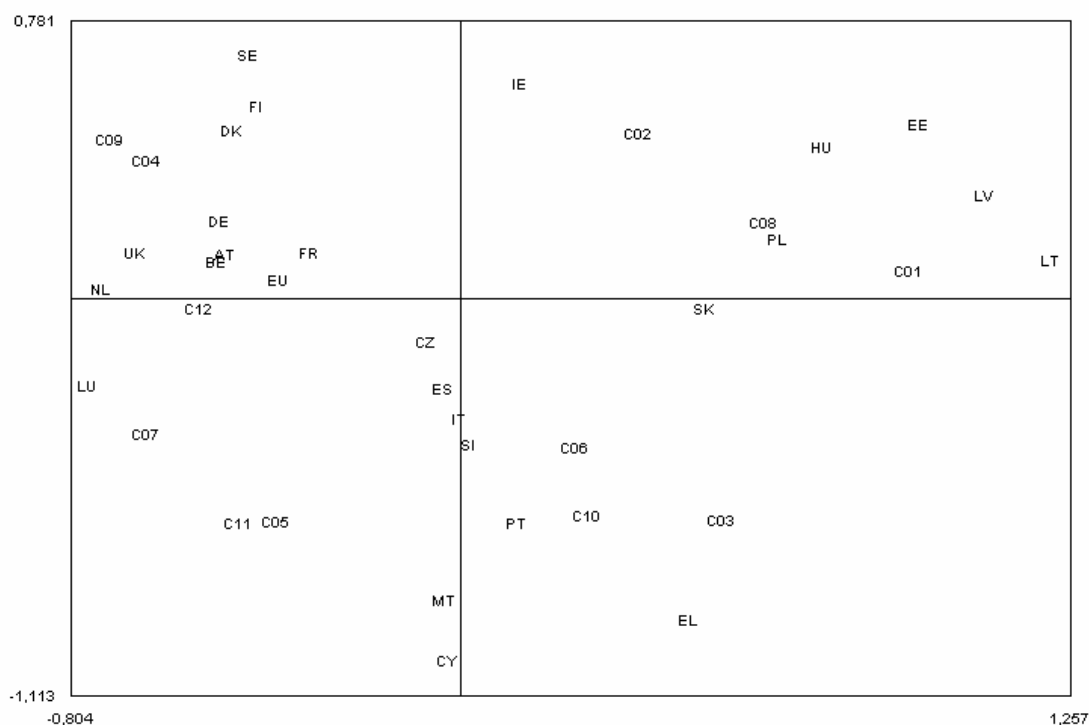
O aumento da importância relativa desta rubrica de despesa encontra-se associado a um elevado nível de satisfação das necessidades básicas, a uma maior autonomia do *gosto* relativamente às condições materiais de existência (Bourdieu). Neste sentido, constitui, também, um indicador de modernidade. Contudo, os dados enfatizam, de novo, o condicionalismo do contexto cultural sobre as práticas de consumo ao revelarem que nos Países de Leste, onde as despesas com *produtos alimentares* são ainda significativas [20,6 % na República Checa (CZ) e 25,3 % na Polónia (PL)], as despesas com *cultura e lazer* (C09) ocupam uma posição cimeira na estrutura do orçamento das famílias (4ª posição na República Checa e na Polónia), como já foi anteriormente salientado. Fica, assim, reforçada uma vez mais a importância e a autonomia que a cultura assume face às determinantes económicas, ao nível dos comportamentos de consumo.

Em Portugal (PT), no período em análise, os valores das despesas com *cultura e lazer* (C09) são próximos dos 6% e a posição oscila entre o 9º e o 7º lugar, permanecendo uma despesa pouco significativa e constituindo um indicador de uma *modernidade inacabada* que caracteriza o país (Viegas e Costa, 1998), e que nos remete para uma posição marginal, para “a cauda da Europa”. Esta constatação é reforçada pela comparação estabelecida a partir do valor percentual desta rubrica em alguns países da União Europeia, no ano de 1999. Nesse ano, o valor percentual era já da ordem dos 6%, no Chipre (CY) e na Espanha (ES). Em alguns dos Países do Leste, como na Polónia (PL), Eslovénia e República Checa (CZ), oscilava entre os 7 % e os 11%. Na Suécia (SE) o valor era mais de duas vezes superior (13,3%) ao registado em Portugal, no ano de 2005. Não obstante importa salientar que o crescimento médio anual da importância relativa desta rubrica foi de 10,4%, entre 1997 e 2002 (Eurostat, 2005:25). Em suma, e uma vez mais, reafirma-se a autonomia relativa da cultura face aos condicionalismos de pendor mais económico.

8. A análise em componentes principais (ACP) à matriz de dados da Eurostat, 1999

Na Análise em Componentes Principais (ACP) realizada à matriz de dados da Eurostat, de 1999 (figura 16), o primeiro eixo explica 31,63% da variância da variável rubricas de despesa e o segundo eixo explica 20,6%, conferindo um grau significativo de fiabilidade à mesma. Da leitura do primeiro eixo não podemos deixar de salientar a proximidade entre as despesas com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01), e com *comunicações* (C08), que corroboram a importância que esta última rubrica de consumo adquiriu na contemporaneidade, passando de uma *necessidade derivada* para uma *necessidade essencial/básica* na era da globalização.

Figura 16. Plano de projecção dos dados relativos à matriz da Eurostat 1999, eixo 1 e 2



Queremos, também, destacar a presença simultânea de países com um menor grau de desenvolvimento socioeconómico, designadamente a Hungria (HU), a Polónia (PL), a Letónia (LV) e a Lituânia (LT) e das despesas com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01), do lado direito deste 1º eixo, por oposição à presença, também simultânea, de países com maior grau de desenvolvimento socio-económico, designadamente Finlândia (FI), a Dinamarca (DK), Alemanha (DE), Reino Unido (UK), Áustria (AT), Bélgica (BE) e França (FR) e das despesas com *lazer, distração e cultura*

(C09) e com *outros bens e serviços* (C12), do lado esquerdo do eixo. De novo a designação de *eixo do gosto* parece-nos adequada, uma vez que este factor opõe as despesas relativas a bens essenciais (alimentação) a despesas relativas a bens de luxo (cultura e lazer, outros bens e serviços), isto é o *gosto da necessidade* ao *gosto do luxo*.

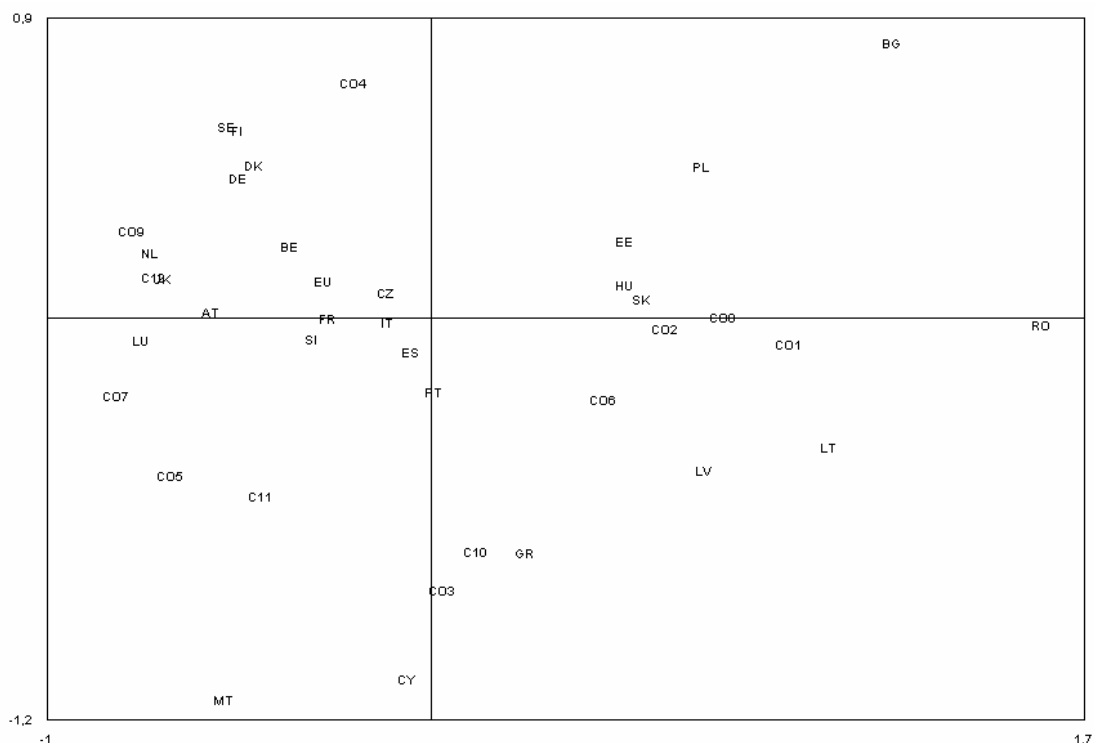
No eixo 2, queremos destacar a presença simultânea das despesas com *bebidas alcoólicas* (C02) e da Irlanda (IE), no lado positivo, por oposição à presença, também simultânea, das rubricas de despesas *saúde* (C06) e *ensino* (C10) e de Portugal (PT) e da Grécia (EL), no lado negativo. Estas despesas, pouco significativas na estrutura do orçamento familiar, revelam traços culturais dos países projectados em proximidade, que se repercutem nas estruturas de consumo. Daí designarmos esta componente principal de *eixo do contexto*. Com esta designação queremos, uma vez mais, destacar os contributos de Costa relativamente à necessidade de atender ao *meio social*, o contexto, na análise das práticas de consumo.

9. A análise em componentes principais (ACP) à matriz de dados da Eurostat, 2005

Na Análise em Componentes Principais (ACP) realizada à matriz de dados da Eurostat 2005 (figura 17), o 1º factor explica 37,76% da variância da variável estrutura do consumo e o 2º factor explica 19,67%, conferindo um grau significativo de fiabilidade à mesma. Sobre o lado positivo do eixo do x, está projectada a despesa com *comunicações* (C08). Próximo desta, mas já no 2º quadrante surgem as despesas com *bebidas alcoólicas* (C02), com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01) e, um pouco mais distante, as despesas com *saúde* (C06). Neste quadrante os países representados são a Roménia (RO), a Lituânia (LT) e a Letónia (LV). Importa referir que estas quatro rubricas de despesa, entre as quais surge de novo a relativa a despesas com *comunicações* (C08), ao serem projectadas em proximidade apresentam valores fortes entre si. Elas constituem rubricas de despesa importantes na estrutura das famílias residentes naqueles países. Em oposição a estes indivíduos (países) e àquelas variáveis (rubricas de despesa), surgem 3º quadrante, lado negativo do eixo do x, as despesas com *hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11), com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação* (C05) e com *transportes* (C07). O país projectado neste quadrante é Luxemburgo (LU). Finalmente no 4º quadrante, surgem as despesas com *outros bens e serviços* (C12) e com *lazer, distracção e cultura* (C09) e próximo destas os países Reino Unido (UK) e Holanda (NL). Este eixo

factorial continua a opor as despesas relativas ao *gosto da necessidade* às relativas ao *gosto do luxo*, pelo que mantemos a designação de *eixo do gosto* para esta componente principal.

Figura 17. Plano de projecção dos dados relativos à matriz da Eurostat 2005, eixo 1 e 2



O 2º factor projecta no seu lado positivo, no 4º quadrante, as despesas com *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04). Em oposição, no lado negativo do eixo e no 2º quadrante, estão representadas as despesas com *ensino* (C10) e com *vestuário e calçado* (C03). Projectado em proximidade surge a Grécia (GR) e o Chipre (CY). Esta projecção em proximidade evidencia a importância que aquelas despesas assumem na estrutura destes países. Significa, ainda que nestes países as despesas com *habitação* (C04) não apresentam valores tão fortes. Assim, de novo a questão do contexto é privilegiada por este eixo, e a designação de *eixo do contexto* sai reforçada.

10. Análise à matriz invertida dos dados da Eurostat, 1999

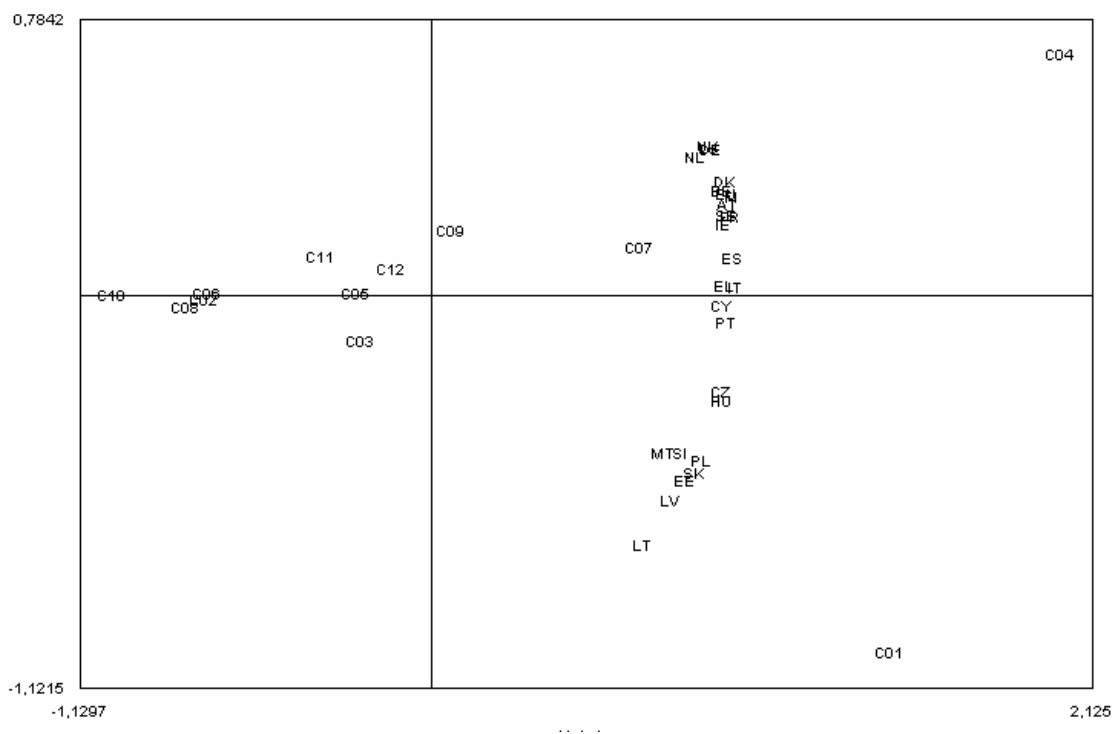
Na ACP relativa à matriz invertida de dados da Eurostat, 1999, o 1º eixo factorial concentra 80,98% da variância da variável países membros da EU, em 2004 (figura 18), o que o torna muito significativo. A projecção desta variável faz-se segundo uma linha quase contínua, perpendicular a este factor, ao eixo do x, que traduz uma hierarquia dos países em função do seu grau de desenvolvimento socio-económico e da sua estrutura de consumo. No 1º quadrante encontramos todos os países que integram a designada *Europa dos 15*, com excepção de Portugal (PT) que surge no 2º quadrante, imediatamente a seguir ao Chipre (CY). Importa, também, salientar que a Espanha (ES), a Grécia (EL) e a Itália (IT), estão projectadas no 1º quadrante, mas muito próximo do eixo do x. Assim, os países de cultura mediterrânea surgem projectados em proximidade neste plano factorial. A posição de Portugal (PT) relativamente a estes dois conjuntos de Países (*Europa dos 15* e países de cultura mediterrânea) constitui mais um indicador que reforça o seu ainda incipiente nível de desenvolvimento. Também no 1º quadrante, no campo superior direito do gráfico, surge representada por defeito na projecção dos dados, a rubrica de despesa *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04) e, mais próximo da nuvem dos países, a rubrica *transportes* (C07). A projecção em proximidade dos indivíduos (rubricas de despesa) e das variáveis (países da UE) traduz a existência de valores fortes entre ambos, ou seja, significa que estas despesas assumem particular relevância na estrutura do orçamento das famílias que residem naqueles países.

No 2º quadrante estão projectados, para além de Portugal (PT), todos os países que integraram a UE em 2004. A única rubrica de despesa presente neste quadrante é *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01). Ao verificar-se a projecção em proximidade de países com um fraco nível de desenvolvimento socioeconómico e das despesas relativas a necessidades básicas (alimentação), enfatiza-se a importância que estas assumem na estrutura de consumo destes países. Assim, também nesta ACP, se confirma que o *gosto da necessidade* é fortemente condicionado pelas condições materiais de existência.

As rubricas de despesa que estão projectadas no lado negativo do eixo do x, nos 3º e 4º quadrantes, são *bebidas alcoólicas, tabaco* (C02), *ensino* (C10), *saúde* (C06) e *comunicações* (C08). Estas despesas, que apresentam valores fortes entre si, ao serem projectadas no pólo oposto deste eixo factorial surgem como despesas pouco significativas na estrutura do orçamento familiar dos países que compõem a EU, em 1999. Correspondem a despesas não distintivas ao nível das práticas de

consumo. De facto, o seu valor percentual é bastante reduzido (oscila entre os 7,8% e os 0,10% do valor total). As restantes despesas encontram-se próximo do cruzamento dos eixos, numa zona em que o ruído na projecção dos dados é elevado, facto que inviabiliza a interpretação das mesmas.

Figura 18. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida da Eurostat 1999, eixo 1 e 2



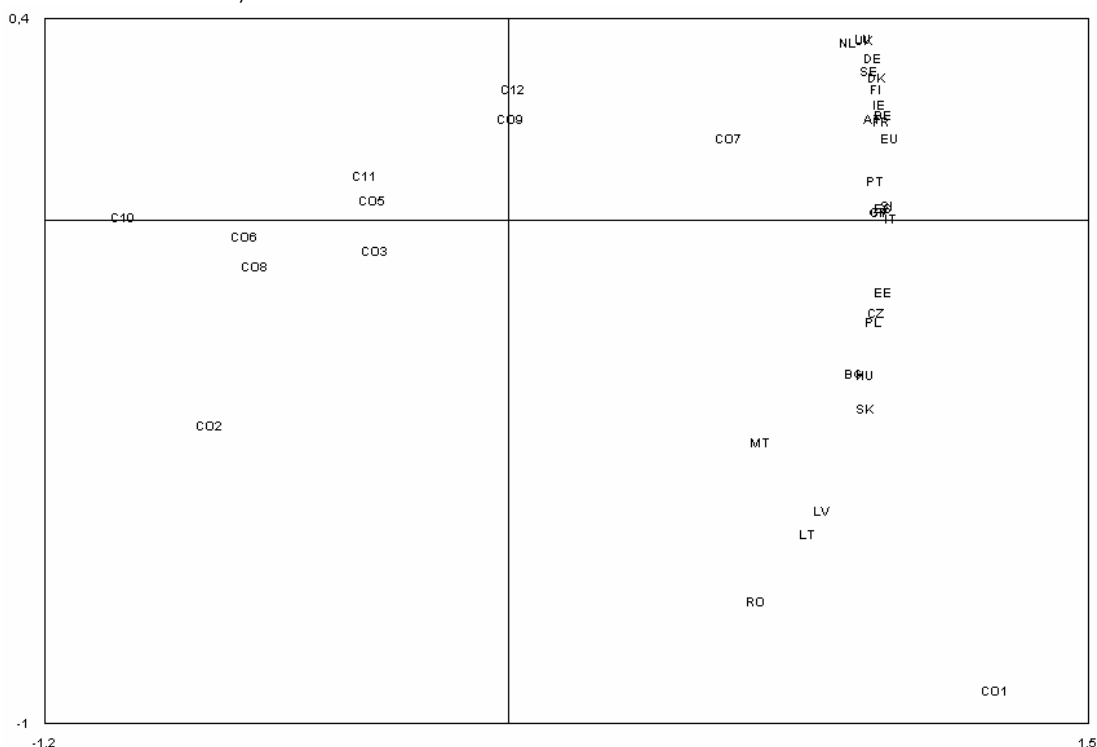
Atendendo a que este eixo factorial estabelece quer a distinção entre rubricas de despesa muito e pouco significativas na estrutura do orçamento familiar, quer entre países em função do seu nível de desenvolvimento socioeconómico, consideramos que a designação de *eixo do nível de vida* continua a ser adequada para esta componente principal.

11. Análise à matriz invertida dos dados da Eurostat, 2005

Na ACP relativa à matriz invertida de dados da Eurostat, 2005, o 1º eixo factorial concentra 84,37% da variância da variável países membros da EU, em 2004 (figura 19). No 1º quadrante encontramos todos os países que integraram a designada *Europa dos 15*. Portugal (PT) parece liderar o grupo dos países de cultura

mediterrânea, já que só depois estão projectados a Espanha (ES), a Grécia (EL) e a Itália (IT). O Chipre (CY) e a Eslovénia (SI) completam este último grupo de países representados sobre este eixo factorial. Neste quadrante mantêm-se presentes as rubricas de despesa *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04) e *transportes* (C07).

Figura 19. Plano de projecção dos dados relativos à matriz invertida da Eurostat 2005, eixo 1 e 2



No 2º quadrante estão projectados os países que integraram a UE em 2004 e em 2007 [Bulgária (BG) e Roménia (RO)]. A única rubrica de despesa presente neste quadrante continua a ser *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01). De novo são projectados em proximidade os países com um fraco nível de desenvolvimento socioeconómico e as despesas relativas a necessidades básicas (alimentação). Assim, reforça-se a associação entre o *gosto da necessidade* e as condições materiais de existência.

A ACP realizada corrobora os resultados da análise do valor percentual das rubricas de despesa, já apresentados. De facto, com uma importância relativa que varia em função do nível de desenvolvimento socioeconómico do país e das suas especificidades culturais, as rubricas de despesa mais significativas na estrutura do orçamento familiar, nos países que integram a UE, são *habitação; despesas com*

água, electricidade, gás e outros combustíveis (C04), transportes (C07) e produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (C01). Neste sentido, consideramos adequada a designação de *eixo do nível de vida* para esta componente principal.

Os resultados da análise à matriz de dados da Eurostat (1999 e 2005) e, também, do IOF (1967 a 2006) permitem confirmar uma das grandes teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida. O capital económico e o capital cultural afirmam-se como determinantes na estruturação do sistema de disposições e, assim, das práticas que são, simultaneamente, estruturadas e estruturantes. Enfatizam, também, a importância do contexto ao nível das práticas de consumo. É relativamente a este que se afirma uma autonomia, ainda que relativa, da dimensão cultural face às condicionantes de pendor mais económico.

12. A sociedade portuguesa: entre tradição e modernidade

A sociedade portuguesa, nas décadas de 1960 a 1990, é marcada por uma mudança estrutural à qual se encontra associada a difusão de novos valores e estilos de vida. Entre as mudanças registadas interessam-nos particularmente as que condicionam as práticas de consumo. Neste sentido, importa enfatizar a formação da *sociedade de consumo* e nesta, as mudanças relativas aos níveis de vida e, em particular, à evolução das despesas médias (Barreto, 2000).

A emergência da *sociedade de consumo* está associada ao declínio do autoritarismo e a um maior igualitarismo, à laicização dos costumes e das instituições (família, religião, etc.), a uma maior permissividade nos comportamentos e nos valores. Esta é, também, uma sociedade caracterizada pelo alargamento dos direitos sociais (à educação, à saúde, à habitação, ao emprego, entre outros), pela diversificação das aspirações potenciada pela informação e pelo conhecimento, pela alteração das relações intergeracionais (“cultura jovem”) e pelo aumento exponencial das ofertas de bens e serviços para a população jovem [lazer, comunicações (novas tecnologias), vestuário, etc.]. Na sociedade portuguesa as mudanças referentes à adopção de novos “padrões de consumo, de distribuição, de comunicação e de expressão” são mais céleres do que as relativas ao estabelecimento de “padrões de produção, de distribuição de rendimentos, de equidade e de eficácia dos serviços públicos” (Barreto, 2000:68). Esta mudança rápida acentuou e criou novos desequilíbrios na sociedade portuguesa. Se uma parte desta vive a “modernidade contemporânea das sociedades ocidentais, não se distinguindo, pelos seus

comportamentos, dos padrões europeus” (Barreto, 2000:68), outra parte permanece associada a um imobilismo, resiste à mudança ou não consegue adaptar-se a esta.

A evolução da estrutura do orçamento familiar traduz um aumento do bem-estar, visível através da diminuição das despesas com a alimentação e com o vestuário, e de um aumento dos valores relativos à habitação, aos transportes e à cultura (Barreto, 2000). A taxa de poupança das famílias aumenta significativamente entre 1960 e meados de 1970 (de 6% para 27%), e permanece estável até 1987 (25%). A partir desta data verifica-se uma tendência para diminuir (14% em 1999), (Barreto, 2000:49). Uma grande parte destas mudanças foi já realçada na análise que apresentamos ao longo deste capítulo.

Como já salientamos, e não obstante toda a mudança registada, persistem défices de modernização que afastam a sociedade portuguesa do padrão que caracteriza os países europeus de modernidade avançada e que reforçam a ideia de uma *modernidade inacabada* (Machado e Costa, 1998). Entre eles refira-se, pelo condicionamento que exerce ao nível do desenvolvimento da sociedade, o nível de escolarização e de qualificação profissional dos portugueses. Contudo, importa salientar que, no período em análise, se verificaram importantes avanços no domínio da educação. Designadamente foi alcançada uma paridade entre sexos; aumentou a população estudantil universitária e multiplicaram-se os programas de formação profissional. Estas mudanças repercutiram-se na estrutura socioprofissional que, apesar de mais diversificada, revela um desfasamento entre estes dois sistemas. Em particular, o desemprego entre os licenciados enfatiza os défices de modernização do sector produtivo em Portugal.

Dos processos de recomposição socioprofissional, e das mudanças nas estruturas sociais que os mesmos traduzem, interessa destacar a feminização da população activa e as consequentes repercussões ao nível do estatuto social das mulheres (independência económica), das relações familiares (redefinição de papéis e tarefas) e dos estilos de vida. A tendência para a acumulação dos papéis familiares e profissionais condiciona, como já salientamos, as práticas de consumo, em especial as relativas à alimentação fora de casa.

A terciarização da sociedade portuguesa está intimamente associada à feminização da população activa, à urbanização, à escolarização, ao crescimento de grupos profissionais e das novas classes médias (profissões científicas e técnicas). Convém contudo salientar que, neste sector, são diversas as exigências ao nível da escolarização e da profissionalização. De salientar, também, que o processo de urbanização, marcado pelas dicotomias rural / urbano, litoral / interior e norte / sul, é caracterizado, nas décadas de 1980 e 1990, pela emergência e consolidação de

novos pólos de atracção (urbanização difusa no litoral Norte, Centro e Algarvio; cidades de média dimensão e áreas de industrialização disseminada). Com a urbanização difundem-se novos estilos de vida, práticas de lazer e padrões de consumo que se prendem com uma maior diversificação das ofertas de bens e serviços (Machado e Costa, 1998).

A recomposição da estrutura de classes reforça, também, a persistência de contrastes. Nas décadas de 1960 a 1990, regista-se um declínio das fracções de classe associadas ao sector primário (agricultura), um aumento pouco significativo das fracções relativas ao sector secundário (industrialização tardia e parcial) e o crescimento das fracções de classe referentes ao sector terciário (empregados executantes detêm um papel central na terciarização da sociedade portuguesa; crescimento dos profissionais técnicos e de enquadramento). As posições dominantes na estrutura de classes, correspondentes aos empresários e aos dirigentes e profissionais técnicos e de enquadramento, são caracterizadas por uma composição sexual e etária, e por níveis de instrução muito distintos. Elas traduzem duas lógicas de constituição dos grupos sociais e de fluxos de mobilidade centradas por um lado na actividade empresarial e, por outro, no capital escolar (dirigentes e profissionais técnicos e de enquadramento, mais jovens e maior taxa de feminização). Verifica-se, assim, uma forte correlação entre a escolarização e a mobilidade social. No espaço de apenas uma geração registam-se trajectos de ascensão social muito significativos que potenciam a existência de hiatos entre as condições materiais de existência em que o *habitus* foi incorporado e aquelas em que este é actualizado. Esta mudança repercute-se, necessariamente, ao nível dos valores e das éticas de vida que correspondem a factores condicionantes das práticas de consumo (Machado e Costa, 1998).

Antes de passarmos a uma breve caracterização das constelações de valores e de éticas de vida que coexistem na sociedade portuguesa, importa precisar, ainda que de modo breve, o que se entende por estes conceitos e o modo como se relacionam. Nesta investigação adoptamos o conceito de valores proposto por Almeida (1990), “os valores são expressão de sistemas organizados e duradouros de preferências” (Almeida, 1990:1). Para o autor, os valores e as representações (“avaliações cognitivas, igualmente estruturadas, de realidades, processos, situações”) podem ser analisados quer no plano social, relativo às dimensões culturais da sociedade, quer no plano individual, correspondente ao *habitus*. Consideramos, também, a relação que Pais (1998) estabelece entre valores e estilos de vida. Para este autor, os estilos de vida correspondem a um conjunto de práticas através das quais se associam diferentes aspectos da vida dos indivíduos (alimentação, vestuário e calçado, cultura e lazer, etc.) aos diversos modelos culturais que coexistem numa

sociedade [cultura dominante; subculturas (juvenis, locais, entre outras)]. Assim, “os *estilos de vida* são diferentes entre si porque diferentes são os valores que orientam esses estilos” (Pais, 1998:23). Associado aos conceitos de valores e de estilos de vida encontra-se o conceito de ética de vida. Pais utiliza a palavra *ética* no duplo sentido de “finalidade de vida” e “meios de as alcançar” e de *ethos*, “noção que exprime a ideia de *cultura moral*” (Pais, 1998:17). Como salientamos na abordagem teórica às diferentes correntes no âmbito da sociologia do consumo, todas estas noções são centrais na análise das práticas de consumo.

Importa, também, referir os contributos de Inglehart (1997) no domínio da mudança ao nível dos valores e da sua relação com as gerações. Para o autor, é o efeito gerado pelo cruzamento entre a sucessão de gerações e o desenvolvimento económico que explica a mudança de valores relacionados com a segurança e as necessidades económicas (valores materialistas) para os valores pós-modernos, relativos à auto-realização e à satisfação subjectiva. Esta alteração é, essencialmente, condicionada pelo desenvolvimento económico que se repercute no nível de instrução das gerações mais jovens. Inglehart refere, ainda, que o processo de individualização se encontra fortemente associado à emergência de valores pós-modernos. É com base nesta proposta que Almeida (1990) desenvolve um estudo centrado nos valores e representações sociais dos portugueses. Os resultados obtidos permitem concluir que na sociedade portuguesa coexistem valores materialistas e pós-modernos. A prevalência de valores seculares e as preocupações decorrentes de valores materialistas (criminalidade, insegurança relativamente à condição económica) são referidos como factores que diminuem ou mesmo obstam à mudança cultural.

Estas conclusões foram reforçadas por um estudo coordenado por Pais (1998), baseado num vasto inquérito às diferentes gerações (sentido demográfico). Assim, foram identificados como valores prevaletentes entre os jovens os relativos à expressividade, ao narcisismo, à sedução, ao hedonismo, ao convivialismo, à transgressão, à diversão, à experimentação e à tolerância. Constatou-se, ainda, que a geração mais jovem e a mais idosa partilham os valores do individualismo (de pendor materialista para os mais idosos e expressivo para os mais jovens) e a solidariedade (de natureza moral para os mais idosos e mais *convivial* para os jovens). Os outros valores que caracterizam a geração mais idosa são os relativos ao materialismo e à ordem, ao conservadorismo, ao moralismo, ao puritanismo e ao cepticismo (Pais, 1998: 32-33). Uma outra conclusão deste estudo é que se verifica “uma certa horizontalidade intergeracional de valores” (Pais, 1998: 39), que se traduz numa influência que os jovens exercem sobre os mais velhos ao nível dos *gostos* e da iniciação de certas práticas (novas tecnologias, música). Importa, ainda, referir que

algumas destas oposições entre os valores das gerações mais jovens e mais idosas se restringem ao *efeito de ciclo de vida* (Inglehart, 1997) ou da *idade* (Pais, 1998) insuficiente para gerar uma mudança consistente e não ao *efeito geracional*. O estudo coloca estas mudanças ao nível dos valores em relação com transformações que ocorreram na sociedade portuguesa, a diversos níveis (desenvolvimento económico, social, etc.) e que já referimos anteriormente. Importa, contudo, destacar as relativas à identificação ideológica das classes sociais. Neste domínio, o autor considera a emergência do princípio do *heterocliticismo ideológico*, caracterizado pelo enfraquecimento das ideologias “inerentes” (mais desestruturadas, perda da exclusividade); pela “omnivoridade consumista” (valores hedonistas, “sonhos de consumos”); pelo “declínio da ética moral do dever” (valores instrumentais como a obediência, o respeito, etc.), pela “precariedade nómica dos valores” [flexibilidade, pluralidade e inconstância das normas; novas formas de filiação social (“comunidades emocionais”)]; pela “conflitualidade crescente em relação a valores do mundo da intimidade” (aborto, homossexualidade, sexualidade, consumo de drogas, etc.) e pela “valorização do «espírito de aventura» e da ética de «experimentação» (aspiração “à vida festiva”, à realização profissional, entre outros). Este estudo contempla, ainda, “o impacto de acontecimentos de grande magnitude social nas trajetórias dos indivíduos”, nomeadamente a Grande Guerra e a Revolução do 25 de Abril (Pais, 1998:27). É, aliás, em função deles que se definem as duas éticas de vida que caracterizam as gerações mais idosas e mais jovens (Ferreira, 1998:129-130). Assim, a *Geração da Grande Guerra* é associada à *ética puritana ou protestante*, caracterizada por “um forte rigor e conservadorismo moral, menor tolerância face à diferença e maior desconfiança face à mudança e inovação” (Ferreira, 1998:143) e por valores materialistas e pela poupança. Em oposição, à *Geração do 25 de Abril* corresponde a *ética de vida romântica*, uma ética marcadamente hedonista e consumista, caracterizada pela valorização do prazer e da diversão, pela desvalorização do trabalho, pela transgressão das normas morais tradicionais, pela tolerância e curiosidade face ao novo, pela experimentação (Ferreira, 1998:144). Por considerarmos pertinente para a análise das práticas de consumo, retomaremos estas *éticas de vida* nos capítulos relativos aos estudos de caso (retratos sociológicos).

A caracterização da sociedade portuguesa que acabamos de realizar reforça a relação existente entre as práticas de consumo e a diversidade de mudanças verificadas na mesma. Designadamente, através dela estabelecemos uma relação de condicionamento entre o nível de desenvolvimento socioeconómico do país e a estrutura do orçamento familiar das famílias. Relacionamos, também, o desenvolvimento socioeconómico com as éticas de vida. Finalmente, associamos

estas últimas às práticas de consumo. Assim, esta análise enfatizou um conjunto de hipóteses clássicas que integramos nos estudos de caso.

Capítulo 3. A ANÁLISE DAS *LISTAS DE DESPESAS*

1. As listas de despesa: um estudo de caso

Os resultados da análise da variação percentual das rubricas de despesas e da ACP realizada à matriz de dados do INE permitiram identificar um conjunto de mudanças ao nível das estruturas de consumo das famílias, ao longo do período em análise (1967 a 2006). Neste período algumas despesas tornaram-se particularmente significativas quer em termos do seu valor percentual (*habitação, transportes, hotéis, restaurantes e cafés, outros bens e serviços*) quer por se afirmarem como despesas específicas de uma nova estrutura de consumo (*lazer e cultura, comunicação*), quer por corresponderem a despesas distintivas ao nível das mesmas (*móveis e equipamento doméstico, bebidas alcoólicas*). Revelaram, também, que as despesas com *ensino* permanecem pouco significativas e na última posição na estrutura do orçamento familiar. Assim, consideramos pertinente aprofundar o conhecimento sobre estas nove rubricas de despesa.

A análise reforçou a relação de condicionamento entre poder/volume e espécie de capitais e as variantes do *gosto* e, conseqüentemente, sobre as práticas de consumo (Bourdieu, 1979). Designadamente, corroborou a ideia de que o capital escolar institucionalizado desempenha um papel central no processo de reprodução social e de dominação simbólico-ideológica. Enfatizou, também, uma autonomia, ainda que relativa, da cultura face às determinantes económicas, ao nível das práticas de consumo. E, ainda, a necessidade de atender ao contexto (social, cultural, político e de interacção) na análise destas práticas (Costa, 1999). Finalmente, confirmou a relação de condicionamento entre um conjunto de variáveis como a idade, o nível de instrução, a categoria socioeconómica, o rendimento, o tipo e a dimensão da família, o número de titulares de receita existentes na mesma e as práticas de consumo (Cruz, 1996). Em suma, reafirmou que estas práticas e as necessidades que as geram espelham a cultura e o grau de participação dos diferentes grupos na vida social. Consequentemente, fortaleceu a conceptualização do consumo quer enquanto construção social, quer como forma de representação colectiva da sociedade sobre si mesma (Halbwachs, 1913). Foram, também, salientadas algumas limitações decorrentes da metodologia de recolha de dados. Nomeadamente, as dificuldades na realização de um estudo mais aprofundamento dos itens que compõem as diferentes rubricas de despesa e da sua relação com as variáveis que condicionam as práticas de consumo. Estas são questões centrais na análise sociológica do consumo que, como já referimos anteriormente, não estão contempladas nos objectivos definidos para os IDF, pelo INE. De facto, estes obstáculos decorrem de uma análise secundária dos dados.

Com o objectivo de obter mais informação sobre as nove rubricas de despesa acima referidas, e sem qualquer pretensão de representatividade estatística da análise, decidimos realizar um estudo de caso. Definimos, desde logo, algumas linhas directivas para o mesmo, de modo a contemplar as dimensões e as variáveis condicionantes das práticas de consumo e, assim, operacionalizar este conceito. Privilegiamos as variáveis capital escolar, o tipo de família (ADP) e a dimensão temporal. Estas opções metodológicas determinaram o número mínimo e a diversidade de famílias a integrar neste estudo (tabela 1).

Tabela 1. Matriz das famílias

Capital escolar	Tipo Família	IND SÓ		UNIÃO FACTO	NUCL. MOD.		NUCL. TRAD.		EXT.	RECOMP.	MONOP.	GAY	
		F	M		S/F	C/F	S/F	C/F				HOM	LES
ALTO(>12º)		F1	F2	F3	F4	F5		F7	F8	F9	F10	F11	F12
MÉDIO (9º AO 12º)		F13	F14	F15	F16	F17		F19	F20	F21	F22		
BAIXO (<9º)		F25	F26	F27	F28	F29	F30	F31	F32	F33	F34		

Tipos de família: indivíduo só do sexo Feminino e Masculino; União de facto; Nuclear Moderna sem e com filhos; Nuclear Tradicional sem e com filhos; família Extensa; família Recompоста; família Monoparental; família Gay homossexual e lésbica

Através do capital escolar enfatizamos a problemática do *gosto* e a sua relação com o processo de reprodução social e de dominação simbólico-ideológica. Procuramos, também, atender à associação entre capital escolar e económico e ao condicionamento destes sobre as práticas de consumo. Com o tipo de família incluímos na análise um conjunto de variáveis fortemente correlacionadas, designadamente as questões de género, a idade, o estado civil, a dimensão da família e o próprio ciclo de vida das mesmas. Esta última variável constitui um dos critérios centrais para identificar os tipos de famílias a integrar na análise. Tradicionalmente, este ciclo tem início na fase de *ninho vazio*, correspondente ao *casal sem filhos*, e termina na família de tipo *indivíduo só*, na sequência da morte de um dos cônjuges. Dominada pela lógica material da transmissão de bens, pela religiosidade e pela desigualdade de género (dependência económica da mulher), a família tradicional assume maioritariamente a forma de família *nuclear tradicional*, com ou sem filhos. A mudança ao nível dos modelos de conjugalidade (centrados na troca de afectos, na privatização e na individualização) e a desinstitucionalização da vida a dois, que

caracterizam a família moderna, justificam a introdução de outros tipos de família. Designadamente, a *união de facto*, a família *nuclear moderna* (alteração dos papéis de género), a família *monoparental*, a família *recomposta* e a família *gay* (homossexual e lésbica). Estas formas de família, não sendo novas, adquirem expressividade nas sociedades modernas, juntamente com as famílias de tipo *indivíduo só* (masculino e feminino). O outro tipo de família considerado corresponde à família *extensa*, que perdura na sociedade portuguesa (Almeida, 2003). A dimensão temporal está presente em muitas das variáveis consideradas e é, ainda, fundamental para captar a sazonalidade das despesas ao nível da estrutura do consumo. Como é habitual neste tipo de estudos, consideramos que a unidade temporal para a análise é um ano (12 meses). Sabendo que uma das limitações na recolha desta informação se prende com as falhas de memória, desenvolvemos algumas estratégias e acções para ultrapassar esta dificuldade. Primeiro, para aumentar a fiabilidade dos dados, decidimos que a recolha da informação seria feita para cada um dos 12 meses do ano. Mensalmente distribuímos a cada família uma *lista de despesa*, para realizar o registo diário das despesas (anexo 2). A discriminação diária das despesas visa, também, diminuir os efeitos das falhas de memória e alcançar dados tão próximos dos realmente despendidos quanto é possível. As *listas de despesa* constituem mapas mensais para o registo dos montantes despendidos pelas famílias em cada uma das nove rubricas de despesa. Segundo, para incentivar a participação e o rigor no registo dos dados, oferecemos a cada família uma caneta magnética com uma dupla função: i) prender a *lista de despesa* num electrodoméstico para que esta, ao estar sempre visível e acessível, tornasse premente a tarefa de registar as despesas realizadas em cada dia; ii) ter sempre disponível uma caneta para efectuar o registo. Pretendemos com estas estratégias potenciar as características dos estudos de caso, designadamente aprofundar o conhecimento sobre um determinado fenómeno (as práticas de consumo) num grupo reduzido de indivíduos (as trinta famílias). Pensamos que é possível compreender os processos sociais através dos quais os sujeitos atribuem sentido às suas práticas a partir da análise das singularidades (Lahire, 2004). Esta análise, de pendor qualitativo, tem, ainda, como objectivo articular os níveis macro e microssocial. Enfatizar a relação entre as decisões de compra, as práticas quotidianas, e as ordens económicas, os sistemas exteriores globais, e vice-versa (Giddens, 1996).

As *listas de despesa* foram elaboradas de modo a potenciar uma recolha não estandardizada da informação (anexo 2). Pretendíamos analisar as diferenças em termos da composição destas nove grandes rubricas de despesa em função das variáveis em análise (capital escolar, tipo de família).

O objectivo é que cada família registasse as despesas realizadas sem outros condicionalismos para além dos decorrentes de uma identificação tão geral, quanto possível, das nove rubricas seleccionadas para o estudo. Consequentemente, cada rubrica de despesa foi concebida como uma questão aberta de um qualquer inquérito evitando detalhar a diversidade de despesas abrangidas pela mesma. Relembremos que este estudo não abarca todas as rubricas de despesa que compõem a estrutura do orçamento familiar. Este facto impôs uma indicação sobre as despesas a registar. Procuramos utilizar uma designação genérica para cada uma das rubricas de despesa mas simultaneamente perceptível para todas as famílias. Assim, à rubrica de despesa *hotéis, restaurantes, cafés e similares* foi atribuída a designação de *alimentação fora de casa*. Com esta denominação pretendemos enfatizar as despesas relativas a uma prática quotidiana separando-as das realizadas no período de férias. A pertinência desta distinção foi salientada anteriormente. A rubrica relativa às despesas com *móveis e equipamento doméstico* foi designada como *recheio da casa*. Na rubrica *bebidas alcoólicas* acrescentamos as *bebidas não alcoólicas*, tornando-a mais abrangente. Só especificamos as despesas relativas à *habitação*, impondo a separação entre estas e as despesas com *água, electricidade e gás*, por nos parecer distintiva em termos sociais. A rubrica *outros bens e serviços* foi denominada como *outras despesas* e definida pela negativa de modo a reforçar a exclusão de certas despesas. Nomeadamente, colocamos em nota de rodapé que não deveriam incluir as despesas com *alimentação*, com *vestuário e calçado*, com *saúde* e com *produtos de limpeza doméstica*. Uma vez mais o objectivo era deixar às famílias toda a liberdade para registarem as suas próprias despesas. Mantivemos a mesma designação para as despesas com *transportes*, com *lazer e cultura* e com *comunicação*. As despesas com *ensino* foram denominadas como *instrução / educação*.

Seguidamente era necessário encontrar as famílias, de acordo com as características definidas (tabela 1) e obter a sua concordância para participarem no estudo. A premência do tempo para a conclusão desta investigação e o período necessário para a realização da recolha de informação (1 ano) impôs o final do ano 2007 como data limite para conseguir reunir as famílias necessárias para concretizar este estudo. Esta tarefa, nem sempre fácil de concretizar na área das ciências sociais, dada a proliferação de estudos e de pedidos de colaboração nos mesmos, foi dificultada quer pelas exigências imposta à participação (preenchimento da *lista de despesas*), quer pelas características da sociedade portuguesa (níveis de escolarização), quer pela delimitação espacial do estudo à Área Metropolitana do Porto. Esta delimitação fundou-se nas questões da exequibilidade e dos custos de investigação decorrentes da periodicidade de contactos com as famílias (mensal).

Após termos esgotado o prazo definido para cativar as famílias a participar no estudo, fomos forçados a reduzir de trinta e seis para trinta o número de famílias incluídas no mesmo (tabela 1). Não conseguimos conquistar nenhuma das famílias do tipo nuclear tradicional sem filhos, com um nível de instrução igual ou superior ao 9º ano de escolaridade, que contactamos. Também não foi possível integrar nenhuma família gay, com nível de instrução inferior ao 12º ano, apesar dos esforços que desenvolvemos, em particular junto de diversas associações neste domínio.

A imposição do preenchimento da *lista de despesa*, como condição para a participação das famílias no estudo, constitui um outro obstáculo com repercussões ao nível da metodologia. É necessário compatibilizar a exigência de opacidade das relações sociais (entrevistados não podiam ser próximos do investigador) e a dificuldade em cativar famílias totalmente desconhecidas para participarem no projecto (Lahire, 2004). Ancorados na rede de relações sociais ao nível da esfera amical e de trabalho, encetamos alguns contactos privilegiando o procedimento de *bola de neve*. Esta forma de angariação permitia conciliar o cumprimento do requisito metodológico (distanciamento do investigador face às famílias) e facilitava os contactos. Foi deste modo e durante sensivelmente 6 meses que conseguimos reunir um número de famílias (30 famílias) que abarcava a quase totalidade de casos previstos para este estudo. Só mesmo uma colaboração empenhada e alguma curiosidade em conhecer as suas próprias despesas, permitiram alcançar os objectivos propostos. Assim, nunca é demais afirmar a nossa gratidão imensa para com estas famílias.

Entre Agosto de 2007 e Outubro de 2008 procedemos à entrega e recolha das *listas de despesa*. Este contacto mensal com as famílias promoveu o esclarecimento de dúvidas que se traduziram num maior rigor no preenchimento das mesmas, incentivou a participação no estudo e, inevitavelmente, fortaleceu laços entre ambos. Esta é uma consequência de toda a investigação que impõe contactos frequentes e prolongados na área das ciências sociais e se funda numa relação de confiança e de continuidade. Impõe-se torná-la cada vez mais visível em vez de a ignorar na abordagem metodológica, e reflectir sobre as suas vantagens e limitações. Algumas destas limitações são sobejamente conhecidas, como por exemplo o facto da relação entre investigador e o sujeito de investigação ser condicionada por muitas variáveis [idade, sexo, etnia, nível de instrução, pertença de classe, modo de apresentação (vestuário, *hexis corporal*)]; ou da relação de confiança e de continuidade potenciar a produção de um discurso coerente por parte do indivíduo observado. Sabemos, também, que não é possível medir o efeito destes factores sobre os resultados da pesquisa mas que é imperioso atender aos mesmos. As vantagens mais frequentemente referidas são o acesso a informações mais detalhadas e, mesmo, de

cariz mais íntimo e pessoal que traduz uma maior implicação e colaboração nos estudos. Foi o que verificamos nesta investigação, juntamente com uma curiosidade por esta área de conhecimento científico e pela natureza do trabalho desenvolvido. O facto de os resultados versarem práticas quotidianas (as despesas das famílias) e o desconhecimento que as mesmas revelaram ter neste domínio, suscitou um interesse acrescido nos resultados. Prolongou, também, os contactos para além do período de recolha de informação, estendendo-os ao momento da análise e da discussão dos mesmos. Deste modo, foi possível confrontar as famílias com os resultados e obter mais informação relevante para a pesquisa. Ao fazê-lo promovemos a reflexividade dos sujeitos sobre as suas práticas e geramos mudança ao nível dos comportamentos. Estes são dois dos efeitos desta investigação que continuaremos a desenvolver neste e no próximo capítulo. Por um lado, eles enfatizam a apropriação e a incorporação do conhecimento produzido pelas ciências sociais na actividade quotidiana. Por outro, reforçam a perda do controlo por parte do investigador sobre os resultados da investigação no momento em que estes se tornam públicos. Consideramos importante que o debate destas questões, centradas na dupla hermenêutica, se faça em associação às investigações que pressupõem a participação e a implicação dos agentes sociais na produção de conhecimento sobre a realidade.

2. Uma caracterização mais pormenorizada das famílias

A selecção das famílias em função do capital escolar e do tipo de família potenciou a inclusão de outras variáveis de caracterização que se encontram associadas a estas, no estudo de caso. Importa, contudo, de novo lembrar que não existiu nenhuma preocupação quer em termos da diversidade de valores relativos a essas variáveis, quer da representatividade estatística das mesmas. Entre as variáveis incluídas neste estudo de caso encontram-se a idade, os lugares de classe (definidos a partir da profissão, da situação na profissão e do capital escolar) e o rendimento mensal das famílias. Foi, também, possível especificar o grau de instrução, capital escolar, do representante e do cônjuge. Estas informações assumem, como tem vindo a ser salientado, particular relevância na análise das práticas de consumo. Neste sentido, contribuem para enriquecer a análise das *listas de despesa*.

Na análise da variável idade privilegiamos o grupo geracional. As razões que sustentam esta decisão são, essencialmente, duas. A primeira prende-se com o facto deste critério evidenciar quer a diversidade, quer a representação de cada geração no

estudo. A segunda decorre da disparidade de valores definidos para esta variável nos IDF, ao longo do período em análise (anexo 1) e, consequentemente, a ausência de um critério que devesse ser respeitado. Os grupos geracionais contemplados no estudo são cinco, entre os 20 e os 60 e mais anos de idade (tabela 2). Os grupos geracionais menos representados correspondem às idades extremas e o mais representado à geração dos 40 anos.

Tabela 2. Número de famílias segundo os grupos etários

20-29	30-39	40-49	50-59	60 e +
2	8	13	6	1

Sempre que as idades dos cônjuges eram distintas, em termos do grupo etário, classificou-se a família com base na média das idades dos mesmos (F9, F12, F15, F16, F19, F28) ou, no caso das famílias extensas (F32), tendo por referência a idade do representante do mesmo e do seu cônjuge.

Pensamos pertinente especificar ainda mais a distribuição das famílias relativamente ao volume de capital escolar (tabela 3).

Tabela 3. Número de famílias segundo o capital escolar

S/ grau	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
0	4	4	7	5	7	2	1

Não existindo uma uniformidade de critérios nos IDF relativamente a esta variável (anexo 2), optamos por uma classificação que evidenciasse os diferentes graus académicos contemplados no estudo de caso. Esta decisão ancora-se na centralidade que o capital escolar assume na análise das práticas de consumo. Como temos vindo a salientar, ela corresponde a uma das variáveis mais significativas na análise do processo de reprodução social e de dominação simbólico-ideológica. A distribuição das famílias foi feita considerando o grau de instrução mais elevado entre os representantes da mesma. Estes valores estão condicionados pelo facto de a

distribuição das famílias incluídas no estudo não ser idêntica em termos do volume de capital escolar.

A informação recolhida relativamente à profissão e à situação na profissão dos representantes das famílias permitiu, juntamente com o capital escolar, integrar na análise *das listas de despesa* uma outra variável, o lugar de classe (tabelas 5 e 6). Os critérios e procedimentos teórico-metodológicos utilizados para a definição do lugar de classe das famílias correspondem aos propostos por Almeida, Costa e Machado (1988, 1990), e integram a actualização à Classificação Nacional das Profissões, versão 1994, realizada por Magalhães³ (2005). A identificação dos lugares de classe das diferentes famílias nele incluídas (tabela 4) enriquece a análise das práticas de consumo e constitui uma estratégia para tentar ultrapassar algumas das limitações que decorrem do carácter menos distintivo conferido à categoria socioprofissional nos IDF realizados pelo INE, como já salientamos anteriormente. Importa referir que os indicadores socioprofissionais integram apenas de modo indirecto e parcial o capital escolar, revelando-se insuficientes na operacionalização de dimensões centrais do conceito de classe (Costa, 1999).

Tabela 4. Número de famílias segundo o lugar de classe

BD	BP	PBIC	PBTEI	PBIP	PBE	PBEP	OP	OI	OA
1	1	6	5	2	7	1	5	1	1

Os lugares de classe mais frequentes são a Pequena Burguesia de Execução (PBE), a Pequena Burguesia Intelectual e Científica (PBIC), a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento Intermédio (PBTEI) e o Operariado Pluriactivo (OP). Consideramos, no entanto, relevante realçar o contributo que a inclusão do volume de capital cultural confere à tipologia das classes e fracções de classes (tabela 5). O grau de instrução, ao ser regulado pelo Estado, constitui um indicador efectivo do conceito de classe. Assim, ele permite ultrapassar as limitações dos indicadores socioprofissionais, quando a ocupação socioprofissional é consonante com a formação académica, e, simultaneamente, enfatizar o condicionamento que o lugar de classe exerce sobre as variantes do *gosto*, os estilos de vida e as práticas sociais.

³ Não podemos deixar de fazer aqui um agradecimento público à Prof. Doutora Dulce Magalhães, amiga de longa data, pela colaboração prestada na determinação dos lugares de classe das famílias.

Tabela 5. Lugares de classe das famílias segundo o volume de capital escolar

	Ind Só		União Facto	Nucl Mod		Nucl Trad		Ext	Recomp	Monop	Gay	
	F	M		S/F	C/F	S/F	C/F				Hom	Lesb
> 12º	PBIC	PBTEI	PBIC	PBIC	PBIC		BD	PBIC	PBIC	PBTEI	PBE	BP
9º ao 12º	PBTEI	PBTEI	PBE	PBTEI	OP		PBIP	PBE	OP	PBE		
< 9º	PBE	OI	PBEP	OP	PBE	AO	PBIP	OP	OP	PBE		

Tabela 6. Rendimento das famílias segundo o volume de capital escolar

	Ind Só		União Facto	Nucl Mod		Nucl Trad		Ext	Recomp	Monop	Gay	
	F	M		S/F	C/F	S/F	C/F				Hom	Lesb
> 12º	1 746 €	1500 €	1590,82 €	2300 €	7637,13 €		6693,90 €	1939 €	10400 €	1103 €	1482 €	1400 €
>9º <12º	684,92 €	1700 €	1000 €	1640 €	1866 €		1500 €	2521 €	650 €	1200 €		
< 9º	307,5 €	580 €	1000 €	1100 €	824 €	950 €	600 €	2000 €	917 €	1200 €		

Recolhemos, também, informação relativa ao rendimento médio mensal das famílias. Esta é, como temos vindo a salientar, uma outra variável central na análise das práticas de consumo (tabela 6).

A variação do rendimento das famílias, quando cruzada com o capital escolar e analisada por relação ao lugar de classe, enfatiza algumas mudanças de sentido na associação existente entre estas variáveis. Os resultados obtidos revelam que a um aumento do capital escolar e a uma posição superior na hierarquia social (lugar de classe) não corresponde, sempre, um maior salário. De facto, embora se continue a verificar que os rendimentos mais elevados correspondem a um maior volume de capital escolar e a um lugar de classe cimeiro, constata-se uma grande diversidade de valores para as variáveis em análise. Esta mudança parece-nos particularmente importante ao nível das práticas de consumo e deverá ser aprofundada em futuras análises. Dispor de dinheiro, capital económico, constitui um dos condicionalismos que se exercem sobre os indivíduos e que decorre da relação entre as forças internas e as externas (Lahire, 2004).

Finalmente, para concluir esta caracterização mais pormenorizada das famílias incluídas neste estudo de caso, queremos salientar o condicionamento que a presença de crianças / jovens exerce ao nível das práticas de consumo. Ele repercute-se no valor percentual e na posição relativa de muitas das rubricas de despesa que compõem a estrutura do orçamento familiar. Nomeadamente, nas despesas com *alimentação*, com *vestuário e calçado*, com *habitação*, com *transportes*, com *cultura e lazer*, com *comunicações* (telemóvel e Internet) e com *o ensino* (Cruz, 1996). A família com maior número de filhos é a família F5, com 8 filhos; depois temos a família F9 com 4 filhos; a família F19 com 3 filhos; as famílias F20, F22 e F29 com 2 filhos e as restantes com 1 filho(a) (F7, F8, F10, F17, F27, F31, F32, F33 e F34).

Heilbrunn (2005) afirma que 50% dos novos produtos alimentares entram no lar através das crianças. Estas influenciam, também, a organização das férias (51%), o destino das mesmas (31%), a escolha dos aparelhos hi-fi (22%), do automóvel (30%) e da roupa do pai e da mãe (20%), (Heilbrunn, 2005:88-91). As crianças / jovens desempenham papéis quer de iniciadores, quer de informadores que traduzem uma forma de autoridade e de auto-afirmação. Este poder de prescrição caracteriza-se por uma cadeia de influência e de jogos de estratégia entre pais e filhos que pode assumir formas diversas, como por exemplo o contrato, a chantagem afectiva e o subterfúgio (Heilbrunn, 2005).

3. Dificuldades na recolha de dados: a questão da fiabilidade

O contacto mensal que mantivemos com as famílias permitiu ultrapassar algumas dificuldades no preenchimento das *listas de despesa* e aumentar a fiabilidade dos dados. A opção de dar à família uma grande liberdade para registar as despesas, privilegiando o formato aberto para as diferentes rubricas, traduziu-se numa diminuição do rigor e da quantidade de informação recolhida. Neste caso, também, confirmou-se a relação entre perguntas abertas e aumento de não respostas (Ghiglione e Matalon, 1992; Foddy, 1996). O nosso objectivo era, como já referimos, que as famílias especificassem as despesas que caracterizam a sua estrutura do consumo. A partir delas procuraríamos identificar alguns traços distintivos por relação às variáveis de caracterização (capital escolar, tipo de família, lugar de classe, rendimento, presença de crianças, etc.). Contudo, desde que iniciamos a recolha das *listas de despesa* constatamos algumas dificuldades no preenchimento das mesmas e, particularmente a ausência de registos na rubrica *outras despesas*, aquela que mais dúvidas suscitou. Este facto impôs que alterássemos a estratégia metodológica inicialmente definida. Assim, foi necessário dar indicações mais precisas sobre as possíveis despesas a incluir nesta e noutras rubricas de despesa onde persistissem dúvidas relativas ao registo a realizar (despesas com prendas, com higiene e cuidados pessoais, por exemplo). As sugestões que fizemos foram condicionadas pelas características e as especificidades de cada família [por exemplo: despesas com animais, com seguros (de vida, automóvel, responsabilidade civil, etc.), com as empregadas domésticas, entre outras]. Em todos estes contactos incentivamos as famílias a fazerem um registo diário de modo a contemplar todas as despesas realizadas. Não obstante o empenho e a colaboração demonstrada por todas elas não foi possível evitar os esquecimentos e, conseqüentemente, alguma imprecisão relativamente aos valores registados. Em alguns casos, estas falhas tornaram-se mais frequentes à medida que os meses iam passando, em consequência de um certo cansaço no cumprimento desta tarefa, que se prolongou durante 12 meses. Constatamos que os esquecimentos eram mais frequentes nas despesas mais quotidianas e de menor valor do que nas despesas *fixas* e mais representativas na estrutura do orçamento familiar. Esta divergência tornou presente a dicotomia entre hábitos práticos, relativos ao domínio prático e hábitos reflexivos, relativos ao domínio do simbólico. Enfatizou a distinção entre acção pré-reflexiva e acção reflexiva e a sua relação com os diferentes tipos de acção. Reforçou a pertinência de integrar a dimensão temporal quer na análise da relação entre os tipos de acção e as formas de reflexão, quer na análise das práticas de consumo, nomeadamente no que se refere à

compreensão das escolhas e dos desejos que lhe subjazem (Lahire, 1998). Conduziu à formulação de uma nova hipótese de trabalho que estabelece uma relação de condicionamento entre as práticas de consumo e as formas de reflexão / tipo de reflexividade.

Importa salientar que todas estas estratégias e todo o empenho e a colaboração por parte das famílias não evitaram imprecisões no registo das despesas. Este estudo reforça a dificuldade de recolha de dados relativos às despesas de consumo. Esta dificuldade decorre da complexidade e do carácter difuso das práticas de consumo. Contudo, elas não são aleatórias. É possível reconhecer e identificar um conjunto de mecanismos e de variáveis que condicionam estas práticas. Como já salientamos, as práticas de consumo devem ser analisadas enquanto factos sociais, produtos dependentes dos contextos grupais, culturais e de estratificação e das relações sociais que neles se estabelecem. O consumo é, simultaneamente, uma questão de classificação que traduz uma lógica cultural que, como um sistema prescritivo, impõe obrigações e interdições, e um modo de reapropriação e uma forma de criatividade e de expressividade pessoal que reflecte uma necessidade de sentido e um vector de autonomia do indivíduo. Deste modo, a cultura do consumo estabelece uma relação entre os modos de fazer, princípios de compra, de avaliação, de rejeição, e os modos de ver, de representar, de categorizar os objectos. Assim, muitas das escolhas quotidianas estão encerradas numa complexa arquitectura de decisões que incluem componentes históricas, sociais, institucionais e até mesmo políticas. Frequentemente, os consumidores vêm-se bloqueados em padrões insustentáveis de consumo, quer por normas sociais que estão para além do controlo individual, quer por constrangimentos institucionais dentro dos quais a escolha individual é produzida. Estes constrangimentos são particularmente visíveis nas despesas *fixas* (crédito à habitação, despesas com água e luz, prestação do carro, mensalidades da escola dos filhos, pagamento de seguros, entre outras), impostas às famílias pelas *forças externas* (pelo grupo social de pertença, pelo contexto cultural e de interacção, pelo mercado, pelas empresas e pelo próprio Estado, enquanto instância reguladora). Estas despesas, significativas na estrutura do orçamento das famílias, parecem revelar mais do *consumo para os outros* do que dos desejos individuais (Campbell, 2000, 2005). Como refere a F2, o pagamento da prestação relativa ao crédito à habitação “é um dinheiro que, como diz a minha mãe, nem nos passa pelas mãos. A transferência é directa!” Constatamos que o registo das despesas *fixas* é bastante rigoroso e preciso. Elas encontram-se associadas a hábitos reflexivos.

Pelo contrário, parece existir um certo desconhecimento dos montantes despendidos com as restantes despesas. Os contactos desenvolvidos ao longo da

pesquisa de terreno, permitiram constatar que existe um menor grau de fiabilidade nos registos relativos às despesas de consumo quotidianas, quer em termos do *gosto da necessidade* (alimentação e bebidas) quer do *gosto do luxo* (cultura e lazer, comunicações, outras despesas). Uma das razões explicativas para este facto parece residir na ideia de que a maior parte do consumo quotidiano é invisível, mesmo para nós próprios (Shove e Warde, 1997; Gronow e Warde, 2001 e Shove, 2003). Ela reforça, também, a dicotomia entre hábitos práticos e hábitos reflexivos, acima referida. Estes consumos quotidianos correspondem aos hábitos práticos que se caracterizam por saírem do campo da consciência a partir do momento em que estão constituídos ou interiorizados. No entanto, eles encontram-se unidos e são coordenados pelos hábitos reflexivos, sendo corrigidos e controlados por estes sempre que ocorre um imprevisto ou uma dificuldade. Os dados empíricos revelam que no caso das práticas de consumo, é a partir da consulta do saldo contabilístico que algumas famílias controlam as suas despesas. A título de exemplo podemos mencionar uma afirmação da F2: “Faço um controlo através do Multibanco mas não tenho uma ideia concreta do montante despendido em cada uma das rubricas de despesa.” Neste caso, são os constrangimentos decorrentes da escassez de recursos que impõem limites às despesas e condicionam as práticas de consumo. Este é, também, o argumento referido por outras famílias para justificar a diminuição do número de registos na *lista de despesas* à medida que o fim do mês se aproxima. Importa, ainda, dar conta de outros exemplos que diminuem a fiabilidade dos registos relativos às despesas quotidianas. As famílias compostas por mais de um adulto (união de facto, família nuclear, recomposta ou extensa) referiram ter dificuldade em saber exactamente o montante gasto pelo(s) outro(s) membro(s) em despesas mais ou menos quotidianas (*bebidas, cultura e lazer e outras despesas*). Assim, estas parecem ser as rubricas de despesa onde as margens de erro na determinação dos montantes despendidos podem ser mais maiores.

Esta oposição entre despesas *fixas*, relativas a hábitos reflexivos, e as despesas quotidianas, associadas a hábitos práticos potenciou o questionamento da articulação entre o *gosto* e o sistema de disposições (inconsciente) e de preferências (individuais e racionalmente definidas). Torna, ainda, pertinente a ideia segundo a qual as sociedades de *modernidade reflexiva* difundem disposições capazes de prever os problemas resultantes da incerteza e do risco (Pinto, 2007). Ela parece, também, enfatizar que a sucessão constante e permanente dos desejos e a insaciabilidade face a novos produtos, característica do hedonismo moderno, não sendo exclusiva, está mais patente nas despesas mais quotidianas. Se é inquestionável que as necessidades e a sua tradução em consumo são o reflexo da cultura de cada

categoria social e do grau de participação destas na vida social; que o consumo é uma construção social e traduz a representação colectiva que a sociedade faz de si mesma; e que a sociedade determina a natureza e a quantidade de necessidades individuais, em função do lugar que ocupam, parece não ser menos verdade que, no contexto do hedonismo moderno, a actividade central do consumo é a procura do prazer imaginativo associado a um produto, o prazer das experiências auto-ilusivas construídas a partir de significados associados. Neste sentido, as expectativas emocionais e hedonistas tornam-se determinantes na escolha dos bens e serviços consumidos. Na sociedade moderna, a procura constante de novos bens, os objectos de desejo, decorre da desilusão provocada pelo hiato entre realidade e imaginação. Nela a lógica da necessidade deu lugar à lógica do desejo e do prazer. A urgência em *adquirir* e em *acumular* converteu-se na necessidade de *eliminar* e de *substituir*. (Bauman, 2008). Esta última característica nega o carácter materialista do consumo moderno, reforçado pela eliminação constante das mercadorias e pela procura permanente da novidade. As fronteiras expandem-se e as práticas e os objectos de consumo diversificam-se. À ideia de *tempo de necessidade* sucede o conceito de *tempo de oportunidades*, tempo aleatório, sempre aberto à imprevisível erupção do novo. Deste modo, a transitoriedade afirma-se como característica e anexa-se aos bens. Através da análise das *listas de despesa* das trinta famílias incluídas neste estudo e da importância relativa que as diferentes rubricas de despesa assumem na estrutura do seu orçamento, procuramos identificar a prevalência do princípio do prazer sobre o princípio da realidade.

Uma nota final para referir que a fiabilidade dos dados não se restringe ao domínio das despesas. Ela estende-se ao valor indicado para o rendimento médio mensal. Apesar de termos privilegiado o estabelecimento de relações de confiança e de termos garantido o anonimato, antes de solicitarmos a indicação do rendimento da família, não conseguimos ultrapassar as dificuldades, sobejamente conhecidas, que estão associadas à recolha desta informação. Contudo, também neste domínio específico, o estudo evidenciou algumas particularidades. Os casos registados correspondem a famílias cujo lugar de classe é Pequena Burguesia Intelectual e Científica – PBIC (F5) e Pequena Burguesia Independente e Proprietária – PBIP (F19 e F31). Assim, consideramos que a inexistência de um rendimento mensal fixo (F5 - profissão liberal) e a coincidência entre família e empresa (F19 e F31 – empresas familiares) constituiu um factor que condiciona a imprecisão ao nível do valor relativo ao rendimento mensal. Importa realçar que este facto se repercute no cálculo do valor percentual e, consequentemente, na importância relativa das rubricas de despesa. Ele revela, também, um endividamento que pode não ser real.

4. A análise das *listas de despesas*: a especificidade de cada família

Uma consequência das opções metodológicas, nomeadamente da dimensão definida para este estudo de caso, 30 famílias, e do seu carácter qualitativo, é que as regularidades e as singularidades evidenciadas na análise devem ser consideradas apenas como ocorrências, casos reais, mas sem qualquer representatividade estatística. Assim, importa desde já referir que é muito diversa a posição ocupada pelas diferentes rubricas de despesa na estrutura do orçamento familiar quando analisada em função do capital escolar. Neste sentido, e a título de exemplo, podemos referir que as despesas com *habitação* e com *instrução / educação* podem corresponder à principal despesa da família independentemente do volume de capital escolar que a mesma detém. Do mesmo modo, as despesas com *cultura e lazer* podem ascender à 2ª posição. Esta posição pode ser partilhada pelas despesas com *transportes* e com *outras despesas*, mas só para as famílias com um nível de instrução igual ou superior ao 9º ano. O condicionamento mais visível que o capital escolar exerce sobre a estrutura do orçamento familiar corresponde, neste estudo, às despesas com *alimentação fora de casa* e às despesas com *recheio da casa* e com *comunicações*. No primeiro caso, é apenas para as famílias com um nível de instrução entre o 9º e o 12º ano que esta despesa pode corresponder à despesa mais importante. É também somente nas famílias com menor grau de instrução (< 9º ano) que as despesas com *recheio da casa* podem ascender à 1ª posição. Finalmente, as despesas com *comunicações* ascendem ao 2º lugar desta estrutura unicamente nas famílias com baixo capital escolar.

Apresentamos, seguidamente, de modo mais detalhado, os resultados da análise às listas de despesas das 30 famílias incluídas neste estudo de caso. Privilegiamos como critério de análise o tipo de agregado dada a relevância que esta variável assume ao nível das práticas de consumo. Consideramos 3 categorias. A primeira relativa às famílias do tipo indivíduo só. A segunda às famílias compostas por apenas dois indivíduos (uniões de facto, famílias nucleares moderna e tradicional e famílias *gay*). Finalmente, a terceira engloba as famílias com crianças / jovens.

Reiterando que se trata apenas de casos particulares, não passíveis de generalização, passamos a salientar algumas especificidades que a estrutura do orçamento familiar assume nas famílias do tipo indivíduo só. A análise realizada às *listas de despesas* destas famílias, revela que a rubrica *outras despesas* é particularmente importante. É apenas nesta famílias que esta rubrica ascende ao 1º lugar. A segunda posição pode ser ocupada pelas despesas com *alimentação fora de*

casa ou com *recheio da casa*. Neste último caso, esta posição não é exclusiva deste tipo de família. Ela verifica-se, também, nas famílias do tipo casal com filhos. As despesas com *instrução / educação* são igualmente significativas, podendo ascender ao 4º lugar. Elas evidenciam e repercutem as mudanças que se têm vindo a registar e a institucionalizar no domínio da educação. Nomeadamente, o prolongamento da formação ao nível superior (os três ciclos de Bolonha), e a formação ao longo da vida . Seguem-se as despesas com *cultura e lazer*, que podem ascender ao 5º lugar. Nesta posição podemos, também, encontrar as despesas com *comunicações*, que neste tipo de família oscilam entre o 5º e o 6º lugares.

Passaremos, sem mais delongas, à análise das *listas de* despesas das famílias. Na tabela 7 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família 1, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Nesta família, o valor das despesas com *habitação* e com *transportes* traduzem os encargos com os empréstimos para a aquisição destes bens. De salientar, ainda, que as deslocações entre o local de residência e o de trabalho aumentam a importância relativa das despesas com *transportes*, transformando-a na 1ª despesa. A despesa que apresenta uma maior variação do valor mensal é a relativa à rubrica *outras despesas*, a 2ª maior despesa desta família. Esta é essencialmente determinada pelo pagamento do Imposto sobre Rendimentos Singulares (IRS) e pela existência de um Plano de Poupança Reforma (PPR). Este investimento denuncia uma preocupação face ao futuro e uma necessidade de garantir um nível de rendimento que não ponha em causa o nível de vida alcançado através do aumento do capital escolar. Afirma-se, assim, uma preocupação com a segurança, característica de valores materialistas.

Tabela 7. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da Família F1

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	26,9	1,54
Bebidas	20,29	1,16
Habitação, água, electricidade e gás	413,95	23,71
“Recheio da casa”	2,5	0,14
Transportes	468,01	26,80
Comunicações	39,04	2,24
Cultura e lazer	65,88	3,77
Instrução / Educação	214,6	12,29
Outras despesas	423,85	24,28

* Calculado com base no rendimento mensal de 1 746 € (valor indicado)

A estrutura do orçamento desta família é dominada por estas 3 grandes despesas, que apresentam valores muito próximos. Importa referir, também, que o montante gasto com *instrução / educação* decorre do pagamento das propinas de doutoramento. Neste caso, ela corresponde à 4ª maior despesa. Este é um dos exemplos que enfatizam o custo que estas despesas podem assumir para este tipo de famílias (jovens adultos, com um percurso escolar longo). Seguem-se as despesas com *cultura e lazer* e com *comunicações*, que apresentam valores inferiores aos 4% do rendimento mensal.

Finalmente importa salientar que o montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 69,38 % do rendimento indicado pela família. Lembremos, ainda, que não foram incluídas no estudo todas as rubricas de despesa que compõem a estrutura do orçamento familiar, tal como é definida pelo INE.

Na tabela 8 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F2, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. A estrutura do orçamento familiar da F2 é dominada pelas despesas com *habitação* (crédito) e com *alimentação fora de casa* (distância casa / local de trabalho, questão de género), que correspondem a 54,9 % do vencimento mensal. Parece-nos relevante salientar, relativamente às questões de género, o que nos disse a família F2, num dos encontros: eu raramente cozinho. Só como em casa quando vou visitar a minha mãe, aos fins-de-semana. Este comportamento traduz valores tradicionalistas de pendor machista.

As despesas com *transportes* (públicos), com *bebidas* e com *recheio da casa* têm um peso relativo semelhante (cerca de 5%) e alguma variação no valor mensal. As duas últimas rubricas correspondem a despesa muito determinadas pela disponibilidade de recursos financeiros. Como referimos anteriormente, o controlo das despesas nesta família é feito através da consulta de Multibanco.

Tabela 8. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da Família F2

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	187,30	12,49
Bebidas	84,35	5,62
Habitação, água, electricidade e gás	636,09	42,41
“Recheio da casa”	75,74	5,05
Transportes	79,48	5,30
Comunicações	69,43	4,63
Cultura e lazer	56,50	3,77
Instrução / Educação	12,07	0,80
Outras despesas	46,54	3,10

* Calculado com base no rendimento mensal de 1500 € (valor indicado).

Seguem-se as despesas com *comunicações* e com *cultura e lazer*, com valores inferiores aos 5%. As despesas com *instrução / educação*, com um valor residual (0,80%) correspondem à aquisição de livros científicos e remetem, também, para despesas com a formação. Esta é uma estrutura onde o valor percentual das despesas é pouco equitativo e onde as *despesas fixas* ou *obrigatórias* são muito representativas. Importa reforçar que para esta família as despesas com *alimentação fora de casa* correspondem a uma despesa deste tipo, isto é, tem um carácter obrigatório que enfatiza um *habitus* de forte pendor tradicional.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 83,17% do rendimento mensal indicado pela família. É um valor percentual mais elevado do que o registado para a F2, que poderá indiciar uma maior propensão para o consumo. Este comportamento enfatiza, também, um maior predomínio dos valores pós-materialistas que se articulam com a ética hedonista (ausência de poupança decorrente de uma predisposição para a satisfação das necessidades do consumo) e que caracterizam o *habitus* da família F2, como veremos no retrato sociológico elaborado.

Se compararmos as estruturas de consumo das famílias F1 e F2, ambas com capital escolar elevado e relativas ao mesmo tipo de família (indivíduo só), constatamos que existem diferenças significativas entre estas (em termos dos consumos e da propensão para a poupança). Esta constatação reforça a ideia de que existem outras variáveis (idade, género, contextos de socialização, trajectória familiar, *habitus* individual, uma ética e um estilo de vida, entre outras) que condicionam as práticas de consumo. Estamos conscientes que a análise das *listas de despesa* não permite avaliar o condicionamento que estas variáveis exercem neste domínio. Contudo, consideramos que ela fornece algumas pistas de investigação significativas na análise destas práticas, na actual sociedade portuguesa. É esta mesma convicção que reforça a pertinência de privilegiar a abordagem teórico-metodológica fundada numa sociologia dos indivíduos, pondo em prática uma sociologia à *escala individual* (Lahire, 1998, 2004). Através dela procuramos concretizar um dos objectivos definidos para a mesma. Designadamente, pretendemos verificar se existem ou não outros determinantes das práticas de consumo para além da classe social e da trajectória de classe (das condições materiais de existência). Propomo-nos, também, a partir da elaboração dos retratos sociológicos de algumas destas famílias (capítulo seguinte), pesquisar se aquelas variáveis, nomeadamente os diferentes contextos de socialização e de interacção, condicionam ou não a incorporação do *habitus* ou das disposições. Admitimos que os estudos de caso potenciam o reconhecimento da

pluralidade interna do actor social que resulta da diversidade de crenças, de valores e de disposições incorporadas.

Na tabela 9 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família 13, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Neste período a família F13 adquiriu uma nova viatura e remodelou o mobiliário e decoração da casa, facto que justifica o elevado valor da despesa com *transportes* e com *recheio da casa*. A aquisição destes bens resulta do prolongamento de uma poupança-privação para além do término do pagamento do empréstimo à habitação.

O carro, a remodelação da casa... resultaram de anos de poupança! Não recorri ao crédito. As minhas amigas admiram-se por não recorrer ao crédito. Fui educada assim. Ganhas 5, gastas 3 e guardas 2! (...) Já disse à minha amiga que no próximo ano não vai ser assim. Tenho que voltar a poupar. Jantar fora, só uma vez por mês!

Ela traduz, também, uma atitude de planeamento e de racionalização das despesas característica de valores materialistas. Revela um *habitus* de forte pendor tradicionalista. Para esta família as despesas com *habitação* continuam a ser relevantes na estrutura do orçamento familiar juntamente com a rubrica *outras despesas* [Plano Poupança Reforma (PPR), prendas e higiene e cuidados pessoais]. Uma vez mais constatamos que as questões da segurança, a preocupação em garantir um nível de rendimento no futuro, estão presentes numa família composta por um indivíduo do sexo feminino. Este facto parece reforçar a ilação de que este é um outro comportamento distintivo em termos de género. Importa salientar, ainda, que a valorização da segurança é considerado um traço característico de um contexto de socialização marcado por baixas condições de *segurança formativa* (Ferreira, 1998). Esta é uma outra característica que as famílias F1 e F13 partilham em comum e que será desenvolvida no capítulo seguinte, relativo aos retratos sociológicos (ver retrato Maria e Carlota).

Tabela 9. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F13

Família 13	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	43,89	6,76
Bebidas	34,60	5,33
Habitação, água, electricidade e gás	112,63	17,36
“Recheio da casa”	271,96	41,91
Transportes	662,50	102,09
Comunicações	37,71	5,81
Cultura e lazer	23,58	3,63
Instrução / Educação	0,00	0,00
Outras despesas	141,76	21,85

* Calculado com base no rendimento mensal de 648,92 € (valor indicado)

Nesta família, as despesas que apresentam uma maior variação do valor mensal são as relativas às rubricas *alimentação fora de casa* (Dezembro), às *comunicações* (telemóvel) e à *cultura e lazer* (férias). Elas reforçam o carácter sazonal de algumas destas despesas.

O montante gasto nas 9 rubricas, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 204,74 % do rendimento indicado pela família. Lembramos que este valor não evidencia um forte endividamento. Traduz, antes, uma atitude de planeamento e de racionalização das despesas com vista a satisfazer um desejo, num futuro próximo.

Na tabela 10 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F14, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para a família F14 as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *outras despesas* (mensalidade dos filhos, prendas, seguro, totoloto), com *habitação* (crédito), com *alimentação fora de casa* (Agosto e Dezembro) e com *transportes* (viagem/férias). Importa salientar, desde já, a diversidade de itens de despesa que caracterizam estas rubricas. Elas enfatizam algumas das características desta família. Designadamente, os encargos relativos à pensão de alimentos dos filhos, decorrentes do divórcio. Uma outra particularidade, que se repercute na importância relativa que os *transportes* assumem na estrutura do orçamento desta família, foi a utilização do veículo automóvel para viajar, no período de férias. Deste ponto de vista, estas despesas deviam ser registadas na rubrica *cultura e lazer*. Na verdade, este é um outro domínio onde o uso do automóvel ganha um novo significado. A pluralidade de sentidos conferida aos objectos e privilegiada na análise sociológica do consumo dificilmente será contemplada pela classificação do consumo individual por objectivo (COICOP), que constitui um dos critérios de recolha de informação ao nível estatístico. Esta é uma outra limitação que se repercute numa subvalorização das despesas com *cultura e lazer* e que dificilmente será ultrapassada numa análise de pendor quantitativo. De novo a questão da taxionomia utilizada nestes inquéritos, abordada no capítulo 2, é colocada em questão na análise das variantes do *gosto*.

De referir, ainda, que as despesas com *recheio da casa* (móvel a casa, serviço doméstico) e com *comunicações* (Setembro), apresentam valores muito próximos. Assim, a estrutura do orçamento familiar da F14 revela um certo equilíbrio entre as principais rubricas de despesa.

Tabela 10. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F14

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	388,37	22,85
Bebidas	81,17	4,77
Habitação, água, electricidade e gás	639,51	37,62
“Recheio da casa”	190,79	11,22
Transportes	235,18	13,83
Comunicações	184,88	10,88
Cultura e lazer	117,57	6,92
Instrução / Educação	0,00	0,00
Outras despesas	643,06	37,83

* Calculado com base no rendimento mensal de 1700 € (valor indicado)

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 145,92 % do rendimento indicado pela família. Este valor traduz uma propensão ao consumo potenciada pela existência de uma poupança-excedente e pelo desenvolvimento de atitudes hedonistas, principalmente após o divórcio (ver retrato do José).

Na tabela 11 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F25, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (aluguer) e com *transportes*. De salientar, ainda, os valores relativos às despesas com *alimentação fora de casa* (2º maior despesa) e com *bebidas* que são significativos na estrutura do orçamento desta família. Importa referir que as despesas com *alimentação fora de casa* correspondem ao pagamento dos almoços na instituição que frequenta quotidianamente e da qual recebe apoio. Estas despesas abarcam uma parte substancial do seu rendimento mensal. São, também, as despesas características dos agregados idosos.

Tabela 11. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F25

Família 25	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	29,08	9,46
Bebidas	25,92	8,43
Habitação, água, electricidade e gás	169,21	55,03
“Recheio da casa”	4	1,3
Transportes	27,03	8,79
Comunicações	12,63	4,11
Cultura e lazer	9,42	3,06
Instrução / Educação	0	0
Outras despesas	19	6,18

* Calculado com base no rendimento mensal de 307,5 € (valor indicado).

As despesas com *comunicações* e *cultura e lazer* apresentam uma maior variação do valor mensal. O valor percentual destas rubricas de despesa, cerca dos 4% do rendimento mensal, é semelhante ao registado noutras famílias que detêm um capital escolar mais elevado (F1, F2 e F13).

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 96,36 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 12 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F26, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família a despesa com maior relevância na estrutura do orçamento familiar é com *habitação* (aluguer). Uma vez mais, as despesas com o aluguer da habitação revelam-se muito significativas para as famílias com baixo nível de instrução e rendimento (famílias F25 e F26).

De salientar, ainda, os valores relativos às despesas com *alimentação fora de casa* e com *bebidas* que são significativos na estrutura do orçamento desta família (2ª e 3ª maior despesas). Este é mais um exemplo que enfatiza as questões de género. Neste sentido, considerarmos pertinente revelar o comentário que fez quando lhe devolvemos os resultados da análise da *lista de despesas*: Pois, eu vivo sozinho! Gasto mais na alimentação fora de casa pois não cozinho. As bebidas também. O resto é pouco.

Tabela 12. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F26

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	177,75	30,65
Bebidas	129,97	22,41
Habitação, água, electricidade e gás	239,17	41,24
“Recheio da casa”	0,00	0,00
Transportes	40,12	6,92
Comunicações	26,67	4,60
Cultura e lazer	0,00	0,00
Instrução / Educação	0,00	0,00
Outras despesas	18,50	3,19

* Calculado com base no rendimento mensal de 580 € (valor indicado).

As despesas com *transportes* apresentam um valor próximo dos 7%, muito inferior aos das três principais rubricas de despesa desta família. De novo o montante despendido com *comunicações* (cerca de 5%) é idêntico ao registado nas famílias com maior capital escolar. De salientar, ainda, a inexistência de despesas relativas a *cultura e lazer*. Esta ausência decorre uma vez mais da rigidez imposta pela classificação do consumo individual por objectivo (COICOP), que não contempla a

dimensão simbólica dos objectos. Na verdade, os consumos culturais nesta família estão fortemente associados ao consumo de bebidas. Este ocorre enquanto frequenta os “bailes” e a casa de fados (ver retrato de Tadeu). Lembramos que esta é uma despesa muito significativa nesta família. Ela traduz o condicionamento dos capitais subculturais ao nível das práticas de consumo. Esta é uma das vantagens dos estudos de caso, que já salientamos. Só através deles é possível obter um conhecimento mais profundo dos fenómenos em análise.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 109,01 % do rendimento indicado pela família. De novo, o comentário realizado no momento de devolução dos resultados é significativo: Sei que ando a gastar um pouco mais do que o que ganho. Esta é uma outra especificidade desta família que se caracteriza por levar uma vida boémia.

Centremos, seguidamente, a nossa atenção nas *listas de despesa* de famílias do tipo casal sem filhos (uniões de facto, famílias nucleares moderna e tradicional e famílias *gay*). Novamente, a especificidade da estrutura do orçamento deste tipo de famílias é revelada pela importância relativa das diversas rubricas. Assim, no 1º lugar podemos encontrar quer as despesas com *recheio da casa*, quer as despesas com *alimentação fora de casa*. Estas últimas podem surgir, na mesma posição, nas famílias do tipo casais com filhos. No 2º lugar podem surgir as despesas com *cultura e lazer* ou as com *outras despesas*, também características das famílias do tipo casal com filhos. No 3º lugar podem surgir as despesas com *instrução / educação*. No 4º lugar as despesas com *comunicações*.

Na tabela 13 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F3, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação*, com *transportes* (mudança de pneus e seguro) e com *alimentação fora de casa*. De salientar, ainda, o valor relativo à rubrica *outras despesas* (dominadas pelas despesas com animais, ginásio e higiene e cuidados pessoais).

Nos contactos que mantivemos, a família revelou não ter consciência da importância relativa que as despesas com *alimentação fora de casa* assumiam na estrutura do seu orçamento. Considera que esta despesa, ao decorrer da distância casa / emprego, lhe é imposta e que dificilmente conseguirá diminuir o montante despendido. Neste sentido, esta rubrica de despesa traduz uma alteração na estrutura do orçamento familiar que foi condicionada por uma mudança ao nível da organização da própria sociedade.

Tabela 13. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F3

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	221,03	13,1
Bebidas	42,84	2,54
Habitação, água, electricidade e gás	541,55	32,09
“Recheio da casa”	93,09	5,52
Transportes	257,53	15,26
Comunicações	85,46	5,06
Cultura e lazer	37,67	2,23
Instrução / Educação	36,83	2,18
Outras despesas	139,96	8,29

* Calculado com base no rendimento mensal de 1687,39 € (valor indicado)

As despesas que apresentam uma maior variação do valor mensal são as relativas às rubricas *cultura e lazer* e *instrução / educação* (inscrição numa acção de formação). A repercussão que os custos de uma educação ao longo da vida têm na estrutura do orçamento está, uma vez mais, patente nesta família.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 86,27 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 14 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F4, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar com *habitação* (crédito) e com *transportes* (distância casa / local de trabalho). Importa referir, também, que o montante gasto com *instrução / educação* decorre do pagamento das propinas de doutoramento. Uma vez mais é visível a repercussão dos custos com uma formação ao nível superior.

Tabela 14. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F4

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	89,71	3,9
Bebidas	26,36	1,15
Habitação, água, electricidade e gás	613,16	26,66
“Recheio da casa”	42,1	1,83
Transportes	560,29	24,36
Comunicações	186,13	8,09
Cultura e lazer	86,57	3,76
Instrução / Educação	294,09	12,79
Outras despesas	89,01	3,87

* Calculado com base no rendimento mensal de 2300 € (valor indicado).

Neste caso, são as despesas com *transportes* que adquirem um carácter obrigatório, uma despesa *fixa*. Elas reflectem o aumento dos movimentos pendulares das populações. A família F4 referiu que a importância que esta despesa assume na estrutura do orçamento familiar impõe a definição de estratégias para redução das despesas em outras rubricas (*alimentação* e *alimentação fora de casa*) através do recurso ao sistema de *welfare family* (Ferreira, 1998).

As despesas com *comunicações* (inclui Internet) ocupam a 4ª posição, com um valor muito inferior aos das rubricas que dominam a estrutura do orçamento desta família. Seguem-se as despesas com *alimentação fora de casa*, com *outras despesas* e com *cultura e lazer*, todas com um valor muito próximo (4%). De referir que a rubrica *outras despesas* é dominada pelos gastos com animais e com higiene e cuidados pessoais.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 86,41 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 15 apresentam-se os valores médios mensais das despesas realizadas pela família F11, entre Outubro de 2007 e Setembro de 2008. Para esta família, as despesas com o aluguer da *habitação* ocupam a 1ª posição na estrutura do orçamento familiar. Este é um outro exemplo que reforça a importância desta despesa para os locatários. As despesas seguintes são *cultura e lazer* (férias) e *outras despesas* (ginásio e prendas), com um valor idêntico (19%). A 4ª despesa é *alimentação fora de casa*, com um montante, também, significativo (16%). A relevância destas três rubricas parece indiciar que correspondem a despesas características deste tipo de família (homossexuais). De referir, ainda, que se verifica uma variação significativa do valor mensal destas despesas.

Tabela 15. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F11

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	240,36	16,22
Bebidas	56,98	3,84
Habitação, água, electricidade e gás	605,91	40,88
“Recheio da casa”	170,57	11,51
Transportes	113,50	7,66
Comunicações	61,49	4,15
Cultura e lazer	287,21	19,38
Instrução / Educação	12,22	0,82
Outras despesas	286,90	19,36

* Calculado com base no rendimento mensal de 1 482 € (valor indicado).

Os gastos com *recheio da casa* resultam da aquisição de móveis, pois a família encontra-se ainda a mobilar a casa. O valor mensal desta rubrica de despesa é, também, bastante variável. Uma outra característica desta estrutura do orçamento prende-se com o facto de apresentar valores superiores a 12% do rendimento mensal nestas quatro últimas rubricas de despesa.

O montante gasto nas 9 rubricas, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 123,82 % do rendimento indicado pela família. Por consideramos pertinente, revelamos os comentários da família quando devolvemos o resultado desta análise.

Temos consciência dos nossos excessos. Estamos a gastar algumas das nossas economias. Se o registo continuasse veríamos que as despesas com “recheio da casa” diminuiriam significativamente. A casa já está mobilada. Se calhar outras vão aumentar... Veremos!... pois continuamos a realizar o registo das nossas despesas. Fizemos algumas alterações à lista proposta, adequando-a às nossas características. Este foi um dos resultados da participação neste estudo. Quando fomos contactados para participar não tínhamos ideia destas consequências. Positivas, é claro!

Os comentários realizados demonstram que os períodos de poupança ou de uma certa prodigalidade se sucedem na vida dos indivíduos (como na família F13). Reafirmam, também, a variabilidade de algumas das rubricas de despesa que se encontram associadas a momentos específicos do ciclo de vida familiar (mobilar a casa). Finalmente, revelam uma consequência inesperada da participação neste estudo. Ele gerou um novo comportamento. Esta família decidiu continuar a realizar o registo das suas despesas. Assim, corrobora-se o contributo de Giddens (1996) relativamente às repercussões não previstas após a partilha de resultados da investigação entre o investigador e os inquiridos.

Na tabela 16 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F12, entre Outubro de 2007 e Setembro de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (crédito). Segue-se a rubrica *outras despesas* que inclui os pagamentos à segurança social e as despesas com animais. Estas duas rubricas correspondem a cerca de 70% do vencimento mensal. A 3ª despesa mais significativa é com *transportes* (11%). Depois, com um valor muito semelhante (6%), surgem as despesas com *comunicações* e com *instrução / educação*. Estas últimas decorrem de um dos membros da família frequentar o ensino superior.

Tabela 16. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F12

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	116,02	8,29
Bebidas	15,50	1,11
Habitação, água, electricidade e gás	576,33	41,17
“Recheio da casa”	60,28	4,31
Transportes	155,42	11,10
Comunicações	95,13	6,79
Cultura e lazer	28,67	2,05
Instrução / Educação	84,96	6,07
Outras despesas	384,16	27,44

* Calculado com base no rendimento mensal de 1400 € (valor indicado)

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 108,33 % do rendimento indicado pela família. Quando devolvemos os resultados da análise a família referiu que beneficiava da ajuda da família para fazer face às despesas. Uma vez mais o sistema de *welfare family* põe em evidência a existência de solidariedades tácitas e intrafamiliares (Ferreira, 1998).

Na tabela 17 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F15, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação*. Seguem-se, com um valor percentual inferior a 10% do rendimento mensal, as despesas com *cultura e lazer*, resultantes da compra de computador e de uma impressora e das férias.

Tabela 17. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F15

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	57,97	5,80
Bebidas	5,13	0,51
Habitação, água, electricidade e gás	328,81	32,89
“Recheio da casa”	22,03	2,20
Transportes	53,27	5,33
Comunicações	51,95	5,19
Cultura e lazer	94,60	9,46
Instrução / Educação	21,04	2,10
Outras despesas	39,84	3,98

* Calculado com base no rendimento mensal de 1000 € (valor indicado)

As despesas que apresentam uma maior variação do valor mensal são as relativas às rubricas *alimentação fora de casa* (designadamente nos meses de Agosto, Dezembro e Fevereiro), às *comunicações* (aumentam com ligação à Internet) e à *instrução / educação* (inscrição numa acção de formação). De referir que a compra do computador se encontra associada à participação na acção de formação (programa “Novas oportunidades”). Este constitui um exemplo do condicionamento que algumas políticas governamentais podem exercer ao nível das práticas de consumo.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 67,46 % do rendimento indicado pela família. Importa salientar que a família referiu ter hábitos de poupança.

Na tabela 18 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F16, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *alimentação fora de casa* (verão e épocas festivas), com *outras despesas* (totoloto, seguros, prendas), com *transportes* (reparações no automóvel em Novembro e Julho) e com *habitação* (aluguer). Estas quatro despesas têm uma importância relativa muito semelhante (cerca de 12%) e correspondem a 46,64 % do rendimento mensal.

Tabela 18. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F16

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	212,35	12,95
Bebidas	73,07	4,45
Habitação, água, electricidade e gás	183,50	11,19
“Recheio da casa”	11,28	0,69
Transportes	184,27	11,24
Comunicações	75,98	4,63
Cultura e lazer	92,66	5,65
Instrução / Educação	0,00	0,00
Outras despesas	184,59	11,26

* Calculado com base no rendimento mensal de 1640 € (valor indicado)

De referir, ainda, uma variação do valor das despesas com *comunicações* (telemóvel) e com *cultura / lazer* (férias), com um valor percentual de cerca de 5%.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 62,06 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 19 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F21, entre Setembro de 2007 e Agosto de 2008.

Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação*. A 2ª maior despesa corresponde à *alimentação fora de casa* (15%). Seguem-se as despesas com *transportes*, com um valor percentual próximo dos 8%.

Tabela 19. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F21

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	98,43	15,14
Bebidas	33,48	5,15
Habitação, água, electricidade e gás	237,29	36,51
“Recheio da casa”	16,38	2,52
Transportes	50,64	7,79
Comunicações	20,16	3,1
Cultura e lazer	28,00	4,31
Instrução / Educação	9,80	1,51
Outras despesas	0,00	0

* Calculado com base no rendimento mensal de 650 € (valor indicado).

As despesas que apresentam uma maior variação do valor mensal são com *comunicações* (o valor duplica a partir de Maio 2009) e *cultura e lazer* (aquisição de um computador). Este é um outro exemplo do condicionamento das políticas governamentais, na área da educação, sobre os comportamentos de consumo (tal como a F15). Como a família afirma, as despesas com comunicações duplicaram por causa da Internet. É o dobro!

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 76,03 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 20 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F28, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *recheio da casa* (53,84%). Este valor excepcional está de novo associado ao início da vida a dois (mobilier a casa). Seguem-se as despesas com *habitação* (crédito), correspondentes a 38% do rendimento mensal.

A 3ª maior despesa corresponde a *bebidas* (Novembro e Março marcam variação do valor mensal), com um valor inferior aos 10%. As despesas com *cultura e lazer* (televisão por cabo e férias) ocupam a 4ª posição na estrutura do orçamento familiar (7%). Seguidamente, com um valor muito semelhante (3%) encontram-se as despesas com *alimentação fora de casa* e com *transportes*. A rubrica *outras despesas* apresenta um valor quase residual (inferior a 2%).

Tabela 20. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F28

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	42,58	3,87
Bebidas	99,80	9,07
Habitação, água, electricidade e gás	422,40	38,40
“Recheio da casa”	592,27	53,84
Transportes	54,08	4,92
Comunicações	35,84	3,26
Cultura e lazer	80,74	7,34
Instrução / Educação	0,00	0,00
Outras despesas	20,83	1,89

* Calculado com base no rendimento mensal de 1100 € (valor indicado).

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 122,59 % do rendimento indicado pela família. Neste caso, também, o endividamento da família é minorado pela ajuda da família (sistema de *welfare family*).

Na tabela 21 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F30, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Importa, desde logo, salientar que nenhuma despesa é superior a 9% do rendimento mensal. Esta é uma particularidade da estrutura do orçamento desta família. A despesa com maior relevância na estrutura do orçamento familiar é com *habitação* (casa própria), sem qualquer outro custo para além do condomínio. A 2ª maior despesa corresponde à *alimentação fora de casa* (6%).

Tabela 21. Valor médio mensal e valor percentual da família F30

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	56,50	5,95
Bebidas	36,25	3,82
Habitação, água, electricidade e gás	81,26	8,55
“Recheio da casa”	0,00	0,00
Transportes	9,66	1,02
Comunicações	37,29	3,93
Cultura e lazer	21,76	2,29
Instrução / Educação	0,00	0,00
Outras despesas	39,58	4,17

* Calculado com base no rendimento mensal de 950 € (valor indicado).

A rubrica *outras despesas* regista maiores valores no mês de Dezembro (prendas de Natal). As despesas com *comunicações* e com *bebidas* são semelhantes, com valores inferiores a 4% do rendimento familiar. O montante despendido com *cultura e lazer* é relativo à compra diária do jornal. As despesas com *transportes*

apresentam um valor quase residual. Importa salientar que o representante do agregado é reformado e que a família não possui nenhuma viatura.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 29,73 % do rendimento indicado pela família. Esta é, certamente, uma das famílias onde o montante relativo à poupança é maior.

As especificidades das famílias do tipo casal com filhos reveladas pela análise das *listas de despesas* traduzem-se, também, na hierarquização diversa das rubricas de despesa. Assim, o 1º lugar na estrutura do orçamento familiar pode corresponder às despesas com *instrução / educação*. Este lugar pode, também, corresponder à rubrica *alimentação fora de casa*, à semelhança do que acontece nas famílias do tipo casal sem filhos, como anteriormente referimos. No 2º lugar podemos encontrar quer as despesas com *comunicações*, quer com *outras despesas*. Ou ainda, as despesas com *recheio da casa*, como acontece na família do tipo indivíduo só, ou com *cultura e lazer*, à semelhança das famílias do tipo casal sem filhos. Estas particularidades revelam a influência que a presença de crianças / jovens exercem ao nível das práticas de consumo.

Na tabela 22 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F5, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Importa lembrar que estes estão sobrevalorizados, por imprecisão do valor indicado para o rendimento mensal. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* decorrentes da realização de obras de reabilitação na habitação (vivenda) recentemente adquirida. A grandeza do valor (85%), mesmo se amplificada, traduz um endividamento real decorrente dos encargos com esta despesa. Seguem-se as despesas com *instrução / educação* (39%). Esta é, como referimos, uma família com 8 filhos, com idades compreendidas entre os 5 e os 16 anos. Frequentam um colégio privado e têm, em casa, apoio de um professor contratado para ajudar na realização das tarefas escolares. Esta estratégia teve como objectivo diminuir os custos decorrentes quer de uma presença mais prolongada no colégio, quer do recurso a apoios mais individualizados. Permite também superar a indisponibilidade dos pais para acompanharem os filhos neste domínio específico. Refira-se que ambos os progenitores têm uma profissão liberal, correspondente ao lugar de classe Pequena Burguesia Intelectual e Científica (PBIC).

A 3ª maior despesa, com um valor inferior aos 10% do rendimento mensal indicado, corresponde aos *transportes*. Neste valor está incluído o pagamento do transporte escolar dos filhos. Seguem-se, com um valor idêntico, as despesas com o *recheio da casa*, relativas aos salários de duas empregadas domésticas e à aquisição

de mobiliário (8%). Estes são outros indicadores do condicionamento que a presença de crianças / jovens exerce sobre a estrutura do orçamento familiar.

Tabela 22. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F5

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	164,54	2,15
Bebidas	96,25	1,26
Habitação, água, electricidade e gás	6505,64	85,18
“Recheio da casa”	625,50	8,19
Transportes	723,58	9,47
Comunicações	282,43	3,70
Cultura e lazer	391,68	5,13
Instrução / Educação	2975,98	38,97
Outras despesas	224,67	2,94

* Calculado com base no rendimento mensal de 7637,13 € (valor indicado)

As despesas com *cultura e lazer* (férias), com *comunicações* (aumento significativo a partir do mês de Fevereiro. Um dos filhos começa a namorar), com *outras despesas* (inclui pagamento de seguros, de quotas a associação profissional, às Finanças e com animais), com *alimentação fora de casa* e com *bebidas* (especialmente no verão), são aquelas que registam maiores variações no montante mensal das despesas. O valor percentual mais elevado corresponde à rubrica *cultura e lazer* (5%), seguem-se as despesas com *comunicações* (4%) e as restantes são inferiores a 3% do rendimento mensal. Estas despesas permanecem pouco significativas na estrutura do orçamento familiar.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 156,99 % do rendimento indicado pela família. Mesmo não sendo real, este valor traduz um endividamento da família.

Na tabela 23 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F7, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *transportes* (33%) e decorrem da aquisição de um veículo automóvel. A 2ª maior despesa, com um valor percentual de 6%, corresponde a *outras despesas* (seguros e prendas).

Para esta família, composta pelo casal e por um filho com 29 anos, que iniciou recentemente actividade profissional, pertencente à Burguesia Dirigente (BD), as restantes despesas têm pouco significado na estrutura do orçamento familiar. Os encargos com a *habitação* (3%) restringem-se ao pagamento do condomínio, para

além das despesas com o aquecimento e a iluminação. Seguem-se, com um valor muito próximo, as despesas com *comunicações*. As restantes despesas apresentam valores residuais (1%).

Tabela 23. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F7

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	96,03	1,43
Bebidas	68,08	1,02
Habitação, água, electricidade e gás	212,33	3,17
“Recheio da casa”	118,03	1,76
Transportes	2173,47	32,47
Comunicações	182,96	2,73
Cultura e lazer	89,56	1,34
Instrução / Educação	0,00	0,00
Outras despesas	399,95	5,97

* Calculado com base no rendimento mensal de 6693,90 € (valor indicado).

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 49,89 % do rendimento indicado pela família. Este valor traduz uma propensão para a poupança.

Na tabela 24 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F8, entre Setembro de 2007 e Agosto de 2008. A falta de fiabilidade nos registos impôs que só integrássemos na análise os valores relativos a 4 rubricas, para além da inexistência de despesas com *recheio da casa*, neste período. Esta família extensa tem como representante a filha mais velha, que vive com o companheiro, com os seus próprios pais e com a sua irmã mais nova (frequenta 12º ano). O pai é reformado por invalidez e a mãe está desempregada, tal como o seu companheiro.

Os dados apurados revelam que as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento desta família *habitação* (57%). Este valor inclui o pagamento de um empréstimo (120 € mensal) para a realização de obras na mesma (Dezembro 2007). A 2ª maior despesa, com um valor percentual de 9%, é com *transportes* e inclui uma reparação do automóvel (375 € em Janeiro 2008). Importa reforçar a imprecisão destas importâncias, já que nem sempre foram registados valores para todos os itens definidos para estas duas rubricas, designadamente, água e electricidade e transportes públicos. A falta de precisão no registo das despesas foi-nos justificada pela estratégia adoptada para gerir o orçamento: Dou um valor por semana aos meus pais e

o controlo das despesas é feito assim. Um outro motivo prende-se com a entrada no mercado de trabalho da irmã.

Tabela 24. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da Família F8

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	70,51	4,08
Bebidas	**	**
Habitação, água, electricidade e gás	983,5	56,95
“Recheio da casa”	0	0
Transportes	159,49	9,24
Comunicações	51,71	2,99
Cultura e lazer	**	**
Instrução / Educação	**	**
Outras despesas	**	**

* Calculado com base no rendimento mensal de 1726,75 € (valor indicado).

** Dados sem fiabilidade dado o número reduzido de registos apresentados (2 a 5 ocorrências).

O conhecimento do montante gasto com *alimentação fora de casa* (4%), motivou uma alteração de comportamentos. Para reduzir este valor passou a levar para o trabalho algo para lanchar.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 73,26 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 25 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F9, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (15%), *instrução / educação* (12%) e com *outras despesas* (11%), relativos à mensalidade dos filhos do 1º casamento, a higiene e cuidados pessoais, a prendas, aos seguros (vida e responsabilidade civil), ao pagamento de quotas (associação profissional e outras) e de serviços (contabilidade organizada). Seguem-se as despesas com *recheio da casa* (10%), decorrentes da remodelação dos quartos das crianças / jovens. Estas 4 rubricas de despesa, ao apresentarem valores muito próximos, tornam a estrutura do orçamento familiar bastante equilibrada.

O valor relativo a *cultura e lazer* (8%) inclui as despesas com as férias (aluguer de casa de férias), com espectáculos (cinema, teatro, concertos, etc.) e com a compra de livros e cd's. É neste domínio que a família afirma que os registos carecem de maior rigor: As despesas com *cultura e lazer* não são muito verdadeiras porque o meu marido não registava sempre os livros e cd's que comprava. Esta dificuldade de realizar um registo preciso das despesas aumenta com o número de adultos e enfatiza o facto de toda a relação social se caracterizar por uma certo grau de opacidade.

Tabela 25. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F9

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	433,08	4,16
Bebidas	75	0,72
Habitação, água, electricidade e gás	1588,83	15,28
“Recheio da casa”	1010,17	9,71
Transportes	563,34	5,41
Comunicações	123,17	1,18
Cultura e lazer	800,33	7,70
Instrução / Educação	1222,17	11,75
Outras despesas	1091,67	10,50

* Calculado com base no rendimento mensal de 10400 € (valor indicado)

O montante das despesas com *transportes* (5%) foi aumentado em sequência de avarias nos dois veículos automóveis e pelo valor das revisões periódicas. Estas ocorrências acentuam o facto de as despesas de consumo serem caracterizadas por um elevado grau de incerteza.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 66,41 % do rendimento indicado pela família. Neste caso, também, consideramos plausível a existência de uma poupança excedente.

Na tabela 26 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F10, entre Julho de 2007 e Agosto de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *instrução / educação* (filha no ensino superior privado), com *outras despesas* (ginásio, seguro de vida, totoloto e prendas Natal), e com *habitação* (crédito). Estas três principais rubricas de despesa apresentam valores semelhantes (entre os 28% e os 23%).

Tabela 26. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F10

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	124,73	10,37
Bebidas	22,59	1,88
Habitação, água, electricidade e gás	274,94	22,87
“Recheio da casa”	8,00	0,67
Transportes	118,08	9,82
Comunicações	87,37	7,27
Cultura e lazer	20,20	1,68
Instrução / Educação	341,42	28,40
Outras despesas	279,68	23,26

* Calculado com base no rendimento mensal de 1 202,33 € (valor indicado)

As despesas que apresentam uma maior variação do valor mensal são as relativas às rubricas *transportes* (Agosto) e *alimentação fora de casa* (Dezembro). Esta coincidência do aumento destas despesas com os períodos de lazer e festivos reforça o significado simbólico que se encontra associado a estes bens, e que já salientamos anteriormente.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 106,22 % do rendimento indicado pela família. Quando devolvemos os resultados da análise a família referiu: Pois! É isto. A situação está má! Se não fosse o apoio dos meus pais, praticamente não gasto dinheiro com alimentação, e da minha irmã, não conseguia. Tinha que deixar o ginásio, reduzir nos cafés... Tento equilibrar com os subsídios de Natal e de férias. Este é mais um caso em que a ajuda da família (sistema de *welfare family*) ajuda a superar as dificuldades e favorece a prevalência de atitudes hedonistas. De salientar, ainda, que esta é uma família composta pelo pai e pela filha. Logo após o divórcio o filho mais velho ficou a viver com a tia e nunca mais regressou a casa do pai. As relações familiares são fortes e quotidianas e caracterizam-se pela realização conjunta das refeições. Uma vez mais verifica-se a prática de confeccionar as refeições não é comum entre os homens que vivem sós. Reforçam-se as questões de género.

Na tabela 27 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F17, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (36%) e com *transportes* (10%). A 3ª maior despesa é relativa à *instrução / educação*, com um valor próximo dos 7% do rendimento mensal. A diferença entre os valores percentuais destas três principais rubricas de despesa reforça o carácter pouco equitativo desta estrutura do consumo.

Tabela 27. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F17

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	92	4,93
Bebidas	0	0
Habitação, água, electricidade e gás	663,72	35,57
“Recheio da casa”	6,7	0,36
Transportes	188,75	10,12
Comunicações	70	3,75
Cultura e lazer	3,28	0,18
Instrução / Educação	121,67	6,52
Outras despesas	80,17	4,3

* Calculado com base no rendimento mensal de 1866 € (valor indicado)

De salientar, ainda, que o valor médio da despesa com *alimentação fora de casa* (5%) foi ampliado pela realização de uma festa familiar. A despesa que apresenta uma maior variação do valor mensal é a relativa à rubrica *outras despesas* (4%). Seguem-se, com um valor muito próximo deste, as despesas com *comunicações*. As restantes rubricas registam valores residuais, inferiores a 0,5% do rendimento mensal.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 65,73 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 28 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F19, entre Outubro de 2007 e Setembro de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *instrução / educação*, correspondendo a 98% do rendimento mensal indicado. Importa desde já referir que esta família, com 3 filhos em idade escolar e a frequentar o ensino particular, está integrada numa empresa familiar, composta pelos membros da família alargada (pais e irmãos). Quando devolvemos os resultados da análise, a família reforçou a sua especificidade:

Eu disse-lhe que nós funcionamos de uma forma particular. Nós temos uma empresa e muitas coisas vêm de lá... Temos, também, valores que tentamos transmitir aos nossos filhos. O melhor investimento é na educação deles. Procuramos poupar noutras coisas. Não vestir roupa de marcar, cozinhar, fazer as duas refeições em casa, não andar sempre a comer fora... O valor que indiquei para o rendimento mensal é o declarado. Depois temos as nossas poupanças para fazer face a estas despesas.

Tabela 28. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F19

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	254,58	16,97
Bebidas	51,55	3,44
Habitação, água, electricidade e gás	187,5	12,5
“Recheio da casa”	104,17	6,94
Transportes	268,33	17,89
Comunicações	77,50	5,17
Cultura e lazer	306,67	20,44
Instrução / Educação	1462,00	97,47
Outras despesas	0	0

* Calculado com base no rendimento mensal de 1500 € (valor indicado)

A 2ª maior despesa é relativa à *cultura e lazer* (20%), registando os maiores valores nos meses de Agosto e Dezembro (férias). Seguem-se as despesas com *transportes* (18%), com maiores valores nestes mesmos meses. De novo o uso de automóvel surge associado ao lazer. É também no mês de Agosto (férias) que o valor

das despesas com *alimentação fora de casa* (17%) é mais significativo. Seguem-se as despesas com a *habitação* (13%).

Nas despesas com *recheio da casa* (7%) e com *bebidas* (3%) verifica-se, também, uma maior variação do valor mensal. Uma vez mais os dados revelam a sazonalidade desta última rubrica de despesa, registando-se um aumento significativo das mesmas no Verão. As despesas com *comunicações* correspondem a 5% do rendimento mensal.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 180,82 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 29 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F20, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *alimentação fora de casa* (23%), que aumentam significativamente no período de férias (Agosto). Seguem-se as despesas com *instrução / educação* (18%) relativas ao colégio das filhas. A 3ª maior despesa é com *habitação* (13%).

Tabela 29. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F20

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	566,17	22,46
Bebidas	61,00	2,42
Habitação, água, electricidade e gás	318,00	12,61
“Recheio da casa”	35,25	1,40
Transportes	115,58	4,58
Comunicações	155,25	6,16
Cultura e lazer	189,42	7,51
Instrução / Educação	448,75	17,80
Outras despesas	140,00	5,55

* Calculado com base no rendimento mensal de 2521 € (valor indicado)

As despesas que apresentam uma maior variação do valor mensal são as relativas às rubricas *cultura e lazer* (férias) e *bebidas* (verão). As despesas com *comunicações* registam um valor próximo das com *outras despesas* (6%).

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 80,49 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 30 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F22, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (crédito), que correspondem a mais de metade do rendimento mensal

(53%). Seguem-se as despesas com *recheio da casa* (18%). Refira-se que esta família mudou de casa recentemente, após o divórcio, e está a mobilar a mesma. A 3ª maior despesa é com *transportes* (14%), inclui o seguro do carro. Depois surge a rubrica *outras despesas* (13%), correspondente aos gastos com higiene e cuidados pessoais e com prendas.

Tabela 30. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F22

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	78,81	6,57
Bebidas	6,43	0,54
Habitação, água, electricidade e gás	641,57	53,46
“Recheio da casa”	219,61	18,3
Transportes	161,88	13,49
Comunicações	22,5	1,87
Cultura e lazer	97,5	8,12
Instrução / Educação	113,23	9,44
Outras despesas	149,55	12,46

* Calculado com base no rendimento mensal de 1200 € (valor indicado).

As despesas com *instrução / educação* (9%), referem-se à frequência do ensino público (filho mais velho) e do ensino particular (filha mais nova). O valor da rubrica *cultura e lazer* (8%) é fortemente condicionado pelas despesas com as férias e o valor da rubrica *alimentação fora de casa* (7%) pelo pagamento dos almoços dos filhos, na escola. O montante relativo a *comunicações* (2%) é inferior ao registado na maioria das famílias que integram este estudo.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas listas de despesas, corresponde a 124,25 % do rendimento indicado pela família. Importa referir que a família recorre a uma actividade paralela (prestação de serviços ao fim-de-semana) para minorar o seu endividamento.

Na tabela 31 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F27, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008.

Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (crédito), que correspondem a 39% do rendimento mensal e constituem a maior despesa desta família. Seguem-se as despesas com *transportes* (4%), relativas a gasolina e ao passe social (transportes públicos). O montante gasto em *bebidas* (4%) inclui as despesas com café (diário), com leite e sumos para a filha.

As restantes despesas apresentam valores residuais, iguais ou inferiores a 1% do rendimento mensal, como é o caso das *comunicações* com um valor de 0,08%.

Tabela 31. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F27

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	11,25	1,13
Bebidas	38,77	3,88
Habitação, água, electricidade e gás	387,09	38,71
“Recheio da casa”	1,88	0,19
Transportes	44,12	4,41
Comunicações	0,83	0,08
Cultura e lazer	9	0,9
Instrução / Educação	0	0
Outras despesas	1,58	0,16

* Calculado com base no rendimento mensal de 1000 € (valor indicado)

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 49,45 % do rendimento indicado pela família. Ele parece indiciar a existência de uma *poupança privação* (Ferreira, 1998).

Na tabela 32 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F29, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (crédito), correspondendo a 36% do rendimento mensal. A 2ª maior despesa corresponde aos *transportes* (passe social), com um valor percentual de 9%. Segue-se a rubrica *outras despesas* (6%), relativa a prendas e a higiene e cuidados pessoais.

Tabela 32. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F29

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	13,80	1,67
Bebidas	36,18	4,39
Habitação, água, electricidade e gás	298,92	36,28
“Recheio da casa”	0,00	0,00
Transportes	75,16	9,12
Comunicações	40,06	4,86
Cultura e lazer	1,53	0,19
Instrução / Educação	36,37	4,41
Outras despesas	47,90	5,82

* Calculado com base no rendimento mensal de 824 € (valor indicado)

As despesas com *comunicações* (inclui televisão por cabo e Internet a partir de Março), com *instrução / educação* (duas filhas a frequentar o ensino público) e com *bebidas* apresentam valores muito próximos (4%). São pouco significativas as despesas com *alimentação fora de casa* (2%) e as restantes são residuais.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 66,74 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 33 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F31, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *instrução / educação* (58%), resultantes da filha frequentar o ensino secundário numa escola privada. Segue-se a rubrica *outras despesas* (49%) que para além das despesas habituais (prendas de Natal, Páscoa, mesada da filha, higiene e cuidados pessoais) inclui uma prenda de casamento, que aumenta significativamente o seu valor. Nas despesas com *transportes* (41%) estão incluídas as viagens diárias da filha para a escola, numa localidade diferente daquela onde residem, e uma reparação do automóvel. As despesas com *habitação* (35%) incluem a realização de obras na casa. Importa salientar que o período em que decorreu o estudo coincidiu com um conjunto de despesas extraordinárias (casamento, obras na casa e, de certo modo, a reparação do automóvel).

Tabela 33. Valor médio e valor percentual das despesas da família F31

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	106,63	17,77
Bebidas	36,36	6,06
Habitação, água, electricidade e gás	207,28	34,55
“Recheio da casa”	50,00	8,33
Transportes	246,70	41,12
Comunicações	95,20	15,87
Cultura e lazer	45,26	7,54
Instrução / Educação	351,17	58,53
Outras despesas	295,21	49,20

* Calculado com base no rendimento mensal de 600 € (valor indicado).

As despesas com *alimentação fora de casa* (18%) e com *comunicações* (16%) assumem, também, valores com algum significado na estrutura do orçamento desta família. As primeiras são condicionadas pela distância entre o local de residência e o local de escola da filha. As despesas com *recheio da casa* e com *cultura e lazer* apresentam valores muito próximos (8%). Finalmente, as despesas com *bebidas*

registam um valor de 6%. Parece-nos pertinente salientar que este é o valor mais significativo para a última rubrica incluída nesta *lista de despesas*.

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 238,97 % do rendimento indicado pela família. Como já referimos este valor foi condicionado por despesas de carácter excepcional e implicou o recurso a poupanças existentes.

Na tabela 34 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F32, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família a despesa com maior relevância na estrutura do orçamento familiar é com *habitação* (14%), relativas ao pagamento da água, electricidade e gás, já que a casa é propriedade de um dos elementos desta família extensa (compostas por 6 adultos e uma criança / jovem). Consideramos que, uma vez mais, a opacidade característica das relações sociais diminui a fiabilidade dos registos. Certamente os valores apurados não incluem todas as despesas de todos os membros desta família.

Tabela 34. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F32

	Valor médio Mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	4,97	0,25
Bebidas	39,31	1,97
Habitação, água, electricidade e gás	288,33	14,42
“Recheio da casa”	13,73	0,69
Transportes	18,28	0,91
Comunicações	58,96	2,95
Cultura e lazer	7,85	0,39
Instrução / Educação	27,41	1,37
Outras despesas	3,33	0,17

* Calculado com base no rendimento mensal de 2000 € (valor indicado).

O montante relativo às despesas com *comunicações* é de 3% e corresponde à 2ª maior despesa desta família. Seguem-se as despesas com *bebidas* (2%) e com *instrução / educação* (1%), relativa à frequência do ensino público. As restantes despesas apresentam um valor residual (inferior a 1%).

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 23,12 % do rendimento indicado pela família.

Na tabela 35 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F33, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (41%) e com *outras despesas* (35%). Nesta última rubrica está incluído

o valor relativo à pensão de alimentos de um filho de outro casamento. Uma vez mais estas despesas são significativas na estrutura do orçamento destas famílias. Seguem-se as despesas com *transportes* (13%). Surgem, depois, as despesas com *comunicações* e com *instrução / educação*, com um valor muito próximo (9%). As despesas relativas a *bebidas* representam 4% do rendimento mensal. Finalmente, as despesas com *cultura e lazer* com um valor residual (0,5%).

Tabela 35. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F33

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	0	0
Bebidas	33,8	3,69
Habitação, água, electricidade e gás	385	41,98
“Recheio da casa”	0	0
Transportes	114,8	12,52
Comunicações	80	8,72
Cultura e lazer	4,2	0,46
Instrução / Educação	79,17	8,63
Outras despesas	316,67	34,53

* Calculado com base no rendimento mensal de 917 € (valor indicado).

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 110,53 % do rendimento indicado pela família. Este valor revela um endividamento da família.

Na tabela 36 apresentam-se os valores médios mensais e o valor percentual das despesas realizadas pela família F34, entre Agosto de 2007 e Julho de 2008. Para esta família as despesas com maior relevância na estrutura do orçamento familiar são com *habitação* (crédito), que correspondem a 38% do rendimento mensal. A 2ª maior despesa é com *cultura e lazer* (23%) e prende-se com as férias. Estas duas rubricas dominam a estrutura do orçamento familiar. A 3ª maior despesa é com *transportes* (9%). Surgem, depois, as despesas com *alimentação fora de casa* e com *recheio da casa*, com um valor próximo (6%). Verifica-se uma variação do valor mensal das despesas relativas a *alimentação fora de casa* no mês de Agosto e após Janeiro de 2008, o valor duplica (entrada da filha no mercado de trabalho).

As rubricas *outras despesas* (seguro de vida e higiene e cuidados pessoais) e *comunicações* registam um semelhante (2%).

Tabela 36. Valor médio mensal e valor percentual das despesas da família F34

	Valor médio mensal (€)	Valor percentual (%)*
Alimentação fora de casa	71,65	5,97
Bebidas	1,14	0,1
Habitação, água, electricidade e gás	456,41	38,03
“Recheio da casa”	68,02	5,67
Transportes	109,97	9,16
Comunicações	23,75	1,98
Cultura e lazer	272,35	22,7
Instrução / Educação	0	0
Outras despesas	31,33	2,61

* Calculado com base no rendimento mensal de 1200 € (valor indicado)

As rubricas *outras despesas* (seguro de vida e higiene e cuidados pessoais) e *comunicações* registam um semelhante (2%).

O montante gasto nas 9 rubricas de despesa, incluídas nas *listas de despesas*, corresponde a 86,22 % do rendimento indicado pela família.

5. A análise das *listas de despesas*: uma abordagem global

A análise das *listas de despesas* acentua a importância relativa das diferentes rubricas na estrutura do orçamento familiar. Enfatiza, também, a influência que variáveis como o género, a idade, o capital escolar, o tipo de agregado e a fase do ciclo de vida familiar, o lugar de classe e o rendimento exercem ao nível das práticas de consumo. Revela realidades que se escondem por detrás dos valores médios anuais fornecidos pelos dados estatísticos do INE pois, como sabemos, a média é uma medida estatística fortemente influenciada pelos valores extremos.

As despesas com *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* apresentam valores que oscilam entre os 3,17% (F7) e os 85,18% (F5). Estes valores extremos evidenciam duas realidades distintas. Os encargos da família F7, relativamente à *habitação*, restringem-se às despesas com o condomínio. Esta família é composta pelos cônjuges e por um filho, com trinta anos de idade. Embora os dados da família F5, como já referimos, careçam de alguma fiabilidade, as despesas com a *habitação* são certamente significativas para esta família. A aquisição recente de uma habitação do tipo vivenda e a realização de obras de reabilitação na mesma, para albergar o casal e os 8 filhos, são indicativos da importância relativa desta despesa e traduzem os encargos decorrentes do recurso ao crédito. Dadas as

limitações referidas, salientamos o 2º valor mais elevado desta rubrica de despesa, que é de 53,4% (F22). A família F22 é uma família monoparental, com dois filhos, que adquiriu recentemente um apartamento para se instalar, após o divórcio. O facto dos valores mais elevados se verificarem em famílias com crianças / jovens reforça o condicionalismo que estas exercem ao nível desta rubrica de despesa. Os dados evidenciam que as despesas com *habitação* são, também, significativas para as famílias do tipo indivíduo só. Neste caso, o valor percentual desta rubrica de despesa varia entre os 17,36% (F13) e os 55,03% (F25). Uma vez mais estamos face a situações opostas. A família F13 é proprietária de um apartamento e as suas despesas correspondem aos encargos com o condomínio. A família F25 é locatária e tem apenas como rendimento a reforma (307,5 €). Finalmente, para as famílias do tipo casal sem filhos o valor percentual desta rubrica de despesa varia entre os 8,55% (F30) e os 41,17% (F12). De novo as situações limites traduzem a condição de proprietária sem outros encargos para além do condomínio (F30) e de proprietária recente através do recurso ao crédito à habitação (F12). Importa realçar que apesar da diversidade de valores a posição relativa desta rubrica no orçamento familiar nunca é inferior ao 5º lugar; que os valores mais baixos correspondem sempre a famílias proprietárias, que já pagaram a sua habitação, e que os valores mais elevados correspondem quer a famílias que ainda se encontram a pagar a habitação (crédito), quer a famílias que vivem em casa de aluguer (F25). Em suma, os resultados obtidos reforçam a influência da variável dimensão da família sobre esta rubrica de despesa. Esta é uma despesa particularmente significativa para as famílias do tipo indivíduo só e para as famílias com crianças / jovens. Revelam, também, que a importância relativa desta rubrica é idêntica quer para proprietários quer para locatários. Este resultado deve ser analisado atendendo quer às particularidades do mercado de aluguer, quer às políticas activas dos governos, nomeadamente no que se refere à bonificação das taxas de juro relativas aos empréstimos para a construção e aquisição de casa (essencialmente nas décadas de 80 e 90). A conjugação destes dois factores contribuiu de modo decisivo para tornar Portugal num “país de proprietários” (Barreto, 2000). Os resultados obtidos revelam, ainda, que as despesas com *habitação* são mais importantes para as famílias com maior capital escolar, oscilando entre a 1ª e a 3ª maior despesa. Para os outros níveis de capital escolar (inferiores ao 12º ano), embora possa corresponder à 1ª despesa, a sua posição relativa pode descer ao 5º lugar. Neste sentido, esta é uma despesa distintiva. Os dados do IDF, 2005-06, mostram que, pela 1ª vez, é a despesa mais importante independentemente do nível de instrução.

As despesas com *transportes* apresentam valores que oscilam entre os 0,91% (F32) e os 102,09% (F13). Eles reflectem a distinção entre utilizador dos transportes públicos e proprietário de veículo automóvel. Os membros da família F32 deslocam-se a pé para o trabalho, dada a proximidade geográfica entre este local e o de residência. Nas famílias do tipo indivíduo só, o valor mínimo é de 5,30% (F2) e o máximo é de 102,09% (F13 – aquisição de um veículo). Uma vez mais a dicotomia transportes públicos / viatura própria está presente. Ela está, também, presente nas famílias do tipo casal sem filhos. Nestas, o menor valor é 1,02% (F30) e o maior é de 24,36% (F4). Finalmente, nas famílias com crianças / jovens este valor varia entre os 0,91 % (F32) e os 32,47% (F7 – aquisição de um veículo), enfatizando a mesma oposição. A posição relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar varia entre o 1º e o 7º lugar. Como temos vindo a salientar, os valores mais baixos prendem-se com o recurso a transportes públicos e os mais elevados à utilização de viatura própria. Importa, também, referir que esta rubrica de despesa nunca ocupa o 1º lugar na estrutura do orçamento das famílias com baixo capital cultural (inferior ao 9º ano). Consideramos relevante mencionar que algumas famílias (F1, F4, F13) referiram que as despesas com transportes, nomeadamente a aquisição de uma viatura automóvel, são fortemente condicionadas pela distância entre local de habitação e de trabalho e pela incompatibilidade entre horário de trabalho e horário e frequência dos transportes públicos. Deste modo, para além de símbolo de *status*, o automóvel constitui um instrumento imprescindível para o desempenho de uma actividade profissional.

A rubrica *Outras despesas* apresenta valores que oscilam entre os 0% (F19 e F21) e os 49,20% (F31). Relembramos que a fiabilidade destes valores é menor, pelas razões acima expostas. As despesas incluídas nesta rubrica são muito diversas. Como salientamos anteriormente, a interpretação desta rubrica suscitou muitas dúvidas e algumas dificuldades no registo das despesas. Algumas famílias registaram aqui as despesas excepcionais e inesperadas (por exemplo uma reparação do automóvel). Entre as despesas mais frequentes surgem as com higiene e cuidados pessoais, com prendas, com os animais, com as semanadas ou mesadas para os filhos, pagamento de quotas, e com os seguros. Algumas destas despesas têm um carácter sazonal (prendas no Natal, na Páscoa) e uma periodicidade variável (seguros, quotas), que se esconde no valor médio mensal. Nas famílias do tipo indivíduo só, o valor mínimo é de 3,10% (F2) e o máximo é de 37,83% (F14). Nas famílias do tipo casal sem filhos o menor valor é 0% (F21) e o maior é de 27,44% (F12). Finalmente nas famílias com crianças / jovens este valor varia entre os 0% (F19) e os 49,20% (F31). Apesar de todas estas limitações, a importância relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar, que varia entre o 1º e o 9º lugar, reforçada pelos valores médios

mensal máximos, mostra que ela é tudo menos uma despesa residual. Como já evidenciamos, esta é uma rubrica de despesa que apresenta variações significativas ao longo do ano. De salientar, ainda, que os resultados obtidos não permitem estabelecer uma relação específica entre o capital escolar detido pelas famílias e a importância relativa desta rubrica. Podemos apenas constatar que, nas famílias com baixo capital escolar, ela nunca ocupa o 1º lugar na estrutura do orçamento familiar. Finalmente, parece-nos pertinente lembrar que os dados do IDF, 2000 e 2005-06, mostram que existe uma relação directa entre esta rubrica de despesa e o nível de instrução.

As despesas com *alimentação fora de casa* apresentam valores que oscilam entre os 0,25% (F32) e os 30,65% (F26). Elas surgem como despesas características das famílias do tipo indivíduo só e, simultaneamente, enfatizam as questões de género. Nas famílias do tipo indivíduo só o valor mínimo é de 1,54% (F1) e o máximo é de 30,65% (F26). Nas famílias do tipo casal sem filhos o menor valor é de 3,87% (F28) e o maior é de 16,22% (F11). Finalmente nas famílias com crianças / jovens este valor varia entre os 0,25% (F32) e os 22,46% (F20). A posição relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar varia entre o 1º e o 9º lugar. Esta despesa encontra-se associada às relações de sociabilidade, às mudanças ao nível da organização do trabalho (jornada contínua), às alterações no papel da mulher e aos movimentos pendulares (distância casa/emprego). Os resultados obtidos levam-nos, também, a associá-la às questões de género. Os valores mais elevados correspondem a famílias do tipo indivíduo só (sexo masculino) e às famílias *gay* (homossexuais). Neste sentido, consideramos pertinente considerar a hipótese de o género condicionar as práticas de consumo. Todas estas variáveis parecem ter maior influência sobre estas despesas do que o capital escolar. Contudo, a natureza qualitativa do estudo não permite generalizações e esta ilação deverá ser comprovada por estudos de pendor quantitativo e representativos.

As despesas com *instrução / educação* apresentam valores que oscilam entre os 0% e os 28,40% (F10). Contudo, estes não são os valores mais elevados revelados por este estudo de caso para esta rubrica de despesa. Como já referimos, por questões de fiabilidade não consideramos os valores registados na família F19, de 97,47%, na família F31, de 58,53% e na família F5, de 38,97% (tabelas 29, 34 e 23, respectivamente). Não obstante, os resultados alcançados revelam uma realidade diversa da patente nos dados estatísticos recolhidos pelo INE. O *ensino* passa de despesa residual para uma despesa cimeira em alguns agregados, nomeadamente naqueles que incluem crianças e jovens em idade escolar. A posição ocupada na estrutura do orçamento familiar é idêntica, independentemente do capital escolar

detido pela família (1º posição). Assim, importa considerar por um lado o investimento das famílias na educação e, por outro, o significado que a mesma assume ao nível da estrutura social (importante canal de mobilidade social). Nas famílias do tipo indivíduo só, o valor mínimo é de 0 % e o máximo é de 12,29% (F1). Nas famílias do tipo casal sem filhos, o menor valor é 0% (F28) e o maior é de 12,79 % (F4). Finalmente nas famílias com crianças / jovens este valor varia entre os 0% (F7 e F27) e os 28,40% (F10). A posição relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar varia entre o 1º e o 9º lugar. Os resultados revelam que a importância relativa desta rubrica é fortemente condicionada pelo nível de escolaridade das crianças / jovens, distinguindo escolaridade obrigatória / não obrigatória e a frequência do ensino público / privado. Evidenciam, também, os custos de uma formação ao nível superior (F12 – licenciatura; F1 e F4 - doutoramento). Repercutem, ainda, o condicionamento decorrente das novas políticas na área da educação, designadamente no domínio da “aprendizagem ao longo da vida” (F3, F11 e F15 - cursos de formação, F21 - “novas oportunidades”).

As despesas com *cultura e lazer* apresentam valores que oscilam entre os 0% (F26) e os 22,7% (F34). Nas famílias do tipo indivíduo só o valor mínimo é de 0% (F26) e o máximo é de 6,92% (F14). Nas famílias do tipo casal sem filhos o menor valor é 2,05% (F12) e o maior é de 19,38% (F11). Finalmente nas famílias com crianças / jovens este valor varia entre os 0,18% (F17) e os 22,7% (F34). A posição relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar varia entre o 2º e o 9º lugar. As despesas incluídas nesta rubrica prendem-se, essencialmente, com o cinema, a aquisição de livros e cd's, a compra do jornal e as férias. É a inclusão das despesas com férias que condiciona fortemente os valores percentuais desta rubrica de despesa. Este facto revela a importância que esta prática adquiriu nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, põe em evidência uma não correspondência entre nível de capital cultural e posição relativa das despesas com cultura e lazer (2ª posição independentemente do grau de instrução). É, também, uma rubrica que apresenta uma variação do valor mensal significativa. Deveremos atender, também, a outras características das sociedades actuais, designadamente as políticas culturais (acessibilidade à cultura) e à proliferação dos serviços de Internet. Estas novas realidades ao tornarem gratuito o acesso à cultura retiram pertinência e significado a esta rubrica de despesa. Importa, pois, redefinir o conceito de cultura por ela abarcado e encontrar outros indicadores que nos permitam melhorar a qualidade dos dados recolhidos.

As despesas com *comunicações* apresentam valores que oscilam entre os 0,08% (F27) e os 10,88% (F14). Nas famílias do tipo indivíduo só o valor mínimo é de 2,24% (F1) e o máximo é de 10,88% (F14). Nas famílias do tipo casal sem filhos o

menor valor é 3,1% [F21] e o maior é de 8,09% (F4). Finalmente, nas famílias com crianças / jovens este valor varia entre os 0,08% (F27) e os 7,27% (F10). Por questões de fiabilidade excluíram-se os valores relativos à família F31, de 15,87% e à família F33, de 8,72%. A posição relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar varia entre o 2º e o 8º lugar. As despesas integradas nesta rubrica prendem-se essencialmente com o uso de telemóveis, da televisão por cabo e da Internet. Os resultados obtidos revelam, ainda, que a posição relativa mais importante ocupada por esta despesa na estrutura do orçamento familiar (2º lugar) se verifica em famílias com baixo capital escolar. Para os outros níveis de instrução o lugar ocupado é igual ou inferior à 4ª posição nesta estrutura. A importância relativa que esta rubrica tem vindo a assumir na estrutura do orçamento familiar transforma-a em despesa significativa e símbolo da modernidade. Nas sociedades contemporâneas, ela constitui um meio de acesso à cultura.

As despesas com “*recheio da casa*” apresentam valores que oscilam entre os 0% (várias famílias) e os 53,84% (F28). Nas famílias do tipo indivíduo só o valor mínimo é de 0,14% (F1) e o máximo é de 41,91% (F13). Nas famílias do tipo casal sem filhos o menor valor é 0% (F30) e o maior é de 53,84% (F28). Finalmente nas famílias com crianças / jovens este valor varia entre os 0% (F8 e 29) e os 18,3% (F22). A posição relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar varia entre o 1º e o 9º lugar. Nestas despesas estão incluídas a compra de móveis e artigos de decoração, o pagamento de serviços domésticos e reparações diversas. É uma rubrica de despesa reveladora do nível de equipamento e de conforto do lar. Algumas das despesas incluídas nesta rubrica estabelecem distinção entre as famílias, nomeadamente a existência ou não de empregadas domésticas. Este serviço encontra-se fortemente associado à presença de crianças e jovens. É, ainda, uma rubrica de despesa fortemente condicionada pela fase do ciclo de vida da família (por exemplo: montar casa, mobilar quarto das crianças) e pela realização de remodelações na decoração na mesma. Todos estes factores originam uma variação do valor mensal decorrente da periodicidade das despesas incluídas. Os resultados obtidos revelam, também, que esta rubrica ascende ao 1º e 2º lugares, respectivamente em famílias com nível de instrução baixo e médio, enquanto que nas famílias de elevado nível de instrução a posição é igual ou inferior ao 4º lugar.

As despesas com *bebidas* apresentam valores que oscilam entre os 0% (F17) e os 22,41% (F26). Nas famílias do tipo indivíduo só o valor mínimo é de 1,16% (F1) e o máximo é de 22,41% (F26). Nas famílias do tipo casal sem filhos o menor valor é 0,51% (F15) e o máximo é de 9,07% (F28). Finalmente nas famílias com crianças / jovens este valor varia entre os 0 % (F17) e os 6,06 % (F31). A posição relativa desta

despesa na estrutura do orçamento familiar oscila entre o 3º e o 9º lugar. Os critérios que presidiram aos registos realizados pelas famílias foram bastante diferentes. Nem todas as famílias distinguiram as despesas com bebidas alcoólicas das com bebidas não alcoólicas. Mais ainda, muitos dos registos restringem-se ao consumo quotidiano do café. Consequentemente, os dados apresentam uma fraca fiabilidade. Contudo, importa referir que foram encontrados alguns exemplos ilustrativos da sazonalidade desta despesa. Por exemplo na família F20 os valores aumentam significativamente nos meses de verão.

6. Notas finais

A análise das *listas de despesas* que acabamos de realizar evidencia que o consumo compromete diferentes papéis do indivíduo que remetem para o *status*, para competências e formas de poder, quer ideológicas quer económicas. Fortalece a ideia de que o consumo é a expressão de um querer mais ou menos constrangido pelos deveres sociais (regras de prescrição), pelos saberes adquiridos (socializações múltiplas, contextos de interacção, etc.), e pelos poderes (económico, cultural, relacional, entre outros). Deste modo, valida a existência de outras determinantes para além da classe social e da trajectória de classe (das condições materiais de existência).

Enfatiza, também, a necessidade de considerar na análise das práticas de consumo que os consumidores são seres reais, dotados de uma história, de afectos, de desejos, de constrangimentos diversos (económicos, culturais, etc.). Reforça a pertinência de contrapor à ideia de passividade do consumidor a existência de uma criatividade escondida e uma capacidade de inventar um novo sentido para os bens.

Fortalece a ideia segundo a qual a monitorização reflexiva do comportamento não abrange todos os domínios da interacção quotidiana. Este facto não diminui a competência do actor social que nem sempre questiona ou sujeita os seus comportamentos a inquéritos introspectivos. Consolida, também, a concepção de que não existe uma distinção clara entre razões e motivos. Estes encontram-se associados aos desejos que podem ser conscientes ou não. Assim, as mudanças ao nível das práticas de consumo surgem quando se verificam tensões e ambivalências na motivação, correspondentes a situações críticas que implicam uma *gestão dos desejos*, que põem em causa a segurança ontológica.

A análise permitiu, ainda, distinguir os consumidores mais tradicionais, caracterizados pela tendência para planificar as compras, dos consumidores mais abertos a valores hedonistas e à mudança, mais impulsivos. Assim, podemos afirmar que na sociedade de portuguesa coexistem agentes sociais que vivem sob a égide do princípio de realidade e sob a égide do princípio do prazer.

Capítulo 4. OS RETRATOS SOCIOLÓGICOS

1. Razões e objectivos para a elaboração dos retratos

A elaboração dos retratos sociológicos corresponde à última etapa de um percurso teórico e metodológico que se pretendeu, sempre, aberto e reflexivo. Esta abordagem que privilegia a *prática para compreender a prática* (Bourdieu, 2002) e que se ancora nos conceitos de *habitus*, de poder / volume e espécie de capitais e de campo, inclui, necessariamente, a análise da relação entre os níveis micro, meso e macrosociais. A articulação destes níveis enfatiza o condicionamento que os mesmos exercem uns sobre os outros, a dualidade da estrutura (Giddens, 1996). De facto, a relação das práticas quotidianas com os sistemas exteriores de nível meso (contextos de socialização e de interacção, as subculturas, entre outros) e de nível macro (instituições sociais, ordens económica, política, cultural, etc.), é biunívoca. Incorporamos, também, na análise as dimensões tempo e espaço. As dificuldades teóricas e metodológicas na concretização desta abordagem têm sido debatidas nos diversos capítulos, bem como as estratégias que definimos para as tentar ultrapassar. O caminho percorrido desde a análise da variação percentual das despesas, passando pela análise em componentes principais (ACP), até à análise das *listas de despesas* permitiu aprofundar o conhecimento da relação entre as práticas de consumo e os contextos de nível meso e macro em que as mesmas têm lugar. Os resultados obtidos reforçam a ideia de que existem outras variáveis (idade, género, contextos de socialização e de interacção, *habitus* individual, ética e estilo de vida, capitais subculturais, entre outras) que condicionam as práticas de consumo para além da classe social e da trajectória de classe. Contudo, consideramos que a análise desenvolvida até ao momento e os resultados da mesma não são ainda suficientemente consistentes para corroborar o reconhecimento da pluralidade interna do actor social, nem a relação entre este e a diversidade de crenças, de valores e de disposições incorporadas, que constitui um dos objectivos centrais desta investigação. Em suma, para reforçar a ideia de uma relação de condicionamento entre os diferentes contextos de socialização e de interacção e a incorporação do *habitus* ou das disposições.

Para alcançar este objectivo prosseguimos a investigação privilegiando uma abordagem teórico-metodológica fundada numa sociologia dos indivíduos, pondo em prática uma sociologia à *escala individual* (Lahire, 1998, 2004). Tal como Lahire, consideramos que os estudos de caso potenciam o reconhecimento da pluralidade interna do actor social. Assim, propomo-nos, a partir da elaboração de seis retratos

sociológicos aprofundar o conhecimento sobre a pluralidade do actor social (nível micro).

2. Questões polémicas nesta metodologia

Os retratos constituem o instrumento central de análise para a sociologia dos indivíduos (Lahire, 2004). Eles correspondem a uma nova biografia histórica caracterizada pela experimentação e reflexão metodológica que permite analisar o modo como as instituições, os mecanismos e as redes de relações sociais fomentam a pluralidade interna do actor social. Esta análise implica uma mudança de escala de observação e uma problematização centrada no *conjunto compósito* de disposições (diversidade disposicional). Pressupõe, também, a recusa do determinismo de classe e de trajectória de classe (das condições materiais de existência) na incorporação do *habitus* ou das disposições. Deste modo, Lahire refuta a existência de um princípio único gerador de práticas (Lahire, 2004). Para o autor, a socialização, a posição relativa do indivíduo no grupo (familiar, laboral, etc.) e a actividade desenvolvida (familiar, escolar, profissional, entre outras) são, também, determinantes das disposições. Dado que cada um destes determinantes goza de uma independência relativa face às condições materiais de existência, estas perdem a posição hegemónica. Nesta perspectiva, Lahire considera que o *temperamento* e os *traços de personalidade* assumem um papel central na determinação das práticas. Estes conceitos correspondem a disposições incorporadas em função da posição relativa (dominante / dominado; líder / seguidor; responsável / participante; competente / não competente, etc.) ou da actividade em que estão envolvidos (situações familiares, escolares, profissionais, de amizade, etc). É através das socializações que se estruturam as relações de forças internas. Já as relações de força externa desenvolvem-se e exercem o seu condicionamento sobre as práticas nos contextos e em função das posições relativas dos indivíduos face aos mesmos que. Assim, a prática decorre da activação de uma dada disposição num dado contexto conceptualizado como “o produto da interacção entre (relações de) forças internas e externas” (Lahire, 2004: 37). Ambas as forças constroem e solicitam o indivíduo de modo variável, conferindo a ilusão de liberdade de comportamento e favorecendo uma não consciência dos determinismos que sobre ele se exercem. Como exemplos de disposições independentes das condições materiais de existência, Lahire refere as

disposições ascéticas ou hedonistas. Através delas o autor pretende reforçar, também, a perda da importância do capital cultural e económico.

A crítica que Lahire dirige a Bourdieu, centrada na recusa do determinismo das condições materiais de existência enquanto princípio único gerador de práticas na incorporação do *habitus* ou das disposições, parece não atender à possibilidade de existir uma discordância ou hiato entre as condições materiais de existência em que o sistema de disposições foi gerado e aquelas em que o mesmo é actualizado, conceptualizada por Bourdieu e reforçada por Wacquant. Segundo este último autor é precisamente este hiato que confere uma autonomia relativa às práticas (Wacquant, 2004). Parece-nos plausível que esta divergência possa ser fomentada pela multiplicidade de socializações e de contextos que caracterizam a trajectória dos indivíduos, e pela diversidade de papéis desempenhados ao longo da mesma. É, também, neste sentido que consideramos pertinente a hipótese de existir algum condicionamento resultante da multiplicidade de processos de socialização (familiar, escolar, laboral, etc.) que se desenvolvem em diferentes contextos (culturais, políticos, entre outros) e contextos de interacção, presentes na trajectória individual, na incorporação do *habitus*. Através desta hipótese reforça-se a perda da importância dos determinantes económicos face a um aumento dos condicionalismos de pendor cultural, político, entre outros.

Neste sentido, pensamos pertinente salientar de novo os contributos de Lopes (1998) e de Costa (1999) no que concerne à autonomia, ainda que relativa, do domínio simbólico / cultural. Designadamente, a face autónoma do indivíduo, produtora e geradora da mudança, campo para a experimentação e criação de novas formas de ser, estar e de se relacionar (Lopes, 1998) e a importância dos contextos sociais e de interacção, o *meio social*, enquanto nível intermédio entre as práticas e as representações individuais e os sistemas sociais e culturais, para ultrapassar a dicotomia demasiado redutora entre micro e macro, nomeadamente em investigações centradas nos valores sociais, no consumo enquanto prática e nos estilos de vida (Costa, 1999). Consideramos que os contributos destes autores são compatíveis com outros aspectos que integram a proposta teórico-metodológica de Lahire. Designadamente, o facto de não se restringir a existência da diversidade e heterogeneidade disposicional a um efeito da mobilidade social.

Assim, privilegiamos na proposta de Lahire a ênfase nos contextos e nos processos através dos quais os indivíduos conferem sentido às suas práticas. Partilhamos a ideia de que cada indivíduo (re)interpreta e (re)elabora os determinismos sociais e procura equilíbrios, tenta gerir conflitos internos, mesmo sem

dispor de grande liberdade de acção. Neste sentido, são múltiplas as possibilidades de combinação das disposições.

Finalmente, importa referir alguns dos riscos de utilização desta metodologia. Entre estes, Lahire salienta o *princípio da monocoerência*, característico da biografia, e a redução da complexidade individual a uma dualidade de pólos estruturais, “amor e glória, orgulho e ambição, impulso e cálculo”, (Lahire, 2004:319). Eles dificultam a identificação da pluralidade interna do actor social.

3. Da selecção dos entrevistados à elaboração dos retratos sociológicos: as principais etapas e as suas características

A elaboração dos retratos pressupõe, desde logo, o recurso à entrevista biográfica. Atendendo às suas características e objectivos, esta corresponde a uma entrevista compreensiva, tal como é definida por Kaufmann (2006). Neste sentido, ela constitui uma forma de produzir teoria a partir dos factos. É um instrumento flexível, subordinado à produção da teoria. Através dela o investigador transforma-se no *artesão intelectual* definido, simultaneamente, como homem de terreno, metodólogo e teórico (Kaufmann, 2006 :12).

A entrevista compreensiva é constituída por três pólos: i) a empatia, ii) o compromisso mútuo entre duas pessoas e iii) o objecto de pesquisa. Ela pressupõe o envolvimento activo do inquiridor. O entrevistador deve criar intimidade afectiva e conceptual com o entrevistado, esquecendo completamente as suas próprias categorias de pensamento. Os sentimentos e as emoções facilitam um maior envolvimento na história de vida, o que, por sua vez, aumenta a compreensão (Kaufmann, 2006:77).

Na entrevista compreensiva é muito importante escolher bem os informadores. Seleccionamos para a construção dos retratos as seis famílias do tipo indivíduo só (F1, F2, F13, F14, F25 e F26). Privilegiamos este tipo de família pois, ao ser constituída por um só elemento, podemos estabelecer uma relação mais directa entre as socializações múltiplas, os diferentes contextos de interacção e as práticas de consumo. Esta escolha contempla, também, as questões de género. Deste modo será possível considerar o modo como estas se repercutem nos comportamentos de consumo. Para alcançar este objectivo realizamos três entrevistas com cada uma das seis famílias escolhidas.

A formulação das perguntas é um outro elemento decisivo. Para Kaufmann a melhor questão é a que é construída a partir das respostas dadas. Neste sentido, os guiões das entrevistas incluem, essencialmente, os temas e subtemas que devem ser abordados em cada uma das entrevistas (anexo 3). As práticas de consumo constituíram o tema transversal a todas elas. Na primeira entrevista o conhecimento destas práticas foi relacionado com a pertença familiar e com os contextos de socialização e de interacção familiar e escolar. Na segunda entrevista privilegiamos a relação das práticas de consumo com os contextos de socialização e de interacção laboral e a esfera amical. Finalmente, na terceira entrevista focamos a associação entre estas práticas e os contextos de socialização e de interacção ao nível do lazer (tempos livres). Estas entrevistas permitiram reconstruir o contexto sociográfico, as socializações múltiplas e os outros significativos relacionando-os com as práticas de consumo, seguindo a metodologia proposta por Lahire (2004). O autor considera que a probabilidade de aparecerem excepções à *disposição geral* aumenta com a diversidade de depoimentos, de situações abordadas ao longo das entrevistas, tornando possível a identificação dos contextos de actualização / não actualização das disposições.

Lahire salienta que ao longo destas entrevistas todos os entrevistados fornecem características pessoais, traços de personalidade e de temperamento, definem o seu *estilo próprio*. Todos têm a preocupação de dar a conhecer o elemento central e revelador na sua história de vida, o traço ou a característica que melhor os define. Este relato centra-se em determinadas dimensões e oculta outras. O sociólogo deve atender a todos os aspectos mais ou menos explicitamente referidos ao longo da entrevista e não apenas às disposições gerais. Deve questionar a imagem que o entrevistado pretende dar de si mesmo, procurando outras facetas no discurso proferido (Lahire, 2004, 314-315).

A data e o local para a realização das entrevistas foram agendados com as famílias, de acordo com as suas disponibilidades. As entrevistas decorreram entre Outubro de 2007 e Maio de 2008, procurando, sempre, respeitar o intervalo mínimo de um mês entre cada entrevista. Esta distância, ao tornar menos presentes os testemunhos fornecidos na(s) entrevista(s) anteriores, aumenta a probabilidade de obter depoimentos que revelem a diversidade de disposições e mesmo a existência de contradições entre estas.

O trabalho interpretativo do material recolhido foi desenvolvido através das quatro as etapas propostas por Lahire. A primeira centra-se na identificação e na análise dos diversos *trilhos* retirados do material empírico para reconstruir as disposições sociais. A segunda corresponde à verificação da existência de variações

nos comportamentos e atitudes em função dos contextos e na definição dos limites relativos aos contextos de actualização e de não actualização das disposições. A terceira, decorrente da anterior, ao aprofundar das propriedades sociais dos contextos de actualização ou não actualização das disposições (carácter colectivo / individual, muito / pouco impositivo do contexto da acção; natureza das relações interpessoais; posição do indivíduo face à organização da actividade). A quarta e última, à averiguação da origem das diferentes disposições, dos contextos de socialização (Lahire, 2004:313). Os retratos das famílias foram elaborados no seguimento destas quatro etapas.

Finalmente, consideramos que na elaboração dos retratos o recurso a referências bibliográficas e à transcrição de partes significativas da entrevista só deve ser feito no momento preciso em que as mesmas são ilustrativas. É a coerência das relações, a precisão da análise do contexto e a relevância das ilustrações face às hipóteses que conferem validade do modelo (Kaufman, 2006).

4. Apresentação dos retratos

A apresentação dos retratos, igualmente ricos e pertinentes para alcançar os objectivos definidos para a investigação, é feita em função do número de ordem atribuído à família (F1 a F26) e, consequentemente, do capital escolar. Os primeiros retratos são o de Maria (família F1) e o de Tomás (família F2), ambos com um grau de instrução superior. Seguem-se os de Carlota (família F13) e de José (família F14), que possuem um grau de escolaridade entre o 9º ano e o 12º ano. Finalmente, são apresentados os retratos de Gininha (família F25) e de Tadeu (família F26), com um grau de instrução inferior ao 9º ano.

4.1 O retrato de Maria – Entre o económico e o cultural: um outro sentido para além do “ter que ter” ou do “ter por ter”

Maria tem 34 anos de idade, possui mestrado na área das ciências sociais e exerce a profissão de docente universitária. Há sensivelmente 3 anos vive sozinha num apartamento que adquiriu com recurso ao crédito.

É oriunda de uma família que ascende socialmente através da conversão de capital cultural em capital económico (figura paterna) e da participação de todos na empresa familiar, ancorada em recursos pessoais (bordados e dotes culinários da mãe). A sua socialização é marcada pelos valores da coesão familiar, da importância da escola e do trabalho e pela figura do pai. Partilha como ele o mesmo sentido de responsabilidade e a intolerância face à injustiça.

O percurso escolar é marcado por uma experiência negativa no 1º ciclo que se repercute em dificuldades na aprendizagem e em baixas expectativas face ao sucesso escolar. Com o professor de filosofia inicia-se uma nova fase que se prolonga para o ensino superior. Faz novas amizades e torna-se mais extrovertida.

A trajectória laboral tem início logo após a conclusão da licenciatura. Nos primeiros empregos que desempenha como técnica, é acompanhada pela amiga de infância. Posteriormente a sua experiência profissional desenvolve-se na área da docência, no ensino superior.

O núcleo familiar de origem é composto pelos pais e 2 irmãos. Maria é a irmã do meio. O pai, actualmente reformado, tem uma trajectória profissional ascendente, de empregado não qualificado na área dos serviços chegou a patrão na mesma área (proprietário de um restaurante). Assim, o lugar de classe da família é Pequena Burguesia Independente e Proprietária – PBIP. Desempenhou várias profissões ao longo da vida. Iniciou actividade na área da hotelaria, quando tinha aproximadamente 10 anos, e posteriormente trabalhou como empregado doméstico numa casa particular. Ao longo deste período esteve matriculado no ensino recorrente, tendo mais tarde, num percurso paralelo ao das filhas, concluído o 12º ano. O facto de o patrão ser, simultaneamente, proprietário de uma fábrica possibilitou a transição deste para a mesma, onde esteve ligado à área da contabilidade. Realizou, ainda, formação nesta área, aumentando o nível dos seus conhecimentos. Capital cultural e económico reproduzem-se ciclicamente. Após a falência da fábrica, potenciando os contactos e conhecimentos adquiridos, tornou-se vendedor na área dos têxteis. Contudo, não gostava desta profissão pois obrigava-o a conduzir e a permanecer longe da família.

É, então, que decide, juntamente com a esposa, abrir um restaurante. Retomou, assim, a profissão inicial e realizou um sonho. O percurso laboral da mãe caracterizou-se, também, pelo desempenho de profissões diferenciadas. Com uma educação marcada pela aprendizagem dos bordados e da culinária, iniciou actividade profissional, já em adulta, no domínio das técnicas de diagnóstico hospitalar. Interrompe esta actividade quando casa e vem morar para uma vila do litoral, junto da irmã mais velha. É, aliás, numa das visitas que faz à irmã que conhece o marido. O casamento confinou-a a profissões menos qualificadas. Um ano após o nascimento da 1ª filha regressa ao mercado de trabalho e desempenha funções de empregada de quartos, na hotelaria, aproximadamente durante 3 anos. Seguidamente, trabalhou numa discoteca e, mais tarde, também na casa do proprietário, como empregada doméstica. Por motivos de saúde interrompe a actividade laboral e dedica-se de novo aos bordados. O gosto por esta actividade e a elevada produtividade levam à abertura de uma pequena loja para comercialização dos mesmos. É aqui que Maria e as suas irmãs permanecem depois das aulas e durante as férias, substituindo a mãe sempre que a sua saúde está mais debilitada. Este é o primeiro momento em que todos os membros da família se entreejam e cooperam pois sabem que só assim será possível obter condições que permitam, por exemplo, concluir uma formação superior. Poucos anos depois, como já foi referido, esta união de esforços e de saberes leva os pais a abrir um restaurante. Esta nova actividade exige uma maior cooperação e disponibilidade que, juntamente com a frequência do ensino universitário, inviabilizam a continuidade da “loja de bordados”. Neste período o restaurante é o local de trabalho e de contacto entre pais e filhas. Assim, o dever de participar é reforçado e partilhado por todas. Esta filosofia de vida, ancorada nos valores do trabalho, da família e do esforço conjunto como meio para superar as dificuldades, não é mais que uma actualização dos tempos de privação que o pai viveu. Após seis anos, fecham o restaurante e os pais reformam-se. Nenhuma das filhas quis dar continuidade ao negócio. Não obstante, os valores perduram através das disposições incorporadas. Ao nível das práticas de consumo, traduzem-se no questionamento da utilidade dos bens materiais e na racionalização das despesas que devem ter sempre um sentido. É a recusa do “ter que ter” ou do “ter por ter”.

(...) o meu pai trabalhava ainda na cozinha. E depois passou para a fábrica porque já estava, nessa altura, estava a fazer ensino recorrente, à noite. (...) já adulto e já era pai, a minha irmã já tinha nascido e eu também, e ele ainda continuou a estudar e fez o 12º ano, à noite, no ensino recorrente. Depois na fábrica ... foi fazendo várias formações na área da contabilidade...

(...) ele era contratado por uma fábrica, tinha o carro, e andava a vender tecidos junto de outras fábricas. Fez isso para aí 4 anos, mais ou menos. Mas nunca foi uma coisa ele gostasse porque ele detesta conduzir. (...) e foi quando abriu o restaurante. (...) por um lado era o sonho dele ter uma casa própria na área da hotelaria e depois tinha a mais valia de a minha mãe gostar de cozinhar.

(...) em criança lá tinha a mestra, e não sei o quê... depois quando era adulta começou a trabalhar no hospital a fazer esses exames... era técnica de ... não sei como se chama. E depois casou ... e deixou. Nos primeiros anos não trabalhou. Depois começou a trabalhar ... num hotel onde também trabalhava uma irmã do meu pai, nos quartos. Passados 2 ou 3 anos deixou os quartos e foi trabalhar para a discoteca. Depois começou a trabalhar também nas limpezas no dono da discoteca. (...) saiu porque teve problemas de varizes. E... enquanto esteve em casa bordou, bordou... e ao fim dos três anos abriu uma loja de bordados ... (risos). Mas começou também a ser difícil porque ... por causa das pernas da minha mãe.

(...) a noção que também tínhamos que participar senão eles não tinham dinheiro para nos pagar os estudos. Por isso aquilo era responsabilidade de todos. (...) E por isso mesmo aos fins-de-semana, não havia, ... nunca tinha um dia de fechar, e por isso só no restaurante é que estávamos todos juntos.

Os avós paternos viviam numa aldeia junto ao Cávado. O avô trabalhou na área da hotelaria e foi, também, nessa área que o pai e muitos dos tios iniciaram a sua actividade profissional. Foi uma vida muito difícil mas também muita afectiva. Sente muita admiração por todos e pelo percurso de vida que construíram, apesar de terem nascido num contexto de grande privação. Quando reformados, os avós acabaram por ficar apenas com dois dos filhos, que eram doentes, pois todos os outros deixaram o local onde nasceram. Necessitando de apoio, vieram morar para o litoral, junto de uma das tias e próximo da casa dos seus pais. Das recordações que guarda da infância enfatiza a liberdade de andar pelos campos, de brincar na terra e ficar toda suja e o olhar terno e carinhoso da avó. Lembra-se, também, das férias que passava em casa dos avós maternos, numa vila junto ao Tâmega. Os avós possuíam uma pequena mercearia, no centro da vila. A avó era uma senhora muito religiosa e dedicada às tarefas domésticas e aos bordados, tendo transmitido às filhas este saber-fazer. Era um outro contexto de socialização, o da sua mãe. Todos estudaram. Uma das tias, que seguiu a vida religiosa e beneficiou do apoio de um familiar que era padre, licenciou-se e fez várias pós-graduações. O tio, o único que permanece na vila onde nasceram, dedicou-se aos têxteis. Tinha uma fábrica e uma loja de pronto-a-vestir. Gostava muito das férias que passava ao cuidado desta avó, muito carinhosa e prendada. Recorda que andava sempre muito arranjada e limpa e que se divertia bastante nos cafés e na loja, juntamente com os primos.

(...) o meu pai era o filho mais velho, dos 9 irmãos ... e por isso foi dos primeiros a sair de casa com o meu avô para trabalhar nos hotéis. E ... principalmente é a admiração por eles, pela vida que conseguiram construir... e ... a afectividade que se cria também nestes contextos de dificuldade, de ... privação. (...) foram saindo [da aldeia]. Eles acabaram por estar sozinhos, muito isolados lá, e então vieram morar para um contexto onde havia uma irmã, uma filha, o meu pai e por isso tinham ali alguma retaguarda.

(...) a atenção, o carinho, o olhar de ... quem olha para os netos, é assim um olhar diferente.

Eram 4 raparigas e 1 rapaz, e as meninas sempre foram educadas em casa com a minha avó e nas tarefas domésticas. Principalmente nos bordados ... a minha avó também na cozinha, nos doces e compotas. (...) Uma das minhas tias é que prosseguiu estudos porque quis ser freira e também teve o apoio de um dos tios da minha mãe, que era padre.

(...) Então íamos aos cafés, à loja do meu tio, andávamos por ali com os meus primos e era muito divertido.

Nas suas recordações da infância e da adolescência a irmã mais velha está pouco presente. Considera que esta para além de ser mais extrovertida e de privilegiar sair com o seu grupo de amigos, teve um percurso diferente. Foi obrigada a crescer mais depressa. Considera, ainda, que beneficiou das suas escolhas bem como a sua irmã mais nova. Logo no ensino secundário optou pela via do técnico-profissional e depois do estágio começou a trabalhar. Se a irmã mais velha não tivesse feito esta opção de acumular o papel de trabalhadora e de estudante, custeando a sua própria formação, não teria sido fácil para as duas mais novas concluírem a licenciatura, nomeadamente Maria que frequentou uma instituição privada. Este proteccionismo, embora de uma outra forma, perdura na sua relação com a irmã mais nova. Um acidente em criança deixa uma marca visível na face e cria graves problemas de auto-imagem e de integração. É este o motivo que a leva a centrar toda a sua atenção na irmã mais nova, gerando-se uma ambiguidade no papel de irmã do meio, e a pautar a sua relação por um proteccionismo característico de uma irmã mais velha. Esta relação mais próxima é reforçada pela existência de traços comuns. Dificuldade de integração na escola e em estabelecer novas amizades. Ser recatada, preferindo ficar em casa do que andar a passear na rua. Partilhar um restrito número de amigos. Todas estas características distinguem-nas, também, da irmã mais velha. Contudo, apesar de nesta fase da infância e da adolescência se encontrarem mais distantes, os laços afectivos que as unem são fortes e, segundo afirma, comparáveis aos existentes entre o pai e os tios.

E não me lembro dela na escola. (...) tinha a noção na altura que o facto de ela estar a trabalhar e conseguir pagar os estudos, dava maleabilidade para eu também estar a estudar no ensino privado, e os meus pais terem hipótese de pagar.

(...) a integração dela [irmã mais nova] na escola também foi sempre difícil. Com os colegas, etc. Ela era sempre muito marginalizada. Eu lembro-me que tinha o dever de a proteger.

(...) Por isso em termos de família ... acho que aquela relação do meu pai com os meus tios, aquele clã, reproduz-se um bocado em relação a nós.

O percurso escolar é marcado, desde o primeiro ano, por uma experiência negativa e traumatizante que atribui a uma dificuldade em se adaptar a um sistema rígido, caracterizado por tempos de aprendizagem normalizados, e pelo recurso a punições físicas. Nesta inadaptação fundam-se as baixas expectativas de sucesso escolar transmitidas pelos seus professores. A repulsa face a esta realidade, que teima em perdurar em algumas escolas onde os seus(uas) actuais alunos(as) estagiam, levaram-na a privilegiar no seu doutoramento os contextos alternativos de construção de saberes. Considera que, no seu caso particular, foi o contexto familiar e a forte valorização da escola e dos saberes por ela transmitidos que permitiram ultrapassar o estigma que sobre ela recaiu e, assim, contrariar o forte sistema de reprodução escolar. Depois, à medida que foi crescendo a consciência da importância

da aquisição de capital cultural foi sendo maior, o que a ajudou a ultrapassar a carga negativa associada à escola. O facto de, no ensino secundário, partilhar com o pai os mesmos professores, ter experiências comuns, foi, também, um factor muito positivo para prosseguir estudos. Neste, como em outros domínios, o pai constitui uma referência e um exemplo de vida. Uma amiga constitui um outro pilar de todo o seu percurso escolar, académico e profissional. Recorda, ainda, que foi no 12º ano que tirou as melhores notas. É o ano de ruptura com a imagem de aluna esforçada que passa com a nota mínima (dez), potenciada pelo incentivo recebido do professor de filosofia, quando tirou a nota máxima num teste (vinte). Assim, definiu como objectivo entrar para o ensino superior, para a área das ciências sociais, e beneficiando de um novo contexto, do facto de não ser conhecida, lutar para construir uma outra imagem de aluna. Esta determinação é tão forte que se repercute em diferentes domínios e traduz uma actualização do seu *habitus*. Decide integrar a tuna feminina para ser obrigada a estabelecer novas relações de amizade e a participar em novos contextos. Saber tocar viola facilitou esta decisão. Pela primeira vez, e de modo deliberado, não se faz acompanhar pela amiga nestas actividades. Afirma que se tornou, também, mais extrovertida. O ensino superior é o tempo por excelência da diversão e da participação em todas as actividades promovidas pela academia (praxe, férias desportivas), do privilegiar da cultura de exterior. É, também, o tempo do sucesso e das boas notas. O objectivo é alcançado. O gosto pelo conhecimento vence e fortalece-se através da realização de pós-graduações, do mestrado e do projecto de doutoramento em curso.

Na escola primária eu fui muito segmentada, porque havia uma rigidez muito absoluta... como é que era ensinado e como é que era aprendido, e eu não entrei nesse esquema. (...) a professora nos batia todos os dias, e por isso era um trauma ir para a aula todos os dias... e a aula era escura, era feia, era tudo ... e por isso eu não queria ir para a escola.

(...) agora há pouco tempo, acompanhar estágios de alunos em escolas do primeiro ciclo, e ver que o fechamento, o tipo de pedagogias, o tipo de ritmos... é igual àquilo que eu vivi na minha altura... deixa-me horrorizada e quase que tenho um repto para mim própria que é, através do doutoramento, construir diferentes alternativas de construção de saberes ou dar visibilidade a diferentes processos de construção de saberes.

(...) em casa tinha um suporte muito grande (...) por isso ele teve professores que eram nossos também.

(...) eu e outra rapariga, tivemos a melhor nota, vinte, e quando ele [professor de filosofia] nos deu o resultado, a nota, disse para nós lermos o nosso teste para a turma, em voz alta, e depois tirou-nos uma fotografia e nós fizemos o sumário e assinamos no livro. Isto foi inesquecível!

(...) Eu estava no 12º e comecei a aprender viola.

(...) e sempre fui boa aluna no ensino superior. (...) no final do ano lectivo terminei a pós-graduação e iniciei o mestrado.

O percurso laboral, como profissional na área das ciências sociais, tem início logo após a conclusão da licenciatura. Sempre acompanhada e apoiada pela amiga de infância, realizam um estágio profissional numa escola de formação profissional. Depois concorrem as duas para uma instituição pública e trabalham como técnicas.

São duas experiências diferentes, uma delas associada a um contexto muito específico, de trabalho integrado em equipas multidisciplinares. Desde o início que sabiam que um dos lugares na instituição era temporário. Findo o prazo, propõem-lhes que sejam elas a decidir quem vai permanecer. Recusam assumir esta responsabilidade que remetem para a Direcção. Por ter uma média de licenciatura mais elevada é a amiga que é admitida. Apesar de tudo, fica contente com este desfecho pois considera que a amiga, que se ia casar, necessitava mais do emprego do que ela, que continuava a beneficiar do sistema de “welfare family”. Começa a responder a anúncios e é colocada noutra instituição pública com a incumbência de, simultaneamente, desenvolver e organizar uma outra instituição criada na dependência da primeira. Uma vez mais integra-se numa equipa e o sucesso é tal que o volume de trabalho impõe que fique a tempo inteiro nesta última. Entretanto é convidada, por uma antiga professora e amiga, para dar aulas numa instituição de ensino superior. Decide aceitar este novo desafio embora nunca tenha perdido o contacto com a instituição que ajudou a fundar, e da qual se fez sócia. Tem início uma nova fase marcada pela reflexividade em torno da distinção dos papéis de técnica e de docente e de construção de uma nova identidade centrada na questão da responsabilidade e do dever enquanto profissional. Surgem de novo os valores que herda do pai e que estruturam o seu *habitus*. É um percurso em tutoria, pois uma vez mais, esta nova experiência ancora-se em dois grandes amigos. Três anos depois, recebe novo convite para dar aulas numa outra instituição de ensino superior, onde se encontra actualmente. Ascende, assim, à Pequena Burguesia Intelectual e Científica – PBIC. Reflectindo sobre o seu percurso, conclui que aprendeu a sobreviver sozinha mesmo em contextos menos favoráveis. Considera, também, que o trabalho perdeu alguma centralidade embora continue a necessitar de dinheiro para viver. Pela primeira vez, esboçam-se atitudes de pendor hedonista na esfera laboral.

(...) os primeiros tempos foram ainda pesados, porque aprendi muita coisa nova, porque, de facto, tem assim montes de legislação.

Depois um tipo de trabalho completamente diferente... um trabalho muito, é mesmo aquela imagem que nós temos do serviço público tradicional. Marcar hora, atender, sair, papéis, papéis, papéis e sempre a correr porque são mil e uma pessoas e é um trabalho muito burocrático. (...) tínhamo-nos uma à outra, conhecíamos as nossas formas de trabalhar e isso era uma grande âncora.

(...) por questões de percurso de vida, ela ia passar a ficar mais autónoma, não podia perder ou melhor não ia ter tanta retaguarda dos pais, eu ainda morava com os meus pais e tinha outra retaguarda.

(...) passei a ficar só numa das instituições. Fiz parte de uma equipa, que adorei!

(...) Ou deixava de facto a Instituição e... começava a dar aulas a tempo inteiro, porque era essa a proposta.

(...) O trabalho enquanto técnica era um trabalho que criava mais relações afectivas entre as pessoas. No ensino superior criava-se uma relação diferente. (...) saber o que era específico do técnico, no terreno, e do que era específico do professor.

(...) a nossa vida não tem que ser preenchida com a centralidade do trabalho. Claro que precisamos dele porque continuamos a depender do dinheiro

A esfera amical actualmente é bastante heterogénea. Para além das irmãs e das primas, permanece a amizade com a amiga que a acompanhou desde o ensino básico, à qual se juntou uma outra amiga dos tempos da faculdade. É, também, nesta altura que inicia uma relação afectiva que mantém até hoje, apesar da distância física e de alguns interregnos. Este é o núcleo mais restrito de amizades onde sempre se apoiou e a partir do qual diz ter estruturado a sua personalidade. Depois foram surgindo novos(as) amigos(as) associados ao contexto laboral e através destes foi conhecendo outros, com comportamentos muito diversos a todos os níveis. É com eles que inicia novas práticas culturais (tango). A procura de novas experiências é uma outra característica da ética hedonista.

(...) a noção que eu tenho até à licenciatura... é que eu fui sempre um bocado restrita nas minhas amizades. (...) as discussões ou as conversas ou situações que... que vivemos ... vamos moldando em termos de personalidade e em termos daquilo que acreditamos que... que não acreditamos, que achamos certo ou errado, os nossos referenciais também vão sendo construídos neste...

(...) Novas amizades foram sendo construídas a partir dos contextos de trabalho... amigo gera amigo e foram-se criando outras relações. Conheci pessoas muito diferentes que... com quem nunca tinha convivido. Com diferentes ideologias, com diferentes formas de estar na vida e por isso... isso trouxe mais heterogeneidade. (...) dão o valor às coisas que eu não dou, em termos, sei lá, das roupas, carros, por exemplo.

(...) fazer coisas, experimentar coisas e fazer coisas que não são do trabalho, como ir ao cinema e ver um filme de que gostei, ir passear na praia, ir correr na praia... pode ser coisas mais banais.

As suas práticas de consumo estiveram desde sempre condicionadas pelo seu salário e pelos valores herdados no contexto familiar. Foi a partir de uma poupança-privação que adquiriu a sua casa. Esta atitude de planeamento, de racionalização das despesas com vista a satisfazer um desejo no futuro constitui um signo de valorização da segurança que se inclui na constelação de valores materialistas. Contudo, e como já referimos, ao nível das práticas de consumo impera a racionalidade e o questionamento da utilidade dos bens materiais que se constitui numa estratégia herdada do pai e utilizada para ultrapassar os condicionalismos decorrentes do volume de capital económico. Este procedimento traduz, ainda, uma adaptação das avaliações que faz da vida às situações em que se encontra, dada a impossibilidade de as alterar. Deste modo, afirmam-se e refutam-se os valores materialistas e enfatiza-se a pluralidade do seu *habitus*. Actualmente, uma parte significativa do seu salário destina-se ao pagamento das propinas de doutoramento, dos encargos com a casa, e com o carro (ver lista de despesas F1). Afirma que sem o apoio dos pais seria difícil suportar todas estas despesas.

(...) Podemos às vezes não ter muito dinheiro, mas as coisas, as coisas materiais também têm de ter um sentido relativo. Se tiverem um sentido... se forem centrais para nós, com certeza que não vivemos bem. Mas se for relativo, as coisas vão-se fazendo. Não há tanto sacrifício em gerir a falta de dinheiro.

(...) tinha esta ambição de ter o meu espaço. (...) Eu não quero, não quero viver aprisionada na... no ter que ter.

Como traços identitários refere o papel de mediadora que desempenha nas diversas esferas da vida social (familiar, laboral, amical). Salienta, ainda, as disposições inculcadas na socialização familiar, o sentido da responsabilidade, que se encontra associado a um dever e não a uma obrigação, e a repulsa face à injustiça.

(...) acho que sempre tive essa função até na família ... sou muito mediadora, ou seja, quando há conflitos eu estou lá e ... tento encontrar ou apaziguar a situação. Até tive melhor a noção disto no 1º emprego, na tal escola de formação profissional.

O retrato de Maria enfatiza a importância do capital cultural para ultrapassar os condicionalismos decorrentes das condições materiais de existência e para obstar ao sistema de reprodução social. Designadamente, revela que a escola constitui um importante canal de mobilidade social na sociedade portuguesa. Não obstante interessa salientar que as dificuldades materiais persistem ao longo da trajectória de Maria, tal como na do pai.

A pluralidade do seu *habitus* esta patente no percurso escolar e laboral. É, essencialmente nestas esferas que se manifesta a ética hedonista que contrasta com os valores inculcados através da socialização familiar, de pendor mais tradicionalista e materialista.

4.2 O retrato de Tomás – Do rural ao urbano: o capital escolar e o consumo hedonista

Tomás tem 36 anos de idade, é licenciado e desempenha funções numa instituição pública. Vive numa casa própria que adquiriu com recurso ao crédito.

É o filho mais novo de uma família de proprietários, que desenvolve actividade na agricultura e na comercialização de frutas. Guarda do pai, que faleceu quando tinha 4 anos, uma imagem afectiva. Foi criado pela mãe, que caracteriza como austera, e pela irmã mais velha, que considera como pilar e conselheira de toda a família. Mantendo uma ligação forte ao local onde nasceu e às actividades agrícolas, sempre teve como certo o desenvolvimento de um projecto escolar que o libertasse dos constrangimentos do contexto em nasceu. Acreditava, contudo, ter condições para regressar após a conclusão da licenciatura. O sonho desmorona-se quando enfrenta dificuldades ao nível do mercado de trabalho.

O percurso escolar é entrecortado e caracterizado, ao nível superior, pela dupla condição de trabalhador e estudante. Privilegia, desde cedo, a área das humanidades, influenciado pelos professores de português e de jornalismo, pelos textos premiados e pelas dificuldades na matemática. A escolha do curso, fortemente influenciada pelos conselhos da irmã mais velha, é determinada pela ênfase na questão da empregabilidade.

A trajectória laboral revela duas fases distintas. Uma dominada pelos biscates e por uma certa precariedade, a outra determinada pela procura de um emprego com um bom salário e concordante com as habilitações literárias. A independência e disponibilidade económica fomentam o desenvolvimento de uma ética hedonista que contrasta com os valores dominantes no contexto familiar em que é socializado.

Nasceu num contexto rural, numa família tradicionalmente ligada à actividade agrícola que vive em proximidade geográfica, cujo lugar de classe é Pequena Burguesia Agrícola – PBA. É o mais novo de 6 irmãos, 3 rapazes e 3 raparigas. Apenas conheceu a avó paterna que recorda como uma pessoa afectiva que visitava ao Domingo. Do pai, que morreu quando tinha 4 anos, guarda lembranças do tempo que passavam juntos e das brincadeiras que tinham. A morte do pai e algumas questões decorrentes das partilhas de bens afectam as relações com este lado da família e mudam, com o tempo, a opinião que tem da avó. A mãe, viúva com 6 filhos a cargo e sem suporte familiar por parte da sogra e dos cunhados, impõe uma educação

austera. A filha mais velha substitui-a, muitas vezes, no papel de mãe e conselheira em todos os domínios (familiar, escolar e profissional).

Tenho referências de ela me tratar bem... se bem que havia ali uns problemas familiares... até porque o meu pai faleceu antes dela, e houve assim algumas questões relacionadas com partilhas e tal... correram menos bem. Mas eu, como pequenino que era, tenho sempre a ideia que tenho... era agradável... dela. Ainda que depois com o desenrolar do tempo e, à medida que fui tendo noção das coisas,... pronto, a minha opinião tenha mudado em relação a algumas coisas... porque [a mãe] ficou completamente desprotegida. Quer dizer, da parte... havia... da família do meu pai foi o corte...

Apesar de tudo, a repercussão dos acontecimentos anteriormente referidos não é grande, quer ao nível da situação económica da família, quer ao nível da sua trajectória de vida e da dos seus irmãos. A sua casa continua a ser abastada [casa com fortuna], um refúgio [entrepasto], onde encontram apoio e afecto vários membros da família alargada. A importância dos laços afectivos, da coesão da família, e a ligação à vida do campo, ao trabalho agrícola, constitui um traço estruturante do seu *habitus*.

Havia... era um entreposto. Um entreposto, em que algumas das minhas tias, pronto, foram ficando viúvas e não sei o quê e porque...Era o que às vezes se dizia, uma casa com fortuna, não é? (...) Não era por uma questão de sobrevivência. Era por uma questão de estar em família.

A possibilidade de todos estudarem, tal como era desejo do pai, também não foi posta em causa. A ênfase no capital escolar como meio de ascensão social e de libertação das condicionantes associadas ao contexto rural, às actividades agrícolas, está sempre muito presente. Considera, contudo, que a irmã mais velha foi forçada a crescer mais rapidamente. Logo após a conclusão do ensino secundário entra no mercado de trabalho e vem para o Porto, para casa de uma tia. Só mais tarde concluiu os estudos superiores. Nem todos os irmãos prosseguem estudos. Um deles ingressa no seminário mas apaixona-se e deixa a vida sacerdotal. Outra das irmãs gostava muito de namorar e casou quando era ainda jovem, não tendo prosseguido estudos. É a única que permanece ligada à actividade agrícola e ao local onde nasceram. Em alguns dos casos as condicionantes estruturais (contexto cultural e geográfico, género) parecem ser mais fortes, conduzindo a uma inevitável reprodução social.

Todos estudaram. Como ela [mãe] diz, era como nós quiséssemos. Porque ela ainda hoje diz que o meu pai dizia que nos queria ver a estudar, que não queria que fosse como... e depois referia os irmãos que não estudaram, que foram trabalhar.

(...) minha irmã mais velha, sempre foi o pilar e ainda hoje temos aquela ideia de sempre pedirmos uma opinião a ela. Mas sempre se preocupou com todos nós. Também cresceu um bocadinho, foi obrigada a crescer um bocadinho mais depressa do que seria normal. (...) ela na altura [morte do pai], veio cá para o Porto. Interrompeu os estudos precisamente para poder colaborar. Tomou essa opção e só mais tarde é que retomou. Veio para o Porto depois do décimo segundo ano, porque entretanto foi colocada no tal concurso que abriu, foi colocada cá no Porto...

O mais velho dos irmãos é fonte de alguma perturbação e conflito familiar. A participação em actividades políticas e as suas ideias são notadas no contexto rural em que vive e põem em causa a autoridade da mãe. Abandona cedo os estudos, no

oitavo ano, e a sua saída de casa trouxe alguma tranquilidade ao quotidiano familiar. Casa com uma professora e vai viver para a Madeira. As relações com o irmão e a cunhada foram de algum modo conturbadas e, ainda hoje, se mantêm mais distantes. É o único irmão que não está presente nas festas e reuniões familiares, apesar de já estar de novo a viver no Continente. Não obstante, durante a sua adolescência, a cunhada reforçou o gosto pelo português e, inclusivamente, chegou a forçar a carreira profissional, pela ênfase do papel de professor. Chega mesmo a ser convidado para ir viver com eles para a Madeira. Por razões diversas recusa este convite, que suscitou alguma agitação pessoal e familiar.

(...) o meu irmão, o primeiro dos rapazes, foi assim um rapazinho um bocadinho problemático porque apanhou, pronto... na altura alguns contextos sociais... mas estudou até ao oitavo ano. Depois, consequência da revolução política deixou de estudar. Tinha assim umas ideias um bocadinho... muito próprias. (...) Entretanto ele casou, a minha cunhada é professora de português. (...) Foi uma pessoa que... éramos amigos. Dávamo-nos mais ou menos bem... e que valorizava a actividade de professor... e que seria uma boa opção ir por aí. E, então, queriam que eu fosse lá para a Madeira. E na altura aquilo deu muita confusão porque eu não queria sair assim para uma zona tão pequenina... mas depois acabei por não ir. Acabei por não ir porque... pois, o espaço onde eles estavam a morar também era pequenito... Pronto, também houve assim alguns constrangimentos para eu não ir. Entretanto, também fui para a tropa ...

O contexto rural em que vive implica a deslocação para o Porto para prosseguir estudos, ao nível superior. Este é um outro factor de atracção exercido pelas cidades que determina o despovoamento do interior, acentuando a dicotomia litoral / interior. Aqui, uma vez mais, a irmã mais velha, que entretanto já tinha adquirido casa própria, constitui um refúgio para os membros da família. Actualmente, e devido à idade avançada, é também com ela que a mãe vive. Este é um outro traço característico da sociedade portuguesa, onde o sistema de “welfare family” aproxima e cria solidariedades entre gerações. Contudo, no presente caso, a atracção que a cidade exerce não desvanece o gosto pelas actividades agrícolas e pelo contexto rural, que é reforçado pela posse de bens e pela manutenção de fortes relações afectivas (familiar e esfera amical). Assim, todos os fins-de-semana regressa ao campo para visitar a família, os amigos e realizar trabalhos agrícolas. Considera que este contacto com a natureza é terapêutico (descompressão e relaxamento). Os saberes e os conhecimentos decorrentes da actividade agrícola são continuamente enfatizados e valorados como uma mais valia, como favorecendo a acumulação de “*capitais de subcultura*” ou “*capitais subculturais*”. Este facto é visível nas comparações que estabelece entre os sobrinhos que permanecem em meio rural e os que vivem num meio fortemente urbanizado. Reforça, também, o pendor tradicionalista das disposições incorporadas ao nível da socialização primária.

(...) mãe está cá. Agora está cá. Está cá desde... lá está, vive com a minha irmã mais velha.

(...) Mas vamos lá por que temos as nossas coisas, temos os terrenos, temos a casa, temos a família, temos os amigos. (...) E há uma coisa que eu continuo a gostar, que é... que é mexer na

terra. Portanto, sempre que posso, e faz-me bem... é ocupar o meu tempo livre também a plantar na terra, semear...essas coisas ligadas à terra. Pronto, que já vem desde, desde muito novo. (...) Os meus sobrinhos que estão em Amarante, também num ambiente mais rural, e os meus sobrinhos que estão num ambiente mais urbano. Eu comparo... Digamos que a abordagem a determinadas coisas é um bocadinho diferente. O facto de saberem coisas que é... o nome que se dão às terras... coisas que os meus sobrinhos, que estão na cidade, não sabem.

Considera que teve uma adolescência feliz e que crescer num meio rural lhe conferiu determinadas características e um maior à vontade para lidar com situações diversas. A sua *hexis corporal* revela as disposições inculcadas, facto que considera positivo. O desejo de voltar a viver no campo foi contudo desvanecendo ao longo do tempo, na sequência das dificuldades de integração no mercado de trabalho, do facto de ter adquirido uma casa na Área Metropolitana do Porto, da actual situação laboral e dos projectos futuros em termos afectivos (recentemente começou a namorar). Na sociedade portuguesa contemporânea, as condicionantes do meio rural continuam a dificultar o retorno e a fixação das populações. Esta impossibilidade de regressar não diminuiu os efeitos da socialização familiar nem afectou as relações de pertença, ancoradas na partilha de sentimentos de privação. Estas são as disposições que reafirmam o lado mais tradicional do seu *habitus* plural.

Da vida do campo... dá-me algum... pessoalmente faz-me estar mais à vontade em determinadas situações. Sinto que foi um aspecto positivo. Um aspecto positivo dos anos que lá passei. Ainda que hoje... acho que tive aí uma fase, sobretudo quando acabei o curso, que quis regressar para lá e fiz tudo para regressar para lá, e procurei empregos para lá, pronto. Depois essa ideia foi ficando diluída e neste momento não tenho essa ideia de ir para lá morar permanentemente mas... mas acho que são essas características se é que se pode chamar características, que tenho comigo. E depois há algumas coisas que a gente vai aprendendo das pessoas com quem convive, nomeadamente a família, não é? Porque pronto, acho que... é assim todos nós por uma razão ou outra sofremos um bocadinho. E a gente estar assim muito unida foi porque sofremos quase todos da mesma forma.

O percurso escolar decorreu sem grandes atropelos. Conta apenas com uma reprovação no nono ano que, por um lado, desvaloriza por considerar normal na adolescência não privilegiar a escola e, por outro lado, considera marcante em termos do empenho e determinação em prosseguir os estudos. A mãe só teve conhecimento desta reprovação no final do ano. O baixo nível de instrução mantinha-a afastada da escola e levava-a a confiar no que o filho lhe dizia. Apesar de descontente com o facto, não concretizou a ameaça de o retirar da escola. Em sentido inverso, o irmão mais velho reforçou a normalidade do seu comportamento e banalizou o facto. O antagonismo destas posições reflecte a oposição de valores e atitudes entre estes dois membros da família.

O nono ano, aquelas coisas todas, a fase em que a gente pouco se importa com as aulas. Consequência disso, reprovei. Mas ainda bem que reprovei porque depois no ano seguinte empenhei-me e nunca mais reprovei.

(...) O que eu dizia à minha mãe, verdade ou mentira, ela confiava em mim sempre. Tanto que na altura ela não sabia que eu ia chumbar com nove negativas. Era sempre talvez passe, talvez não chumbe... e depois ficou muito chateada. (...) que me ia pôr a trabalhar, que não podia ser... mas

nada, nada de muito grave.

(...) Era o contraste da minha mãe estar muito chateada e que me ia pôr a trabalhar de castigo e o meu irmão a dizer que fiz muito bem de ter chumbado, fiz muito bem em ter feito aquelas coisas todas, que era normal.

Privilegia, desde cedo, a área das humanidades, incentivado pelos professores de português e de jornalismo e pelos prémios que ganha, com os textos que escreve. Considera, também, não ter aptidões para a matemática. Consequentemente, elege o jornalismo ou a psicologia como possíveis áreas de formação ao nível superior, que tem como certa. Este é um dos factores que o distingue dos seus colegas e que revela reflexividade face aos constrangimentos do contexto em que nasce. A certeza de concretizar uma formação superior traduz não só o desejo de negar as fatalidades, como também a existência de uma situação económica de algum desafogo. Não obstante, a entrada no ensino superior só se concretiza quando tem assegurado uma autonomia financeira. Mais ainda, ao longo deste percurso, acumula sempre o papel de trabalhador e de estudante. Importa salientar que o capital económico da família decorre da posse de terra e do trabalho agrícola. Atendendo a que apenas uma das irmãs permaneceu ligada às actividades agrícolas, os rendimentos familiares disponíveis, sem pressuporem dificuldades, tornam-se escassos. Acresce, também, que a frequência do ensino superior determina a vinda para o Porto. Mesmo beneficiando de alojamento gratuito em casa da irmã mais velha, onde permanece até à conclusão da licenciatura (aproximadamente 7 anos), o desejo de alguma autonomia financeira, força a entrada no mercado de trabalho.

Pois, eu nunca tive assim grandes aptidões para a matemática. (...) Depois sempre achei e motivavam... que eu acho que para a questão do português... que na altura havia aqueles concursos na escola e ainda cheguei a ganhar uns prémios com, com uns textos. Depois tive jornalismo no décimo primeiro ano. Tive uma professora que motivava muito...

(...) Pois, eu... eu é assim, no meio em que estava, eu tinha a certeza... por exemplo, a maior parte dos meus colegas não, não continuaram a estudar, mas eu tinha aquilo como certo, eu queria continuar a estudar, custasse o que custasse. Eu queria continuar a estudar, porque não me queria ver limitado ali, ao meio onde estava. E tinha, tinha... tive sempre isso certo, que era continuar a estudar.

Começa a trabalhar quando vem para o Porto. Os primeiros empregos são na área da segurança (discotecas), são biscates que consegue através dos amigos ou respondendo a anúncios. São trabalhos precários e em part-time, próximos do local onde reside, que não implicam grande investimento a nível pessoal e deixam muito tempo livre para a diversão com os amigos. É uma fase em que começa a revelar atitudes e valores hedonistas, caracterizada pela fruição e liberdade vivida num contexto urbano apelativo para um jovem adolescente oriundo de um meio rural. Entretanto, é chamado para cumprir o serviço militar obrigatório, em Lisboa, e, só depois, ingressa no ensino superior. A escolha do curso é condicionada pelas suas preferências e pelo mercado de trabalho, pela empregabilidade. Mas é, também, uma

decisão precipitada porque a tropa termina no fim do Verão, quando saem os resultados das candidaturas ao ensino superior e estão abertas as inscrições nos estabelecimentos de ensino superior privado. Também, porque é uma decisão condicionada pelos conselhos da irmã. Assim, embora com colocação no curso de comunicação social, na Universidade da Covilhã, opta por um curso na área da gestão de recursos humanos, num Instituto Privado.

(...) depois em conversa com a minha irmã mais velha... na altura tentou informar-se quais seriam as melhores áreas de... que não andasse muito longe daquilo que eu queria e depois em termos de mercado de trabalho... Na altura falava-se, começava-se a falar em gestão de recursos humanos e por aí... Portanto foi quase assim uma decisão pensada mas não muito pensada. E pronto, e foi por aí... Acabei por ir por aí por uma questão também de oportunidade de mercado de trabalho.

Mantém-se activo na procura de emprego, através da resposta a anúncios e da sua rede de relações sociais, do capital social. Privilegia uma remuneração mais elevada e alguma estabilidade, que lhe permitam assegurar a continuidade dos estudos superiores. Identifica, sem qualquer dificuldade alterações nas suas práticas de consumo, decorrentes das profissões que vai desenvolvendo ao longo do tempo. Designadamente a obrigatoriedade de usar fato e gravata, no período em que trabalha numa instituição bancária. Mais tarde, a aquisição de livros técnicos para complementar e aprofundar conhecimentos na sua área de formação. Este desejo de actualização constitui uma das características que refere quando se define como trabalhador. Outra prende-se com a dedicação ao trabalho e com o esforço para que, no que depende de si, nada falhe. A necessidade de ter a consciência tranquila, que deu o seu melhor, é enfatizada. A única excepção é alguma dificuldade no cumprimento do horário. Contudo, refere nunca ter perdido tempo com “conversas de corredor”. Este facto acentua as disposições inculcadas, que evidenciam a dicotomia entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, presente no domínio das actividades agrícolas. Reforça, também, a percepção da existência de factores que não controla mas que condicionam os resultados do trabalho. Constitui uma transposição das disposições para novos contextos.

Obrigava-me a uma questão a... em termos de aspecto, de vestir... obrigava-me a estar de fato, a usar gravata que era uma coisa que pessoalmente não gostava assim muito.

(...) Livros técnicos, por exemplo. Conhecimento de determinados assuntos que se tem que procurar e investigar que muitas vezes não estão acessíveis no nosso local de trabalho.

(...) Eu quando gosto de uma coisa, procuro dedicar-me o mais possível a ela, para se chegar ao fim, se estiver bem ou tiver corrido menos bem, ainda que possa estar mal, eu ficar com a consciência tranquila que fiz aquilo que sabia, o melhor que sabia e podia.

Concluiu a licenciatura e, sem grandes dificuldades, através de concurso público, passa a desempenhar funções compatíveis com a sua formação académica. Deste modo ascende ao lugar de classe Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento

Intermédio – PBTEI. Na primeira instituição, a estrutura e o modelo de organização frustram o desejo de aplicar os conhecimentos adquiridos, de criar e de inovar. Persiste em encontrar condições laborais que lhe possibilitem maior realização pessoal, maior prazer no trabalho e um melhor salário. Considera ter alcançado estes objectivos no emprego actual. Assim, afirmam-se atitudes que caracterizam a ética hedonista e que prevalecem ao nível do trabalho.

E, depois, aí a minha grande desilusão foi aquilo que nós aprendíamos como sendo a Gestão de Recursos Humanos, todas aquelas teorias que aprendemos e a prática, que numa organização pública é difícil implementar. Porque estava tudo estudado e aquela criatividade que gerir pessoas pode ter era sempre... era sempre cortada com a legislação que impunha que não podia ser assim.

(...) E, e pronto, estou satisfeito. Identifico-me com alguns aspectos do trabalho que se faz e, até agora, não estou arrependido. (...) Esta actividade permite que a gente possa abordar o assunto da forma que no momento entendemos que é o correcto e, nesse aspecto, permite não estar tão condicionados. Estamos condicionados a alguma legislação mas não tão rigorosa porque não há em termos de estruturas de poder ou em termos de hierarquia...

A esfera amical é heterogénea. Perduram as relações estabelecidas na infância e na adolescência, no contexto rural em que nasce. São estes os seus melhores amigos, aos quais estão associadas boas recordações. Ainda hoje, nos fins-de-semana em que se desloca à terra natal, reserva sempre algum tempo para ir ao café e pôr a conversa em dia. É um tempo de confraternização, frequentemente associado a consumos na área da alimentação e bebidas. O tempo da tropa não deixou novas amizades. Foi no contexto de trabalho, académico e da participação em associações que novas amizades se foram estabelecendo. No Porto, participou em associações, tendo desenvolvido actividades centradas na questão da toxicodependência e dos direitos humanos. Estas actividades ocupavam todo o seu tempo livre. Entretanto estabelece uma relação afectiva e decide comprar uma casa, fora do centro do Porto. Muda de emprego e todos estes acontecimentos implicaram uma menor participação nestas causas. Este é, também, o tempo em o grupo de amigos se restringe.

A adolescência, foi um período positivo porque ainda hoje, os meus melhores amigos são dessa altura. (...) Mas sobretudo dessa altura guardo boas recordações.

(...) Alguns amigos conheci-os em associações, em organizações em que eu fui estando mais ou menos ligado, conforme o tempo que foi passando. Outros foi por causa da área académica.

(...) Aos direitos humanos mas ocupava bastante do meu tempo porque envolvia actividades... Portanto, de preparar exposições, preparar debates e obrigava a fazer contactos, a preparar materiais...

(...) Depois também em termos afectivos comecei a namorar, comecei a pensar nessas coisas e decidi comprar uma casa, por várias razões. (...) Entretanto mudei de emprego...todo esse tempo, todas essas mudanças, acabam por ocupar mais do meu tempo... Acabo por ter menos do meu tempo livre e, em consequência, acabo por poder me dedicar menos a esse, a esse tipo de actividade.

Identifica, claramente, a influencia que os amigos exercem ao nível das práticas de consumo. Durante a adolescência esta faz-se sentir, essencialmente, na

área do vestuário e calçado. Afirma, também, que quando começou a trabalhar, uma parte significativa do seu vencimento era gasto com esta rubrica de despesa. Como justificação refere as condicionantes decorrentes do facto de ser o irmão mais novo, designadamente a obrigatoriedade de vestir a roupa que herdava dos mais velhos. Este constrangimento gera alguma propensão para o consumo e potencia práticas hedonistas, que se traduzem, ainda, na ausência de poupança decorrente de uma predisposição para a satisfação das necessidades de consumo. As suas práticas distinguem-se, contudo, das suas irmãs que considera que “gerem muito bem o dinheiro e o consumo.” Esta distinção identifica o contexto social como o factor central nas questões de género, salientando que o género é algo que fazemos e que aprendemos a fazer através das instituições principais (família, sistema educativo, trabalho, etc). De referir, ainda, que só em adulto é que as práticas culturais adquirem maior relevo (música, leitura, cinema, teatro, viagens nas férias). Neste caso, importa não esquecer os efeitos decorrentes da vinda para o Porto, nomeadamente no que se refere à diversidade de ofertas disponíveis em termos de consumo.

Aquela fase da adolescência em que a gente tenta copiar as pessoas da nossa idade... é sapatilhas, é mais ou menos, mais ou menos, em determinados objectos ou ter determinados objectos que o grupo, que o grupo tem. (...) o facto de eu na altura... era o mais novo, era sempre o último a ter acesso às coisas. Quando, quando me vi com dinheiro, pronto... Não, acho que não me custa... satisfazer as minhas necessidades... tendo dinheiro. Portanto, não tenho aquela mentalidade de poupar. Depois, já como adultos... tipo música, por exemplo (...) os aspectos culturais... também é consumo... ou as férias.

Estabelece uma relação de dependência entre rendimento e consumo. Embora as decisões de compra estejam subordinadas ao montante disponível, considera que é “muito mau a gerir dinheiro”. O controlo do orçamento familiar restringe-se aos extractos do Multibanco, sem qualquer preocupação pois como refere “Enquanto tiver para gastar, gasto. Quando não tiver, não gasto.” Assume que não tem hábitos de poupança e que até existe um certo desperdício no domínio do consumo alimentar, pois não gosta “de ter o frigorífico vazio...”, apesar de raramente fazer refeições em casa. Considera que é necessário mudar estes comportamentos, nomeadamente agora, que iniciou uma nova relação afectiva e que definiu um conjunto de objectivos para o futuro. Atribui, também, à idade alguma influência nesta mudança, na medida em que determinadas despesas (“não gasto dinheiro nenhum numa discoteca.”) já não são tão prementes. Esta reflexividade enfatiza a importância que esta variável assume ao nível dos comportamentos de consumo. Associa-a, também, à variável do ciclo de vida, com a qual se encontra fortemente correlacionada. Ambas condicionam a estrutura do orçamento familiar.

Portanto sempre que mudei, para além de me sentir sempre mais motivado, foi a pensar num salário melhor. E, em função disso, as minhas necessidades, os meus hábitos também foram sendo alterados (...) quando tinha a certeza que tinha um emprego fixo é que eu retomei os meus estudos. (...) Da mesma forma que quando soube que ganhava mais um pouco pude por exemplo comprar uma casa. As minhas decisões em termos de consumo estiveram sempre condicionadas à parte do salário.

Constrói a sua identidade centrado na esfera afectiva. Assim, salienta como traços característicos a dificuldade em lidar com o sofrimento, causada pela morte de um dos irmãos e o facto de se emocionar facilmente. Este sentimento é, também, despoletado pelo contacto com indivíduos idosos, cuja humildade e ignorância decorre do facto de terem sido excluídos de todo e qualquer processo de instrução. Contrastando com este lado mais frágil, refere não ter medo do futuro. Contudo, esta atitude decorre de considerar que não existe sofrimento ou dificuldade maior do que as que já enfrentou. Define-se, ainda, como saudosista já que se sente preso ao seu próprio passado. Esta referência enfatiza o pendor tradicionalista do seu *habitus*.

(...) acho que sobretudo, a morte do meu irmão. Foi um processo doloroso que eu já acompanhei como adulto (...) foi sobretudo a partir daí que, que eu comecei a pensar assim. (...) E acho que a questão do sofrimento é... pronto, poderá ser uma característica.
(...) eu emocio-me, emocionam-me... ver uma pessoa com certa idade, com pouca instrução, ou melhor, a ignorância (...) aquela ignorância que nunca tiveram oportunidade... que nunca tiveram acesso a mais nada.. (...) ver alguém ser deliciosamente ignorante.
(...) enfrento as coisas assim com alguma ligeireza ainda que possa... possa... costume dizer que já passei por algumas coisas que o que possa... o que possa vir é mais uma
(...) uma pessoa um bocadinho saudosista... continuo a ser assim uma pessoa agarrada às coisas, às coisas que gosto e tal.

O retrato de Tomás enfatiza a importância do capital económico para ultrapassar os condicionalismos decorrentes do nascimento numa família com baixo capital cultural e de um contexto rural. Revela, também, o modo como o *habitus* se traduz numa *hexis corporal* e perdura através de um conjunto de disposições. Estes mesmos condicionalismos promovem atitudes e valores hedonistas, em oposição clara com o pendor tradicionalista das disposições incorporadas ao longo da socialização primária. Assim, a trajectória de vida reafirma a pluralidade do actor. É, ainda, salientada a importância da acumulação de “*capitais de subcultura*” ou “*capitais subculturais*” que põem em questão o conceito de capital cultural.

Neste retrato as variáveis idade, grau de instrução, rendimento, dimensão e tipo de aglomerado populacional, ciclo de vida familiar surgem como condicionantes das práticas de consumo.

4.3 O retrato de Carlota – Entre o puritanismo e o hedonismo: o consumo cultural

Carlota tem 48 anos de idade, possui o 3º ciclo do ensino básico e é técnica de fisioterapia. Vive sozinha num apartamento do qual é proprietária.

Nasceu numa família de pequenos proprietários agrícolas, com baixo capital económico e cultural. O pai era também gigueiro e a mãe distribuía o pão de porta-em-porta. É uma das filhas mais novas, a nona a nascer, de uma família numerosa. São 7 rapazes e 4 raparigas. Viveram sempre com os avós paternos, que eram mais abastados. Recebeu uma educação tradicional de forte pendor moral e religioso.

A sua trajectória pessoal é de mobilidade social horizontal. Beneficiando do facto de ser das filhas mais novas, frequentou a escola tendo concluído o 3º ciclo do ensino básico. Trabalhou durante um ano numa fábrica que abriu na freguesia onde morava. Depois, foi convidada por um familiar para ser recepcionista de uma clínica de fisioterapia, numa cidade do litoral. É neste contexto que decide tirar um curso técnico de fisioterapia, passando a desempenhar esta função.

As suas práticas de consumo enfatizam o pendor conservador e tradicionalista do seu *habitus* que se enquadra numa ética puritana. Caracterizam-se, também, pela existência de uma poupança-privação que se traduz por uma atitude de planeamento, de racionalização das despesas e se insere numa constelação de valores materialistas.

Cresceu no seio de uma família alargada, num contexto rural. O lugar de classe da família de origem é Pequena Burguesia Agrícola e Proprietária – PBAP. Os pais estão ligados por laços de consanguinidade (tio-sobrinha), e o casamento foi forçado pela avó materna. Foi um casamento por conveniência, para assegurar uma situação económica mais favorável. A mãe era a filha mais velha e a relação com a avó ficou para sempre marcada por este facto. Desde os 7 anos que cozinhava e cuidava de todos os restantes 13 irmãos. Os mais novos chamavam-lhe “mãe nova”. Era uma mulher dócil e humilde que levou uma vida difícil. Casou com 22 anos e continuou a trabalhar na agricultura. Teve 12 filhos, 7 rapazes e 5 raparigas, mas uma das meninas morreu com 3 meses. O pai casou com 32 anos. Era gigueiro. Tinha uma personalidade forte. Era ele quem mandava e controlava o dinheiro. Demonstrava gostar muito da mãe, mas nunca foi correspondido. Considera que ele foi um bom pai e marido. Embora poupado não impunha grandes restrições, nomeadamente no que se refere às questões de saúde. Transmitiu aos filhos valores morais e religiosos e

preocupou-se em inculcar-lhes hábitos de poupança. A educação foi rígida e restritiva, enfatizando as questões de género, nomeadamente no que se refere à liberdade para sair e se divertirem. Viveram em casa dos avós paternos, mas como eram muitos, dormia em casa dos avós maternos, com uma das tias. Recorda que o avô era uma pessoa muito simples e muito meiga. A avó, pelo contrário, era ríspida.

A minha avó materna, como o meu pai era considerado rico e tinha já uns tostões... a minha avó influenciou e, segundo a minha mãe, impôs o casamento. Casou aos vinte e dois anos... continuou com os campos.

(...) ele é que era o senhor do dinheiro. O meu pai era louco pela minha mãe. A minha mãe não! Eram poupados mas sempre fomos a médicos. Havia um médico na aldeia, particular... e não se ia ao hospital.

(...) a educação que eu tive dos meus pais era "Ganhas 5, gastas 3, 2 pois de lado". (...) Os meus irmãos nunca foram rapazes de ir para o café, que o meu pai não deixava... antes de ir à tropa iam no Sábado. Depois de vir da tropa podiam ir ao Sábado e uma vez durante a semana. Raparigas... nem pensar!

O seu quotidiano era repartido entre a escola e as actividades agrícolas. Todos colaboravam e Carlota até teve sorte pois, por ser das mais novas, foi a única das raparigas que estudou. A irmã mais velha casou e ficou a viver numa casa que o pai mandou construir no terreno onde viviam. Uma das outras irmãs, não casou como Carlota, e trabalhou como empregada de balcão na loja de pichelaria de um dos irmãos mais velhos. Actualmente está reformada por motivos de saúde. É com ela que vivem os pais. O irmão mais velho é enfermeiro e foi ele quem a incentivou a tirar o curso de fisioterapia. São todos muito unidos e, segundo afirma, felizes. Para além do Natal e do Ano Novo, tinham por hábito realizar mensalmente um jantar em casa de cada um dos irmãos. No último ano passaram as festas em casa do irmão mais novo, pois é mais moderna, maior e com melhores condições. Este é o único dos rapazes que é solteiro. São festas muito divertidas, em que os sobrinhos fazem teatro e imitações e todos dançam.

(...) também estudei e elas [irmãs] não. (...) um dos meus irmãos, o segundo mais velho, abriu um estabelecimento de pichelaria e de canalizador e ela foi para lá trabalhar. (...) essa segunda é a sorte dos meus pais... que está em casa. (...) os meus irmãos todos são muito felizes, graças a Deus. Quer rapazes, quer raparigas. (...) duas casaram e duas não casaram.

(...) reuníamo-nos todos uma vez por mês. Portanto, um dava um almoço e um jantar para todos os irmãos e pais por mês. Portanto, nós éramos onze, quase todos os meses tínhamos jantarada. (...) Foi uma alegria, foi das passagens de Ano assim em família... espectacular! Todo o mundo dançou.

O percurso escolar foi marcado pelo medo causado pela professora que teve desde o 2º ao 4º ano, que se traduziu num mal-estar quotidiano e que a levou a não participar, mesmo quando sabia as respostas às questões colocadas. Foi discriminada e reprovou no 4º ano. No ano seguinte teve outra professora, que mais tarde casou com um dos irmãos, e o gosto pela escola foi incrementado. Concluiu o 5º e o 6º ano, numa escola da freguesia onde morava. Depois, beneficiando da insistência da

professora, o pai acabou por conceder-lhe a excepção e permitiu que continuasse a estudar. Não foi além do 9º ano. Afirmo que, neste período, o seu quotidiano não era fácil. Principalmente no Verão, era ela que fazia o jantar para todos. Só depois conseguia estudar mas, por já ser tarde, muitas vezes adormecia com os livros nos braços. Assim, na escola, quando não tinha aulas, tinha que ir para a sala de estudo e não podia brincar com os colegas no recreio. As boas recordações prendem-se com os passeios de escola. Desde pequenina que gosta de viajar.

(...) tive uma professora... da segunda à quarta que ... desculpe a expressão, mas era “uma cabra”.
(...) Eu era a única que... podia-me levantar ou correr e ir pelas escadas a baixo para a casa de banho vomitar. (...) Lembro-me muitas vezes de saber... mas tinha medo de responder. Estar já arrumada para o fim da sala porque já não ia ao exame da quarta classe... e a saber...
(...) E o meu pai “Não! Não sei quê... que tenho muitos filhos e os outros não estudaram”. Mas depois, já fora de horas, foi pagar multa... lá fiz o 9º ano e podia ter seguido.
(...) Passeios de escola... eu chateava o meu pai e a minha mãe para ir.

Aos 18 anos iniciou o seu trajecto laboral numa fábrica que abriu na freguesia. Dois dos seus irmãos também trabalhavam lá. Aliás, era com um deles que ia, de motorizada, para o trabalho. Os pais ficavam com a maior parte do seu ordenado, cedendo-lhe apenas algum dinheiro que gastava, essencialmente, na compra de roupa. A importância desta rubrica de despesa torna-se ainda mais significativa quando, um ano mais tarde, vem trabalhar como recepcionista para uma clínica de fisioterapia, numa cidade do litoral. Saliência, também, que só aos 23 anos é que os pais lhe concederam autonomia financeira. Assim, as gorjetas que recebia ajudavam nesta despesa. Este novo emprego surgiu por intermédio de um familiar, que era sócio da clínica. Incentivada pelo contexto de trabalho e pelo irmão enfermeiro, dez anos mais tarde, volta a estudar. Após ter concluído o curso técnico de fisioterapia, passa a desempenhar esta função, na mesma clínica onde ainda hoje trabalha. Afirmo ser responsável e empenhada no trabalho, preocupando-se com a questão da rentabilidade e, conseqüentemente, com a entidade patronal. Os valores transmitidos pelos pais e enraizados no seu *habitus*, justificam este comportamento que se inscreve na ética puritana. Outra atitude característica desta ética prende-se com o valor da família. Esta é uma das razões que a faz permanecer em casa dos pais e continuar a deslocar-se, durante 17 anos, de autocarro para a cidade onde trabalha. De facto, mesmo depois de ter adquirido um apartamento na cidade, beneficiando do crédito bonificado para jovens, permanece com os pais até aos 40 anos, idade em que se torna verdadeiramente independente. Pelo mesmo motivo decidiu alugar o apartamento e, ao mesmo tempo, beneficiar do sistema de “welfare family”. Deste modo, conseguiu suportar os encargos com mais facilidade. Esta estratégia permitiu-lhe algum desafogo económico que lhe possibilitou viajar, um dos seus maiores

prazeres. Este gosto, reforçado no contexto laboral através do contacto quer com os médicos quer com os doentes, aumenta o seu volume de capital cultural.

(...) andei lá 1 ano... quase tudo gente jovem. Recordo com bom grado tempos que lá passei... porque, pronto, era juventude.

(...) tinha de entregar o ordenado e os meus pais davam-me um X. (...) tentava juntar para comprar roupa. (...) já tinha de andar mais bem calçada, mais bem vestida... a pessoa andava de autocarro diariamente, ao passo que quando ia para a fábrica... ia de motorizada. (...) só aos 23 anos e meio é que eu comecei a ser independente... a ganhar para mim.

(...) tirei um curso técnico de fisioterapia e... fui para a fisioterapia e aqui estou. Gosto muito do que faço. (...) preocupo-me muito, que não devia preocupar-me tanto com a entidade patronal. Porque é assim, eu sei que eles precisam de nós mas nós precisamos mais deles.

Quando comprei a casa... tinha 29. (...) alugava o apartamento. (...) foi o que me valeu para juntar um dinheirito para fazer umas viagens. (...) quando vim para o apartamento tinha 40 anos.

{os médicos} são pessoas que viajam muito e parecendo que não, falam-me em viajar, em conhecer isto, conhecer aquilo... considero isso cultural, porque a pessoa vai conhecer.

À trajectória laboral encontram-se associados diferentes grupos de amigos. Enquanto permaneceu na fábrica, manteve os amigos da escola que eram também os colegas de trabalho. É com eles que vai à discoteca, aos fins-de-semana, e que passa umas férias inesquecíveis na mesma cidade do litoral onde, hoje, trabalha. Entretanto, quando já está a trabalhar na cidade, constitui com uma prima mais nova, que aí vive, um outro grupo de amigos. Depois, os amigos(as) começaram a casar e as relações esmorecem. Carlota teve, também, na fase da adolescência um namorado mas, como já referimos, nunca chegou a casar. Esta relação marca a sua esfera afectiva. Refere que só voltou a namorar aos 45 anos. Desta vez a inexistência de paixão e o peso dos valores puritanos, transversais no seu *habitus*, inviabilizaram a relação. Afirmar não se sentir frustrada nem arrependida com este facto, mas enfatiza que permanecer solteira lhe traz alguns condicionalismos, que se prendem com as questões de género. Como exemplo refere a dificuldade em arranjar uma companhia para viajar. Esta dificuldade ancora-se, uma vez mais, no seu sistema de disposições. Assim, afirma que só consegue participar em excursões organizadas por pessoas credíveis, como já aconteceu quando foi a Itália com padres de freguesias vizinhas. Caso contrário é incapaz de ir a uma agência e de programar sozinha uma viagem, integrando-se num grupo desconhecido. Actualmente, o seu grupo de amigas é, maioritariamente, constituído por divorciadas e construído, uma vez mais, em torno das relações laborais. Jantam frequentemente juntas, vão a discotecas, ao cinema, encontram-se no café para depois passearem na marginal. Contudo, dificuldades económicas impedem-nas de viajar. Estes são os seus momentos de evasão em que procura colmatar alguma solidão decorrente de viver sozinha.

Essa minha prima, ainda hoje, continuamos amigas, mas claro está, casada, tem um filho... vemo-nos assim uma vez por outra.

(...) Como foi uma grande paixão... o meu primeiro amor, aquilo marcou-me bastante e não achei piada mais... Namorei um senhor mais velho. Tinha eu 45 anos... não deu certo porque a pessoa

não está apaixonada. Não deixo a pessoa avançar... Eu ouço muito a voz da minha consciência... até mesmo em termos de namoro.
Fui em excursões com os padres das freguesias vizinhas... não conhecia ninguém, mas como são pessoas fiáveis. Não é a mesma coisa que uma pessoa passar numa agência...
(...) é quase tudo divorciado de maneiras que... têm problemas económicos... não vou tanto viajar como gostaria.

As suas práticas ao nível do consumo, como já salientamos, são dominadas pela ética puritana que se caracteriza pela valorização da poupança e da segurança e pela reprovação do consumo supérfluo, por valores materialistas, e por uma baixa condescendência relativamente a novos costumes. Foram estes os valores em que foi socializada e que perduram no seu *habitus*. De facto, à excepção da casa, Carlota nunca comprou nada com recurso ao crédito. Só quando tinha dinheiro disponível é que comprou o carro, aos 36 anos de idade. Esta despesa foi determinada pela distância casa / local de trabalho, pois para além de não gostar de conduzir, o carro para si é um instrumento de trabalho. Esta concepção do automóvel, aliada ao puritanismo das suas disposições, obstam a que se aventure a passar um fim-de-semana com uma amiga, numa qualquer outra localidade do país. As obras na casa e a remodelação da decoração, que fez recentemente (ver lista de despesas F13), também só tiveram lugar após um período de poupança-privação. Apesar de demonstrar ter um grande controlo sobre o seu orçamento familiar refere nunca ter conseguido realizar um registo rigoroso de todas as despesas. As despesas mais quotidianas (café, compras diárias ao nível da alimentação) escapam-lhe completamente. Este facto reforça a analogia entre práticas de consumo e hábitos corporais, gestuais, sensório-motores, que quando constituídos saem do campo da consciência, e hábitos reflexivos, deliberativos, racionais ou calculadores, correspondentes às despesas “obrigatórias”. Deste modo questiona-se a dicotomia hábito ou rotina / reflexividade e consciência. A única rubrica de despesa em que não é poupada é na alimentação. Mas esta atitude enfatiza o mesmo pendor tradicionalista do seu *habitus*, que a leva a privilegiar uma alimentação baseada na antiga cozinha portuguesa. A sua compleição frágil e o esforço físico que lhe é exigido no trabalho obrigam-na a ter uma alimentação rica e cuidada, da qual não prescinde. Assim, só mesmo no que concerne às despesas com cultura e lazer, e principalmente às viagens, é que se revelam atitudes de um hedonismo controlado. É neste domínio que afirma encontrar prazer.

Quero sempre ter o meu pezinho de meia. Sou poupada... mas para aquilo que eu quero. Eu viajei um bocadinho... é um prazer que eu tenho. Ultimamente não tenho ido por falta de companhia. Depois comprei carro. Tinha eu 36 anos. (...) É um instrumento de trabalho. (...) também eu não sou assim aventureira para dizer assim “Olha, uma ou duas vamos. Eu tenho carro conduzo.” (...) um electrodoméstico novo, um ferro a vapor...”E o que é que eu faço ao que tenho? Deixo-o apodrecer em casa?”
Nunca sei ao certo quanto é que gasto. Por muito que tente esqueço-me e chego a meio e já não sei se gastei cinco, se sete...

(...) sou tipicamente portuguesa... vou para o fogão. Na alimentação não faço poupança.

Constrói a sua identidade centrada na esfera relacional. Afirma que é um pouco intempestiva e, por vezes, fala antes de pensar. Que nem sempre pede desculpa quando constata que errou. Contudo, é meiga e afectiva. Refere, também, que é muito exigente consigo e com os outros. Considera-se uma pessoa feliz, embora lamente não ter casado.

(...) mau feitio... sou muito temperamental (...)sou muito activa, sou muito eléctrica, e então salta-me a tampa com muita facilidade. Reconheço isso. Quando me salta a tampa, enfim, à família directa já nem peço desculpa. (...) tenho o meu lado afectuoso, meigo. Também sou muito exigente comigo e com os outros. Foi o que um padre me disse... (...) sou feliz à minha maneira. Gostava de ter casado...

O retrato de Carlota revela que mesmo num *habitus* marcadamente dominado pela ética puritana, onde os valores, as atitudes e os comportamentos são transversais a todos os domínios (familiar, laboral, afectivo, consumo), é possível identificar momentos de ruptura, “*turning points*”, “*nós*” ou “*bifurcações*”, que revelam a pluralidade do actor. No presente caso é o prazer de viajar que traduz atitudes de um hedonismo controlado.

A sua trajectória de vida enfatiza a importância dos contextos (familiar e laboral) no contrariar das fatalidades. Carlota é a única filha que frequenta a escola, aumentando, assim, o seu capital cultural. Este facto favorece a integração num outro contexto laboral que, por sua vez, potencia o prosseguimento de estudos e, consequentemente, o desempenho de uma profissão que a coloca na Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento Intermédio – PBTEI.

4.4 O retrato de José – Entre rupturas e sonhos: o papel do capital económico na promoção de práticas hedonistas

José é um indivíduo do sexo masculino, com 46 anos de idade, possui o 12º ano e é Chefe de Equipa de Vendas. É divorciado. Tem dois filhos menores que vivem com a ex-esposa. Vive sozinho numa casa própria que adquiriu com recurso ao crédito, após o divórcio.

Os pais são ambos reformados. O pai, que concluiu o 3º ciclo do ensino básico (antigo 5º ano dos liceus), era professor, e a mãe, com o 1º ciclo do ensino básico, é doméstica. É o mais novo de 2 irmãos. A sua educação foi austera e inflexível. Não obstante, considera fundamentais os valores, a ética e os princípios em que a mesma se ancorava e procura transmiti-los aos filhos.

Conclui o 12º ano, após ter iniciado o seu percurso laboral. Este desenvolve-se, essencialmente, na área das vendas, na indústria farmacêutica. Os elevados salários que auferiu permitiram-lhe concretizar muitos dos sonhos de criança e fomentaram o desenvolvimento de uma ética hedonista.

O casamento e o divórcio constituem momentos de ruptura que revelam o seu *habitus* plural. As suas práticas culturais, a esfera amical e, até mesmo, o modo como estrutura as suas relações com os outros são fortemente influenciados pelas mudanças de estado civil.

Cresceu no seio de uma família alargada. A mãe quando casou permaneceu na casa dos pais. Era uma casa pequena, com apenas dois quartos, e sem grandes condições. Lembra-se que enquanto pequeno dormia na sala, num sofá, que partilhava com a irmã mais velha. Mais tarde passou a dormir em casa dos avós paternos, que moravam próximo, partilhando o quarto com o primo mais velho. O seu quotidiano repartia-se, assim, entre as casas dos avós maternos e dos paternos. Nesta última viviam, também, para além dos avós e do primo, um tio-avô e a prima. Esta proximidade fortalece as relações afetivas com ambos os lados da família, quer materna quer paterna. O tio-avô constitui um outro significativo que marcou diversos domínios da sua vida. É com ele que vai frequentemente ao cinema e é com ele que tem uma primeira experiência de trabalho, na área da construção civil. É com os primos e com a irmã que brinca diariamente e que viaja nas férias. Algumas destas viagens eram realizadas com os avós paternos e com a prima. O avô trabalhava nos caminhos-de-ferro e beneficiava de viagens grátis que realizava anualmente ora com os netos mais velhos, ora com os mais novos. Do avô materno recorda os lanches fartos e as tardes passadas na loja a arranjar máquinas de costura. Nesta loja

trabalharam como empregadas de balcão a avó e a mãe. Foi lá que desenvolveu o gosto pela mecânica que prevalece até aos dias de hoje. Considera que teve uma infância feliz e que apesar dos recursos económicos não terem permitido realizar todos os seus sonhos de criança, nunca lhe faltou nada. O lugar de classe da sua família de origem é Pequena Burguesia Intelectual e Científica – PBIC. A única recordação negativa é a coincidência da morte da avó paterna com o dia do seu aniversário.

... era os netos mais novos que iam numa viagem com os dois, no outro ano iam os mais velhos... que ele tinha viagens de borla da CP. Do meu avô materno lembro-me perfeitamente por exemplo dos lanches que fazia com ele, com aquelas fatias de queijo da grossura de um dedo, às vezes tinha latas de atum, anchovas, era só petiscadas ao lanche.

(...) eu chegava à beira da minha mãe e dizia que ia com o meu tio ao cinema. Então ela dava dinheiro para mim e para o meu tio... os meus pais nunca foram ricos mas sempre fizeram com que não me faltasse nada.

A vida dos pais encontra-se fortemente ligada a uma associação cultural local. Foi lá que se conheceram e depois casaram. Uma parte dos seus tempos livres, na infância e na juventude, são passados nesta colectividade a praticar diversas actividades, juntamente com a prima e os tios. Em certa medida a estória repete-se, pois a ex-esposa participava com ele em algumas destas actividades. Recorda, ainda, do tempo da adolescência, os passeios que fez com os pais nas férias. A prática desportiva é outra actividade que desenvolve por influência do pai, um veterano nesta área. Deste modo, reforçam-se e fortalecem-se as relações familiares na esfera das práticas culturais. Actualmente, é com os pais que partilha os fins-de-semana e as férias que passa com os filhos. Procura, assim, reforçar a importância da família e dos laços afectivos, ao mesmo tempo que retribui o que os pais fizeram por ele. Perpetua-se o sistema de “welfare family” que aproxima e funda solidariedades entre gerações.

que me consta, numa colectividade... porque ambos [os pais] a frequentavam e, como se costuma dizer, casaram lá.

Lembro-me dos passeios que fiz com o meu pai, das férias excelentes que tive com eles.

(...) Realmente o meu pai foi marcante. Sempre me cultivou o desporto.

O seu percurso escolar é marcado por reprovações, nomeadamente à disciplina de português. Afirmo que nunca adquiriu hábitos de estudo que o ajudassem a ser um bom aluno. Contudo, os pais sempre o incentivaram para estudar. Lembra-se que foi precisamente quando reprovou pela primeira vez, estava no 8º ano, que os pais lhe proporcionaram uma das melhores férias de sempre. Apesar destes incentivos e de obter melhores resultados na área de ciências, que privilegiou no secundário, não prosseguiu estudos. Mais tarde retoma-os. Concluiu o 12º ano e conseguiu colocação na faculdade de engenharia, mas nunca chegou a ir a nenhuma aula.

Fui muito mau aluno, péssimo, preguiçoso...Eu lembro-me que por baixo dos livros de estudo tinha os do Pato Donald, os Miceis, para ler... Na escola primária ... não foi grande professor para me pôr a estudar e, portanto, eu tive maus hábitos...
(...) sempre houve a vontade que eu estudasse. (...) acho que as melhores férias que os meus pais me deram foi nesse preciso ano, em que eu fui passar quinze dias sozinho em Espanha, para um campo de férias. Portanto os meus pais de certa forma quiseram-me recompensar...

Aos 10 anos tem a sua primeira experiência de trabalho, que considera muito positiva, ajudando o tio-avô, na área da construção civil. É, contudo, após concluir o ensino secundário, que se realiza a entrada no mercado de trabalho, para uma empresa onde o pai trabalhava. Curiosamente o seu chefe é um antigo amigo, dos tempos em que frequentava muito um café. É com ele que adquire o hábito de elaborar um registo diário dos principais acontecimentos da jornada de trabalho e a partir deste efectuar um balanço do trabalho efectuado, hábito que mantém até hoje. O salário que auferi é elevado. É neste desafogo económico que se funda um certo desapego face às coisas materiais, se realizam desejos reprimidos na infância e adolescência, e se fomentam e desenvolvem atitudes e valores hedonistas. Estas práticas contrastam com os tempos de alguma contenção vividos nos primeiros anos da adolescência, e projectam-se na relação que estabelece com a sobrinha e com os filhos. Afirmo estar consciente que o meu comportamento é errado, mas não quero que o sentimento de alguma privação, que sentia em criança, se repita. O prazer de dar constitui um dos meus traços característicos. Quando oferece um presente a alguém nunca impõe limites ao montante que vai gastar e a sua única preocupação é que a outra pessoa goste. A felicidade alcançada através da dádiva constitui, para si, a maior das recompensas. Este comportamento leva-o a afirmar que é consumista, essencialmente no que se refere aos outros.

Teria 10 anos, por aí... a trabalhar, senti-me um homem! Foi esse o motivo do prazer. Todos os dias faço o meu resumo, no meu caderno. Se acontecer alguma coisa, eu sei sempre... é uma vivência que eu ganhei desse primeiro trabalho, que ainda hoje não me esqueço. Realmente ganhei muito... Ter uma autonomia de certa forma financeira ou económica permitia-me... tinha os meus caprichos e cumpria-os.
(...) E eu dava-lhe [à sobrinha] notas de 100 escudos para ela comprar gelados de 10 escudos, na altura.
Portanto, nunca tive tudo aquilo que gostaria de ter quando criança... sei que isto é um erro que eu tomei com os meus filhos... E se calhar estou a criar pequenos monstros. Não consigo deixar de dar uma alegria porque eu muitas vezes gostava de ter coisas e não tinha.

Depois, através de uma prima, foi trabalhar para numa indústria de produtos químicos. O seu salário era menor e havia um certo descontentamento relativamente à actividade que desenvolvia. Através de uma outra prima, consegue trabalho na indústria farmacêutica. As condições de trabalho e salariais melhoraram, mas eram abaixo da média no sector. Foi forçado a recorrer ao crédito para comprar um automóvel, imprescindível ao desempenho das novas funções. Contudo, a empresa atribuiu-lhe um subsídio mensal que ajudou a suportar esta despesa. Este é um

exemplo que revela o condicionalismo que a esfera laboral pode exercer ao nível do consumo e que se estende ao domínio do significado simbólico atribuído aos objectos. Neste caso, o automóvel é transformado num instrumento de trabalho. Passados 16 meses, por intermédio de colegas de profissão muda para outra empresa, obtendo melhores condições salariais e de trabalho. Estas são características da ética hedonista que enfatiza que o êxito na vida decorre das experiências e que se ancora nos valores da mudança e da diversidade, e na valorização do salário.

Tive que fazer a minha primeira grande aquisição... eu tive que arriscar e comprar um carro. E Lembro-me que ganhava 32 contos na altura, já livre de impostos... tinha um subsídio para o carro de 20 contos todos os meses... mas deu para ganhar muito dinheiro, na altura. (...) eu era mal remunerado... face àquilo que era o valor de mercado... e ele então cismou que eu tinha que ir para a empresa dele. (...) Não tenho medo do desconhecido! A mudança, a mim, nunca me afligiu.

Os seus comportamentos na esfera laboral pautam-se pelo cumprimento, com zelo, das funções que lhe são atribuídas e pela lealdade para com os colegas e superiores. Estas são as disposições que traduzem os valores e a ética inculcados através da socialização familiar e que são transpostas para a esfera do trabalho. Traduzem um pendor mais tradicionalista do seu *habitus*. Refere, também, não ter problemas com os horários embora goste de começar cedo para, no final do dia, ter tempo para reflectir. Estas características permitiram-lhe que, com alguma facilidade, alcançasse melhores condições de trabalho e salariais e que progredisse na carreira, chegando a desempenhar as funções de chefe de equipa. Ascende à Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento Intermédio – PBTEI. As promoções no trabalho aconteceram sempre por iniciativa das chefias, pois afirma que prefere que estas coisas aconteçam sem a sua intervenção directa. Esta atitude passiva relativamente à progressão na carreira contrasta com a procura activa de melhores condições de trabalho. Salienta, ainda, como traço característico neste domínio, o medo de, através de críticas, ser confrontado com possíveis falhas no desempenho das suas funções. Não obstante, está sempre a solicitar que as mesmas lhe sejam dirigidas.

O método de fazer hoje, aquilo que não devo fazer amanhã. Sempre! Não consigo me deitar, sem fazer as coisas todas certinhas, direitinhas. (...) Tenho uma desorganização, organizada, ou seja, que ninguém mexa nos meus papéis... Gosto de reflectir no fim do dia... o resumo serve muitas vezes para reflectir.

Não lido bem com as críticas, apesar de estar constantemente a pedir as críticas. Tenho medo de falhar,... detesto...ser chamado à atenção! Não gosto!

É reservado relativamente à vida afectiva. Refere, apenas, que tem dois filhos, um rapaz e uma rapariga, e que esteve casado durante dez anos. Enquanto esteve casado privilegiou sempre o bem-estar de todos e procurou reservar sempre algum tempo para a família. Neste sentido, recusou algumas ofertas de trabalho que

implicavam a deslocação para Lisboa. Do mesmo modo, sentiu sempre como uma punição as viagens oferecidas a toda a equipa como prémio de produtividade, pois privavam-no do convívio com a família. Quando se divorciou, a sua maior preocupação foi manter um contacto frequente e próximo com os filhos, de modo a fortalecer a relação e o valor da família. Assim, mesmo quando se ausentava do país nunca deixou de telefonar diariamente aos filhos. Procurou sempre acompanhar o percurso escolar destes e contribuir para a sua formação em diversas áreas, nomeadamente no fomento da prática desportiva. Esta preocupação enfatiza o peso da herança cultural e o pendor mais tradicionalista do seu *habitus*.

(...) quando se tem família, a hora da família é a hora da família, não pode ser hora de trabalho. Temos que nos dedicar a eles que é importante.
(...) eu via muitas vezes essas viagens não como um incentivo mas como um castigo. Eles sempre vieram para minha casa (...) de quinze em quinze dias sempre estavam comigo. Mas a miúda sempre me viu como um estranho porque pouco conviveu comigo... Hoje em dia não.
(...) telefonar-lhes todos os dias, esteja eu onde estiver... acho que o pilar da sociedade são as famílias e acho que está a cair em desuso... e eu tento transmitir ao máximo o valor da família.

O casamento e, principalmente, o divórcio constituem momentos de ruptura, “*turning points*”, “*nós*” ou “*bifurcações*” a diversos níveis. Nomeadamente, o divórcio provoca a reflexividade centrada no modo como estrutura as suas relações com os outros. Considera que foi um erro ter-se colocado no último lugar da hierarquia, durante o período em que esteve casado, pois se não estiver bem a sua relação com os outros não pode ser profícua. Assim, não classifica de egoísta esta mudança de filosofia de vida, já que ela visa o bem-estar de todos. Esta é uma mudança significativa ao nível das disposições incorporadas que reforça o individualismo expressivo. Este, ao integrar-se num liberalismo moral, salienta as componentes de subjectividade, de individualismo e de auto-afirmação associando-as à reivindicação de liberdades privadas e pessoais. Ao nível da esfera amical, refere que o casamento conduz ao estreitar de relações com um número restrito de pessoas e, consequentemente, à perda de contacto com muitos dos grupos de amigos da infância e da adolescência. O contacto com estes amigos é retomado após o divórcio e ganha periodicidade através da realização de jantares, idas à discoteca e, mesmo, de viagens. É, também, nesta altura que faz novas amizades. Assim, as suas despesas em hotéis, restaurantes, cafés e similares aumentam significativamente após o divórcio. Estas despesas estão associadas ao domínio das sociabilidades e enfatizam a importância da esfera da cultura e do lazer na estrutura do orçamento familiar. Uma outra alteração, ao nível das práticas culturais, prende-se com o facto de ter deixado de ler quando casou. Este foi um outro hábito que retomou e mantém com uma certa regularidade, surgindo desta vez associado com a ida à missa, aos Domingos. Esta foi, talvez, a única prática cultural que não foi afectada pela mudança de estado civil.

Ao manter-se reforça o carácter tradicional do seu *habitus* e a permanência de determinadas disposições que sobrevivem para além das rupturas.

No primeiro ano e meio foi... de loucura total. ...o divórcio... eu ganhava muitíssimo bem... Foi o divórcio que me fez pensar muito... que eu acho que cometi uns erros... era por estar muito virado para a família e pouco para mim... E eu, então, decidi... primeiro eu, depois eu, depois eu, depois alguma família, alguns amigos e mais nada... eu não me acredito que se eu não andar bem, eles consigam andar bem... é essa a minha filosofia.
(...) aí éramos três divorciados ... foi uma altura de muita discoteca, de muita night, muita boémia mesmo.
Leitura, perdi muito o hábito de leitura com o casamento. (...) de quinze em quinze dias, quando não tenho os meus filhos... ir à missa,... gosto de comprar o jornal, e ir até um lugar fixo, na mesma mesa, sempre para ler o jornal, e passam as pessoas conhecidas e conversamos.

O divórcio coincide também com mudanças ao nível da esfera laboral. A primeira prende-se com a ascensão a chefe de equipa de vendas e, consequente, aumento do vencimento. Durante 5 anos ocupou esta posição que lhe permitiu conhecer melhor este tipo de indústria e ter uma experiência que considerou muito positiva. Possibilitou-lhe, também, uma maior disponibilidade económica que promoveu a valorização do prazer, o conforto e a concupiscência, características da ética hedonista. A segunda prende-se com uma despromoção embora, em termos salariais, até tenha beneficiado de um aumento. Importa salientar que é nesta fase que compra um Audi, o melhor carro que teve ao longo de todo o percurso profissional. Este comportamento reforça o pendor hedonista das suas práticas de consumo. A terceira corresponde ao despedimento e à atribuição de uma indemnização consentânea, que se constitui em poupança-excedente. Esteve desempregado durante 6 meses. Nesse período respondeu a diversos anúncios e estabeleceu contactos através de amigos mas a idade, a formação e a experiência adquiridas dificultaram a reintegração no mercado de trabalho. Finalmente, é admitido como chefe de equipa de vendas numa empresa de produção e comercialização de gases industriais e medicinais.

(...) sou promovido a chefe de equipa. Deu-me uma experiência de vida muitíssimo grande.
(...) soube que tinha duas soluções: ou vinha pó olho da rua ou que iam arranjar outra posição. E a outra posição que me arranjaram foi a de delegado, portanto, tive menos trabalho, mas mantive as regalias. (...) Nunca sonhei ter um Audi e passei a andar de Audi.
(...) E entretanto houve reestruturação (...) Uma compensação monetária... esse pé de meia... quando eu soube que ia ficar desempregado.
(...) não era só a idade, era a formação e a experiência que eu tinha de trabalho. (...) excesso de qualificações.

Na esfera do consumo evidencia uma predisposição para a satisfação das necessidades, atitude hedonista que é potenciada pelo volume de capital económico de que dispõe. Privilegia a qualidade e a descrição no que se refere às marcas. Enfatiza as questões de género quando se define como consumidor embora afirme não ser machista. Contudo, declara ser mais contido nos seus gastos do que com terceiros. Assim, este é o único domínio em que os filhos permanecem em primeiro

lugar. Habitualmente não efectua nenhum registo das despesas, desconhecendo o montante gasto nas diversas rubricas. Não obstante, afirma ter uma noção clara do dinheiro que dispõe e está disposto a despende nas despesas “obrigatórias”. No presente caso, estas incluem a pensão de alimentos para os filhos que, pelo significado que assume na estrutura do orçamento, corresponde a uma das despesas características deste tipo de agregados.

(...) gosto de qualidade porque é para durar... sou avesso a marcas.
Como consumidor... defino-me como uma mulher... devo ter uma costela de mulher porque quando estou em baixo, gosto muito de ir sozinho comprar qualquer coisa para mim, para me sentir bem comigo mesmo. (...) Mas acho que machista nunca fui, nunca me senti.
(...) tudo o que diga respeito a mim, eu cortava. Só cortarei em última instancia nos meus filhos.
Eu não sei ao certo, mesmo, quanto é que gasto. Eu sei quanto dinheiro entra todos os meses na minha conta e sei até onde é que posso ir, para a casa, para os meus filhos, para a pensão de alimentos e sei quanto é que tenho de telemóvel, água, luz...

Constrói a sua identidade a partir da esfera das relações interpessoais, enfatizando os valores da lealdade e da frontalidade. Assim, afirma gostar de fixar o olhar no outro quando estabelece relação. Este é um traço que o caracteriza em diversas esferas da vida social (laboral, amical) e que traduz uma disposição incorporada. Enfatiza uma vez mais o prazer de dar e de, através da dádiva, gerar felicidade nos outros.

(...) eu nunca fui delator de ninguém. Eu acho que isto é um exemplo do que são para mim valores importantes.
(...) Se há coisa que eu aprecio é a frontalidade... a verdade, por muito dura que seja, deve ser dita e deve ser espontânea.
(...) gosto muito mais de dar do que de receber.

O retrato de José enfatiza a pluralidade do actor, permitindo estabelecer uma relação entre os momentos de ruptura, “*turning points*”, “*nós*” ou “*bifurcações*” e as mudanças de atitudes e valores, do sistema de disposições.

A sua trajectória de vida, marcada pelo aumento do volume de capital económico, estabelece uma relação entre esta variável e o desenvolvimento de atitudes hedonistas que se traduzem numa valoração do prazer, do conforto e da concupiscência. Esta associação é potenciada pelo contexto familiar em que nasce que ao limitar a concretização dos sonhos de criança, aumenta o desejo de realizá-los e de, assim, ultrapassar os condicionalismos decorrentes das condições materiais de existência.

Este retrato permite, também, integrar o individualismo expressivo num liberalismo moral, associando-o à reivindicação de liberdades privadas e pessoais. Estas últimas afirmam-se em clara oposição aos valores tradicionais da família, incorporados ao longo da socialização primária.

4.5 O retrato de Gininha – Entre singularidades e contextos: a autonomia (relativa) do consumo cultural

Gininha tem 61 anos de idade, possui o 1º Ciclo do Ensino Básico, está reformada, é divorciada, vive sozinha numa casa de aluguer e tem apoio de uma Instituição.

Descendente de uma família com baixo capital económico e cultural. Tem uma socialização fortemente influenciada pela figura paterna e marcada por valores políticos e por práticas culturais (leitura e cinema). As relações próximas com a madrinha, que visitava regularmente em Lisboa, potenciam o alargamento destas práticas culturais (museus, “revista”) e favorecem valores que a enquadram no consumo hedonista.

A sua trajectória pessoal é de mobilidade social ascendente, resultante quer do seu capital social (casamento e posteriores relações afectivas), quer da profissão (Empregada de copa numa confeitaria).

O percurso de vida é marcado por diversas rupturas (afectivas, laborais) associadas ao desempenho de papéis sociais distintos (doméstica e empregada por conta de outrem no sector dos serviços), e a níveis socioeconómicos diversos que se repercutem sobre as práticas de consumo.

O núcleo familiar de origem era composto pelos pais e uma irmã mais nova que faleceu, ainda jovem. Mais tarde, os pais criaram 2 rapazes que moravam na vizinhança. O pai foi operário da construção civil e depois soldador. Tinha o 1º ciclo do ensino básico. O lugar de classe da família de origem é Operariado Pluriactivo – OP. Reformou-se cedo por questões de saúde. Já reformado ajudava um irmão a fazer malas escolares (produção artesanal e em casa) que vendiam directamente em algumas livrarias do Porto. A mãe antes de casar era empregada doméstica. Era analfabeta. Depois de casar tornou-se doméstica e colaborava na produção das malas escolares. Ambos os pais já faleceram. O contacto com os dois rapazes criados pelos pais é meramente casual (cumprimentam-se na rua). Não obstante, a representação que tem dos mesmos é bastante positiva. Esta referência é utilizada para enfatizar, desde logo, as rupturas que marcam a sua trajectória de vida.

(...) a minha mãe criou aqueles dois rapazes como se fossem filhos, que não havia. Ainda hoje são educadíssimos, são umas crianças... Eu acabo por ser pior que eles porque eu tive uma vida difícil a partir de uma certa altura.

Os avós paternos viviam em Gondomar. O avô trabalhava na indústria da madeira (móveis) e a avó era tecedeira. Os avós maternos eram de Arcos de

Valdevez. O avô era Guarda-republicano e a avó vivia no e do campo. Este avô era o que possuía mais instrução, todos os outros eram analfabetos. Apenas conheceu a avó paterna que visitava com a mãe, aos Domingos. Daí que as memórias destes antepassados sejam muito ténues e se reportem a fotografias ou histórias que ouviu enquanto criança. Este contexto familiar, caracterizado por baixos recursos económicos e culturais (educação formal) é comum na sociedade portuguesa da época. Um outro traço característico, que traduz, simultaneamente, a atracção que os grandes centros urbanos exercem sobre as populações do interior e os condicionalismos de género, está também patente no percurso de vida da mãe e das tias que vêm trabalhar como empregadas domésticas para a cidade (Porto e Lisboa). A vinda para a cidade e o contacto próximo com pessoas de outro nível social têm repercussões diversas ao nível das socializações, que se traduzem nos comportamentos e nas aprendizagens (mãe e tia/madrinha). Nomeadamente, é deste modo que a “classe de lazer” impõe as suas escolhas, os seus hábitos e as suas preferências de consumo através de um sistema de difusão descendente e do efeito *trickle down*. Acresce, ainda, que os espaços urbanos concentram inúmeras possibilidades de oferta de bens e serviços, constituindo novas oportunidades em termos das práticas de consumo. Assim, a tia/madrinha, que vivia em Lisboa, é um outro significativo na vida de Gininha. É com ela que visitava museus, igrejas e palácios e ia com frequência ao cinema e à “revista”. Foi, também, com a madrinha que aprendeu a cozinhar. Esta relação fortalece o gosto pelas práticas culturais, enraizando disposições que não decorrem das condições materiais de existência do grupo de pertença mas do efeito de socializações secundárias ancoradas em contextos (sociais e geográficos), que potenciam a acumulação de *capitais de subcultura* ou *capitais subculturais*.

“Olha! Vamos à Voz do Operário ver um filme”. Íamos. Quem diz à Voz do Operário, diz ao cinema S. Jorge. Íamos ver uma revista. Essas coisas todas. Eu ia com a minha madrinha e com o meu tio. E eu ia para a cozinha com a minha madrinha e estávamos ali a tarde toda. A minha mãe não tinha esse gosto.

Assim, o contexto familiar de Gininha é marcado pela escassez de recursos quer económicos quer culturais (educação formal), mas é rico em termos das oportunidades de novas aprendizagens potenciadas quer pela proximidade com outros grupos sociais mais favorecidos, quer pela diversidade geográfica onde vivem os familiares com quem tem uma relação mais forte. Caracteriza-se, ainda, por ser politizado e dominado pela figura do pai. Este desempenha um papel central na formação e desenvolvimento do gosto pela leitura e pelo cinema, nas práticas culturais, e do espírito crítico e reivindicativo que patenteia em diversos domínios, das

relações familiares às laborais. É determinante na estruturação do seu *habitus* e, assim, revela a capacidade para recriar uma constelação de produtos para além do simples *habitus* de classe. Esta possibilidade decorre do facto de a cultura se ter tornado numa espécie de self-service onde cada um subsiste em função dos seus gostos e humores e, frequentemente, de modo imprevisível.

Pensei várias vezes que talvez seja, porque eu sinto-me mais meu pai do que minha mãe, percebe? Eu sinto, porque eu pareço-me com o meu pai em muitas coisas. O feitio, a maneira de ser, porque a minha mãe foi sempre acomodada. Eu não. Se isto não tá bem, eu procuro melhor. Se aquilo não me agrada, eu modifico. Portanto, eu sinto-me mais meu pai do que minha mãe. Talvez seja isso, talvez seja de eu ouvir o meu pai a falar, porque o meu pai também era um revoltado contra o sistema. Porque vivíamos naquela época, não havia pão, não havia azeite... não havia porque tinha acabado a Guerra. E o meu pai era uma pessoa revoltada contra o sistema e eu talvez por influência, eu tenha herdado isso.

O meu pai também não tinha muitas possibilidades. Mas gostava... e eu também gostava de ler, e de ver filmes ... e essas coisas todas. Devo ter herdado do meu pai porque a minha mãe não se metia nessas coisas. Foi mais o meu pai. (...) foi o meu pai que me começou a levar e eu depois cultivei esse gosto pelo cinema.

O seu percurso escolar é breve. A partir dos 4 anos de idade frequenta o patronato junto à Sé do Porto. Lá aprendeu a escrever, a fazer contas e a bordar. Ingressou na escola primária e concluiu o 1º Ciclo do Ensino Básico. A professora pediu aos pais que a deixassem prosseguir estudos mas tal não foi possível pois o pai estava desempregado. Este facto determinou uma entrada precoce no mundo do trabalho. Foi trabalhar com 10 anos. Nas entrevistas, o seu discurso revela uma reflexividade face aos determinismos sociais, nomeadamente aos decorrentes das condições materiais de existência e às questões de género.

Se o meu pai tivesse uma situação económica melhor e nos tivesse imposto, era natural que eu tivesse gosto e até tivesse continuado. A minha vida tivesse sido diferente e eu tivesse estudado e dedicado mais a uma carreira. Assim não, limitei-me a ser aquilo que as miúdas do meu tempo eram.

A entrada precoce no mundo do trabalho constituiu um incremento das práticas culturais, um contrariar das fatalidades. Apesar dos fracos recursos económicos, é-lhe permitido ficar com uma parte do seu ordenado, que utiliza para ir ao cinema e comprar livros. Assiste-se, assim, a uma acumulação algo imprevista de capital cultural. Tem assim, também, início um processo que combina uma situação económica precária com a liberdade para a realização de consumos culturais, ainda que com um montante limitado. Este processo mitiga os constrangimentos decorrentes das condições materiais de existência e conduz, por um lado, ao estabelecimento de uma relação entre a apreciação e a diferença existente entre si-mesmo e os outros e, por outro lado, ao valor atribuído ao capital económico. Funda-se aqui um desapego relativamente às coisas materiais, característico da ética hedonista e visível em diversos momentos da sua vida. Os constrangimentos económicos não limitam a

satisfação dos desejos e, assim, potenciam o sentimento de ter vivido uma infância feliz.

Porque eu em minha casa, embora os meus pais fossem pobres, eu era tratada como uma princesa. Eu fazia o que queria... porque não é só os ricos que são bem tratados, os pobres também são.

O dinheiro para mim nunca teve valor. Agora é que tem, porque agora preciso dele. Só por causa disso.

As primeiras profissões foram na área dos têxteis [aprender modista] e, depois, trabalhou nas páginas amarelas. Desde cedo, apoia-se no seu círculo de relações sociais para procurar melhores condições de trabalho, e é sempre apoiada pelos pais. Esta atitude de valorização do salário em detrimento da segurança do emprego é, também, característica da ética hedonista. Outra atitude presente é considerar que o trabalho não é a actividade mais importante. Assim, privilegiava o cinema e a leitura face ao cumprimento das tarefas ao nível do trabalho.

(...) porque o patrão pagava-me o salário completo e eu dava-me ao luxo de quase todas as segundas feiras, principalmente no verão, porque o terceiro andar era muito quente, e ia ao cinema.

Eu andava a trabalhar, passava por uma tabacaria "Ainda não li aquele"... Entrava, comprava-se ... sentada naquelas caixas que a gente tinha ... a ler o livro, ali sentada... se estivesse muito calor. "Eu tenho tempo de ir levar a obra e tornar a vir e ainda tenho tempo de ler".

A trajectória laboral, de mobilidade ascendente por relação à família de origem, é descontínua. As profissões que desempenha colocam-na na pequena burguesia de execução - PBE. É uma trajectória marcada por rupturas, "turning points", "nós" ou "bifurcações" decorrentes da mudança de estado civil ou do estabelecimento de novas relações afectivas. Traduz, também, a dualidade de papéis sociais (esposa e mãe / trabalhadora). Em todos os momentos, a entrada no mercado de trabalho é dificultada pelo baixo nível de qualificações e por sentimentos de discriminação de género e situações de assédio sexual. Procurando melhores condições de trabalho e melhores salários, emigra clandestinamente para a Suíça e trabalha na área da restauração, durante 9 meses.

Antes do 25 de Abril que a gente tinha que se sujeitar a um ordenado de miséria. E muitas vezes que o patrão abusasse. Eu sei de casos desses, que o patrão abusava porque são novas e são jeitosas e não sei quê. "Eu à noite vou com ela aqui ou vou com ela acolá". Dessas coisas que eu sabia que havia isso. E eu não admitia dessas coisas. E, portanto, quando eu fui para a Suíça trabalhar... arrisquei.

Nas diversas profissões (trabalhadores dos têxteis, pessoal do serviço de restauração, pessoal de serviços directos e particulares, pessoal de limpeza) prevalecem atitudes de intolerância face à injustiça e de defesa da igualdade entre sexos, próprias da ética hedonista. É, também, neste domínio que a influência do

contexto politizado em que cresce e dos valores transmitidos pelo pai se faz sentir, actualizando disposições.

Não admito a discriminação entre ... porque a mulher é o sexo fraco e tem que ganhar menos e tem que ser abaixo do homem. Não admito isso porque acho que as leis quando se fazem é para os dois. Portanto, não admito a mulher ser calcada e ser humilhada no emprego.

É esta mesma intolerância face à injustiça que determina uma reforma antecipada, por motivos de saúde. A sua condição de reformada impôs novas limitações a nível económico que se repercutiram ao nível do consumo, centrado nos bens essenciais (ver lista de despesa F25). Contudo, o seu perfil activista, reivindicativo, o seu modo de ser e estar na vida, pautado pelo inconformismo, a herança dos valores e do contexto politizado em que foi socializada, potenciaram a procura e a solicitação de apoio junto de diversas entidades. O seu baixo nível de instrução não impediu o conhecimento dos direitos, nem o exercício pleno da cidadania. Este facto permite reafirmar, uma vez mais, a importância de reelaborar o conceito de capital cultural, nomeadamente ao nível da teoria substantiva sobre as culturas populares.

Porque tenho que me limitar e procurei apoios junto de entidades que me fornecem esses apoios. Porque se eu não tivesse procurado esses apoios, eu não conseguia viver com a reforma que tenho. Ou tinha que ir para um lar ou uma coisa qualquer. Eu assim procurei dentro da sociedade que temos cá... há certos apoios a que eu tenho direito. No caso dos medicamentos... e, portanto, eu também tenho direito a um subsídio de renda.

Mesmo reformada e com limitações económicas, continua activa na procura de eventos culturais, recorrendo aos *mass media*. Propõe, com frequência, aos técnicos da ONG em que se apoia, a ida a espectáculos gratuitos. Esta oferta cultural, que caracteriza as sociedades modernas, enfatiza a necessidade de pensar em novos indicadores para medir as despesas com cultura e lazer, a integrar nos futuros inquéritos aos orçamentos familiares.

Normalmente ou ouço as pessoas a falar ou então leio o jornal ou qual quer coisa. (...) Ainda agora trouxe um daqueles jornais gratuitos. Trouxe um do Porto para a Dra. Carla... porque no S. João está uma peça... que eu não sei o que é, mas é gratuito! Eu disse "Oh Dra. Carla! Se eles oferecerem bilhetes, nós pegamos e vamos a pé ao S. João".

A estrutura do orçamento familiar modificou-se com a entrada na reforma. Como já foi referido anteriormente, as despesas centram-se, presentemente, nos consumos "obrigatórios", claramente identificados. Esta é uma característica da estrutura do consumo dos indivíduos com a mesma condição perante o trabalho (reformados), salientada em diversos estudos. Importa, contudo, não esquecer que, em Portugal, as reformas são, em geral, baixas, condicionando o nível de vida desta população.

A comer! Agora é. Antigamente, era em cinema e livros. Porque podia. (...) Mas o dinheiro que eu gasto é assim... é mais na alimentação. O outro é obrigatório. É casa, a luz, a água, o telefone, o gás, são essas coisas todas. É obrigatório!

A vida afectiva é marcada por diversas rupturas que se repercutem não só ao nível do trabalho, como já referimos, mas também ao nível das práticas de consumo. Uma gravidez na adolescência (19 ou 20 anos), no período em que o namorado estava na tropa, precipita o casamento e obriga a permanecer em casa dos pais, durante 4 anos. O casamento foi um factor de ascensão social. O marido tinha o 3º Ciclo do Ensino Básico e, depois de concluir o serviço militar obrigatório, passou a trabalhar num banco, chegando a desempenhar as funções de sub-gerente. Não é feliz no casamento, pois logo após o nascimento do filho descobre que o marido é infiel. Entra em depressão que a leva a um internamento num hospital psiquiátrico. Desde então a sua saúde fica debilitada. Uma nova gravidez, um ano depois, determina a primeira interrupção na trajectória laboral. Este é o período em que o papel de esposa e mãe imperam e impõem uma certa dependência. Entretanto, os conflitos conjugais agudizam-se e o divórcio acontece pouco tempo depois de terem deixado a casa dos pais.

(...) quer dizer, trabalhei um ano... só até ter a minha filha. (...) comecei a dar-me mal com o meu marido. Quer dizer desde logo que casei. (...) Depois, ele começou-me a tratar melhor, quando viu aquilo que me aconteceu [depressão e internamento]. Mas entretanto acabou aquela, ele arranjou outra. Era uma e depois outra (...) Quando comecei a desentender-me com ele, foi quando eu mudei aqui para Gaia. Depois ele não deixava ficar a Senhora, que foi com quem ele casou a segunda vez. E ela andava grávida.

Com dificuldades de integração no mercado de trabalho e sem possibilidades de sustentar os filhos, recorre à ajuda dos pais. De novo o sistema de “welfare family” ajuda a superar as dificuldades. Entretanto começa a decorrer o divórcio. Considerando que o ex-marido tem mais possibilidades para proporcionar aos filhos um futuro melhor, luta para que a custódia dos mesmos lhe seja atribuída. Esta opção é também influenciada pelo medo da repetição de uma gravidez na adolescência e da atribuição da responsabilidade. Tal configura uma recusa em assumir sozinha a educação da filha e uma consciência de que o género é uma forma de desigualdade e um conjunto de significados sociais. Que para as mulheres ser “diferente” significa estar em desvantagem.

Os defeitos eram todos da mãe. Assim, se ela estivesse à beira do pai ... “se bem fizeres a cama, bem nela te deitas”. Percebe? ... Sacudi a água do capote.

O divórcio corresponde à libertação de vários constrangimentos decorrentes de um casamento tradicional (dependência económica da mulher, papel subserviente –

“Fazer-lhe a comida”). É um momento de desregulação, de transgressão das normas, de corte com vínculos e laços pessoais que configura uma rejeição do esforço, do empenho, do sacrifício e da procura voluntária da distração, característicos da ética hedonista.

Depois quando me divorciei, quando andei naquela fase... ir para aqui, para acolá, discotecas, casinos, casas de bares, essas tretas todas... distrai-me o mais possível. Gozei a vida. Não ligava nenhuma.

Nesta fase os amigos desempenharam um papel importante. Foram maioritariamente homens e possibilitaram momentos de evasão, centrados numa cultura de exterior. É, também, apoiada nesta rede de relações sociais que consegue superar os constrangimentos económicos e integrar-se no mercado de trabalho. Deste modo, as relações amicais e de trabalho sobrepõem-se. Em ambos os domínios prevalece a ética hedonista.

E tive muitos amigos homens, porque eu tive amigos sem interesse. Daqueles amigos de dizer assim “Come qualquer coisa. Distrai-te, não penses mais nisso”. “Vamos aqui e ali beber uns copos, ouvir uns fados, dançar”. Eu tive amigos desses, homens. E estar numa mesa a conversar com homens assuntos de mulheres. E eles ali à minha beira ...

Uma outra relação amorosa, aos 30 anos, favorece uma nova retirada do mercado de trabalho e remete-a de novo ao papel de doméstica. Nesta relação, caracterizada pelo desafoço económico, visível através do consumo de diversos bens e serviços, prevalece uma cultura de interior. É uma relação breve (5 anos), em que uma vez mais a felicidade inicial é quebrada pela infidelidade conjugal.

Era televisores, rádios, gira-discos, colunas. A minha casa ... eu tinha o mais sofisticado que podia haver.

(...) Eu deixei de ir lá ao casino, que eu ia muitas vezes ao casino jogar.

A esfera das práticas culturais, presente ao longo da vida, caracteriza-se pela alternância da cultura de exterior e de interior e pelo eclectismo (leitura, cinema, música, pintura, discotecas, casino, etc). Esta diversidade de práticas leva-nos a questionar a relação entre o gosto e a pertença social e, conseqüentemente, a alargar o conceito de “omnívoros culturais” a outros grupos sociais.

Eu música e obras de arte... sei apreciar as pinturas, e gosto de ver exposições de quadros porque são coisas que eu não sei fazer mas admiro quem saiba. Eu sei muito bem ... por exemplo, há quem fale de Picasso e de Salvador Dalí. Eu sei que são uns grandes pintores, mas não é aquilo que eu aprecio. Não é aquele estilo que eu gosto. Eu gosto de um Renoir, de um Van Gogh, assim daquelas coisas assim ... umas flores, umas bailarinas. Sei lá, um Goya.

Define-se como consumidora mas não consumista. A distinção que estabelece distancia as práticas de consumo da pura e simples estimulação sensorial. Esta é

outra das características do consumo hedonista que ao projectar um significado subjectivo nos objectos, ultrapassa os seus atributos reais.

Sou consumidora, sou. Não sou é consumista!

E qual é a diferença, para si?

A diferença é que consumista consome tudo o que vê. E o consumidora consome só aquilo que precisa.

Como traços identitários refere o gosto pela liberdade e recorre a uma figura pública para se descrever. Esta escolha, que é também política, reforça as disposições inculcadas num contexto politizado.

Como é que se descreveria?

Como Odete Santos. Conhece? Portanto, sou capaz de não ser tão instruída como ela porque reconheço que ela é uma mulher instruída, mas sinto-me assim ... que se eu tivesse levado outra vida que era capaz de ser como ela. Uma mulher que se dedica ao teatro, que faz um debate, que não tem medo de estar a conversar com as pessoas e mais não sei quê. (...) mas ela luta. Portanto, aquilo que ela gosta, ela luta por aquilo que gosta ... E gosto de pessoas com o carisma da Odete Santos.

O retrato de Gininha revela que os contextos de socialização e o volume de capital social são importantes para ultrapassar os limites decorrentes das condições materiais de existência. Tal facto leva-nos a considerar a possibilidade de existirem hiatos entre o *habitus* e as condições materiais em que o mesmo é produzido. Reforça, também, a necessidade de reelaborar o conceito de capital cultural, nomeadamente ao nível da teoria substantiva das culturas populares, e de questionar a relação entre cultura formal e reflexividade, reafirmando a importância dos contextos e das socializações informais.

A trajectória de vida de Gininha revela que o seu *habitus*, sistema de disposições, se enquadra numa ética hedonista. Os comportamentos, as atitudes e os valores de Gininha, em todos os domínios (familiar, laboral, amical, consumo), caracterizam-se pela procura do prazer e pelos valores da mudança, da diversidade e da individualidade.

O retrato permitiu identificar momentos de “rupturas biográficas” que correspondem a mudanças na trajectória decorrentes do casamento, do divórcio, da imigração, da mudança de emprego, entre outras. Estas mudanças enfatizam disposições que são actualizadas em função dos contextos. Tornam, ainda, visível a dualidade dos papéis sociais (mulher / mãe / trabalhadora). Revelam a pluralidade do actor.

4.6 O retrato de Tadeu – Entre a banda e o fado: um consumo hedonista de raiz cultural popular

Tadeu tem 49 anos de idade, possui o 2º Ciclo do Ensino Básico, é pintor de automóveis e desempenha funções numa instituição pública. É divorciado. Tem um filho com 23 anos que vive com a ex-esposa. Vive sozinho numa casa de aluguer, próxima da casa da sua mãe.

É o filho mais novo de uma família com baixo capital cultural. O pai faleceu quando tinha aproximadamente 3 anos. Possuía o 1º ciclo do ensino básico e era mestre de pesca (trabalhador por conta de outrem). A mãe é doméstica e possui, também, o 1º ciclo do ensino básico. Os condicionalismos socio-económicos, decorrentes da morte do pai, não impossibilitaram que fosse incentivado a estudar. Contudo, a integração na escola foi marcada pela violência física e pelo contrariar da tendência para escrever com a mão esquerda (esquerdino). Abandonou a escola após ter concluído o 2º ciclo do ensino básico.

A sua trajetória pessoal é de mobilidade social descendente. Começou a trabalhar com 14 anos e actualmente é pintor de automóveis numa instituição pública.

As suas práticas de consumo são condicionadas quer pelo volume de capital económico quer social. Os escassos recursos monetários conduzem à inexistência de poupança. Para além dos consumos “obrigatórios” é em bebidas alcoólicas e tabaco e na alimentação fora de casa que gasta mais dinheiro. Os seus tempos livres são dedicados ao fado, à participação numa banda de música e em “bailes”, pois gosta muito de dançar.

Nasceu numa família de pescadores, numa vila que se desenvolveu ancorada num porto marítimo e na indústria conserveira. É o mais novo de 4 irmãos, 3 raparigas e 1 rapaz. O pai, mestre de pesca, morre quando tinha aproximadamente 3 anos. Não guarda qualquer recordação. O lugar de classe da família de origem é Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento Intermédio – PBTEI. Sem grande convivência com os avós paternos, lembra apenas alguns episódios caricatos que lhe contaram. Tem maior proximidade com os avós maternos. Refere que estes tinham um bom nível de vida. Recorda que acompanhava a avó à igreja e que esta lhe dava algum dinheiro. Ia também ao café com o avô e via-o a jogar dominó. Manteve sempre uma relação mais próxima com os tios maternos. Continuam a conviver quase diariamente pois

para além dos laços afectivos que os unem, vivem em grande proximidade física. A casa da mãe é um ponto de encontro para toda a família. As relações afectivas com a mãe e as irmãs são fortes e a presença é constante. Recentemente mudou de casa para vir morar mais próximo da mãe. A sua idade, já avançada, requer atenção e apoio.

(...) com o meu pai não me lembro, eu tinha três anos, ou dois anos e meio quando ele faleceu. (...) os meus avós paternos nunca tive assim uma grande convivência, prontos. (...) O episódio que me contaram é que esse meu avô, estava a ver uma estatua e roubaram-lhe não sei quê... dinheiro... vinte e cinco tostões ou lá o que é que foi. Da minha avó, não me lembro de nada. Por parte da minha avó materna, eu desde novo... ela era muito religiosa e eu tinha que me levantar às seis da manhã para levá-la à missa... dava-me sempre alguma coisa... cinco tostões... Ela vivia bem. O meu avô era mais reservado. Ia para o café com ele. Eu ia, ele estava lá a jogar dominó...

Os constrangimentos socio-económicos, decorrentes da morte do pai, não impediram que todos fossem incentivados a estudar. Contudo, todos abandonaram cedo a escola, não tendo prosseguido estudos. Por razões diversas não conseguiram contrariar a inevitável reprodução social. Hoje sente um certo arrependimento por não ter agido de modo diferente. Contudo, e no seu caso particular, a entrada para a escola está associada ao recurso à violência física e psíquica para contrariar a tendência para escrever com a mão esquerda. Como refere, na sociedade portuguesa, antes do 25 de Abril, ser canhoto era equiparado a ser comunista. Assim, era um mal a erradicar a todo o custo. Na escola de então, o recurso à punição física era frequente, nesta e noutras situações de dificuldade de ajustamento à norma vigente. É um ano difícil e marcante. É a única reprovação no seu curto percurso escolar até à 6ª classe (2º ciclo do ensino básico). No ano seguinte a mãe muda-o de escola, mas esta mudança não consegue apagar a carga negativa que permanece associada à educação formal. Em casa as práticas também não eram muito diferentes. Apesar de ser visível uma preocupação em contribuir para o sucesso e em promover a aprendizagem através do acompanhamento dos trabalhos escolares e até, mesmo, da imposição de outros exercícios, a punição física estava sempre presente. Esta prática, característica da sociedade da época afirma-se como um traço cultural, transversal aos vários domínios (familiar, escolar, laboral) e grupos sociais.

A minha mãe sempre quis que todos continuássemos os estudos. A gente é que não, prontos. Se fosse agora pensava-se melhor.

(...) Lembro do primeiro dia, do primeiro ano, na primeira classe. Levei porrada por escrever com a mão esquerda. (...) Levava porrada por escrever, levava porrada sem fazer nada. (...) Uma pessoa ao nascer se fosse esquerdo, antes do vinte e cinco de Abril, já era comunista. (...) Depois saía dali e ia para outra escola e... já não sei escrever com a mão esquerda.

[em casa] Havia... porradinha. "Faz a tabuada. Faz isto, não sabes? Não sabes?" Pumba. "Faz ditados, dita ditados." A minha mãe... ta, ta, ta...

Logo após concluir o 1º ciclo do ensino básico, inscreve-se na Escola de Pescas, privilegiando uma formação técnico-profissional. Esta escolha é fortemente condicionada pelo contexto familiar e geográfico em que vive. Reconhece que teria sido fácil prosseguir com esta formação e, até mesmo, optar por fazer uma carreira na marinha. Tinha contactos privilegiados que facilitavam o prosseguimento de estudos e, inclusivamente, a ida para Lisboa. Não quis. Afirma que nunca se sentiu motivado para estudar e que da escola só guarda recordações negativas. No presente caso, o capital social não foi suficiente para vencer as experiências negativas e o pesado sistema de reprodução social e cultural.

(...) os meus antepassados, porque se eu quisesse seguir a coisa ... Ser oficial ou da marinha e tudo... na escola de pesca tinha as portas abertas, pa Lisboa. O meu professor, na área, arranjava-me...

Gostava de ter sido mecânico de automóveis mas na oficina onde iniciou o seu percurso de aprendizagem profissional, aos catorze anos, não havia vaga. Assim, foi para chapeiro. Descontente com esta opção forçada, decide e consegue mudar para pintor. Uma vez mais a punição física marca o processo de aprendizagem. A relação hierárquica entre o oficial e o aprendiz, análoga à da progenitora e do filho ou do professor e do aluno, caracteriza-se pelo recurso à violência. Reafirma-se a transversalidade deste traço cultural na sociedade portuguesa. Ao fim de cerca de 15 anos a trabalhar nesta oficina, despede-se e decide experimentar a vida de pescador. O peso da tradição familiar impõe-se de novo. Durante 3 meses trabalha como pescador numa traineira. A apreciação que faz desta experiência é contraditória e comprometida com valores tradicionais. Quer na cultura familiar, quer no contexto geográfico onde vive, a afirmação da masculinidade é indissociável da actividade piscatória e da afirmação de não ter medo de andar ao mar. Assim, declara ter gostado da experiência mas ressalva que esta decorreu no verão, época em que as condições atmosféricas são mais favoráveis. Reconhece, também, que a vida de pescador é difícil e incerta. Neste sentido, a razão que apresenta para ter deixado esta actividade profissional é ter ganho pouco dinheiro. A ênfase no salário, revela a importância que estas questões económicas assumem, ao nível do trabalho, e traduz uma atitude hedonista. Configura, também, uma rejeição do esforço, do empenho e do sacrifício, que constitui uma outra característica da ética hedonista. Mais ainda, conclui que não gostou desta experiência, facto que enfatiza o conflito interior suscitado pela mesma. Todos estes factos revelam que o seu *habitus* é plural, que nele se combinam atitudes tradicionalistas e hedonistas.

Quer dizer, eu não queria chapeiro. Eu queria mecânico, mas não havia e, prontos. Mas eu não gostava de chapeiro... botei pa pintor [de automóveis].

O aprendiz...o oficial dava no cachaço...

Eu despedi-me e fui pó mar, três meses. Gostei... gostei do mar, mas também ganhei pouco dinheiro. Em três meses ganhei pouco dinheiro e foi por isso que não gostei do mar... Eu acho que a vida do mar é...e eu fui no Verão, não fui no Inverno. (...) a vida do pescador é complicada. Há uns que ganham muito, há outros que ganham pouco, depende da situação. ...mas não gostei.

Retomou a profissão de pintor de automóveis, que mantém até aos dias de hoje. O seu lugar de classe é Operariado industrial – OI. Durante o período em que cumpriu o serviço militar obrigatório, o facto de ser pintor de automóveis trouxe-lhe algumas vantagens, nomeadamente no que se refere às escalas de serviço aos fins-de-semana. Os saberes-fazer e o conhecimento desta prática profissional transformaram-se em poder de negociação que utilizou para se libertar do trabalho e dispor de mais tempo para a diversão, uma outra característica da ética hedonista. Foram-lhe oferecidas possibilidades de seguir uma carreira militar mas recusou por não aceitar as normas rígidas que caracterizam esta instituição. Uma vez mais, prevaleceu a rejeição do esforço, do empenho e do sacrifício, de um certo laxismo.

Na tropa também fui aliciado pa vir pá GNR e tirar o curso de agente e tudo, mas nunca quis. (...) Tinha que cumprir, tinha que dar o coiro às outras pessoas...botinhas engraxadas, cordões branquinhos, lencinho, gravatinha...

Há 24 anos que é pintor numa instituição pública. No balanço que faz da sua actividade a questão do salário mantém-se central. É a partir dela que estabelece uma comparação entre sector público e privado. Contudo, desta vez, as questões da segurança no trabalho, da reforma e das regalias sociais (ADSE) ganham relevo, afirmando o pendor tradicionalista do seu *habitus*. Estas questões parecem ganhar relevância na fase actual do seu percurso de vida e em que é mais velho. Facto que nos leva a questionar a influência que as variáveis idade e ciclo de vida exercem na mudança de atitudes e valores.

eu tenho vinte e quatro anos de ***, ganho 605 euros ou 620 euros... e um pintor cá fora, no privado, ganha à volta de mil, mil e cem. É uma diferença grande! Agora, eles...prontos, eles é a segurança social e nós não, é ADSE.

Na análise que faz à sua trajectória profissional está patente a tendência para adaptar as avaliações às situações em que se encontra. Para “amar o inevitável” dada a impossibilidade de realizar qualquer alteração, nomeadamente agora em que já não é jovem. Assim, se por um lado afirma estar cansado de realizar uma actividade que caracteriza pela repetição de tarefas e pela monotonia, por outro lado, enaltece-a, valoriza-a, eleva-a à categoria de arte. Através desta avaliação põe em relação a apreciação com a diferença existente entre si-mesmo e os outros. Deste modo, os constrangimentos impostos pelas condições materiais de existência e pelo sistema de reprodução social são superados ao nível do simbólico.

Gosto do meu trabalho, gosto. Mas actualmente estou a ficar saturado, porque é sempre a mesma coisa. É lixar, pintar, dar betume...Acho que devia ter outra profissão, mas agora com cinquenta anos, quarenta e nove...

(...) É uma arte, a pintura é uma arte muito grande... Eu acho que a pintura, a pintura é como, como, como é!?...como o escultor. Eu acho que são escultores na pintura... Dou valor aos escultores, aos pintores, pintar quadros...eu acho que tou inserido nessa arte. Na arte de pintar.

É reservado no domínio afectivo. Refere apenas que sabe a data do seu casamento mas não consegue precisar quanto tempo esteve casado nem há quanto tempo se divorciou. Afirma, também, que durante este período permanecia muito tempo em casa. Tem um filho, com 23 anos de idade, que vive com a mãe, mas que o visita regularmente e com quem mantém uma boa relação. O percurso escolar do filho não foi além da escolaridade obrigatória, facto que o limitou a uma profissão indiferenciada. O ciclo da reprodução cultural parece não ter sido, ainda, quebrado.

(...) sei que casei no dia de São João. (...) quando fiquei divorciado, não sei. Eu digo-lhe "Oh ***, anda aqui ou isto e aquilo." E ele vem logo. Senão ele dizia logo... ele já é de maior idade e tudo... e ele dizia logo "O meu pai? Ele que vá dar uma volta."

Diz não ter muitos amigos, apenas conhecidos. Revela algum cepticismo relativamente à amizade, atribuindo-o à falta de lealdade e à divulgação das confidências. Nomeadamente ao nível do trabalho faz questão em não estabelecer relações pessoais para além do estritamente necessário. Gosta, contudo de conviver e de confraternizar. Refere que nos primeiros três anos, após ter concluído a recruta, participou nos jantares. Depois o contacto perdeu-se. Durante algum tempo visitou, ainda que esporadicamente, um amigo que ficou dessa época. Teve outros grupos de amigos com quem jogava futebol e jantava aos fins-de-semana, quando era mais novo.

É amigo à beira dele, mas se sair já não é amigo...Eu já não acredito muito nos amigos. Como é que eu hei-de dizer!?...É conhecidos! É conhecidos!

Há impostorice. Uma pessoa se for leal... é aquele que tem problemas na vida ou...e a pessoa fica calada, não é!? Em questão de segredos, fica calada. Não vai contar logo depois ao vizinho.

(...) Com amigos e coisa... é extra trabalho.

Nos tempos livres gosta de ouvir fado, de colaborar numa banda de música e de dançar. Não gosta de estar sozinho nem fechado em casa. Esta afirmação revela uma mudança ao nível dos comportamentos e estabelece uma ruptura com o tempo em que estava casado. Actualmente, ao fim-de-semana, ajuda uma amiga que tem uma casa de fados. Às suas práticas culturais estão associados o consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco. Estas despesas assumem alguma relevância na estrutura do seu orçamento familiar (Ver lista de despesas F26).

Gosto de ir ao baile, música de baile. Um baile, para conviver, senão não... vou estar fechado em

casa? Ali!... para isso ia para a igreja (risos).
Gosto de fado... vou pá banda, ajudo na banda...

Em oposição clara aos valores tradicionalistas que caracterizaram o seu processo de socialização primária, revela uma predisposição para a satisfação das necessidades do consumo, próprias da ética hedonista. Considera a possibilidade de diminuir os gastos em bebidas alcoólicas mas em tabaco, nunca. A inexistência de poupança é, também, determinada pelo baixo salário que auferi. Não efectua qualquer registo das despesas que realiza quotidianamente, nem guarda qualquer recibo para além dos relativos às despesas “obrigatórias” (aluguer da casa, água e luz).

(...) por parte da minha mãe... é uma pessoa poupada. (...) Sou desbunda! (risos)... Não sei ser poupado, gostava de ser poupado, mas não consigo.
Chego ao fim do mês, não tenho dinheiro! Também ganho pouco... aquilo vai tudo.

Constrói a sua identidade centrado na questão da solidariedade e na reciprocidade. Refere gostar de dar e, também, de receber. Mas, quando vê alguém com dificuldade em satisfazer as suas necessidades básicas não hesita em ajudá-lo, convidando-o para sua casa. Salienta, ainda, como traço característico a frontalidade nas relações sociais. Afirma, também, gostar de corresponder aos deveres decorrentes dos papéis sociais que desempenha. Estas últimas características enfatizam o pendor tradicionalista do seu *habitus*, ancorado numa cultura popular marcadamente machista.

(...) Sou uma pessoa de dar, como também recebo. Se eu vejo um amigo... se está a passar fome ou se está a passar necessidade... ele por mim vem para minha casa.
(...) eu se tiver que dizer, digo logo na cara.
(...) Eu gosto de cumprir, gosto de cumprir.

O retrato de Tadeu enfatiza as dificuldades em vencer o sistema de reprodução social num contexto onde o volume de capital cultural é baixo e perdura através das gerações. Revela, também, que independentemente do volume de capital cultural, os constrangimentos impostos pelas condições materiais de existência e pelo sistema de reprodução social podem ser superados ao nível do simbólico. Mostra como os saberes profissionais podem ser transformados em poder e favorecer atitudes hedonistas, mesmo em contextos institucionais rígidos.

A sua trajectória de vida põe em relação as variáveis idade e ciclo de vida com o processo de mudança de valores, do tradicionalismo ao hedonismo. Revela, ainda, a pluralidade do actor.

5. Notas finais

A elaboração dos retratos sociológicos das seis famílias tinha como objectivo central analisar a partir das práticas de consumo a pluralidade do actor social face a essas mesmas práticas. Um objectivo secundário, mas intimamente associado ao anterior, era robustecer a ideia de que existem outros determinantes das práticas de consumo para além da classe social e da trajectória de classe (das condições materiais de existência). Neste sentido procuramos aprofundar a relação entre as práticas de consumo e os diferentes contextos de socialização e de interacção (familiar, escolar, laboral, esfera amical e lazer), privilegiando na análise não só o capital escolar mas também os capitais subculturais que caracterizam aqueles mesmos contextos. Pretendemos, assim, verificar se existe ou não uma relação de condicionamento entre os diferentes contextos de socialização e de interacção (nível meso) e a incorporação do *habitus* ou das disposições. Em suma, através da construção dos retratos analisamos a relação entre a pluralidade interna do actor social e a diversidade de crenças, de valores e de disposições incorporadas.

Ao longo de toda a análise procuramos enfatizar a articulação entre os níveis macro, meso e microsocial e o condicionamento que estes exercem uns sobre os outros.

A análise da pertença familiar e da trajectória de vida dos entrevistados evidenciou algumas das características estruturais da sociedade portuguesa. Nomeadamente, reforçou a importância da escola enquanto canal de mobilidade social (Maria, Tomás, Carlota, José) e o contributo da mesma na reprodução das desigualdades sociais (Gininha e Tadeu). Foi possível, também, identificar que o recurso à punição física era uma prática corrente e quotidiana muito presente nos processos de transmissão cultural, quer na escola, quer na família. Os efeitos desta prática na trajectória escolar de cada um dos entrevistados são diversos, acentuando a multiplicidade e a complexidade de factores decorrentes dos contextos em que os mesmos são socializados. As experiências negativas vivenciadas por Maria foram ultrapassadas com a ajuda da família (reforço da importância da escola enquanto factor de mobilidade social e de segurança, domínio da afectividade), pelo reforço positivo do professor de filosofia e pela ruptura que a própria estabelece com a representação de aluna esforçada, quando inicia o ensino superior. Importa salientar, ainda, que a importância conferida à escola quer como canal de mobilidade social, quer como factor de segurança (condições socioeconómicas, nível de vida, etc.) é reforçada pelo seu contexto de socialização que, tal como o de Carlota, é caracterizado por baixas condições de segurança formativa. O percurso escolar de

Carlota é fortemente condicionado pelo contexto escolar (reforço negativo e positivo por parte de professores) e pela condição de filha mais nova (situação económica mais favorável) que facilita a continuação dos estudos. No caso de Tadeu as experiências negativas potenciaram um abandono precoce e fortaleceram uma atitude de repulsa face à instituição escolar e, conseqüentemente, de recusa de qualquer possibilidade de formação, mesmo ao nível profissional. Neste caso, as dificuldades decorrentes de um contexto familiar caracterizado por um baixo volume de capital escolar foram reforçadas pela escola. O contexto familiar e escolar de Tadeu não permitiram o contrariar das fatalidades e, assim, obstar ao sistema de reprodução social. São, também, os condicionamento do contexto familiar que levam Gininha a abandonar cedo a escola. Embora beneficie de uma experiência escolar positiva e do pedido da professora para os pais a deixarem continuar a estudar, é obrigada a deixar a escola por dificuldades económicas (pai estava desempregado). O condicionamento das condições materiais de existência impõe-se e anula qualquer possibilidade de prosseguir os estudos. O percurso escolar de Tomás é, também, marcado por experiências positivas na escola (professores, prémios escolares) e por uma situação familiar favorável ao prosseguimento dos estudos e, assim, à concretização do desejo do pai. Finalmente, José considera que, mesmo beneficiando de um contexto familiar propício, o seu desinteresse pela escola foi reforçado pela não aquisição de hábitos de trabalho e de métodos de estudo.

Revelou, também, o condicionamento que o capital escolar exerce sobre a esfera laboral, na actual sociedade portuguesa. As profissões de Maria, Tomás, Carlota e de José reflectem o grau de instrução dos mesmos. Do mesmo modo, ainda que em sentido inverso, a trajectória laboral de Tadeu é limitada pelo seu baixo grau de instrução. O caso de Gininha reflecte a terciarização da sociedade portuguesa e o modo como este favorece uma trajectória familiar ascendente (do operariado para a pequena burguesia de execução), independentemente do capital escolar. Neste domínio, importa salientar que José constitui um caso de sucesso. O seu nível de instrução permitiu-lhe desempenhar uma profissão na área das vendas e, através desta, dispor de um volume de capital económico considerável. Pelo contrário, o caso de Maria evidencia a não correspondência entre capital escolar e um certo desafogo económico, isto é, a certeza de através deste superar as dificuldades materiais que caracterizavam o contexto familiar de origem. Esta relação de não coincidência tinha sido já salientada na análise das características das famílias incluídas no estudo centrado nas *listas de despesas*. Este facto patenteia uma mudança ao nível das condições socioeconómicas das gerações mais novas e com um elevado capital

cultural. Ela reflecte, também, a precariedade laboral dos jovens licenciados, nomeadamente na área das ciências sociais (Gonçalves, no prelo)

A importância e a determinação que o capital escolar e as condições materiais de existência detêm sobre as variantes do gosto e as práticas culturais foram também questionadas neste estudo. A trajectória de Gininha demonstrou o condicionamento que os contextos de socialização informal e de interacção, bem como dos capitais subculturais, exercem neste domínio. Constitui um exemplo da existência de hiatos entre *habitus* e condições materiais de existência. Tornou pertinente a necessidade de reelaborar o conceito de capital cultural e reforçou a autonomia (relativa) da cultura face às determinantes económicas. Em suma, confirmou a relevância dos contextos de socialização na incorporação das disposições. É, também, ao nível do simbólico (representação da sua profissão, valoração dos saberes profissionais) que Tadeu procura superar alguns dos constrangimentos decorrentes das condições materiais de existência e do seu baixo grau de instrução.

Os valores transmitidos através dos contextos familiares de socialização são de pendor tradicionalista e materialista. Estes correspondem aos valores que caracterizam as gerações mais velhas, na sociedade portuguesa. Em particular, o *habitus* de Carlota (micro) é dominado pela ética puritana e a importância dos valores materialistas revela-se através de uma poupança privação. Contudo, constatamos que associados ao percurso escolar e laboral foram sendo incorporados valores hedonistas. Estes valores são, também, potenciados pelos contextos urbanos (Tomás, Carlota) e pelo aumento do capital económico (José). As rupturas biográficas tornam ainda mais evidente a coexistência destes valores. A entrada no ensino superior corresponde a um momento de ruptura na trajectória de vida de Maria. As suas repercussões são visíveis ao nível das práticas de consumo, da esfera do lazer e das sociabilidades e traduzem valores hedonistas. No caso de José, de Gininha e de Tadeu é o divórcio que evidencia estas mudanças. As repercussões dos valores hedonistas sobre as práticas de consumo são particularmente relevantes nas rubricas de despesa relativas à *cultura e lazer* (Carlota), na inexistência de poupança (Tadeu) e na valorização do prazer, do conforto e da concupiscência (José).

Já em jeito de conclusão, parece-nos lícito afirmar que a análise dos retratos e a relação que através deles foi possível estabelecer entre as práticas de consumo e os diversos contextos de socialização e de interacção corrobora a tese do actor plural. Ainda que de modo diverso, é possível identificar nestes retratos a influência que os contextos e as trajectórias de vida exercem na incorporação de disposições contraditórias.

PARTE III – CONCLUSÃO

1. O percurso teórico-metodológico que desenvolvemos reforçou a pertinência do modelo de análise elaborado para esta investigação, caracterizado por integrar a *Teoria da Prática* e os seus prolongamentos críticos, em especial a tese do actor plural, para aprofundar o conhecimento do consumo enquanto prática social. Muitas das proposições conclusivas alcançadas decorrem do conhecimento aprofundado da relação entre o poder / volume e espécie de capitais, o *habitus*, o campo, a reflexividade e as práticas de consumo. Este saber permitiu identificar quer os grandes constrangimentos estruturais que (de)limitam as práticas de consumo na sociedade portuguesa contemporânea, quer as culturas subjectivas, os estilos de vida e os projectos que, ao nível inter e intraindividual, exprimem e alargam campos de possibilidades vivenciadas. A análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social desenvolvida, sempre, entre as estruturas e os agentes, enfatizou a relação entre a diversidade de contextos em que os indivíduos são socializados e as disposições incorporadas, entre a ética de vida subjacente ao *habitus* e as práticas de consumo, as escolhas, os desejos e as necessidades. Os resultados alcançados prendem-se, também, com a avaliação da pertinência e da eficácia de algumas propostas de pesquisa empírica, centradas quer na operacionalização do *habitus*, quer na articulação dos níveis macro, meso e microsociais, quer, ainda, de uma *sociologia à escala individual*, quando aplicadas à esfera do consumo. Estas opções metodológicas, focalizadas na análise das singularidades e na compreensão dos processos sociais através dos quais os sujeitos atribuem sentido às suas práticas, corroboram a pluralidade interna do actor social. Evidenciam, igualmente, pontos críticos e limitações na análise das práticas de consumo.

Os resultados reforçam as teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida, evidenciando as relações de condicionamento que o poder / volume e espécies de capitais exercem sobre as práticas de consumo (estrutura do orçamento familiar). Ao patentear esta relação robustecem a ideia que as práticas de consumo, mesmo sendo complexas e difusas, não são aleatórias. A necessidade dos bens está intimamente associada ao sistema socio-cultural e a um conjunto de prescrições implícitas que inscrevem o indivíduo ou o excluem se ele transgride as normas culturais. Nesta perspectiva, é através do processo de socialização, inculcação do *habitus*, que se leva o indivíduo a *desejar fazer* o que é *necessário* para que o sistema se auto-reproduza. Assim, as escolhas de consumo são condicionadas pelas disposições incorporadas e o desejo corresponde à satisfação da necessidade. Contudo, os condicionalismos das estruturas não anulam completamente a capacidade criativa dos agentes, que continuamente (re)criam o significado simbólico dos objectos, realçando a *subjectividade* que caracteriza a sociedade de consumo.

2. A análise quantitativa realizada aos dados do INE, relativos ao Continente, entre 1967 e 2006, identificou a *alimentação*, *habitação* e os *transportes* como as principais despesas na estrutura do consumo das famílias. Revelou, também, que a importância das despesas com *alimentação* na estrutura do orçamento familiar em Portugal traduz o forte envelhecimento da população. Esta população, correspondente aos reformados, caracteriza-se por baixos níveis de instrução e de rendimento, e por uma estrutura de consumo dominada pelas despesas relativas ao *gosto da necessidade*. Esta associação evidencia, ainda, a existência de outras variáveis sociais (demográficas, culturais, políticas, etc.), para além do capital económico e cultural, que condicionam as práticas de consumo. Deste modo, a ideia segundo a qual muitas das escolhas quotidianas estão encerradas numa complexa arquitectura de decisões que incluem componentes históricas, sociais, institucionais e até mesmo políticas ganha, também, força através desta análise. De facto, os consumidores vêm-se, frequentemente, bloqueados em padrões insustentáveis de consumo, quer por normas sociais que estão para além do controlo individual, quer por constrangimentos institucionais dentro dos quais a escolha individual é produzida. Neste sentido, importa salientar que a análise permitiu identificar as repercussões de algumas das políticas governamentais sobre estas práticas, designadamente, as relativas à habitação (arrendamento, crédito), aos transportes (desenvolvimento e diversificação, controle dos preços, crédito ao consumo) e à educação (obrigatoriedade, “formação ao longo da vida”). Elas correspondem a constrangimentos que são particularmente visíveis nas despesas *fixas* ou *obrigatórias* (crédito à habitação, prestação do carro, pagamento de seguros, entre outras), decorrentes das *forças externas* (grupo social de pertença, contexto cultural e de interacção, mercado, empresas e pelo próprio Estado, enquanto instância reguladora). Estas despesas, significativas na estrutura do orçamento das famílias, parecem revelar mais do *consumo para os outros* do que dos desejos individuais.

3. Em suma, a análise da variação do valor percentual das principais rubricas de despesa confirmou a relação de condicionamento das variáveis idade, nível de instrução, rendimento, categoria socioeconómica, tipo de Agregado Doméstico Privado (ADP) / Agregado familiar, número de titulares de receita, entre outras, sobre as práticas de consumo. De facto, todas estas variáveis condicionam os nossos gostos, as escolhas que fazemos em termos dos bens e serviços, o nosso estilo de vida. Este conceito revela, também, a tensão existente entre a capacidade do indivíduo recorrer aos bens de consumo para se singularizar e o condicionamento dos seus gostos pela posição social. Neste sentido, importa salientar que as escolhas se encontram

limitadas às possibilidades pré-seleccionadas, predefinidas e prescritas que se encontram disponíveis no mercado. Este tornou-se numa instância de mediação dos vínculos humanos. Finalmente importa, ainda, referir o efeito que o grau de urbanização exerce ao nível das práticas de consumo. Não podemos esquecer que o consumo depende da oferta de bens e serviços existentes.

4. Esta análise permitiu estabelecer uma relação entre as mudanças ao nível do desenvolvimento socioeconómico do país e ao nível dos padrões de consumo. À medida que o poder de compra aumenta a experiência da escolha, enquanto fenómeno social, generaliza-se e abrange diferentes classes sociais. Comprova-se, assim, que o aumento do nível de desenvolvimento socio-económico se repercute numa maior autonomia do gosto face às condições materiais objectivas. Consequentemente, fortalecem-se as Leis relativas à variação da procura em função do nível de rendimento do agregado, a Lei de Engel. O montante despendido nas diferentes rubricas de despesa que compõem a estrutura do orçamento familiar torna-se mais equitativo e mais diversificado (por exemplo as despesas com *hotéis, restaurantes, cafés e similares*, com *cultura e lazer*, com *comunicações*, ganham relevo na mesma). Contudo, importa reafirmar que o rendimento por si só não explica a estruturação do orçamento familiar de diferentes categorias sociais. As necessidades, as práticas sociais e, assim, a estrutura de consumo dos diferentes grupos sociais são produzidas pelas relações sociais. Neste sentido, o consumo explica-se pelo nível de vida, noção que não significa apenas poder de compra mas mede, também, o grau de integração na vida social e traduz um conjunto de necessidades específicas e de consumos diferenciados. De facto, o que se consome não é independente do contexto em que se dão as relações que se estabelecem com os outros. A condição e a natureza do Eu decorrem não só da valoração das condições materiais de existência mas, também, dos contextos sociais de pertença, dos capitais subculturais. Estes permitem estabelecer relações simbólicas assimétricas e conferem aos bens significados simbólicos específicos. Tornam, assim, premente a necessidade de reelaborar o conceito de capital cultural, nomeadamente no que concerne ao seu carácter *legitimista*.

5. Como referimos anteriormente, as despesas com *lazer, distração e cultura*, com *hotéis, restaurantes, cafés e similares* e com *comunicações* tornam-se particularmente significativas na estrutura do orçamento familiar. O aumento da importância relativa destas rubricas de despesa encontra-se associado a um elevado nível de satisfação das necessidades básicas e a uma maior autonomia do *gosto*

relativamente às condições materiais de existência. Neste sentido, constitui, também, um indicador de modernidade. As duas últimas despesas estão, também, fortemente associadas a mudanças ao nível dos papéis sociais (papel da mulher), das sociabilidades, das novas tecnologias de comunicação e de informação, entre outras, e reforçam o carácter determinante da cultura nas escolhas de consumo. Elas afirmam-se como despesas específicas de uma nova estrutura-tipo de consumo, caracterizada pelo relevo que as determinantes culturais parecem assumir face às determinantes socioeconómicas. Na área das comunicações a difusão de novos comportamentos tem sido particularmente significativa (telemóveis, computadores) e, até mesmo, incrementada pelo Estado (programa e-escola, computador Magalhães). Deste modo, a importância das despesas com *comunicações* e a sua difusão aos grupos sociais mais desfavorecidos corresponde a um dos vectores de mudança que marcam a entrada da sociedade portuguesa na modernidade. Em suma, a evolução da estrutura do orçamento familiar reflecte um aumento do bem-estar, visível através da diminuição das despesas com *alimentação* e com *vestuário e calçado*, e de um aumento dos valores relativos à *habitação*, aos *transportes*, à *cultura e lazer* e às *comunicações*.

6. Não obstante, o cruzamento dos dados relativos aos capitais económico e escolar com as práticas de consumo confirma a persistência de padrões elevados de desigualdade social em Portugal. Consequentemente, questiona-se a associação entre o desenvolvimento socioeconómico e a diminuição das desigualdades sociais. Reforça-se, também, a ideia de que na sociedade portuguesa continuam a coexistir comportamentos e padrões de consumo característicos da modernidade contemporânea e de uma sociedade tradicional e pouco desenvolvida.

7. A análise realizada aos dados do INE evidenciou algumas limitações de carácter metodológico que dificultam um conhecimento mais profundo e distintivo das práticas de consumo. Entre elas queremos destacar a persistência de rubricas de despesa grosseiras, nomeadamente a relativa às despesas com *hotéis, restaurantes, cafés e similares*. A perda de fiabilidade dos dados quando tornamos mais fina a análise não permite confirmar se o hábito de realizar refeições fora de casa se enraizou ou não na sociedade portuguesa, enquanto prática quotidiana, nem saber se esta despesa reforça ou não a distinção entre os grupos sociais. Esta prática, ao associar o prazer da diversão à satisfação de uma necessidade básica, está fortemente relacionada com a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. Ela revela, também, a presença de atitudes e valores hedonistas.

Um outro exemplo é a rubrica *outras despesas*, que para além de ser muito grosseira, regista alterações significativas na metodologia de recolha de dados. Uma outra dificuldade prende-se com uma certa inadequação do indicador valor despendido (despesas) para medir as práticas culturais. A imprecisão deste valor e a impossibilidade de através dele captar toda a importância desta rubrica de despesa é maior nas sociedades contemporâneas, caracterizadas pelo aumento e diversidade de ofertas culturais gratuitas (entradas em museus, espectáculos de rua, etc.). Este é um factor que determina uma subvalorização desta rubrica na estrutura do orçamento familiar. Lembremos, uma vez mais, que esta é uma das despesas específicas da sociedade moderna. Finalmente, uma última limitação decorre da própria Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP), utilizada para a análise das estruturas de consumo. Esta classificação das despesas em função das diversas rubricas não privilegia o significado simbólico dos bens (materiais ou não materiais). Concretamente, e a título de exemplo, ela não atende ao facto de as despesas com *transportes* poderem ser, simultaneamente, despesas com o *lazer*. Importa salientar que muitas destas dificuldades decorrem do facto de a análise sociológica das práticas de consumo não constituir um dos objectivos centrais que presidem à realização destes inquéritos.

8. Os resultados da Análise em Componentes Principais (ACP) realizada à matriz de dados dos diversos inquéritos promovidos pelo INE, ao longo do período considerado, permitiu identificar as rubricas de despesa que estabelecem a distinção e, assim, aprofundar o conhecimento sobre as variantes do *gosto*. O primeiro eixo factorial, *eixo do gosto*, opõe as despesas relativas ao *gosto da necessidade* (*alimentação, saúde e habitação*) que caracterizam os indivíduos com baixo capital económico e cultural, ao *gosto do luxo* (*transportes, outras despesas, cultura e lazer*), o que traduz uma maior autonomia deste último relativamente às condições materiais objectivas, decorrente de um maior volume de capital económico e cultural. Esta oposição reforça a distinção entre *necessidades materiais*, relativas à *alimentação* e à *habitação*, e *necessidades não materiais*, referentes à *cultura e lazer* e a *outras despesas*, que remetem para a esfera da participação, da ociosidade e da afectividade, entre outras. De salienta que na cultura ocidental, a satisfação destas últimas necessidades está associada a consumos materiais. O segundo eixo factorial, *eixo do contexto*, põe em relação um conjunto diversificado de despesas (*vestuário e calçado, comunicações, saúde, habitação, bebidas alcoólicas e tabaco, móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico*) e de agregados familiares de diferentes tipos (jovens / idosos; de dimensão reduzida / grande dimensão; com

crianças / sem crianças). Este eixo enfatiza a necessidade de atender ao contexto, quer a nível macro (cultural, socioeconómico, político, etc.), quer micro (características do agregado familiar) na análise das práticas de consumo.

Os resultados da ACP permitem, também, realizar uma análise diacrónica que evidencia a mudança ao nível das estruturas de consumo, nomeadamente no que se refere às despesas que caracterizam o *gosto da necessidade*. Entre 1967 e 1995, são as despesas com *alimentação*, com *bebidas* e com *saúde* que assumem particular significado nesta estrutura de consumo. A partir do ano 2000 as despesas com *bebidas* deixam de estar presentes e surgem as despesas com *habitação*. A importância que esta despesa assume na estrutura do orçamento familiar reflecte o facto de Portugal se ter tornado um país de proprietários, na sequência das políticas estatais neste domínio, do investimento dos emigrantes e do sistema cultural. Finalmente, no ano 2005, as despesas com *comunicações* aparecem associadas ao *gosto da necessidade*. Este facto corrobora a importância que esta rubrica de consumo adquiriu na contemporaneidade, passando de uma *necessidade derivada* para uma *necessidade essencial / básica* na era da globalização. Esta mudança torna premente a necessidade de (re)elaborar este conceito adequando-o às características das sociedades modernas.

No sentido de reforçar as ilações decorrentes da projecção em proximidade das rubricas de despesa e das características dos agregados familiares, aplicamos a ACP à matriz invertida dos dados. Uma vez mais, são as despesas com *alimentação* e com *habitação* que caracterizam o *gosto da necessidade*. Assim, os resultados reforçam a relação entre os grupos dominantes e o monopólio de bens posicionais.

9. A análise dos dados da Eurostat, relativos aos anos de 1999 e 2005, revelou que a estrutura do orçamento familiar, nos diversos países que compõem a União Europeia (UE) é, também, dominada pelas despesas com *alimentação*, *habitação* e com *transportes*. A importância relativa de cada uma destas rubricas enfatiza, uma vez mais, a influência que o nível de desenvolvimento económico e social do país em análise e que o volume de capital económico e cultural das famílias exercem sobre as práticas de consumo. Uma das maiores discrepâncias entre a estrutura do orçamento das famílias portuguesas face às suas congéneres europeias prende-se com as despesas relativas à *cultura e lazer*. O baixo valor percentual (próximo dos 6%, em 2005) e a posição secundária (9º e o 7º lugar) desta rubrica contrastam com os registados em outros países europeus (13,3% na Suécia; 11% na República Checa). Estes dados remetem Portugal para uma posição marginal, para “a cauda da Europa”, e evidenciam um processo de *modernidade inacabada* que caracteriza o país. Esta

posição subalterna é confirmada pela Análise em Componentes Principais (ACP) realizada à matriz de dados de 1999.

Nesta análise, importa salientar, ainda, duas novas associações. A primeira prende-se com o facto de as despesas com *alimentação* se afirmarem como particularmente relevantes nos países de cultura mediterrânea (Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Chipre). A segunda torna patente a posição cimeira que as despesas com *cultura e lazer* ocupam na estrutura do orçamento das famílias dos Países de Leste (República Checa, Polónia, entre outros). Em ambos os casos a relação de condicionamento estabelecida entre o nível de desenvolvimento socio-económico do país e as rubricas de despesa que dominam a estrutura do orçamento familiar é questionada. De facto, é distinto o nível de desenvolvimento dos países de cultura mediterrânea mas a importância relativa das despesas com *alimentação* é igualmente significativa em todos eles. Do mesmo modo, nos Países de Leste as despesas com *alimentação* e com *cultura e lazer* partilham as primeiras posições na estrutura do orçamento familiar. Estas constatações enfatizam o condicionalismo do contexto cultural sobre as práticas de consumo, afirmando uma autonomia, ainda que relativa, da cultura face às determinantes económicas, ao nível dos comportamentos de consumo. Ganha, também, consistência a ideia segundo a qual são as relações sociais que geram as necessidades. De facto, embora as necessidades humanas sejam universais, nomeadamente as relativas à subsistência, à protecção, à compreensão, à afectividade, à participação, à ociosidade, à criatividade, à identidade e à liberdade, elas encontram-se associadas, em cada cultura, a diferentes conjuntos de factores de satisfação. Esta diversidade de possibilidades revela a complexidade da relação entre bens económicos e satisfação de necessidades.

Da ACP realizada à matriz de dados da Eurostat, de 1999 e de 2005, importa referir que o primeiro eixo factorial, o *eixo do nível de vida*, corrobora a importância das despesas com *produtos alimentares*, com *habitação*, com *transportes* e com *comunicações* na estrutura do orçamento das famílias dos países da UE. Revela, também, que a importância relativa de cada uma das diferentes rubricas de despesas varia em função do nível de desenvolvimento socioeconómico do país e das suas especificidades culturais. A título de exemplo podemos referir que as despesas com *produtos alimentares* são projectadas próximas dos países com um nível de desenvolvimento mais fraco (Roménia, Lituânia, Letónia). Constata-se, igualmente, que neste período a posição relativa de Portugal se alterou, passando a liderar o grupo de países de cultura mediterrânea, em 2005.

10. A análise das *listas de despesas* permitiu aprofundar o conhecimento sobre as rubricas de despesa que se tornaram particularmente significativas na estrutura do orçamento das famílias. Designadamente as despesas com *habitação; móveis e equipamento doméstico; transportes; hotéis, restaurantes, cafés e similares; outros bens e serviços; cultura e lazer; comunicações*. As *listas de despesas* contemplaram, também, as despesas com *bebidas* e com *ensino*, que correspondem a despesas pouco importantes na actualidade. Mesmo tratando-se apenas de ocorrências, casos reais, sem qualquer representatividade estatística, consideramos pertinente salientar alguns dos resultados obtidos.

No que respeita à *habitação* importa salientar, por um lado, que esta é uma despesa particularmente significativa para as famílias do tipo indivíduo só e para as famílias com crianças / jovens, sendo também condicionada pelo capital escolar. Por outro, que a sua importância relativa é idêntica quer para proprietários, quer para locatários. Este é, como temos referido, um dos efeitos das políticas governamentais, neste domínio.

No caso dos *transportes* os dados evidenciam a distinção entre utilizadores de transportes públicos / viatura própria. Reforçam, também, que o automóvel, para além de símbolo de *status*, constitui um instrumento imprescindível para o desempenho de uma actividade profissional.

Os dados relativos a *outras despesas* carecem de alguma fiabilidade. Contudo, eles reforçam a ideia de que esta é uma rubrica de despesa que apresenta variações significativas ao longo do ano, decorrente da periodicidade das despesas nela incluídas (seguros, planos de poupança e reforma – PPR, prendas, entre outras). Por este mesmo motivo, a importância relativa desta despesa é fortemente condicionada pelo capital económico e cultural. Ela é uma despesa distintiva em termos de grupos sociais. Os itens de despesa nela incluídos constituem, também, indicadores relativos à importância que as questões de segurança (preocupação em garantir um nível de rendimento no futuro – PPR) assumem ao nível das práticas de consumo das famílias. Traduzem, também, uma propensão para a poupança. No presente estudo estes valores encontram-se associados às questões de género (verificam-se nas famílias composta por um só indivíduo, do sexo feminino) e a contextos de socialização marcados por baixas condições de *segurança formativa* (F1 e F13).

As despesas com *alimentação fora de casa*, resultantes de mudanças ao nível da organização do trabalho (jornada contínua), do papel da mulher e aos movimentos pendulares (distância casa/emprego), revelaram-se fortemente associadas às questões de género. É nas famílias do tipo indivíduo só (sexo masculino) e nas famílias *gay* (homossexuais) que a sua importância relativa é maior. Esta relação

ênfatiza as questões de sociabilidade que caracterizam esta prática. Consta-se, ainda, que todas estas variáveis parecem ter maior influência sobre estas despesas do que o capital escolar.

As despesas relativas ao *ensino* revelam realidades que se escondem por trás dos valores médios anuais apresentados nos inquéritos realizados pelo INE. Apesar da sua importância relativa ser fortemente condicionada pelo nível de escolaridade das crianças / jovens (escolaridade obrigatória / não obrigatória) e pela frequência do ensino público ou privado, esta rubrica de despesa é muito significativa (1ª posição na estrutura do orçamento familiar) nos agregados que incluem crianças e jovens em idade escolar, independentemente do capital escolar. Este facto ênfatiza, por um lado, o investimento das famílias na educação e, por outro, o significado que a mesma assume ao nível da estrutura social (importante canal de mobilidade social). Os dados evidenciam, ainda, os efeitos decorrentes das novas políticas na área da educação, quer ao nível do ensino superior, quer no domínio da “aprendizagem ao longo da vida” (despesa significativa para o agregado do tipo indivíduo só e casal sem filhos).

A rubrica de despesa *cultura e lazer* é dominada pela inclusão das despesas com férias. O condicionamento que o capital cultural exerce sobre esta prática parece diminuir à medida que a mesma se alarga a diferentes camadas sociais (2ª posição na estrutura do orçamento familiar, independentemente do grau de instrução). Contudo, permanece forte a influência deste tipo de capital sobre a aquisição de outros bens culturais (jornal, revistas, livros, CD's, cinema, espectáculos, etc.). Os montantes despendidos com estes itens são menos significativos. Finalmente, importa salientar as repercussões das políticas culturais (acessibilidade à cultura) e a proliferação dos serviços de Internet que ao tornarem gratuito o acesso à cultura retiram pertinência e significado a esta rubrica de despesa. Estas novas realidades, que caracterizam as sociedades contemporâneas, reforçam a necessidade de precisar o conceito de cultura a que esta rubrica de despesa faz referência e encontrar outros indicadores que nos permitam melhorar a qualidade dos dados recolhidos.

Os dados revelam que a importância relativa das despesas com *comunicações* é maior nos agregados familiares com crianças / jovens e com menor nível de instrução (2º maior despesa). Nas sociedades contemporâneas, esta despesa corresponde quer a um meio de acesso à cultura, quer a um símbolo da modernidade que rapidamente se alastrou a todas as camadas sociais.

A rubrica relativa a *móveis e equipamento doméstico* patenteia alguns itens de despesa que estabelecem a distinção entre as famílias e que traduzem o condicionamento que a presença de crianças / jovens no agregado familiar exerce sobre as práticas de consumo (por exemplo a existência ou não de empregadas

domésticas). A importância relativa desta rubrica está associada à fase do ciclo de vida da família (por exemplo: montar casa, mobilar quarto das crianças) e à realização de remodelações na decoração.

A fiabilidade dos dados relativos às despesas com *bebidas* não permite evidenciar outras características para além da sazonalidade, específica desta despesa (montante despendido aumenta no verão).

Um outro resultado desta análise prende-se com o facto de a mesma comprovar a relação entre as práticas de consumo e os diferentes papéis sociais, o *status*, as competências e formas de poder, quer ideológicas quer económicas.

11. A relação de confiança e os laços pessoais que se foram desenvolvendo entre o investigador e os inquiridos, ao longo da pesquisa, aliados à curiosidade destes últimos relativamente aos resultados da mesma, tornaram presentes questões clássicas ao nível da metodologia (condicionalismos da relação investigador / inquirido) e revelaram efeitos não esperados (mudanças de comportamento, promoção da reflexividade). Assim, a análise das *listas de despesa* permitiu aprofundar o conhecimento sobre as questões da reflexividade. Neste sentido, verificamos que um grande número de famílias desconhece os montantes despendidos nas diversas rubricas de despesa e que a gestão do orçamento se restringe ao controlo do saldo pelo Multibanco. Este facto fortaleceu a ideia segundo a qual a monitorização reflexiva do comportamento não abrange todos os domínios da interacção quotidiana. Reforçou a pertinência da distinção entre hábitos corporais e reflexivos na análise das práticas de consumo. Corroborou a associação entre mudanças ao nível das práticas de consumo e a *gestão dos desejos*, os momentos de tensão e de ambivalência correspondentes a situações críticas que põem em causa a segurança ontológica. Estes comportamentos indiciam, ainda, a prevalência do princípio do prazer sobre o princípio de realidade. A relação estabelecida entre reflexividade e prática evidenciou uma concepção *puntilista* do tempo. Este é dominado pelo instante, pelo incidente e pelo ininterrupto. É um *tempo de oportunidades*, aleatório, imprevisível e aberto à mudança.

A constatação de que o montante despendido com as diferentes rubricas de despesa que compõem a estrutura do orçamento familiar pode ser mais ou menos equitativo robusteceu a convicção numa criatividade escondida e na capacidade de cada consumidor inventar um novo sentido para os bens e para as suas práticas de consumo. Fortaleceu a ideia de que a *subjectividade* dos consumidores está repleta de escolhas de consumo e que a proximidade entre emergência e fim do desejo promovem essa mesma *subjectividade*. Neste sentido, o consumidor adquire

soberania sobre os bens que manipula, transforma e utiliza sem que estes ofereçam qualquer resistência.

12. Finalmente, os retratos sociológicos elaborados permitiram analisar, a partir das práticas de consumo, a pluralidade do actor social face a essas mesmas práticas. Este objectivo foi alcançado através do aprofundamento da relação de condicionamento entre os diferentes contextos de socialização e de interacção, o sistema de disposições, o *habitus*, e as práticas de consumo. A realização de entrevistas biográficas permitiu caracterizar a pertença familiar, as socializações múltiplas e os contextos de interacção ao nível familiar, escolar, laboral, amical e de lazer. O retrato de Gininha reforça a possibilidade de existir uma discordância ou hiato entre as condições materiais de existência em que o sistema de disposições foi gerado e aquelas em que o mesmo é actualizado. Este facto confere uma autonomia relativa às práticas. Assim, a hipótese que estabelece uma relação de condicionamento entre a multiplicidade de processos de socialização, que se desenvolvem em diferentes contextos culturais, políticos e de interacção e a incorporação do *habitus* é corroborada. Através dela reforça-se, também, a perda da importância dos determinantes económicos face a um aumento dos condicionalismos de pendor cultural, político, entre outros. Torna-se plausível a existência e o efeito de outros factores, para além da mobilidade social, sobre a diversidade e da heterogeneidade disposicional. Em suma, afirma-se a autonomia (relativa) da cultura e torna-se pertinente a necessidade de reelaborar o conceito de capital cultural.

Assim, consolida-se a ideia de que existem outros determinantes das práticas de consumo para além da classe social e da trajectória de classe (das condições materiais de existência). Nomeadamente, o género, a idade, os contextos de socialização e de interacção, a ética e o estilo de vida, os capitais subculturais, entre outras variáveis, condicionam estas práticas. Neste sentido, o consumo é a expressão de um querer mais ou menos constrangido pelos saberes adquiridos (socializações múltiplas, contextos de interacção, etc.), pelos deveres sociais (regras de prescrição), e pelos poderes (económico, cultural, relacional, entre outros).

A análise dos retratos sociológicos permitiu evidenciar algumas das características estruturais da sociedade portuguesa. A trajectória de vida de Maria, de Carlota e de Tomás evidenciou a escola enquanto canal de mobilidade social. A importância desta instituição no sistema de reprodução das desigualdades sociais é visível na biografia de Gininha e de Tadeu. Revelou, também, o condicionamento que o capital escolar exerce sobre a esfera laboral, na actual sociedade portuguesa. O caso de Gininha reflecte o processo de terciarização da sociedade portuguesa e o

modo como este favorece uma trajectória familiar ascendente (do operariado para a pequena burguesia de execução), independentemente do capital escolar. Ainda neste domínio, Maria constitui um exemplo de precariedade laboral dos jovens licenciados e patenteia uma mudança ao nível das condições socioeconómicas das gerações mais novas, com um elevado capital escolar.

Enfatizou, ainda, a mudança ao nível dos valores e das éticas de vida e a sua relação com os novos padrões de consumo. Os valores transmitidos através dos contextos de socialização familiar são, maioritariamente, de pendor tradicionalista e materialista. A incorporação de valores hedonistas surge associada aos percursos escolar e laboral. Estes valores são, também, potenciados pelos contextos urbanos (Tomás, Carlota) e pelo aumento do capital económico (José). As rupturas biográficas tornam ainda mais evidente a coexistência destes valores, revelando a pluralidade disposicional. A repercussão dos valores hedonistas sobre as práticas de consumo é particularmente relevante na rubrica de despesa relativa à *cultura e lazer* (Carlota), na inexistência de poupança (Tadeu) e na valorização do prazer, do conforto e da concupiscência (José). Não obstante todas as mudanças registadas, e da velocidade com que se processaram, a sociedade portuguesa continua distante do padrão que caracteriza os países europeus de modernidade avançada, nomeadamente no que se refere às práticas de consumo.

Para finalizar, importa lembrar que muitas destas proposições conclusivas se ancoram num estudo de caso, de pendor qualitativo. Apesar desta limitação, consideramos que esta investigação constitui um pequeno passo que abre novas perspectivas para a Sociologia do Consumo em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, A., (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in Vala, J., Cabral, M. e Ramos, A., (Org.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Almeida, J., (2007), “Velhos e novos aspectos da epistemologia das Ciências Sociais”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 55, CIES-ISCTE, Lisboa, Celta Editora, pp. 11-24.

Almeida, J., (1990), *Valores e Representações Sociais*, Coleção Portugal – Os Próximos 20 Anos, VIII vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Almeida, J., Costa, A. e Machado, F., (1988), “Famílias, estudantes e universidade”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.

Alonso, L., (2005), *La Era del Consumo*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, S.A..

Aristóteles, (1998), *Ética a Nicômaco*, in Col. *Os Pensadores*, trad. Leonel Vallando e Gerd Bornhein, Nova Cultura, São Paulo.

Barbosa, L., (2008), *Sociedade de Consumo*, Ciências sociais passo-a-passo, 49, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed..

Barreto, A. (org), (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999. Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, Vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Baudrillard, J., (1981), *A Sociedade de Consumo*, Espaço da Sociologia, Lisboa, Edições 70.

Bauman, Z., (2008), *Vida de Consumo*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

Belk, R., Wallendorf, M., (1990), “The sacred meaning of money”, *Journal of Economic Psychology*, 11 (1), pp. 35-67.

Belk, R., Wallendorf, M. and Sherry J., (1989), “The sacred and the profane in consumer behaviour – Theodicy on the Odyssey”, *Journal of Consumer Research*, 16 (1), pp. 1-38.

Benjamin, W., (2000), “L’œuvre d’art à l’époque de sa reproductibilité », in *Ouvres III*, Paris, Gallimard, «Folio», pp. 67-113.

Bourdieu, P., (2002), *Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, P., (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Campbell, C., (2005), “I shop therefore I know that I am: The metaphysical basis of modern consumerism”, in Karin M. Ekström & Helene Brembeck report from the conference “Elusive Consumption in retrospect”, CFK-rapport 2005:01, pp. 10-21, www.hgu.gu.se/files/cfk/rappporter/elusive.

Campbell, C., (2004), “I shop therefore I know that I am: the metaphysical basis of modern consumerism”, in Karin M. Ekström e Helene Brembeck (eds.), *Elusive Consumption*, Nova York, Berg.

Campbell, C., (2000), *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*, Rio de Janeiro, Rocco.

Campbell, C., (1987), *The Romantic Ethic and the Spirit of Modern Consumerism*, Oxford, United Kingdom, Blackwell.

Casanova, J., (1995), “Uma avaliação conceptual do *habitus*”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 18, pp. 45-68.

Centre de Communication Avancé (CCA), Paris, <http://www.gfk.ru/Go/PageEn?id=284>.

Costa, A., (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, A., Machado, F. e Almeida, J., (1990), “Estudantes e amigos – trajectórias e redes de sociabilidade” *Análise Social*, 105-106, Lisboa, pp. 193-221.

Cruz, I., (2007), "Between structures and agents: patterns and consumption practices in Portugal", Paper presented at the 8th European Sociological Conference, Glasgow, September 2007.

Cruz, I., (1996), "Para uma análise comparada das estruturas de consumo em Portugal: a Região Norte e o Continente. Aplicação da análise em componentes principais aos dados do IOF 1989-90", Universidade Nova de Lisboa: FCSH, <http://sirius.bn.pt>.

Csikszentmihalyi, M., e Rochberg-Halton, E., (1981), *The Meanings of Things: Domestic symbols and the Self*, Cambridge University Press.

Dawkins, R. (2001), « Sustainability doesn't come naturally: an evolutionary perspective on values. «Values platform for Sustainability», Inaugural Lecture present at the Environment Foundation, Wednesday, 14 November de 2001, The Royal Institution, London.

Desjeux, D., (1998), "Les échelles d'observation de la consommation", in Philippe, Cabin et al., *Comprendre le Consommateur*, Spécial Sciences Humaines, Auxerre.

Douglas, M. e Isherwood, B., (2004), *O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

Durand, J.-P. e Weil, R., (1990), *Sociologie Contemporaine*, Paris, Editions Vigot.

Elias, N. (2004), *A Sociedade dos Indivíduos: A questão cardeal da sociologia*, Lisboa, Dom Quixote.

Engel, E., (1887), "La consommation comme mesure de bien-être des individus, des familles et des nations", Bulletin of the Intern. Inst. of Stat. 2.

Escofier, B. e Pagès, J., (1990), *Analyses factorielles simples et multiples. Objectifs, méthodes et interprétation*, 2ème Ed., Paris, Dunod.

Eurostat (2005), *Consumers in Europe. Facts and figures (Data 1999-2004)*, Luxembourg, European Communities.

Eurostat yearbook, (2006-07), *Europe in figures*, Eurostat, THEME - General and regional statistics, European Communities.

Featherstone, M., (2000), *Cultura de Consumo y Posmodernismo*, Argentina, Amorrortu Editores.

Ferreira, P., (1998), "Atitudes perante a vida, moralidades e éticas de vida" in Pais, J., (Coord.), *Gerações e valores na sociedade Portuguesa Contemporânea*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Secretaria de Estado da Juventude, pp.61-145.

Foddy, W., (1996), *Como Perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta Editora.

Ger, G., et al., (1998), "Symbolic meanings of high and low-impact daily consumption practices in different cultures. Presented at Second ESF Workshop on Consumption and Everyday Life, July, Lancaster University, Lancaster.

Ghiglione, R. e Matalon, B., (1992), *O Inquérito. Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora.

Giddens, A., (1996), *As Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Gradiva.

Giddens, A. (1994), *A Modernidade e a Identidade Pessoal*, (Trad. Miguel Vale de Almeida), Oeiras, Celta Editora.

Giddens, A., (1989), *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Girard, R., (1978), *Dés Choses Cachées depuis la Fondation du Monde*, Paris, Grasset.

Girard, R., (1972), *La Violence et le Sacré*, Paris, Grasset.

Goffman, E., (1988), "Calmer le jobard", *Les Moments et Leur Hommes*, Paris, Seuil, Ed. de Minuit.

Goffman, E., (1973), *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne*, Paris, Minuit.

Goffman E., (1974a), *Les Rites d'Interaction*, Paris, Minuit.

Goffman, E., (1974b), *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*, New York, Harper & Row.

Gonçalves, C. (Coord.), (no prelo), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas.

Gombert, M., (s/d), "La consommation des ménages en 1989", *Consommation – Modes de Vie*, INSEE Resultats.

Gomes, P., (1993), *Análise de dados*, ISEGI, Universidade Nova de Lisboa.

Gronow, J. e Warde, A., (2001), *Ordinary Consumption*, London, Routledge.

Halbwachs, M., (1913), *La Classe Ouvrière et les Niveaux de Vie : Recherches sur la hiérarchie des besoins dans les sociétés industrielles contemporaines*, Paris, Félix Alcan.

Heilbrunn, B., (2005), *La Consommation et ses Sociologies*, Collection Sociologie, 128, Armand Colin.

Hirsch, F., (1995), *Social Limits to Growth*, London, Routledge.

Holbrook, M. (ed.), (1999), *Consumer Value*, London, Routledge

Illich, I., (1977), *Towards a history of needs*, New York, Pantheon Books.

INE, *Inquéritos às Receitas e Despesas Familiares*, Edições de 1967-68, 1973-74 e 1980-81.

INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, Edições de 1989-90, 1994-95 e 2000.

INE, *Inquérito às Despesas das Famílias*, Edição de 2005-06.

Inglehart, R., (1997), *Modernization and Post-Modernization – Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.

Jackson T., (2005), *Motivating Sustainable Consumption – A review of models of consumer behaviour and behavioural change*, A Report to the Sustainable Development Research Network, London, Policy Studies Institute.

Kasser, T., (2002), *The High Price of Materialism*, Cambridge, MA: MIT Press.

Katz-Gerro, T., (2008), "The rise of the cultural omnivore 1964-2004", Materiality, meaning, power, Esa Network of the Sociology of Consumption: Interim Meeting, 27-30 August 2008, Helsinki.

Kaufmann, J.-C., (2006), *L'Entretien Compréhensif*, Paris, Armand Colin.

Kaufmann, J.-C. (2004), *L'invention de Soi: une théorie de l'identité*, Paris, Armand Colin.

Kaufmann, J.-C., (2001), *Ego. Pour une sociologie de l'individu*, Paris, Nathan.

Kopytoff, I., (1986), "The cultural biography of things: Commoditization as process", in Appadurai, A. (ed.), *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge, MA, Cambridge University Press.

Lancaster, K., (1966), "A new approach to consumer theory", *Journal of Political Economy*, 7(3), pp 132-157.

Ladwein, R., (2003), *Le comportement de l'acheteur et du consommateur*, Paris, Economica.

Lahire, B., (1998), *Homem Plural. Os determinantes da ação*, Brasil, Editora Vozes.

Lahire, B., (2004), *Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais*, Porto Alegre, Artmed Editora.

Lebart, L., Morineau, A. e Fenelon, J.-P., (1982), *Traitement des données statistiques. Méthodes et programmes*, 2ème Ed., Paris, Dunod, Bordas.

Levine, L., (1998), *Highbrow/Lowbrow: The Emergence of Cultural Hierarchy in America*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Lévi-Strauss, C., (1974), *Le Totémisme Aujourd'hui*, Paris, PUF.

Lopes, J., (2003), "Bourdieu: uma sociologia para o séc. XXI?", *Educação, Sociedade e Cultura*, 19, pp. 171-180.

Lopes, J., (2000), "Itinerário Teórico em torno da Produção dos Fenómenos Simbólicos", *Revista da Faculdade de Letras*, Vol. 10, Porto, 2000, pp. 27-78.

Lopes, J., (1998), "A Cidade e a Cultura. Um estudo sobre as práticas culturais urbanas", Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto [texto policopiado].

Lopes, J., (1987), *Tristes Escolas: Práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.

Magalhães, D., (2005), "Dimensão simbólica de uma prática social: Consumo do vinho em quotidianos portuenses", Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto [texto policopiado].

Maslow, A., (1954), *Motivation and Personality*, New York, Harper.

Machado, F. e Costa, A., (1998), " Processos de uma modernidade inacabada", in Viegas, J. e Costa, A., (Org.), *Portugal que modernidade?* Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.

Mead, G., [(1934) 1967], *Mind, Self, and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Charles W. Morris (ed.), Chicago, The University of Chicago Press.

McCracken, G., (1988), *Culture and Consumption*, Bloomington, Indiana University Press.

Miller, D., (1995), *Acknowledging Consumption: A review of new studies*, Material Cultures, <http://books.google.com>.

MTSS, (1994), *Classificação Nacional das Profissões*, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Moutardier, M., (1988), " L'evolution du Budget des Ménages. Le poids des dépenses d'habitation et de transport ", *Economie et Statistique*, 207, Fev., pp. 41-51.

Max-Neef, M., (1991), *Human Scale Development: Conception, application and further reflections*, The Apex Press, New York.

Pais, J. Machado, (Coord.), (1998), *Gerações e valores na sociedade Portuguesa Contemporânea*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Secretaria de Estado da Juventude.

Pereira, V., (2005), *Classes e Culturas de Classes das Famílias Portuenses. Classes sociais e «modalidades de estilização da vida» na cidade do Porto*, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento.

Peterson, R., Simkus, A., (1992), "How musical tastes mark occupational status groups. In, Lamont, M., Fournier, M. (Eds.), *Cultivating Differences: Symbolic Boundaries and the Making of Inequality*, The University of Chicago Press, Chicago and London, pp. 152-186.

Peterson, R., Kern, R., (1996), "Changing highbrow taste from snob to omnivore", *American Sociological Review*, 61, pp. 900-907.

Pinto, J., (2007), *Indagação científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento.

Pinto, J., (1997), *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.

Pinto, L., (1990), "Le consommateur: agent économique et acteur politique", *Revue Francaise de Sociologie*, Vol. XXXI, 2, pp. 179-198.

Reynaud, J.-D. (2002), "Restituer aux hommes le sens de leurs actes" (*In memoriam* – Pierre Bourdieu), *Revue Française de Sociologie*, Janvier-Mars 2002, 43-1, pp. I-V.

Ringberg, T., (2005), "The human consequences of consumer culture: An historical and cultural perspective", in Karin M. Ekström & Helene Brembeck report from the

conference “Elusive Consumption in retrospect”, CFK-rapport 2005:01, pp. 40-50, www.hgu.gu.se/files/cfk/rappporter/elusive.

Sahlins, M., (1976), *Culture and Practical Reason*, Chicago, University of Chicago Press.

Samuelson, P., (1938), “A note on the pure theory of consumer’s behaviour”, *Economica*, Fevereiro, pp 61-71.

Shove, E., (2003), *Comfort, Cleanliness and Convenience: The social organization of normality*, Oxford, UK, Berg.

Shove, E. e Warde, A., (1997), “Noticing inconspicuous consumption”, paper presented to the European Science Foundation TERM Programme Workshop on Consumption, Everyday Life and Sustainability, Lancaster, UK, University of Lancaster.

Simmel, George, (1950), “The metropolis and mental life”, in Wolff, K., (Ed.), *The Sociology of Georges Simmel*, London, Collier Macmillan.

Slater, Don, (2001), *Cultura do Consumo & Modernidade*, S. Paulo, Nobel.

Slessor, M., (1997), *Management of Greed: Bio-physical appraisal of economic and environment potencial*, Edinburgh, Resource Use Institute.

Trainer, T., (1996), *Towards a Sustainable Economy – The need for fundamental change*, Oxford, UK, Jon Carpenter Publishing.

Toffler, Alvin, (1970), *Choque do Futuro*, Lisboa, Livros do Brasil.

United Nations Development Programme – UNDP, (1998), *Human Development Report*, www.hdr.undp.org.

Veblen, T., (1970), *Théorie de la Classe de Loisir*, Paris, Éditions Gallimard.

Wachtell, P., (1989), *The Poverty of Affluence*, Philadelphia, New Society Publishers.

Wacquant, L., (2004), “Esclarecer o Habitus”, *Sociologia*, 14, pp. 35-41.

Warde, A., Wright, D. e Gayo-Cal, M., (2007), "Understanding cultural omnivorousness: Or, the myth of the cultural omnivore", *Cultural Sociology*, vol. 1 (2), SAGE Publications, pp. 143-164, <http://cus.sagepub.com/cgi/content/abstract/1/2/143>, 27.11.2008.

Weber, M., (1983), *Economía y Sociedad: Esbozo de Sociología comprensiva*, Ed. prep. par. Johannes Winckelmann, 2ª ed., México, Fondo de Cultura Económica.

Wilhite, H., et al., (1996), "A cross-cultural analysis of household energy use in Japan and Norway, *Energy Policy*, 24 (9), pp. 795-803.

ANEXOS

Anexo 1. Livros de Código

LIVRO DE CÓDIGO
Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (IRDF), 1967-68

Variável dependente – Rubricas de Despesa:

- C01 – Alimentação consumida em casa, fora de casa e bebidas
- C03 – Vestuário, calçado e outros objectos de uso pessoal
- C04 – Rendas de habitação e despesas de água
- C05 – Despesas da habitação (aquecimento, iluminação e artigos domésticos)
- C12 – Gastos diversos (Cuidados pessoais e saúde; transportes e comunicações; instrução, cultura e divertimentos; Tabaco e despesas do fumador; Outros bens e serviços)

Desagregação de algumas rubricas de despesa no sentido de facilitar a comparação de dados:

- C01 – Alimentação consumida em casa, fora de casa e bebidas
- C03 – Vestuário, calçado e outros objectos de uso pessoal
- C04 – Rendas de habitação e despesas de água
- C05 – Despesas da habitação (aquecimento, iluminação e artigos domésticos)
- C06 – Cuidados pessoais e saúde
- C07 – Transportes e comunicações
- C09 – Instrução, cultura e divertimentos
- C13 – Tabaco e despesas do fumador
- C12 – Outros bens e serviços

Variáveis Independentes

Categorias Socioeconómicas:

- CS1 – Agricultores Patrões e isolados
- CS2 – Trabalhadores Agrícolas por conta de outrem
- CS4 – Patrões e isolados não Agrícolas
- CS3 – Profissões Liberais e similares
- CS5 – Directores de Empresas e Chefes de Serviços

S10 – Empregados não especializados

CS6 – Mestres, Condutores, Operários especializados e qualificados e n. e.

S11 – Trabalhadores dos serviços domésticos, pessoais e similares

S12 – Forças Armadas

CS8 – Outros activos n. e.

S13 – Outros

Tipo de Agregado (Grandeza da Família) – número de indivíduos residentes:

GD1 – 1 a 2 pessoas

GD2 – 3 a 4 pessoas

GD3 – 5 a 7 pessoas

GD4 – 8 ou mais pessoas

Classes de Receita Anual – Escalão de Receita:

RA1 – menos de 30 000\$00

RA2 – mais de 30 000\$00 e menos de 60 000\$00

RA3 – mais de 60 000\$00 e menos de 90 000\$00

RA4 – de 90 000\$00 e mais

LIVRO DE CÓDIGO
Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (IRDF), 1973-74

Variável Dependente – Rubricas de Despesa:

- C01 – Alimentos consumidos em casa
- C11 – Alimentação fora de casa
- C03 – Vestuário e Calçado
- C04 – Habitação, água, combustíveis e electricidade
- C05 – Recheio da habitação
- C13 – Higiene e cuidados pessoais
- C06 – Despesas com saúde
- C07 – Transportes
- C08 – Comunicações
- C09 – Instrução, cultura e distração
- C12 – Outros bens e serviços

Variáveis Independentes

Categoria socio-económica:

- CS1 – De Produtores Agrícolas (Patrões e isolados)
 - CS2 – Trabalhadores Agrícolas por conta de outrem
 - CS4 – Patrões e isolados não Agrícolas
 - CS3 – Profissões Liberais e afins
 - CS5 – Directores, Quadros Superiores de Administração
 - CS13 – De Técnicos Superiores de Empregados não Agrícolas
 - CS14 – De Empregados Públicos e Privados
 - CS6 – De trabalhadores Manuais não Agrícolas
 - CS7 – De Pessoal Especializado nos Serviços
 - CS12 – De Forças Armadas e Conscritos
 - CS8 – De Indivíduos Activos n. e.
 - CS9 – De indivíduos não Activos (Pensionistas, Assistidos e Rendimentos)
 - CS15 – De indivíduos a cargo da Família
- Classe de Receita Anual (escudos):

ER1 – menos de 18 000\$00
ER2 – com 18000\$00 e menos de 30 000\$00
ER3 – com 30000\$00 e menos de 48 000\$00
ER4 – com 48 000\$00 e menos de 60 000\$00
ER5 – com 60 000\$00 e menos de 90 000\$00
ER6 – com 90 000\$00 e menos de 120 000\$00
ER7 – com 120 000\$00 e menos de 180 000\$00
ER8 – com 180 000\$00 e mais

Grandeza da Família em número de indivíduos:

DA1 – Famílias de 1 indivíduo
DA2 – Famílias de 2 indivíduos
DA3 – Famílias de 3 indivíduos
DA4 – Famílias de 4 indivíduos
DA5 – Famílias de 5 indivíduos
DA6 – Famílias de 6 e 7 indivíduos
DA7 – Famílias de 8 e 9 indivíduos
DA8 – Famílias de 10 e mais indivíduos

LIVRO DE CÓDIGO
Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (IRDF), 1980-81

Variável Dependente – Rubricas de Despesa:

- C01 – Produtos alimentares e Bebidas não Alcoólicas
- C02 – Bebidas Alcoólicas e Tabaco
- C03 – Vestuário e Calçado
- C04 – Habitação, Aquecimento e Iluminação
- C05 – Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação
- C06 – Serviços Médicos e despesas saúde
- C07 – Transportes e Comunicações
- C09 – Distracções, Espectáculos, Instrução e Cultura
- C12 – Outros bens e serviços
- C13 – Outras Despesas

Variáveis Independentes

Categoria Socio-económica:

- CS1 – Produtores Agrícolas
- CS2 – Trabalhadores Agrícolas por conta de outrem
- CS3 – Trabalhadores de Profissões Liberais e similares
- CS4 – Empresários não Agrícolas
- CS5 – Quadros de Direcção, Técnicos, Científicos, Artistas e similares
- CS6 – Outro Pessoal Administrativo, Comercial e de Serviços; Funcionários Administrativos da Função Pública
- CS7 – Pessoal Operário
- CS8 – Membros permanentes das Forças Armadas
- CS9 – Outras pessoas n. e.
- S10 – Pessoas não activas

Dimensão do Agregado:

- DA1 – Agregado com 1 pessoa
- DA2 – Agregado com 2 pessoas
- DA3 – Agregado com 3 pessoas
- DA4 – Agregado com 4 pessoas
- DA5 – Agregado com 5 pessoas
- DA6 – Agregado com 6 pessoas
- DA7 – Agregado com 7 pessoas
- DA8 – Agregado com 8 pessoas
- DA9 – Agregado com 9 e mais pessoas

Classes de Receita Líquida:

- RL1 – menos de 50 000\$00
- RL2 – 50 000\$00 a menos de 100 000\$00
- RL3 – 100 000\$00 a menos de 200 000\$00
- RL4 – 200 000\$00 a menos de 300 000\$00
- RL5 – 300 000\$00 a menos de 400 000\$00
- RL6 – 400 000\$00 a menos de 500 000\$00
- RL7 – 500 000\$00 a menos de 600 000\$00
- RL8 – 600 000\$00 a menos 800 000\$00
- RL9 – 800 000\$00 e mais

LIVRO DE CÓDIGO
Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), 1989-90

Variável Dependente – Rubricas de Despesa:

- C01 – Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco
- C02 – Vestuário e Calçado [*Vestuário/calçado*]
- C03 – Habitação, Aquecimento e Iluminação [*Habitação/aquecimento*]
- C04 – Móveis, Artigos de Decoração, Equipamento Doméstico e Manutenção
[*Equipamento/serviço doméstico*]
- C05 – Serviços Médicos e de Saúde [*Saúde*]
- C06 – Transportes e Comunicações
- C07 – Distrações, Espectáculos, Instrução e Cultura [*Cultura/lazer*]
- C08 – Outros bens e serviços
- C09 – Outras Despesas

Desagregação das rubricas de despesa utilizada na Análise em Componentes Principais (ACP):

- C11 - Produtos Alimentares
- C12 - Bebidas não Alcoólicas
- C13 - Bebidas Alcoólicas
- C14 - Tabaco
- C21 - Vestuário (incluindo reparações)
- C22 - Calçado (incluindo reparações)
- C31 - Habitação e Despesas de Água
- C32 - Aquecimento e Iluminação
- C41 - Móveis; Arte e Decoração; Revestimento Chão e Reparções
- C42 - Artigos Domésticos Têxteis; Outros Artigos Domésticos e Reparções
- C43 - Aparelhos Domésticos; Acessórios e Reparções
- C44 - Loijas; Vidros e Utensílios e Reparções
- C45 - Bens e Serviços para Manutenção
- C46 - Serviços Domésticos
- C51 - Medicamentos e outros Produtos Farmacêuticos
- C52 - Aparelhos e Material Terapêutico
- C53 - Serviços Médicos; Enfermagem; Paramédicos e Outros

C54 - Cuidados Hospitalares e Análogos
 C55 - Despesas com Seguros Acidente e Doença
 C56 - Outras Despesas com Saúde
 C61 - Compra Automóvel, Caravana, Bicicleta, Moto
 C62 - Despesas de Utilização de Veículos
 C63 - Serviços de Transporte
 C64 - Correios e Telecomunicações
 C71 - Aparelhos; Artigos Recreativos; Acessórios e Reparações
 C72 - Serviços de Distração, Espectáculos, Cultura
 C73 - Livros, Jornais, Periódicos, Outras Impressões
 C74 - Instrução
 [C84 - Viagens Turísticas (tudo incluído)]
 C81 - Higiene e Cuidados Pessoais
 C82 - Outros Artigos
 C83 - Despesas em Restaurante, Cafés, Hotéis [*Alimentação "fora-de-casa"*]
 C84 - Viagens Turísticas (tudo incluído)
 C85 - Serviços Financeiros
 C86 - Outros Serviços
 C91 - Taxas Diversas
 C92 - Outras Despesas

Variáveis Independentes

Categoria socio-económica:

CS1 – Empresários Agrícolas
 CS2 – Trabalhadores por conta de outrem na Agricultura
 CS3 – Trabalhadores de Profissões Liberais e Similares
 CS4 – Empresários Não Agrícolas
 CS5 – Quadros de Direcção, Técnicos Científicos, Artísticos e Similares
 CS6 – Outros Trabalhadores por conta de outrem na Indústria
 CS7 – Outros Trabalhadores por conta de outrem no Comércio, nos Serviços e na Administração Pública
 CS8 – Outros Activos
 CS9 – Não Activos

Grupos etários:

ID1 – menos de 25 anos

ID2 – 25/34 anos

ID3 – 35/44 anos

ID4 – 45/54 anos

ID5 – 55/64 anos

ID6 – 65 e + anos

Graus de instrução:

Ni1 – Não sabe ler nem escrever [*Analfabeto*]

Ni2 – Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau de instrução [*Sem Diploma*]

Ni3 – Ensino básico primário elementar

Ni4 – Ensino básico preparatório

Ni5 – Ensino secundário unificado

Ni6 – Ensino secundário complementar

Ni7 – Cursos de índole profissional

Ni8 – Curso médio

Ni9 – Ensino superior

Condição perante o trabalho:

EMP – Pessoas activas Empregadas

DES – Pessoas activas Desempregadas

EST – Alunos e estudantes

DOM – Donas de casa (Domésticas)

REF – Reformados, Aposentados ou na Reserva

INC – Incapacitados permanentes para o trabalho

OUT – Outros Casos

Dimensão do Agregado Doméstico Privado:

DA1 – O agregado de 1 pessoa

DA2 – O agregado de 2 pessoas

DA3 – O agregado de 3 pessoas

- DA4 – O agregado de 4 pessoas
- DA5 – O agregado de 5 pessoas
- DA6 – O agregado de 6 e mais pessoas

Tipo de Agregado Doméstico Privado:

- TA1 – Pessoa só com - 65 anos
- TA2 – Pessoa só com 65 ou + anos
- TA3 – Casal
- TA4 – Casal com 1 filho
- TA5 – Casal com 2 filhos
- TA6 – Casal com 3 ou + filhos
- TA7 – Um Adulto com filho(s) ou Agregado Monoparental com 1 ou + filhos
- TA8 – Outro tipo de Agregado

Número de titulares de receita:

- NT1 – 1 titular de receita
- NT2 – 2 titulares de receita
- NT3 – 3 titulares de receita
- NT4 – 4 ou mais titulares de receita

Livro de Código
Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), 1994-95

Variável Dependente – Rubricas de Despesa:

- C01 – Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco
- C03 – Vestuário e Calçado [*Vestuário/calçado*]
- C04 – Habitação, Aquecimento e Iluminação [*Habitação/aquecimento*]
- C05 – Móveis, Artigos de Decoração, Equipamento Doméstico e Manutenção
[*Equipamento/serviço doméstico*]
- C06 – Serviços Médicos e de Saúde [*Saúde*]
- C07 – Transportes e Comunicações
- C09 – Distrações, Espectáculos, Instrução e Cultura [*Cultura/lazer*]
- C13 – Outros bens e serviços
- C12 – Outras Despesas

Variáveis Independentes

Graus de instrução:

- Ni1 – Sem instrução completada
- Ni2 – Ensino básico – 1º ciclo
- Ni3 – Ensino básico – 2º ou 3º ciclo
- Ni4 – Ensino secundário
- Ni5 – Ensino superior

Tipo de Agregado Doméstico Privado + idade:

- Ai1 – indivíduo só – 30 anos
- Ai2 – indivíduo só 30 ou mais anos e menos de 65 anos
- Ai3 – indivíduo só 65 ou + anos
- Ai4 – casal sem crianças, ambos com – 65 anos
- Ai5 – casal sem crianças, pelo menos um com 65 ou + anos
- Ai6 – casal com crianças, 1 criança c/ idade <= a 16 anos
- Ai7 – casal com crianças, 2 crianças c/ idade <= a 16 anos

- Ai8 – casal com crianças, 3 e mais crianças c/ idade $\leq$ a 16 anos
- Ai9 – agregado monoparental, c/ crianças de idade $\leq$ a 16 anos
- A10 – agregado monoparental, c/ crianças idade > 16 anos e $\leq$ a 21 anos
- A11 – Outro tipo de agregado

Número de titulares de receita:

- NT1 – Representante, cônjuge e outros activos a exercer profissão
- NT2 – Representante e cônjuge únicos activos a exercer profissão
- NT3 – Ou representante ou cônjuge e pelo menos mais um activo a exercer profissão
- NT4 – Ou representante ou cônjuge, único activo a exercer profissão
- NT5 – Dois ou mais activos a exercer profissão que não o representante ou cônjuge
- NT6 – Apenas um único activo a exercer profissão que não o representante ou cônjuge
- NT7 – Nenhum indivíduo activo a exercer profissão

LIVRO DE CÓDIGO
Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), 2000

Variável Dependente – Rubricas de Despesa segundo a Classificação do Consumo
Individual por Objectivos (COICOP):

- C01 – Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- C02 – Bebidas alcoólicas, tabaco
- C03 – Vestuário e calçado
- C04 – Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis
- C05 – Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação
- C06 – Saúde
- C07 – Transportes
- C08 – Comunicações
- C09 – Lazer, distracção e cultura
- C10 – Ensino
- C11 – Hotéis, restaurantes, cafés e similares
- C12 – Outros bens e serviços

Variáveis Independentes

Categoria Socioeconómica:

Activos

- CS1 – Trabalhadores por conta de outrem - Operários
- CS2 – Trabalhadores por conta de outrem - excepto operários, agricultura, pecuária e pesca
- CS3 – Trabalhadores por conta própria - excepto agricultura, pecuária e pesca
- CS4 – Trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem da agricultura, pecuária ou pesca
- CS5 – Desempregados

Inactivos

- CS6 – Reformados

CS7 – Outros inativos

Idade:

ID1 – Menos de 30 anos

ID2 – De 30 a 64 anos

ID3 – 65 ou mais anos

Nível de Instrução:

Ni1 – Nenhum

Ni2 – Básico (até 1º ciclo)

Ni3 – Básico (até 2º e 3º ciclo)

Ni4 – Secundário (12º ano)

Ni5 – Superior

Escalão de Receita Líquida:

ER1 – menos de 4500€

ER2 – de 4500€ a menos de 9000€

ER3 – de 9000€ a menos de 13500€

ER4 – de 13500€ a menos de 18000€

ER5 – 18000€ e mais

Tipo de Agregado:

TA1 – Um só adulto

TA2 – Casal sem crianças

TA3 – Casal ou Monoparental com crianças $\leq$ 16 anos

TA4 – Casal ou Monoparental com jovens > 16 e ≤ 21 anos, dependentes

TA5 – Outros

Número de Titulares de Receita:

NT1 – 1 titular de receita

NT2 – 2 titulares de receita

NT3 – 3 titulares de receita

NT4 – 4 ou mais titulares de receita

NOTA:

Arrendamentos fictícios – variável construída para agregados proprietários das casas. Os proprietários estimam/atribuem um valor relativamente a uma hipotética renda para a sua própria casa.

Arrendamentos efectivos – valor correspondente ao aluguer da casa, residência principal, incluindo espaço de garagem

LIVRO DE CÓDIGO
Inquérito às Despesas das Famílias (IDF), 2005-06

Variável dependente – Rubricas de Despesa segundo a COICOP

- C01 – Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- C02 – Bebidas alcoólicas, tabaco
- C03 – Vestuário e calçado
- C04 – Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis
- C05 – Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação
- C06 – Saúde
- C07 – Transportes
- C08 – Comunicações
- C09 – Lazer, distracção e cultura
- C10 – Ensino
- C11 – Hotéis, restaurantes, cafés e similares
- C12 – Outros bens e serviços

Variáveis Independentes

Categoria Socioeconómica:

- CS1 – Trabalhadores por conta de outrem
- CS2 – Trabalhadores por conta própria
- CS3 – Desempregado
- CS4 – Reformado
- CS5 – Outros inactivos

Idade:

- ID1 – até 29 anos
- ID2 – 30 a 44 anos
- ID3 – 45 a 64 anos
- ID4 – 65 ou mais anos

Nível de Instrução:

Ni1 – Nenhum

Ni2 – Básico (1º ciclo)

Ni3 – Básico (2º ciclo)

Ni4 – Básico (3º ciclo)

Ni5 – Secundário (secundário e pós-secundário)

Ni6 – Superior

Escalões de Rendimento:

ER1 – Até 5200€

ER2 – De 5200€ até 10400€

ER3 – De 10400€ até 15600€

ER4 – De 15600€ até 20800€

ER5 – De 20800€ até 31200€

ER6 – Superior a 31200€

Tipo de Agregado:

TA1 - um adulto não idoso

TA2 - um adulto idoso

TA3 - 2 ou + adultos não idosos sem crianças

TA4 - 2 ou + adultos pelo menos um idoso sem crianças

TA5 - 1 adulto com crianças/ jovens dependentes

TA6 - 2 ou + adultos com 1 criança/jovem dependente

TA7 - 2 ou + adultos com 2 ou + crianças/jovens dependentes

Nº de indivíduos Activos a Trabalhar:

NT1 – 0 indivíduo activo a trabalhar

NT2 – 1 indivíduo activo a trabalhar

NT3 – 2 indivíduos activos a trabalhar

NT4 – 3 indivíduos activos a trabalhar

Anexo 2. As Listas de Despesa

LISTA DE DESPESA MODELO

Código de Identificação da Família: _____																															
DIAS DO MÊS					(Valores em euros)																										
DESPESAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Alimentação fora de casa:																															
Bebidas: Alcoólicas e não alcoólicas																															
Habitação, água, eletricidade e gás																															
"Recheio da casa":																															
Transportes:																															
Comunicações:																															
Cultura e Lazer:																															
Instrução / Educação:																															
Outras Despesas*																															

* Não incluir alimentação, vestuário e calçado, saúde, produtos de limpeza doméstica

LISTAS DE DESPESAS DAS FAMÍLIAS

Família F1

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	80,85	21,00	16,50	29,00	14,00	32,35	38,65	26,20	19,70	20,70	13,90	10,00	322,85	26,90	1,54%
Bebidas	4,80	12,70	18,40	21,80	16,40	22,20	18,90	21,40	29,85	25,50	26,00	25,50	243,45	20,29	1,16%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habituação, água,	380,44	465,00	436,48	0,00	391,53	392,33	441,59	389,00	63,59	389,00	444,56	362,30	4155,82	346,32	19,83%
electricidade e gás	11,87	12,33	12,33	12,33	7,80	7,80	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	118,46	9,87	0,57%
"Recheio da casa"	37,00	8,10	17,97	395,00	36,75	0,00	38,73	0,00	38,00	0,00	33,30	0,00	604,85	50,40	2,89%
Transportes	9,51	5,48	28,22	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	88,21	7,35	0,42%
Transportes públicos	0,00	16,00	0,00	0,00	8,00	0,00	5,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,95	2,50	0,14%
Comunicações	395,00	390,00	488,20	497,55	598,20	507,90	442,90	421,40	529,80	187,00	521,00	380,00	5358,95	446,58	25,58%
Cultura e Lazer	0,00	3,70	0,00	6,80	2,95	0,00	58,95	0,00	1,90	110,00	0,00	2,85	257,15	21,43	1,23%
Instrução/educação	40,00	38,70	30,00	37,50	57,50	87,25	30,00	37,50	45,00	45,00	52,50	37,50	468,45	39,04	2,24%
Outras Despesas	0,00	18,00	0,00	0,00	25,00	612,40	6,40	1,40	4,15	2,80	6,00	44,40	790,55	65,88	3,77%
	70,00	0,00	0,00	0,00	185,00	333,70	330,00	340,00	330,00	355,00	355,00	346,46	2575,16	214,60	12,29%
	2311,10	116,90	62,10	158,50	1344,05	130,45	130,75	202,50	166,90	214,00	102,50	146,50	5086,25	423,85	24,28%

Família F2

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	192,85	187,70	132,70	293,60	181,80	213,75	166,50	150,15	189,10	194,00	169,00	176,50	2247,65	187,30	12,49%
Bebidas	22,70	20,30	31,90	27,30	4,00	21,60	6,40	26,60	58,90	128,05	142,80	74,70	565,25	47,10	3,14%
Bebidas alcoólicas	86,80	19,00	19,50	243,70	9,00	15,00	0,00	54,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447,00	37,25	2,48%
Habituação, água,	539,23	570,23	570,23	570,23	570,23	570,00	600,00	567,00	560,00	560,00	560,00	560,00	6797,15	566,43	37,76%
electricidade e gás	25,00	25,00	25,60	25,00	22,00	20,00	20,00	0,00	25,00	35,00	35,00	15,20	272,80	22,73	1,52%
"Recheio da casa"	39,00	35,00	35,00	35,00	35,40	35,00	35,00	30,00	45,00	45,00	45,00	45,00	459,40	38,28	2,55%
Transportes	33,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,00	19,20	10,00	25,00	103,75	8,65	0,58%
Transportes públicos	189,20	127,00	118,50	63,00	122,00	27,70	45,00	26,00	35,00	0,00	147,00	8,50	908,90	75,74	5,05%
Comunicações	4,60	86,45	75,20	89,65	82,50	90,00	79,50	80,00	137,30	80,00	70,50	78,00	953,70	79,48	5,30%
Cultura e Lazer	40,00	67,50	40,00	62,50	77,50	60,00	91,50	92,50	54,50	95,00	60,20	92,00	833,20	69,43	4,63%
Instrução/educação	130,45	74,70	36,50	19,00	51,30	42,00	24,00	51,10	55,00	50,00	65,00	79,00	678,05	56,50	3,77%
Outras Despesas	0,00	22,00	16,50	16,30	0,00	35,00	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	35,00	144,80	12,07	0,80%
despesas banco	0,00	0,00	52,00	27,00	0,00	55,50	14,50	0,00	45,00	0,00	55,00	45,00	294,00	24,50	1,63%
computador	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	0,67%
prenda	0,00	39,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	27,00	0,00	0,00	0,00	117,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144,50	12,04	0,80%

Família F3

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	325,86	203,10	223,25	132,60	239,45	186,60	276,65	302,55	209,35	181,10	164,60	207,30	2652,41	221,03	13,10
Bebidas	41,69	42,90	29,20	34,00	57,02	42,00	63,25	47,85	39,10	36,30	43,55	37,25	514,11	42,84	2,54
Bebidas alcoólicas														0,00	0,00
Habituação, água,	423,69	501,38	465,48	538,50	490,00	501,00	390,55	380,47	466,31	482,06	485,92	485,92	5611,28	467,61	27,71
electricidade e gás	35,00	35,00	65,00	90,48	38,00	20,70	25,72	18,70	20,75			15,75	139,62	11,64	0,69
"Recheio da casa"	20,30		18,00			26,75	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	672,23	56,02	3,32
Transportes	67,00	553,60	40,50	3,90	172,20	22,50	103,30	82,76		0,00	54,90	16,40	1117,06	93,09	5,52
Transportes públicos	239,22	177,28	210,13	202,41	464,43	197,15	219,92	296,24	481,68	182,37	198,60	220,95	3090,38	257,53	15,26
Comunicações	130,00	87,00	89,50	87,00	74,50	86,15	79,00	77,91	83,59	78,68	81,09	71,09	1025,51	85,46	5,06
Cultura e Lazer	60,60	39,90	23,50	5,00	5,00	84,50	61,80	51,50	32,30	27,70	29,55	30,70	452,05	37,67	2,23
Instrução/educação	0,00	0,00	22,50						0,00	0,00	375,00	44,40	441,90	36,83	2,18
Outras Despesas	103,75	79,50	87,50	4,00	39,00	4,00	18,70	14,70	4,00	18,82		7,95	381,92	31,83	1,89
Despesas animais				26,00	13,00	51,00	28,50	151,25	68,25	13,50		13,50	365,00	30,42	1,80
Ginásio				40,00	40,00	53,00	35,00		57,75	57,75	57,75	57,75	399,00	33,25	1,97
Higiene Cuidados P						40,00	26,75	47,88	71,94	35,99	58,89		281,45	23,45	1,39
Prendas							40,00		0,00	40,00		15,00	95,00	7,92	0,47
PPR									50,00	25,00	25,00	25,00	125,00	10,42	0,62
DECO										10,70	10,70	10,70	32,10	2,68	0,16

Família F4

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	173,51	87,79	24,49	21,00	120,00	100,00	100,00	30,00	200,00	40,00	50,00	40,00	986,79	89,71	3,90%
Bebidas	20,00	10,00	0,00	10,00	0,00	0,00	25,00	30,00	100,00	30,00	30,00	25,00	280,00	25,45	1,11%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,91	0,04%
Habitação,	391,72	398,22	414,12	391,72	391,70	500,00	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	6687,48	607,95	26,43%
água,	0,00	0,00	0,00	0,00	57,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,30	5,21	0,23%
electricidade e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
gás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
"Recheio da casa"	27,18	4,00	117,24	0,00	50,00	14,70	0,00	80,00	70,00	0,00	0,00	100,00	463,12	42,10	1,83%
Transportes	1425,69	454,38	240,60	368,40	224,10	800,00	500,00	400,00	400,00	250,00	200,00	100,00	6163,17	560,29	24,36%
Transportes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Comunicações	184,89	164,00	165,00	133,50	50,00	390,00	250,00	140,00	140,00	50,00	50,00	50,00	2047,39	186,13	8,09%
Cultura e Lazer	310,35	81,70	32,40	30,30	55,00	50,00	92,50	100,00	50,00	40,00	40,00	70,00	952,25	86,57	3,76%
Instrução/educação	0,00	0,00	85,00	0,00	500,00	500,00	350,00	330,00	30,00	360,00	360,00	360,00	3235,00	294,09	12,79%
Outras Despesas	110,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	250,00	0,00	0,00	40,00	0,00	190,87	17,35	0,75%
Despesas animais	89,75	50,00	65,00	88,19	0,00	23,50	50,00	0,00	0,00	40,00	0,00	100,00	586,44	53,31	2,32%
Hig cuidd pessoais	0,00	0,00	41,81	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201,81	18,35	0,80%

Família F5

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média €	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	400,00	50,00	60,00	45,00	70,00	90,00	85,00	130,00	142,00	325,00	150,00	427,50	1974,50	164,54	2,15
Bebidas	80,00	50,00	55,00	60,00	85,00	75,00	110,00	75,00	92,50	95,00	110,00	150,00	1037,50	86,46	1,13
Bebidas alcoólicas									45,00		72,50		117,50	9,79	0,13
Habitação,	1200,00	1200,00	7200,00	1200,00	31200,00	6320,00	6320,00	6320,00	1355,00	1410,00	1410,00	1410,00	66545,00	5545,42	72,61
água,	250,00	240,00	300,00	140,00	200,00	199,00	230,00	148,00	210,00	240,00	220,00	183,20	2560,20	213,35	2,79
electricidade e	200,00	180,00	240,00	260,00	250,00	240,00	320,00	280,00	274,00	201,00	250,00	92,00	2787,00	232,25	3,04
gás	10,00	12,00	18,00	20,00	10,00	20,00	15,00	18,00	25,00	82,50	1325,00		1555,50	129,63	1,70
gasóleo aquecimento		890,00		1200,00		1230,00		1300,00					4620,00	385,00	5,04
"Recheio da casa"							1251,00	1251,00	1251,00	1251,00	1251,00	1251,00	7506,00	625,50	8,19
Transportes	400,00	500,00	560,00	600,00	540,00	500,00	600,00	535,00	260,00	751,00	680,00	620,00	6546,00	545,50	7,14
transp. Portagem	30,00	27,00	30,00	40,00	37,00	25,00	15,00	23,00	30,00				257,00	21,42	0,28
táxi /carrinha escola		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	230,00			250,00	1880,00	156,67	2,05
Comunicações	74,00	180,00	184,50	203,00	79,70	165,00	405,00	238,00	340,00	315,00	435,00	392,50	3011,70	250,98	3,29
TvCabo	40,00	44,00	42,00	40,00	40,00	40,00	41,50	50,00					377,50	31,46	0,41
Cultura e Lazer	2660,00	50,00	45,09	80,00	120,00	332,15	152,15	302,15	222,15	197,15	152,15	387,15	4700,14	391,68	5,13
Instrução/educação	26000,00	2212,50	750,00	752,15	732,15	450,00	510,00	480,00	510,00	1760,00	510,00	1045,00	35711,80	2975,98	38,97
Outras Despesas		180,00		10,00	357,99	80,00	300,00	130,00	300,00		230,00		1587,99	132,33	1,73
Outras		10,00						30,00					40,00	3,33	0,04
Ordem médicos					360,00								360,00	30,00	0,39
Finanças		204,00			300,00								504,00	42,00	0,55
Seguros					204,00								204,00	17,00	0,22

Família F7

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	94,00	72,75	49,05	229,75	148,60	31,30	41,90	141,30	35,20	72,45	170,10	66,00	1152,40	96,03	1,43
Bebidas	33,32	66,85	64,16	58,43	55,71	63,94	55,34	68,56	49,82	64,55	37,99	73,51	692,18	57,68	0,86
Bebidas alcoólicas	19,21	14,32	48,00	2,75	0,00	0,00	2,89	5,78	2,89	2,88	23,54	2,58	124,84	10,40	0,16
Habitação,	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00	180,00	0,00	560,00	180,00	1280,00	106,67	1,59
água,	28,12	28,12	0,00	37,75	0,00	0,00	37,75	0,00	37,75	35,32	0,00	41,97	246,78	20,57	0,31
electricidade e	0,00	165,78	0,00	160,27	0,00	0,00	130,52	178,64	0,00	176,24	0,00	209,68	1021,13	85,09	1,27
gás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
"Recheio da casa"	0,00	0,00	70,00	26,00	0,00	0,00	121,41	1090,00	0,00	0,00	108,90	0,00	1416,31	118,03	1,76
Transportes	161,93	132,00	403,40	212,02	96,50	23403,87	260,04	345,83	220,52	316,29	320,92	208,33	26081,65	2173,47	32,47
Comunicações	160,14	140,27	240,57	223,37	119,93	330,92	222,84	186,11	133,06	269,06	76,38	92,88	2195,53	182,96	2,73
Cultura e Lazer	0,00	70,40	82,69	118,60	78,00	155,52	255,60	98,50	61,00	41,80	33,80	78,80	1074,71	89,56	1,34
Instrução/educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quotas	26,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,00	0,00	36,00	0,00	0,00	86,50	7,21	0,11
Ginásio	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	37,50	0,56
IMI / IVC	0,00	128,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128,98	0,00	0,00	0,00	257,95	21,50	0,32
Prendas	0,00	145,00	55,00	255,00	904,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1359,85	113,32	1,69
Seguros	0,00	0,00	235,55	0,00	275,59	233,55	0,00	0,00	269,57	0,00	615,07	270,02	1899,35	158,28	2,36
Donativo	0,00	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00	685,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745,75	62,15	0,93

Família F8

Despesas	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	Ago-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	113,50	164,00	73,50	42,00	28,50	61,50	58,60	83,30	49,40	57,50	57,90	56,40	846,10	70,51	4,08
Bebidas	97,70	43,20	44,90	24,00	30,00									Com dados p/ apenas 5 meses	
Bebidas alcoólicas														0,00	0,00
Habitação, água, electricidade e gás	820,00	820,00	820,00	940,00	940,00	935,25	935,25	935,25	935,25	935,25	935,25	935,25	10886,75	907,23	52,54
"Recheio da casa"		58,00			58,00		57,93	35,28	35,28		48,37		292,86	24,41	1,41
Transportes	220,00		102,00		100,00		49,83	47,53	47,53		55,45		622,34	51,86	3,00
Transportes publicos														0,00	0,00
Comunicações	191,50	107,00	112,00	95,00	465,00	87,00	75,00	85,00	110,00	287,35	129,00	170,00	1913,85	159,49	9,24
Cultura e Lazer	31,00	33,00	8,00	4,00										0,00	0,00
Instrução/educação	70,00	72,50	82,00	40,00	32,50	46,22	48,72	53,72	48,72	48,72	38,72	38,72	620,54	51,71	2,99
Outras Despesas	120,00	96,00												Com dados p/ apenas 2 meses	
	27,50	17,00	22,00											Com dados p/ apenas 3 meses	
			96,00									9,50		Apenas 2 registos	

Família F9

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	393,00	355,00	444,00	455,00	395,00	480,00	555,00	430,00	355,00	465,00	400,00	470,00	5197,00	433,08	4,16
Bebidas	70,00	35,00	5,00	35,00	30,00	60,00	110,00	45,00	80,00	30,00	100,00	50,00	650,00	54,17	0,52
Bebidas alcoólicas			25,00			50,00	0,00	25,00	0,00	15,00	60,00	75,00	250,00	20,83	0,20
Habitação, água, electricidade e gás	1433,00	1433,00	1433,00	1495,00	1433,00	1433,00	1433,00	1433,00	1433,00	1433,00	1433,00	1433,00	17258,00	1438,17	13,83
	138,00		136,00			100,00	0,00	117,00	0,00	60,00	0,00	551,00	45,92	0,44	
	130,00		115,00		145,00	110,00	0,00	115,00	0,00	125,00	0,00	740,00	61,67	0,59	
		35,00		58,00		135,00	0,00	158,00	0,00	35,00		96,00	517,00	43,08	0,41
"Recheio da casa"	1652,00	635,00	665,00	1245,00	1245,00	680,00	1680,00	1500,00	680,00	680,00	680,00	780,00	12122,00	1010,17	9,71
Transportes	190,00	115,00	883,00	335,00	710,00	1845,00	360,00	410,00	190,00	290,00	650,00	390,00	6368,00	530,67	5,10
Portagens	35,00	36,00	25,00	0,00	30,00	49,00	27,00	0,00	60,00	0,00	60,00	70,00	392,00	32,67	0,31
Comunicações	122,00	110,00	110,00	120,00	141,00	125,00	70,00	80,00	130,00	170,00	150,00	150,00	1478,00	123,17	1,18
Cultura e Lazer	2391,00	80,00	160,00	260,00	195,00	60,00	568,00	1425,00	0,00	2300,00	65,00	2100,00	9604,00	800,33	7,70
Instrução/educação	45,00	250,00	250,00	270,00	250,00	250,00	300,00	250,00	430,00	250,00	250,00	250,00	3045,00	253,75	2,44
Escola	0,00	2500,00	0,00	0,00	2500,00	0,00	0,00	2500,00	0,00	0,00	2500,00	0,00	10000,00	833,33	8,01
Dança	0,00	0,00	122,00	54,00	55,00	55,00	62,00	55,00	54,00	54,00	54,00	54,00	619,00	51,58	0,50
Natação	0,00	50,00	185,00	82,50	83,50	87,50	90,00	75,00	87,50	87,00	87,00	87,00	1002,00	83,50	0,80
Outras Despesas					1800,00		30,00	0,00	335,00	80,00	0,00	2400,00	4645,00	387,08	3,72
Ginásios	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	136,00	1632,00	136,00	1,31
Seguros	445,00	122,00	122,00	122,00	122,00	122,00	122,00	122,00	122,00	122,00	122,00	122,00	1787,00	148,92	1,43
cabeleireiro					55,00		0,00	0,00		0,00			55,00	4,58	0,04
semanadas crianças		141,00	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00	481,00	40,08	0,39
Mensalidade filhos	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	4500,00	375,00	3,61

Família F11

Despesas	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	Ago-08	Set-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora	137,78	208,67	344,86	243,72	311,62	203,45	344,20	186,75	150,69	396,79	170,83	184,95	2884,31	240,36	0,16
Bebidas	29,21	41,79	38,85	27,54	24,25	34,92	41,00	32,95	26,03	16,69	23,47	16,02	352,72	29,39	0,02
Bebidas alcoólicas	31,10	27,36	55,18	26,63	7,92	15,90	50,84	9,54	21,08	19,91	40,31	25,26	331,03	27,59	0,02
Habitação, água, electricidade e gás	510,00	510,00	500,00	510,00	510,00	510,00	522,94	510,00	1010,00	10,00	642,69	556,96	6302,59	525,22	0,35
"Recheio da casa"	34,54	0,00	51,35	0,00	37,75	10,93	11,05	35,65	41,06	23,26	24,36	23,26	293,21	24,43	0,02
Transportes	92,92	0,00	93,76	0,00	130,96	14,06	115,10	0,00	112,53	0,00	115,83	0,00	675,16	56,26	0,04
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura e Lazer	251,96	211,57	556,57	276,58	411,10	31,01	66,20	169,28	7,78	0,00	54,63	10,20	2046,88	170,57	0,12
Instrução/educação	127,76	79,40	196,10	30,95	52,29	65,35	167,82	36,45	206,70	103,80	80,20	215,20	1362,02	113,50	0,08
Outras Despesas	51,75	107,12	52,46	28,53	77,08	75,44	71,40	55,67	54,90	47,58	45,48	70,43	737,84	61,49	0,04
Ginásio	129,87	157,62	142,35	75,93	168,74	815,78	225,24	469,94	85,24	1034,14	40,24	101,47	3446,56	287,21	0,19
Prendas	10,10	0,00	20,20	21,69	9,70	14,70	9,70	12,20	19,20	9,70	9,70	9,70	146,59	12,22	0,01
Férias	75,14	123,85	89,13	171,48	213,01	243,94	89,38	72,17	281,89	335,43	89,76	54,16	1839,34	153,28	0,10
	72,29	79,29	72,29	72,29	72,29	72,29	72,29	72,29	72,29	72,29	72,29	0,00	729,90	60,83	0,04
	0,00	0,00	340,73	0,00	31,70	108,89	72,00	0,00	48,50	86,72	72,29	112,69	873,52	72,79	0,05
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	299,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Família F12

Despesas	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	Ago-08	Set-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	103,70	99,05	135,00	173,87	122,65	110,00	115,00	105,37	109,30	119,85	104,85	93,55	1392,19	116,02	8,299%
Bebidas	19,50	12,50	40,50	3,40	17,20	11,20	7,20	22,20	17,70	0,00	27,20	7,40	186	15,50	1,11%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00%
Habitação, água,	24,45	474,45	450,00	475,00	475,00	475,00	587,00	501,76	501,76	501,76	763,76	551,76	5781,7	481,81	34,41%
electricidade e gás	61,61	0,00	29,73	0,00	0,00	42,50	0,00	31,32	0,00	30,40	0,00	30,40	225,96	18,83	1,35%
"Recheio da casa"	56,70	70,21	0,00	68,12	0,00	43,20	83,95	70,40	0,00	60,43	56,70	75,10	584,81	48,73	3,48%
Transportes	18,50	19,40	20,00	20,00	40,50	41,00	40,80	41,20	41,00	0,00	20,60	20,50	323,5	26,96	1,93%
Comunicações	169,20	48,75	277,65	71,10	58,54	16,30	25,98	5,95	0,00	49,90	0,00	0,00	723,37	60,28	4,31%
Cultura e Lazer	92,30	217,82	175,95	357,69	143,05	179,64	107,05	155,15	48,60	208,11	98,10	81,60	1865,06	155,42	11,10%
Instrução/educação	80,30	12,50	62,50	79,00	143,42	124,95	109,10	95,00	125,20	59,95	131,05	118,53	1141,5	95,13	6,79%
Outras Despesas	0,00	25,90	26,45	33,08	0,00	12,50	0,00	21,90	0,00	0,00	0,00	224,20	344,03	28,67	2,05%
Comida Gatos	28,05	293,61	285,75	169,05	22,08	30,40	34,10	33,60	29,80	18,17	9,70	65,19	1019,5	84,96	6,07%
Donativos	44,33	9,30	418,37	337,10	298,32	290,12	374,72	431,29	258,43	354,63	247,93	264,69	3329,23	277,44	19,82%
	91,97	24,30	27,40	29,20	442,45	62,07	139,11	204,50	75,00	0,00	75,00	0,00	1171	97,58	6,97%
	20,00	0,00	20,00	39,69	0,00	0,00	20,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109,69	9,14	0,65%

Família F13

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora	25,40	17,00	25,00	65,00	86,00	69,00	20,80	44,50	58,00	34,50	46,50	35,00	526,70	43,89	6,76
Bebidas	31,70	32,10	34,80	43,40	21,60	5,00	37,20	62,60	39,00	35,40	35,40	37,00	415,20	34,60	5,33
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação, água,	0,00	50,00	129,59	20,00	20,20	20,20	167,00	20,00	20,00	20,00	44,50	350,00	861,49	71,79	11,06
electricidade e gás	15,81	20,00	20,00	0,00	15,81	0,00	16,69	18,69	0,00	10,00	10,00	18,78	145,78	12,15	1,87
"Recheio da casa"	39,89	22,68	29,59	42,79	42,79	42,79	38,08	47,94	20,20	0,00	17,57	0,00	344,32	28,69	4,42
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	5,00	0,00	0,00	50,00	2011,00	1167,50	3263,50	271,96	41,91
Cultura e Lazer	40,00	60,00	60,00	60,00	60,00	330,00	60,00	60,00	6955,00	100,00	105,00	60,00	7950,00	662,50	102,09
Instrução/educação	50,00	20,00	37,50	30,00	60,00	120,00	0,00	30,00	15,00	30,00	30,00	30,00	452,50	37,71	5,81
Outras Despesas	58,00	0,00	17,50	44,70	22,00	0,00	18,40	45,80	13,20	16,50	12,00	34,89	282,99	23,58	3,63
Higiene Cuid Pess	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	179,00	180,00	210,86	150,00	300,00	90,00	0,00	37,50	0,00	11,80	0,00	0,00	1159,16	96,60	14,89
	0,00	34,50	39,00	42,00	42,50	38,50	30,00	51,00	49,00	75,50	57,00	83,00	542,00	45,17	6,96

Família F14

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	795,47	387,87	431,03	344,00	684,05	243,67	405,65	310,59	336,63	331,45	172,30	217,70	4660,41	388,37	22,85%
Bebidas	103,40	83,26	132,33	88,80	146,97	83,10	67,00	65,26	51,25	35,50	40,20	77,00	974,07	81,17	4,77%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitação, água,	503,00	514,24	503,00	503,00	503,10	503,01	556,70	528,66	518,66	518,66	518,66	518,66	6189,35	515,78	30,34%
electricidade e gás	18,39	30,00	46,84	30,00	50,55	28,04	61,83	28,04	28,04	28,04	28,04	65,99	443,80	36,98	2,18%
"Recheio da casa"	50,41	107,00	49,44	145,38	34,03	0,00	70,45	74,50	52,09	0,00	46,48	124,95	754,73	62,89	3,70%
Transportes	18,80	58,04	18,80	28,04	10,90	37,26	21,57	0,00	54,37	15,92	0,00	22,59	286,29	23,86	1,40%
Comunicações	845,49	218,18	490,86	60,00	72,00	75,00	60,00	45,00	135,00	48,00	120,00	120,00	2289,53	190,79	11,22%
Cultura e Lazer	385,20	180,65	226,67	272,15	398,71	422,26	61,80	153,20	2,25	546,32	83,00	90,00	2822,21	235,18	13,83%
Instrução/educação	207,75	400,94	194,70	137,47	134,99	175,69	153,78	149,57	189,83	212,31	183,55	77,99	2218,57	184,88	10,88%
Outras Despesas	52,90	133,30	655,49	55,85	156,85	27,35	5,20	10,30	5,20	8,90	6,10	293,34	1410,78	117,57	6,92%
Prendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Mensalidade filhos	175,19	90,92	60,35	115,54	130,75	191,86	130,26	111,86	79,33	63,13	66,00	189,81	1405,00	117,08	6,89%
	20,00	169,45	395,40	420,42	251,85	0,00	0,00	120,00	18,00	0,00	0,00	0,00	1395,12	116,26	6,84%
	463,29	400,00	429,30	424	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	4916,59	409,72	24,10%

Família F15

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	123,85	22,00	40,00	46,50	91,00	50,00	82,50	38,25	62,50	63,00	40,00	36,00	695,60	57,97	5,80%
Bebidas	3,00	0,00	4,00	0,00	5,50	3,00	8,00	12,00	6,00	6,00	8,50	3,00	59,00	4,92	0,49%
Bebidas alcoólicas	2,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50	0,21	0,02%
Habituação, água,	30,00	260,00	270,00	270,00	270,00	342,00	270,00	270,00	280,00	280,00	280,00	280,00	3102,00	258,50	25,85%
electricidade e gás	0,00	38,92	0,00	35,00	0,00	0,00	37,00	0,00	35,00	35,00	38,00	21,00	239,92	19,99	2,00%
"Recheio da casa"	0,00	76,80	0,00	115,00	0,00	0,00	125,00	0,00	110,00	0,00	120,00	0,00	546,80	45,57	4,56%
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	17,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	57,00	4,75	0,48%
Comunicações	50,00	55,40	39,00	0,00	0,00	47,00	0,00	18,00	0,00	55,00	0,00	0,00	264,40	22,03	2,20%
Cultura e Lazer	49,60	62,30	33,85	45,00	95,00	47,00	47,00	50,00	47,00	38,50	62,00	62,00	639,25	53,27	5,33%
Instrução/educação	20,00	55,35	55,00	63,50	87,00	65,00	85,00	22,50	45,00	35,00	55,00	35,00	623,35	51,95	5,19%
Outras Despesas	46,75	0,00	7,00	0,00	0,00	558,00	383,00	23,50	9,00	10,00	69,00	29,00	1135,25	94,60	9,46%
Animais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,50	15,00	220,00	0,00	0,00	252,50	21,04	2,10%
	0,00	22,00	0,00	0,00	200,00	214,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	461,00	38,42	3,84%
	17,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,00	1,42	0,14%

Família F16

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	234,50	52,75	98,80	205,80	122,00	92,00	252,00	355,00	231,00	182,00	232,60	489,80	2548,25	212,35	12,95
Bebidas	98,35	35,30	43,55	33,00	43,50	40,35	33,10	64,45	67,75	95,55	84,45	236,50	875,85	72,99	4,45
Bebidas alcoólicas	0,00	0,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,95	0,08	0,00
Habituação, água,	107,00	107,50	107,50	107,50	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00	1309,50	109,13	6,65
electricidade e gás	10,60	22,35	0,00	0,00	0,00	23,30	0,00	18,00	19,10	0,00	28,00	13,80	135,15	11,26	0,69
"Recheio da casa"	114,00	57,00	57,00	57,00	57,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	699,00	58,25	3,55
Transportes	0,00	18,50	0,00	0,00	19,50	0,00	0,00	0,00	0,00	20,30	0,00	0,00	58,30	4,86	0,30
Comunicações	35,00	12,50	7,35	0,00	8,17	5,00	0,00	53,85	0,00	0,00	13,50	0,00	135,37	11,28	0,69
Cultura e Lazer	227,28	189,95	150,80	460,00	136,83	85,00	149,28	197,88	90,00	122,20	95,00	307,05	2211,27	184,27	11,24
Instrução/educação	61,74	61,44	51,74	66,74	74,24	59,74	59,74	74,74	173,74	67,24	91,04	69,61	911,75	75,98	4,63
Outras Despesas	335,95	17,70	17,85	11,30	9,80	31,40	19,75	36,20	26,50	20,35	29,30	555,80	1111,90	92,66	5,65
Ginásio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros casa/carro	0,00	9,00	7,05	2,00	237,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,00	88,00	389,72	32,48	1,98
Totaloto	47,00	46,00	36,00	36,00	36,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201,00	16,75	1,02
	48,00	48,00	48,00	47,00	47,00	47,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	42,00	537,00	44,75	2,73
	79,00	72,00	65,80	63,80	86,80	107,80	105,80	101,80	96,20	88,90	94,55	124,90	1087,35	90,61	5,53

Família F17

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	50,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	0,00	80,00	334,00	80,00	80,00	1104,00	92,00	4,93
Bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação, água,	0,00	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	640,00	7040,00	586,67	31,44
electricidade e gás	19,00	19,00	19,00	19,00	12,00	12,00	12,00	18,00	12,80	18,00	18,00	19,80	198,60	16,55	0,89
gasóleo aquecimento	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	516,00	43,00	2,30
"Recheio da casa"	0,00	70,00	0,00	70,00	0,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210,00	17,50	0,94
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
transp. Portagem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	50,00	20,00	20,00	20,00	30,00	20,00	20,00	10,00	50,00	20,00	20,00	20,00	300,00	25,00	1,34
TvCabo	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	540,00	45,00	2,41
Cultura e Lazer	0,00	0,00	0,00	15,00	11,00	0,00	0,00	13,41	0,00	0,00	0,00	0,00	39,41	3,28	0,18
Instrução/educação	0,00	210,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1460,00	121,67	6,52
Outras Despesas	15,00	143,00	15,00	165,00	265,00	15,00	15,00	15,00	15,00	269,00	15,00	15,00	962,00	80,17	4,30
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Família F19

Despesas	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	Ago-08	Set-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	138,00	156,00	263,00	226,00	160,00	155,00	159,00	147,00	144,00	142,00	1200,00	165,00	3055,00	254,58	16,97%
Bebidas	20,00	22,00	20,00	9,60	10,00	25,00	25,00	29,00	27,00	21,00	200,00	22,00	430,60	35,88	2,39%
Bebidas alcoólicas	20,00	20,00	55,00	27,00	27,00	9,00	9,00	0,00	0,00	9,00	0,00	12,00	188,00	15,67	1,04%
Habitação,	0,00	0,00	195,00	230,00	195,00	200,00	190,00	230,00	210,00	230,00	0,00	190,00	1870,00	155,83	10,39%
água,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
electricidade e	185,00	195,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	31,67	2,11%
gás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
"Recheio da casa"	450,00	0,00	0,00	0,00	320,00	0,00	210,00	0,00	0,00	270,00	0,00	0,00	1250,00	104,17	6,94%
Transportes	260,00	210,00	340,00	220,00	230,00	220,00	270,00	230,00	220,00	240,00	520,00	260,00	3220,00	268,33	17,89%
Comunicações	50,00	80,00	85,00	105,00	105,00	70,00	75,00	85,00	60,00	70,00	60,00	85,00	930,00	77,50	5,17%
Cultura e Lazer	134,00	300,00	1384,00	227,00	177,00	188,00	140,00	130,00	75,00	145,00	650,00	130,00	3690,00	306,67	20,44%
Instrução/educação	1076,00	1380,00	1416,00	1336,00	1386,00	1320,00	1370,00	1400,00	1370,00	1870,00	0,00	1300,00	17544,00	1462,00	97,47%
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ginásios	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	0,00	0,00	0,00%
Música	60,00	60,00	60,00	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00	110,00	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00%

Família F20

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	1093,00	531,00	516,00	479,00	585,00	436,00	520,00	617,00	456,00	591,00	510,00	460,00	6794,00	566,17	22,46
Bebidas	100,00	131,00	52,00	29,00	45,00	45,00	45,00	45,00	35,00	39,00	75,00	91,00	732,00	61,00	2,42
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação,	280,00	355,00	338,00	230,00	210,00	120,00	303,00	230,00	236,00	120,00	280,00	110,00	2812,00	234,33	9,30
água,	40,00	40,00	40,00	40,00	0,00	40,00	40,00	40,00	0,00	40,00	40,00	40,00	400,00	33,33	1,32
electricidade e	0,00	122,00	114,00	120,00	0,00	0,00	70,00	89,00	89,00	0,00	0,00	0,00	604,00	50,33	2,00
gás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
"Recheio da casa"	0,00	35,00	62,00	30,00	45,00	19,00	30,00	37,00	45,00	70,00	30,00	20,00	423,00	35,25	1,40
Transportes	103,00	139,00	191,00	180,00	172,00	145,00	112,00	51,00	52,00	53,00	53,00	136,00	1387,00	115,58	4,58
Comunicações	125,00	114,00	164,00	222,00	167,00	175,00	179,00	162,00	160,00	105,00	135,00	155,00	1863,00	155,25	6,16
Cultura e Lazer	1550,00	62,00	95,00	104,00	36,00	48,00	20,00	60,00	45,00	103,00	90,00	60,00	2273,00	189,42	7,51
Instrução/educação	0,00	1010,00	474,00	562,00	499,00	485,00	465,00	435,00	425,00	475,00	475,00	0,00	5305,00	442,08	17,54
Natação	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	6,67	0,26
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ginásios	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	1680,00	140,00	5,55

Família F21

Despesas	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	Ago-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	105,80	124,25	98,45	108,55	103,95	99,25	95,00	90,55	86,00	83,95	96,45	89,00	1181,20	98,43	15,14%
Bebidas	28,00	28,00	23,59	68,05	28,25	36,75	33,94	27,89	29,90	26,10	33,60	37,65	401,72	33,48	5,15%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitação,	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2400,00	200,00	30,77%
água,	18,50	0,00	0,00	0,00	24,61	21,50	21,50	0,00	0,00	12,40	12,83	20,00	131,34	10,95	1,68%
electricidade e	32,09	23,92	0,00	0,00	31,12	24,02	24,30	30,60	33,32	32,80	32,70	38,70	303,57	25,30	3,89%
gás	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,60	12,60	1,05	0,16%
"Recheio da casa"	0,00	45,00	30,00	100,00	21,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196,50	16,38	2,52%
Transportes	25,95	39,85	42,70	63,35	48,55	67,90	53,75	53,60	46,40	55,10	57,30	53,20	607,65	50,64	7,79%
Comunicações	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	16,92	29,99	30,00	30,00	30,00	241,91	20,16	3,10%
Cultura e Lazer	32,00	26,00	8,50	15,05	27,00	44,90	16,00	150,00	0,00	16,50	0,00	0,00	335,95	28,00	4,31%
Instrução/educação	0,00	0,00	7,65	7,15	0,00	17,50	20,00	14,45	9,80	0,00	14,00	27,00	117,55	9,80	1,51%
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

Família F22

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	51,84	105,60	103,29	81,99	93,84	74,13	98,54	66,90	75,39	73,32	82,88	37,98	945,70	78,81	6,57%
Bebidas	0,00	4,03	3,09	2,88	2,31	28,43	0,75	4,43	4,26	3,29	4,58	19,05	77,10	6,43	0,54%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habituação, água,	262,50	2841,42	289,95	323,58	506,18	366,78	335,08	324,24	385,01	369,34	323,95	324,49	6652,52	554,38	46,20%
electricidade e gás	0,00	84,99	0	75,32	75,32	29,37	75,32	40,00	75,32	47,34	75,32	0,00	578,30	48,19	1,54%
"Recheio da casa"	0,00	69,00	19,25	0,00	0,00	0,00	34,90	17,11	28,54	18,52	40,00	18,52	245,84	20,49	4,02%
Transportes	184,74	691,48	9,45	131,18	485,50	147,53	205,40	19,75	0,00	574,31	33,42	152,61	2635,37	219,61	1,71%
Comunicações	123,65	62,58	304,66	69,88	70,20	148,16	372,97	182,00	144,28	98,30	133,45	232,40	1942,53	161,88	18,30%
Cultura e Lazer	7,50	22,00	23	18,34	51,69	7,50	7,50	33,05	7,50	7,50	41,48	42,89	269,95	22,50	13,49%
Instrução/educação	8,40	29,98	3,6	38,50	7,00	0,00	18,00	43,00	0,00	284,00	20,00	717,50	1169,98	97,50	1,87%
Outras Despesas	0,00	499,65	196,4	34,50	0,00	164,80	160,00	220,00	1,00	24,70	56,89	0,86	1358,80	113,23	8,12%
Cuidados Pessoais	48,50	156,90	3,7	2,99	68,95	0,00	0,00	0,00	34,99	0,00	10,49	51,75	378,27	31,52	9,44%
Brinquedos	27,50	7,50	20,5	137,20	12,50	66,00	25,50	134,00	80,00	72,90	140,95	128,00	852,55	71,05	2,63%
Prendas	4,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,33	5,92%
	20,40	9,90	50,53	179,50	107,00	0,00	5,00	55,70	16,75	72,15	17,80	25,00	559,73	46,64	0,03%
															3,89%

Família F25

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	20,00	20,00	39,50	39,50	39,50	29,50	59,00	17,00	26,00	17,00	21,00	21,00	349,00	29,08	9,46
Bebidas	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	24,00	21,00	21,00	18,00	18,00	207,00	17,25	5,61
Bebidas alcoólicas	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	14,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104,00	8,67	2,82
Habituação, água,	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	105,00	103,00	104,00	104,00	104,00	1248,00	104,00	33,82
electricidade e gás	22,50	22,50	22,50	22,50	22,50	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	287,50	23,96	7,79
"Recheio da casa"	49,00	49,00	49,00	49,00	49,00	30,00	30,00	30,00	50,00	30,00	30,00	30,00	475,00	39,58	12,87
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	20,00	1,67	0,54
Comunicações	0,00	0,00	0,00	15,00	15,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,00	4,00	1,30
Cultura e Lazer	29,40	29,40	21,00	22,50	22,50	40,00	41,00	23,00	22,50	23,00	25,00	25,00	324,30	27,03	8,79
Instrução/educação	14,00	14,00	12,50	20,00	18,00	15,00	9,00	9,00	10,00	10,00	10,00	10,00	151,50	12,63	4,11
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,00	0,00	0,00	50,00	10,00	10,00	10,00	113,00	9,42	3,06
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	31,50	31,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	228,00	19,00	6,18

Família F26

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	139,50	135,00	155,00	135,00	139,50	155,00	203,00	217,00	210,00	217,00	210,00	217,00	2133,00	177,75	30,65%
Bebidas	55,80	54,00	93,00	54,00	55,80	93,00	145,00	62,00	60,00	155,00	210,00	217,00	1254,60	104,55	18,03%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155,00	150,00	0,00	0,00	0,00	305,00	25,42	4,38%
Habituação, água,	175,00	175,00	237,00	175,00	175,00	175,00	247,00	247,00	247,00	247,00	247,00	247,00	2594,00	216,17	37,27%
electricidade e gás	15,00	15,00	0,00	0,00	15,00	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,00	5,58	0,96%
"Recheio da casa"	52,00	52,00	0,00	0,00	70,00	35,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209,00	17,42	3,00%
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Cultura e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Instrução/educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,00	31,00	40,00	65,00	55,00	222,00	18,50	3,19%

Família F27

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	25,00	20,00	20,00	25,00	20,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,00	11,25	1,13%
Bebidas (café)	15,95	24,34	42,79	45,00	59,19	17,05	14,50	15,50	0,00	30,60	0,00	0,00	264,92	22,08	2,21%
Bebidas	15,88	0,00	0,00	0,00	0,00	38,25	28,36	34,44	23,40	0,00	26,40	33,60	200,33	16,69	1,67%
Habituação, água,	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	4200,00	350,00	35,00%
electricidade e gás	113,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,00	14,00	14,00	155,00	12,92	1,29%
"Recheio da casa"	27,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	75,00	75,00	252,03	21,00	2,10%
Transportes	0,00	0,00	0,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	38,00	3,17	0,32%
Comunicações	0,00	0,00	0,00	3,50	19,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,50	1,88	0,19%
Cultura e Lazer	36,00	36,00	75,90	85,90	35,90	35,90	37,30	37,30	37,30	37,30	37,30	37,30	529,40	44,12	4,41%
Instrução/educação	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,83	0,08%
Outras Despesas	27,00	17,18	10,00	0,00	4,89	13,98	0,00	0,00	10,00	15,00	10,00	0,00	108,05	9,00	0,90%
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	18,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,94	1,58	0,16%

Família F28

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	0,00	76,00	50,00	40,00	46,00	53,00	37,50	33,50	62,50	20,00	35,00	57,50	511,00	42,58	3,87
Bebidas	29,60	41,60	29,00	65,50	86,95	93,00	87,00	155,00	150,00	155,00	150,00	155,00	1197,65	99,80	9,07
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação, água,	327,00	327,00	277,20	327,00	330,00	362,60	377,00	369,00	350,00	350,00	340,00	398,00	4134,80	344,57	31,32
electricidade e gás	12,00	30,00	20,00	32,00	17,00	26,35	15,00	37,20	35,00	0,00	37,20	8,90	270,65	22,55	2,05
"Recheio da casa"	0,00	101,00	37,02	37,00	38,00	37,02	31,00	38,00	37,20	37,20	117,00	37,20	547,64	45,64	4,15
Transportes	0,00	37,00	6,49	16,00	0,00	0,00	0,00	10,00	9,45	0,00	36,80	0,00	115,74	9,65	0,88
Comunicações	6000,00	100,20	36,00	79,00	0,00	0,00	56,00	436,00	50,00	100,00	150,00	100,00	7107,20	592,27	53,84
Cultura e Lazer	72,00	100,50	45,00	45,00	46,00	47,00	47,50	48,00	57,00	47,00	47,00	47,00	649,00	54,08	4,92
Instrução/educação	69,00	20,00	22,50	22,50	17,50	37,50	27,00	22,50	47,20	46,70	64,70	33,00	430,10	35,84	3,26
Outras Despesas	147,00	99,00	80,00	87,00	79,90	70,00	79,99	50,00	71,00	75,00	50,00	80,00	968,89	80,74	7,34
Hig e Cuidd Pess	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	250,00	20,83	1,89

Família F29

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	0,00	17,50	14,25	28,00	13,15	13,00	25,00	10,15	15,55	19,00	10,00	0,00	165,60	13,80	1,67%
Bebidas	24,50	42,10	41,90	57,50	44,00	21,50	39,55	22,00	40,20	37,40	19,75	43,70	434,10	36,18	4,39%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habituação, água,	203,94	202,00	202,00	202,00	202,00	202,00	243,42	204,76	204,78	204,76	204,76	209,00	2485,42	207,12	25,14%
electricidade e gás	54,80	0,00	36,80	38,80	36,80	0,00	36,80	0,00	36,16	0,00	44,30	31,94	316,40	26,37	3,20%
"Recheio da casa"	0,00	72,78	0,00	52,42	0,00	64,61	0,00	70,32	0,00	76,93	0,00	62,29	399,35	33,28	4,04%
Transportes	52,22	52,22	0,00	0,00	0,00	49,90	70,30	0,00	52,13	52,13	0,00	57,02	385,92	32,16	3,90%
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Cultura e Lazer	88,15	77,65	76,55	101,25	87,15	80,85	73,25	48,05	75,25	81,30	75,00	37,50	901,95	75,16	9,12%
Instrução/educação	30,79	40,71	31,36	40,24	40,00	37,50	33,35	38,45	73,20	46,00	35,88	33,22	480,70	40,06	4,86%
Outras Despesas	7,90	0,00	0,00	5,00	0,00	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,40	1,53	0,19%
HCP*	6,50	260,98	28,00	38,00	21,75	18,75	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	0,00	436,48	36,37	4,41%
	0,00	19,00	0,00	74,00	194,27	1,50	21,78	80,00	40,00	25,00	30,00	39,30	524,85	43,74	5,31%
	34,00	13,00	0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	4,17	0,51%

Família F30

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	106,00	80,00	70,00	95,00	125,00	10,00	35,00	20,00	55,00	0,00	37,00	45,00	678,00	56,50	0,06
Bebidas	25,00	30,00	35,00	25,00	65,00	20,00	35,00	0,00	53,00	65,00	47,00	35,00	435,00	36,25	0,04
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação, água,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
electricidade e gás	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	15,80	0,00	17,50	22,70	0,00	21,00	22,08	119,08	9,92	0,01
"Recheio da casa"	0,00	115,00	0,00	120,00	0,00	130,00	0,00	135,00	0,00	132,00	0,00	130,00	762,00	63,50	0,07
Transportes	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00	17,00	17,00	0,00	94,00	7,83	0,01
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura e Lazer	16,80	8,45	5,00	7,65	7,80	17,60	11,00	6,70	10,20	12,20	5,00	7,55	115,95	9,66	0,01
Instrução/educação	50,00	65,00	40,00	30,00	55,00	40,00	55,00	4,50	35,00	38,00	35,00	0,00	447,50	37,29	0,04
Outras Despesas	24,85	11,25	9,50	7,65	11,30	30,55	25,00	29,00	30,00	28,00	26,00	28,00	261,10	21,76	0,02
Hig e Cuidd Pess	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	20,00	20,00	20,00	20,00	220,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	475,00	39,58	0,04

Família F31

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	88,00	64,00	122,50	75,50	109,00	100,50	120,00	203,50	84,50	114,00	110,50	87,50	1279,50	106,63	17,77%
Bebidas	53,50	54,50	28,90	38,00	26,00	52,00	43,00	32,00	35,00	28,00	19,60	25,80	436,30	36,36	6,06%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitação, água,	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1500,00	0,00	1550,00	129,17	21,53%
electricidade e gás	12,09	14,50	12,33	50,00	12,00	50,00	50,00	50,00	13,40	11,38	13,90	13,50	303,10	25,26	4,21%
"Recheio da casa"	24,35	31,93	37,77	44,00	46,00	45,00	39,00	49,00	45,80	38,90	55,80	49,50	507,05	42,25	7,04%
Transportes	0,00	17,50	0,00	12,20	20,00	13,00	12,00	33,00	0,00	19,50	0,00	0,00	127,20	10,60	1,77%
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	160,00	155,00	200,00	50,00	0,00	0,00	600,00	50,00	8,33%
Cultura e Lazer	120,00	208,33	393,03	206,03	270,00	270,00	270,00	465,00	278,00	190,00	140,00	150,00	2960,39	246,70	41,12%
Instrução/educação	62,18	80,50	98,33	98,50	100,50	94,50	87,00	94,00	105,80	101,80	112,08	107,25	1142,44	95,20	15,87%
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,30	0,00	28,31	10,50	543,11	45,26	7,54%
Mesadas	85,00	346,00	450,00	402,00	387,00	306,00	334,00	291,00	405,00	455,00	455,00	298,00	4214,00	351,17	58,53%
Hig e Cuidd Pess	22,00	10,00	40,00	53,00	786,00	0,00	0,00	130,00	0,00	1000,00	0,00	0,00	2041,00	170,08	28,35%
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1200,00	100,00	16,67%
	20,00	20,00	15,00	15,00	31,00	25,00	31,00	30,00	26,50	30,00	31,50	26,50	301,50	25,13	4,19%

Família F32

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	0,00	0,00	0,00	0,00	59,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,60	4,97	0,25
Bebidas	77,50	57,50	54,50	36,65	28,25	34,90	27,94	14,90	34,34	29,49	33,30	42,39	471,66	39,31	1,97
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação, água,	0,00	230,00	230,00	0,00	0,00	75,00	75,00	55,00	75,00	75,00	75,00	75,00	965,00	80,42	4,02
electricidade e gás	0,00	57,00	19,00	0,00	42,00	90,00	80,00	80,00	80,00	90,00	90,00	60,00	688,00	57,33	2,87
"Recheio da casa"	0,00	75,00	80,00	80,00	75,00	128,00	60,00	126,00	130,00	130,00	130,00	130,00	1144,00	95,33	4,77
Transportes	74,00	100,00	1,90	80,00	0,00	92,00	0,00	63,00	63,00	63,00	63,00	63,00	662,90	55,24	2,76
Comunicações	0,00	0,00	20,00	17,50	0,00	5,00	25,00	0,00	34,40	24,90	22,90	15,00	164,70	13,73	0,69
Cultura e Lazer	36,00	72,00	12,75	11,05	9,35	10,80	26,10	9,90	11,40	7,60	12,35	0,00	219,30	18,28	0,91
Instrução/educação	35,00	135,00	77,50	65,00	60,00	60,00	75,00	50,00	95,00	0,00	32,50	22,50	707,50	58,96	2,95
Outras Despesas	7,20	7,20	6,40	0,00	0,00	0,00	61,90	5,80	0,00	5,70	0,00	0,00	94,20	7,85	0,39
	85,00	54,00	45,00	60,40	0,00	19,90	14,60	16,20	6,20	15,20	6,20	6,20	328,90	27,41	1,37
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	3,33	0,17

Família F33

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Bebidas	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	405,60	33,80	3,69
Bebidas alcoólicas	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	275,00	3300,00	275,00	29,99
Habitação, água,	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	435,00	36,25	3,95
electricidade e gás	72,50	72,50	72,50	72,50	72,50	72,50	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	885,00	73,75	8,04
"Recheio da casa"							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transportes	114,80	114,80	114,80	114,80	114,80	114,80	114,80	114,80	114,80	114,80	114,80	114,80	1377,60	114,80	12,52
Comunicações	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00	960,00	80,00	8,72
Cultura e Lazer	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	4,20	50,40	4,20	0,46
Instrução/educação													950,00	79,17	8,63
Outras Despesas														316,67	34,53
Mensalidade Filho	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	3600,00		110,54
Prendas	40,00		20,00		100,00							20,00	200,00		

Família F34

Despesas	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Fev-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	TOTAL	Média	% s/ Rend Médio
Alimentação fora de casa	78,38	40,03	44,00	38,70	31,80	99,70	78,31	92,50	89,45	94,90	79,45	92,60	859,82	71,65	5,97%
Bebidas	0,00	1,80	3,80	0,45	1,35	1,80	0,90	0,90	0,00	0,00	1,35	1,35	13,70	1,14	0,10%
Bebidas alcoólicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitação, água,	439,00	365,14	362,45	362,45	387,15	391,00	400,00	360,09	404,74	372,42	404,33	404,33	4653,10	387,76	32,31%
electricidade e gás	0,00	0,00	0,00	0,00	40,04	30,84	38,00	30,84	0,00	94,83	48,38	48,33	331,26	27,61	2,30%
"Recheio da casa"	0,00	0,00	93,00	0,00	42,05	40,00	105,00	38,00	0,00	0,00	80,24	29,30	427,59	35,63	2,97%
Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	29,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,64	17,64	64,91	5,41	0,45%
Comunicações	816,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	816,25	68,02	5,67%
Cultura e Lazer	121,00	191,00	70,00	100,00	90,00	100,00	95,00	95,00	109,98	132,64	110,00	105,00	1319,62	109,97	9,16%
Instrução/educação	37,50	15,00	22,50	37,50	30,00	15,00	22,50	30,00	15,00	15,00	22,50	22,50	285,00	23,75	1,98%
Outras Despesas	1,00	200,00	3062,00	0,00	0,00	0,00	5,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3268,20	272,35	22,70%
Cuidados Pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	221,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223,00	18,58	1,55%
	34,00	0,00	91,00	28,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153,00	12,75	1,06%

Anexo 3. Guião de Entrevista

ENTREVISTA 1

Sou aluna de doutoramento em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e estou a desenvolver a minha investigação na área da Sociologia do Consumo. Pretendo analisar e compreender a influência da trajectória de vida nas práticas de consumo. Para atingir este objectivo necessito de realizar um conjunto de entrevistas (3 a 4 entrevistas, com a duração máxima de 2 horas/entrevista) que me permitam reconstruir a sua “estória de vida”. Ao longo destas entrevistas abordaremos a sua família, o seu percurso escolar, os amigos, o trabalho e a ocupação dos tempos livres.

Gostaria de poder contar com a sua colaboração e disponibilidade indispensáveis para concretizar este projecto, e que, desde já, agradeço. A informação recolhida será confidencial e utilizada apenas para os fins já referidos. Quero, ainda, informá-lo(a) que tem toda a liberdade para solicitar esclarecimentos relativos à pesquisa e à sua participação na mesma, para não responder às questões colocadas e, mesmo, para deixar de colaborar a qualquer momento. A sua vontade será sempre respeitada.

(Tempo para que o entrevistado possa pedir algum esclarecimento)

Nesta 1ª entrevista gostaria que me falasse sobre a sua família e sobre o seu percurso escolar.

Começando pela família, poderíamos falar dos seus avós (maternos e paternos):

- Local de residência
- Ocupação / profissão
- Grau de instrução
- Número de descendentes
- Nível de influencia sobre trajectória pessoal / percurso de vida; representações suscitadas pelos avós.

Relativamente aos seus pais já sabemos onde nasceram e em que contexto familiar viveram a sua infância. Importa-se de nos falar um pouco mais sobre eles.

- Grau de instrução

- Ocupação / profissões desempenhadas ao longo da vida
- Caracterizar o seu quotidiano
- Existência de Tios (maternos e paternos); Ocupações /

Profissões

- Caracterizar relações entre os pais e os Tios
- Nível de influencia sobre trajectória pessoal / percurso de vida; representações suscitadas pelos tios
- Número de filhos / irmãos e de primos
- Caracterizar a educação recebida
- Caracterizar o quotidiano na infância/juventude
- Caracterizar as relações com os pais
- Caracterizar relações com os irmãos
- Grau de instrução do próprio e dos colaterais
- Nível de influencia dos pais sobre trajectória pessoal / percurso de vida do próprio e dos irmãos; representações suscitadas pelos pais
- Nível de influencia dos irmãos sobre trajectória pessoal / percurso de vida; representações suscitadas pelos irmãos

Sugiro que falemos, agora, do seu percurso escolar.

- Nível de influência da escola nos comportamentos, na forma de pensar, de sentir e nas suas escolhas e opções.
- Nível de influência dos professores e dos colegas/amigos nos comportamentos, na forma de pensar, de sentir e nas suas escolhas e opções.

Finalmente, gostaria que me falasse do seu agregado familiar:

- Dimensão do agregado
- Nível de instrução
- Ocupação / profissão dos elementos que o compõem
- Caracterizar quotidiano
- Caracterizar relações entre membros do agregado

Gostaria, ainda, de lhe colocar a seguinte questão: Se lhe fosse pedida uma descrição pessoal que traços salientaria?

Para finalizar esta primeira entrevista gostaríamos que referisse de que modo a pertença familiar e o percurso escolar influenciaram e influenciam os seus comportamentos a nível do consumo.

Muito obrigada pela colaboração e disponibilidade dispensadas. A informação fornecida é muito rica e pertinente para a investigação em curso. Espero poder contar consigo para uma nova entrevista. (Se possível agendar a nova entrevista).

Gostaria, também, de pedir a sua colaboração no preenchimento de uma “lista de despesas” (apresentar a lista), que permitirá complementar a informação necessária para concretizar a análise e compreender a influência da trajectória de vida nas práticas de consumo.

Uma vez mais, o meu muito obrigada!

ENTREVISTA 2

Bom dia / boa tarde!

Vamos continuar a reconstruir a sua “estória de vida”. Nesta 2ª entrevista vamos debruçar-nos sobre a sua vida profissional e os amigos.

Deseja colocar alguma questão ou pedido de esclarecimento? (Não esquecer perguntar pelo registo na “lista das despesas”)

Já sabemos que é _____. Importa-se de falar sobre a sua vida profissional?

- 1º emprego (caracterizar acesso ao emprego e quotidiano laboral)
- Outros empregos ao longo da sua vida
- Caracterizar o dia-a-dia no trabalho
- Caracterizar as relações com os colegas, superiores e/ou subordinados
- Nível de influencia sobre trajectória pessoal / percurso de vida; representações suscitadas pelos colegas.

Se lhe fosse pedido que se descrevesse enquanto trabalhador, que traços salientaria?

Falemos, agora, dos seus amigos. Já sabemos que alguns deles remontam à infância/juventude e outros, mais recentes, se encontram ligados à actividade profissional e/ou práticas associativas (desporto, política, religião, etc.).

Importa-se de falar dos seus amigos.

- Caracterizar os amigos (pertença social, interesses, ...)
- Caracterizar Intensidade, frequência e tipo de relação
- Locais de encontro
- Actividades (desportiva, cultural/lazer, política, religiosa, ...)
- Nível de influência dos colegas/amigos nos comportamentos, na forma de pensar, de sentir e nas suas escolhas e opções.

Para finalizar esta segunda entrevista gostaríamos que referisse de que modo o percurso profissional e os amigos influenciaram e influenciam os seus comportamentos a nível do consumo.

Mais uma vez muito obrigada pela colaboração e disponibilidade dispensadas. A informação fornecida é muito rica e pertinente para a investigação em curso. Espero poder contar consigo para uma nova entrevista. (Se possível agendar a nova entrevista).

Muito obrigada!

ENTREVISTA 3

Bom dia / boa tarde!

Vamos continuar a reconstruir a sua “estória de vida”. Nesta 3ª entrevista vamos debruçar-nos sobre o modo como ocupa os seus tempos livres.

Deseja colocar alguma questão ou pedido de esclarecimento? (Não esquecer perguntar pelo registo na “lista das despesas”).

Ao longo das entrevistas já realizadas foi possível identificar algumas áreas de interesse:

Prática desportiva
Actividades ao ar livre
Leitura
Cinema / teatro
Música
Conviver com os amigos
Etc.

que desenvolve isoladamente ou em grupo.

Importa-se de caracterizar de modo mais detalhado como ocupa os seus tempos livres?

- Actividades
- Realizadas individualmente / familiares / amigos
- Razões que presidem à prática das actividades
- Necessidades e objectivos que pretende concretizar
- Caracterizar o prazer na realização
- Caracterizar a relação com os outros
- Nível de influência da família (avós, pais, companheiro(a) e filhos) sobre o modo como ocupa os tempos livres
- Nível de influência dos amigos no modo como ocupa os tempos livres
- Nível de influência da actividade profissional no modo como ocupa os tempos livres

- Significado de tempo livre
- Nível de influencia das actividades de lazer sobre os comportamentos (consumo), forma de pensar e de sentir

Gostaria, ainda, de lhe colocar a seguinte questão: Se lhe fosse pedido que se caracterizasse enquanto consumidor(a) que traços salientaria?

- Classificar estrutura de consumo
- Sugerir alterações à estrutura de consumo

Muito obrigada pela colaboração e disponibilidade dispensadas ao longo destas três entrevistas. Sem elas não seria possível concretizar o meu projecto de doutoramento. Espero poder contar consigo para esclarecer uma ou outra dúvida que possa surgir durante a análise das entrevistas.

Muito obrigada!